



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Programa de Pós-graduação em Política Social - PPGPS

Marcos César Alves Siqueira

Tese de Doutorado

**Da Cena ao Movimento: Subsídios a uma
Concepção Crítica da Cidade Moderna e do
Urbano**

Brasília, 02/06/2017

Marcos César Alves Siqueira

Tese de Doutorado

**Da Cena ao Movimento: Subsídios a uma
Concepção Crítica da Cidade Moderna e do Urbano**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Lima

Brasília, 02/06/2017

Siqueira, Marcos César

SSI618 Da Cena ao Movimento: Subsídios a uma Concepção

c Crítica da Cidade Moderna e do Urbano. / Marcos César Siqueira; orientador Carlos Alberto Lima. -- Brasília, 2017.

219 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Cidade. 2. Urbanização. 3. Espaço. 4. Território.

5. Políticas Sociais. I. Lima, Carlos Alberto, orient. II. Título.

Marcos César Alves Siqueira

**Da Cena ao Movimento: Subsídios a uma
Concepção Crítica da Cidade Moderna e do Urbano**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Lima
(Orientador – SER/UnB)

Profa. Dra. Carolina Cássia Batista
Santos
(SER/UnB)

Dra. Elisabeth Cagliari Hernandez
(NEPPOS/CEAM/UnB)

Prof. Dr. Renato Francisco dos Santos
Paula
(UFG)

Dra. Jurilza Maria Barros de Mendonça
(Suplente – NEPPOS/CEAM/UnB)

AGRADECIMENTOS

Esta Tese de Doutorado representa um longo processo de superações e sínteses dialéticas, não apenas com relação à construção teórica aqui empreendida, mas principalmente, com relação à construção individual deste autor. Para tanto, as contribuições mencionadas a seguir foram fundamentais, sem a qual esta Tese não seria possível. Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, **Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima**, pela orientação calma, paciente, amiga e serena, como é natural de sua pessoa. Aos membros da banca examinadora desta Tese, tanto na fase de qualificação, na primeira defesa, quanto na reformulação, **Profa. Dra. Carolina Cassia Batista**, **Prof. Dr. Renato Francisco dos Santos Paula**, **Dra. Elisabeth Cagliari Hernandez**, **Dra. Jurilza Maria Barros de Mendonça**, **Profa. Dra. Ângela Vieira Neves** e **Prof. Dr. Aldo Paviani**, pelas preciosas análises, conselhos e sugestões.

Agradeço também à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC)** pelo apoio e financiamento do curso de Doutorado em Política Social, desde o seu início.

Aos professores das disciplinas do curso de Doutorado em Política Social (PPGPS/UnB) e aos funcionários do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília, em especial **Domingas Carneiro**.

Aos meus familiares que me auxiliaram direta e indiretamente na conclusão desta etapa de minha vida, com destaque para meus sogros, **Profa Dra. Potyara e Nelson**, meus cunhados **Fernando e Bete**, e minha irmã caçula **Teresa**. Muito obrigado por tudo. E finalmente, à minha companheira **Profa. Dra. Camila Potyara Pereira**, pela força, inspiração e paciência inesgotável em meus momentos de dúvida e desânimo. Você, e posteriormente nosso filho que nasceu durante a feitura desta Tese, **Luis César**, foram o combustível e a luz que me mantiveram firme em meu caminho. A vocês dedico esta Tese e o meu mais profundo agradecimento. De todas as conquistas da minha vida, vocês, sem sombra de dúvida, são as maiores.

RESUMO

Da Cena ao Movimento: Subsídios a uma Concepção Crítica da Cidade Moderna e do Urbano

A presente pesquisa trata de um estudo essencialmente teórico sobre o fenômeno da urbanização após a industrialização e as suas estratégias concretas de controle (seja no sentido de contê-la, de acelerá-la, seja no de direcioná-la a algum objetivo específico) tanto por parte do Estado quanto dos representantes diretos do capital. Este objeto foi analisado em sua complexidade dialética por meio do método científico marxista conhecido como histórico-estrutural. Assim, a urbanização capitalista é um processo moldado por forças antagônicas, resistências, revoltas, revoluções, associações humanas (movimentos sociais), ocupações, desocupações e apropriações do espaço urbano pela classe que vive do trabalho (e suas frações de classe, unidas por laços culturais, de gênero, etnia, orientação sexual, entre outros); também é moldada por políticas sociais, em meio a disputas de interesses, inseridas tanto no rol de estratégias de controle, quanto de resistência aos aspectos predatórios do capitalismo de mercado. Partiu-se de indagações iniciais que orientaram o trabalho e serviram, *pari passu*, como eixo para a construção das reflexões centrais de cada capítulo. Foi a curiosidade em descobrir como se deu historicamente a compreensão da importância da dimensão espacial para os processos sociais e a produção da vida material, e em que medida a teoria marxiana contribuiu para uma fundamentação da teoria do espaço e da urbanização, que foi possível elaborar uma afirmação provisória, confirmada no decorrer da pesquisa: a urbanização moderna, bem como as suas tentativas de controle e ordenamento, quais sejam, o urbanismo, o planejamento urbano e as políticas sociais urbanas, são uma síntese dialética de um conjunto de forças que disputam seus interesses sobre o espaço. De um lado o próprio capital que, de acordo com os seus princípios e leis internas, utiliza-se do espaço urbano como lócus privilegiado de sua reprodução ampliada; do outro a massa humana responsável por carregar o capitalismo em suas costas cada vez mais arqueadas criando, desse modo, toda a riqueza da sociedade e realizando o sobretrabalho necessário à acumulação do capital. Este estudo, assim, intentou realizar uma historiografia do espaço e do fenômeno urbano, tanto em termos de uma revisão dos acontecimentos históricos importantes quanto como uma forma de traçar um fio condutor destes temas e contribuindo para a discussão teórica crítica a respeito dessas duas categorias. Com isso foi possível situá-las nos debates críticos a respeito da reação ao economicismo e ao empirismo; do processo de industrialização e a transformação urbana; da urbanização moderna; dos centros de poder na cidade industrial; da cidade como síntese entre o valor de uso e o valor de troca e como promotora de uma ideologia de consumo; do papel das classes sociais na cidade industrial e a questão da segregação; da urbanização como maximizadora da acumulação; da onipresença do capitalismo, e a transformação sistêmica da natureza; das mudanças na sociedade e o papel do Estado; da formação arquitetônica das cidades e o planejamento urbano; das políticas sociais urbanas; do urbanismo do capitalismo monopolista e financeirizado e seus reflexos sobre as questões de classe.

Palavras-chave: Cidade, urbanização, espaço, território, políticas sociais.

ABSTRACT

From Scene to Movement: subsidies to the critical conception of the modern city and the urban

The present research is an essentially theoretical study about the phenomenon of urbanization after industrialization and its concrete strategies of control (either in the sense of containing it, of accelerating it, or of directing it to some specific objective) by both the State and the direct representatives of capital. This object was analyzed in its dialectical complexity through the Marxist scientific method known as historical-structural. Thus, capitalist urbanization was treated as a process shaped by antagonistic forces, resistances, revolutions, human associations (social movements), occupations, vacancies and appropriations of urban space by the working class (and its class fractions, united by cultural ties, gender, ethnicity, sexual orientation, among others); and urban social policies, as targets of conflicts of interests, inserted both in the role of control strategies and resistance to the predatory aspects of market capitalism, since the state itself is also shaped by these two opposing forces. This research started from initial inquiries that guided the work and served, *pari passu*, as the axis for the construction of the central reflections of each chapter. It was the curiosity to discover how historically the understanding of the importance of the spatial dimension for social processes and the production of material life has occurred, and to what extent the Marxian theory contributed and contributes to a foundation of space theory and urbanization, for example, that it was possible to elaborate a provisional affirmation, confirmed in the course of the research: modern urbanization (after the advent of industrialization), as well as its attempts at urban planning and social policies are a dialectical synthesis of a set of forces that vie for their interests over space. On the one hand, capital itself, which, according to its principles and internal laws, uses urban space as the privileged locus of its expanded reproduction; on the other the human masses responsible for carrying capitalism on its increasingly arched back, thus creating all the wealth of society and performing the overwork necessary for the accumulation of capital. This study thus attempted to carry out a historiography of space and urban phenomena both in terms of a revision of important historical events and as a way of drawing a guideline of these themes and contributing to the critical theoretical discussion on these two categories. It was thus possible to place them in the critical debates about the reaction to economism and empiricism; the process of industrialization and urban transformation; of modern urbanization; of power centers in the industrial city; of the city as a synthesis between use value and exchange value and as promoter of an ideology of consumption; the role of social classes in the industrial city and the question of segregation; of urbanization as a maximizing accumulation; the omnipresence of capitalism, and the systemic transformation of nature; changes in society and the role of the state; law and urban legislation; the architectural formation of cities and urban planning; urban social policies; of the supposed "social function" of the city; the urbanism of monopoly and financialized capitalism; and of the nuclei of resistance: the case of urban social movements.

Keywords: city, urbanization, space, territory, social policies.

RÉSUMÉ

Scène du Mouvement: subventions conception critique de la ville moderne et urbain

Cette recherche est essentiellement une étude théorique sur le phénomène de l'urbanisation suit l'industrialisation et ses stratégies de contrôle spécifiques (que ce soit dans le but de le contenir, pour l'accélérer, soit en directe à un but spécifique) à la fois par l'Etat comme les représentants directs de la capitale. Cet objet a été analysé dans sa complexité dialectique à travers la méthode scientifique marxiste connue sous le nom historique et structurelle. Ainsi, l'urbanisation capitaliste a été traitée comme un processus façonné par des forces opposées, la résistance, des révoltes, des révolutions, des associations humaines (mouvements sociaux), les professions, les expulsions et l'appropriation de l'espace urbain par le travail vivant de classe (et ses fractions de classe ensemble par la culture, le sexe, l'origine ethnique, l'orientation sexuelle, etc.); et les politiques sociales urbaines, en tant que cibles de conflits d'intérêts, fixés à la fois dans la liste des stratégies de contrôle, comme la résistance aux aspects prédateurs du capitalisme de marché, parce que l'État lui-même est également façonnée par ces deux forces opposées. A partir de demandes initiales qui ont guidé le travail et servi, pari passu, comme l'axe pour la construction des réflexions fondamentales de chaque chapitre. Il était curieux de savoir comment était historiquement la compréhension de l'importance de la dimension de l'espace pour les processus sociaux et la production de la vie matérielle, et dans quelle mesure la théorie marxiste a contribué et contribue à la fondation de la théorie de l'espace et de l'urbanisation, par exemple, il était possible de dresser un état provisoire confirmé lors de la recherche: l'urbanisation moderne (après l'avènement de l'industrialisation), ainsi que leurs tentatives de contrôle et de planification, à savoir, le développement urbain, l'urbanisme et de la politique social urbain, il est une synthèse dialectique d'un ensemble de forces qui sont en concurrence pour leurs intérêts sur la zone. D'une part la capitale qui, selon ses principes et ses lois internes, utilise de l'espace urbain comme lieu privilégié de sa reproduction élargie; l'autre masse humaine responsable du chargement du capitalisme dans sa plus dos cambré créant ainsi toute la richesse de la société et de réaliser l'excédent nécessaire à l'accumulation de capital. Cette étude essayant ainsi de faire une historiographie de l'espace et phénomène urbain, à la fois en termes d'un examen des événements historiques importants et comme un moyen de tirer un fil de ces questions et de contribuer à la discussion théorique critique de ces deux catégories. Il était alors possible de les situer dans les débats critiques sur la réaction à l'économisme et l'empirisme; le processus d'industrialisation et de transformation urbaine; de l'urbanisation moderne; les centres de pouvoir dans la ville industrielle; la ville comme une synthèse entre valeur d'usage et valeur d'échange et en tant que promoteur d'une idéologie de la consommation; le rôle des classes sociales dans la ville industrielle et la question de la ségrégation; urbanisation maximiser l'accumulation; l'omniprésence du capitalisme, et la transformation systémique de la nature; des changements dans la société et le rôle du gouvernement; droit et droit de l'urbanisme; la formation architecturale des villes et l'urbanisme; les politiques sociales urbaines; la «fonction sociale» alléguée de la ville; urbanisme du monopole et du capitalisme financier; et des poches de résistance: le cas des mouvements sociaux urbains.

Mots-clés: Ville, l'urbanisation, l'espace, le territoire, les politiques sociales.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	9
II - DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	11
III - OBJETO, HIPÓTESE E QUESTÃO DE PARTIDA	15
IV – OBJETIVOS	17
V – METODOLOGIA	18
V.A) – O MÉTODO.....	18
V.B) – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
PARTE I (A CENA) – CONCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O ESPAÇO E O FENÔMENO URBANO	28
1.1 – INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA URBANA	28
1.2 - A IMPORTÂNCIA E O PAPEL ESTRATÉGICO DO ESPAÇO/TERRITÓRIO.....	30
1.3 - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE ESPAÇO.....	35
1.4 - PLANEJAMENTO URBANO E URBANISMO.....	54
1.4.1 - <i>Pré-urbanismo</i>	56
1.4.2 - <i>O Urbanismo</i>	60
1.4.3 - <i>A Vertente Culturalista ou humanista</i>	63
1.4.4 - <i>A Vertente Progressista</i>	71
1.4.5 - <i>O “Arquiteto onipresente” e seu manifesto urbanístico</i>	77
PARTE II (O MOVIMENTO) – SUBSÍDIOS A CRÍTICA DO ESPAÇO E DA URBANIZAÇÃO.	96
2.1 - UMA REAÇÃO AO EMPIRISMO.....	99
2.2 - O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO URBANA	109
2.3 - A URBANIZAÇÃO MODERNA	113
2.4 – O ESPAÇO COMO REALIDADE E MISTIFICAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS EM MARX.....	123
2.5 - ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	147
2.6 -PÓS-MODERNIDADE, TECNOLOGIAS E NOVAS RELAÇÕES DE CONSUMO.	177
2.7 – ESTADO E CLASSES SOCIAIS NA CIDADE MODERNA.....	191
2.8 – URBANIZAÇÃO E POLÍTICAS URBANAS.....	197
CONCLUSÕES	204
REFERÊNCIAS	211

I – INTRODUÇÃO

De início se faz necessária uma breve explicação acerca do título desta pesquisa: qual o significado de “cena”, “movimento” e no que consiste a passagem (que o título indica) de um estado a outro? No Teatro e no Cinema, respectivamente, a segunda e a sétima artes¹, a “cena” possui uma ligação fundamental com a dimensão espacial. Ela tanto pode representar o local, o receptáculo onde a peça ou filme se desenrolam, quanto um momento específico, de temporalidade determinada. A *cena* é, portanto, a paisagem, em um dado momento, que contém os elementos (vivos ou inanimados) que farão parte de uma determinada história. Mas, é importante destacar que a cena, por si só, não possui uma narrativa², portanto, não é completa, mas apenas um fragmento de algo a ser contado. Se pudesse ser representada simbolicamente, pode-se dizer que esta se comportaria como uma “fotografia”.

¹ Segundo a escala criada por Ricciotto Canudo em seu *Manifesto das Sete Artes*, publicado em 1923. Curiosamente para Canudo, segundo Covaleski (2012), o cinema, que é uma referência estilística para esta pesquisa, uma vez que conjuga o espaço (imagem), com a história (tempo), é, segundo obra anterior àquela (de 1911), “uma espécie de obra em síntese das artes do espaço: arquitetura, pintura e escultura; e das artes do tempo: música, dança e poesia” (COVALESKI, 2012).

² O conceito de *narrativa* considerado neste estudo será um sinônimo de *história*, na sua acepção marxiana – em conformidade com o próprio arcabouço metodológico a ser considerado, qual seja, o crítico-dialético ou simplesmente materialismo histórico. De forma bastante resumida, história, será aqui considerada eminentemente como um processo, como o resultado de uma transformação (fruto das ações humanas e não de desígnio divinos ou do “espírito universal” hegeliano) empreendida por forças produtivas específicas e que, por sua vez, resultam em transformações históricas subsequentes. A história é uma bússola para as transformações futuras e, ao mesmo tempo, uma recordação “macabra” do passado; em suma, é a “teoria” que irá embasar a *práxis* social e uma plena compreensão do real. Tal concepção foi bem delimitada por Marx desde o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, com destaque para o *18 Brumário de Luis Bonaparte* (que é essencialmente uma obra historiográfica e demonstrativa da aplicabilidade do seu método analítico), chegando, por fim, até o *Capital*. Ela é um dos pilares do seu método científico. É, justamente, do seu *18 Brumário de Luis Bonaparte* a célebre passagem: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. É justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens (...)” (MARX, 1977, p.17-18).

No caso desta pesquisa, o *movimento*, por seu turno, representa uma importante mudança qualitativa nos estudos sobre o espaço e o fenômeno urbano. Também recorrendo à dramaturgia, trata-se de uma *sequência*, termo utilizado para definir um conjunto de cenas ou uma série de eventos. A própria palavra “cinema” deriva do grego *kinema*, que significa movimento, que nada mais é do que a superposição de cenas, imagens estáticas (fotogramas) de modo a reproduzir o real, por meio da relação entre a dimensão temporal (história) com a dimensão espacial (aí incluídos os lugares e as estruturas humanas). O cinema é, portanto, uma perfeita ilustração da aplicação do método crítico-dialético, ou histórico-estrutural (porque conjuga tempo e espaço) na investigação do real.

Os estudos críticos sobre o espaço, o fenômeno urbano, a constituição das cidades e a urbanização no capitalismo, inovaram não apenas em sofisticar a investigação e a crítica sobre este elemento, mas também, e principalmente, ao introduzir a dimensão histórica, o *movimento da sociedade* neste mesmo território. Veremos, mais adiante, que o espaço, a cidade e a urbanização exprimem, em primeiro lugar, movimento, dinâmica, porque a sociedade é dessa forma. O ser humano necessita não apenas de um espaço para existir; acima de tudo, ele necessita viver, aprender e produzir, e todos esses elementos só existem na medida em que existe o tempo e, portanto, a história. Somente existe vida na medida em que se vive por mais de um único instante. Viver, portanto, pressupõe um acúmulo de experiências. O aprendizado, por sua vez, apenas se consuma com o tempo, e este é maior quanto mais dele (o tempo) se utiliza. Por fim, somente se produz algo como resultado da aplicação prática de um aprendizado e de um conhecimento historicamente acumulado, decorrido um determinado *quantum* de tempo trabalhado.

II - DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Os problemas enfrentados pelas principais cidades do Brasil e que suscitaram uma série de manifestações³ e debates, não são uma exclusividade deste país. Violência; poluição sensorial e atmosférica; trânsito caótico; transporte público precário; sistemas públicos educacionais e de saúde igualmente sucateados; especulação imobiliária e fundiária fora de controle; corrupção desmedida, principalmente entre o setor político e empreiteiro; crescimento “desordenado”; destruição de comunidades tradicionais, desocupações irregulares e desumanas; estas são apenas algumas das características vivenciadas diariamente nos principais centros urbanos de todo o mundo a mais de um século.

No meio rural convive-se com a concentração fundiária voltada para a monocultura e a subordinação dos pequenos produtores rurais e da economia agrária ao agronegócio; com a destruição dos recursos naturais; com nocivas práticas industriais transplantadas para o campo; com o uso intensivo e cada vez maior de venenos químicos, entre outras questões com consequências cada vez mais prementes e insustentáveis. Até mesmo em territórios transoceânicos a natureza sente em profundidade os efeitos da grande indústria, pela destruição de ecossistemas inteiros. Enfim, entre os setores críticos da sociedade, há um

³ Não confundir com as insurreições operárias de Junho de 1848 em Paris, chamadas de “Jornadas de Junho”. As manifestações de junho de 2013, também chamadas de “Jornadas de Junho”, foram movimentos (não no sentido político do termo) que eclodiram pelas principais capitais brasileiras (chegando a mais de 400 cidades), inicialmente como uma contestação ao aumento das tarifas de transporte, posteriormente incluindo diversas pautas de reivindicações, principalmente como uma resposta a violenta repressão policial. Tais manifestações inserem-se no escopo de uma série de outras ocorridas da década de 2010, como a *Revolução de Jasmim*, na Tunísia (em 2010 a 2011), a *Primavera Árabe*, em vários outros países do Oriente Médio (de 2011 a 2012), o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos (em 2011), os *Indignados*, na Espanha (em 2011), a *Geração à Rasca*, em Portugal (2011), entre outros países. A exceção dos países Árabes, cujas reivindicações possuem raízes diferenciadas e mais profundas, resultando em guerras civis permanentes, como o caso da Síria, pode-se dizer que todas as outras foram essencialmente motivadas pela insatisfação com os problemas vivenciados nos grandes centros urbanos, entre eles a sensação de insegurança social, de enfraquecimento da noção de “cidadania” e de cerceamento das liberdades individuais (no âmbito das cidades). Foram, portanto, movimentos estritamente urbanos, no caso dos países ocidentais, mas que apresentavam uma característica dúbia ao reivindicarem, ao mesmo tempo, questões liberais e libertárias. Isso é algo que, desprovido de um lastro político-ideológico, tem um considerável potencial destrutivo para as causas ditas progressistas. Todos estes movimentos, além de uma profunda ligação com os novos meios de comunicação de massa, tem umnexo causal considerável com a crise de 2008.

consenso de que as perspectivas não são boas. E o que é mais preocupante: são situações que se repetem, expressando um padrão cuja única explicação seria a existência de alguma “lei oculta”, evidenciando que tais questões não são naturais ou fruto do acaso. Pelo contrário, o exame criterioso e crítico da realidade nos mostra que tais processos são regidos por pressupostos estruturais, determinando a sua existência na forma e na intensidade em que eles se dão.

O caos dos centros urbanos, observado cotidianamente, indica um possível esgotamento deste modelo? Harvey adverte, corroborado por Paul Kennedy, em sua obra *Ascensão e queda das grandes potências (1989)*, que o excesso de extensão e abrangência territorial é o “calcanhar de Aquiles” destes Estados. Os limites à acumulação (pelo próprio esgotamento de recursos) trarão duas possibilidades⁴: a primeira é a de o próprio capitalismo criar novos mecanismos de acumulação que empurrem esse esgotamento para frente acirrando ainda mais o problema; a segunda possibilidade é a da própria destruição do sistema, “não por uma explosão revolucionária, mas como uma torturada anarquia” (HARVEY, 2005, p.38), com a total degradação do mínimo já existente para o convívio em sociedade – a exemplo do que já ocorre em determinadas regiões do globo, como na África subsaariana e no Oriente Médio, onde apenas o lado caótico do capitalismo se expressa – tendo a violência crua como única mediadora das relações sociais. Com efeito, essas regiões são o “subúrbio” da “cidade global”, a expressão concreta, em uma maior escala, do que ocorre nos centros urbanos.

Neste sentido, o presente estudo se enleva pela relevância e atualidade do tema, principalmente diante do evidente cenário de destruição urbana e de um *apartheid* vivido nas principais cidades do mundo e do Brasil. Como esta Tese pretende demonstrar, a formação territorial no capitalismo se beneficia economicamente com a segregação e com a desigualdade. Poderia, portanto, ser explicada por teorias como as do valor-trabalho, da exploração, dos processos de acumulação, empreendidas por Marx? Poderiam ter os fundamentos do seu desenvolvimento no processo histórico da concentração e centralização, que por

⁴ Que independeriam de uma postura ativa da sociedade. Este posicionamento ativo traria uma “terceira possibilidade”, essa sim, revolucionária.

sua vez deu origem aos monopólios e novas formas de imperialismo? Estas são questões que, para serem respondidas adequadamente, exigem que se estabeleça um diálogo com autores que trataram e tratam deste tema, além da óbvia inspiração marxiana. Com efeito, os sintomas da doença urbana indicam que são as leis gerais da acumulação capitalista a puxar as cordas da apropriação do espaço (com maior ou menor resistência dos diversos fatores de mediação). Esta pesquisa também se justifica pela necessidade de novas discussões que relacionem essas duas dimensões (o espaço, mais especificamente o espaço urbano, e as políticas urbanas), para que os que pensam e executam as políticas sociais, as classes trabalhadoras, as minorias, e demais representantes da academia saibam se situar, criticamente, no território.

Assim, o desafio teórico posto, dos quais se desdobrarão os elementos metodológicos a seguir é o de situar o processo de urbanização e de compreensão e produção espacial, urbanas em meio à dinâmica da acumulação, das relações econômicas de produção e reprodução, e não somente da distribuição e do consumo⁵, que culminaram com estágio atual de desagregação dos principais elementos de sociabilidade⁶. Outro desafio será o de compreender quais seriam as formas desenvolvidas pelo Estado de encontrar alívios e soluções (tanto para o capital quanto para o trabalho) para os principais impasses criados pelo processo de acumulação do capital no capitalismo tardio. O intuito principal desta Tese é o contribuir com o acúmulo de produções a respeito deste tema, organizando os seguintes temas: 1) contribuir essencialmente para uma compreensão crítica sobre o espaço e o processo de urbanização no capitalismo tardio, com base, principalmente nos conceitos principais abordados n'O Capital de Marx ; 2) agregar uma compreensão epistemológica sobre o tema do espaço, para que possamos situar neste contexto histórico, a análise crítica; 3) Com base no arcabouço marxiano, contribuir para uma compreensão que não seja uma mera

⁵ Conforme a concepção de Castells (1983).

⁶ No sentido de discutir o sentido da urbanização, e da produção espacial no âmbito da sociabilidade, seu papel transformador, desagregador, contraditório, alienante e ao mesmo tempo emancipador. Neste sentido a seguinte pergunta deve ser respondida: qual a influencia atual do trabalho e do consumo como estruturantes de um padrão específico de interação entre os indivíduos.

aplicação dos conceitos de Marx, mas a conjugação dos fatores econômicos com os elementos sociais.

Para tanto, é fundamental compreender não apenas o papel do espaço como elemento mediador no processo de produção de valor e da acumulação do capital em um dado âmbito espacial, mas também o território como uma dimensão que reflete os diversos conflitos de poder na produção dos espaços urbanos, entre o capital, o Estado e a sociedade. No entanto, dada a importância das cidades e da esfera urbana após o advento do capitalismo industrial, cujos marcos históricos foram as diversas fases da chamada revolução industrial, esta pesquisa terá este *locus* como dimensão privilegiada de análise. A cidade é o centro do capitalismo em sua versão moderna, é onde se localizam os núcleos de poder político e econômico, com suas decisões a influenciar e modificar todas as demais regiões do globo terrestre. Foi nela que o capitalismo encontrou a sua morada final.

III - OBJETO, HIPÓTESE E QUESTÃO DE PARTIDA

Tendo sido delimitado o problema de pesquisa, sua relevância e desdobramentos, tem-se o **objeto** a ser analisado, qual seja: o fenômeno (processo) da urbanização após a industrialização e seus princípios norteadores que o impulsionam segundo sua lógica, no caso do capital, e que se colocam como força contrária, no caso da classe explorada por ele. Com efeito, enquanto aquele tenta guiar este processo segundo suas necessidades econômicas (de lucro e acumulação), esta possui como referencial a satisfação de suas necessidades sociais (de sobrevivência, socialização e identidade com o seu espaço).

O Estado, por seu turno, desenvolve suas estratégias concretas de controle (seja no sentido de contê-la, de acelerá-la, seja no de direcioná-la a algum objetivo específico) atuando como força mediadora e ao mesmo tempo como síntese dialética entre o capital e o trabalho. O espaço urbano também foi e ainda é fortemente moldado pelo seu passado histórico, como cenário de embates entre forças antagônicas, resistências, revoltas, revoluções sociais e tecnológicas, associações humanas (movimentos sociais), ocupações, desocupações e apropriações pela classe que vive do trabalho (e suas frações de classe, unidas por laços culturais, de gênero, etnia, orientação sexual, entre outros). Neste sentido, as políticas sociais urbanas, que se originam dos fatos históricos acima elencados, inserem-se tanto no rol de estratégias de controle, quanto de resistência aos aspectos predatórios do capitalismo de mercado, dada sua ascendência dual (por parte do Estado). Contudo, estas nunca se desvencilharão do fato de que por serem originadas por um ente que visa a sua legitimação, nunca serão capazes de transformar o espaço urbano, em sua totalidade.

Como consequência de tal encadeamento foram formuladas as seguintes **questões de partida** que funcionarão como estágios iniciais de análise; o princípio da análise do objeto propriamente dito e dos objetivos secundários. São elas:

- 1) Como se deu, historicamente, a compreensão da importância da dimensão espacial para os processos sociais e a produção da vida material?
- 2) Quais foram os estágios dessa construção epistemológica sobre o espaço e a urbanização moderna?
- 3) Quais são as teorias ou ideologias dominantes sobre o espaço e a urbanização?
- 4) A partir de que momento pode-se dizer que passou a existir uma visão crítica sobre o espaço?
- 5) O que vem a ser essa “visão crítica” sobre o espaço e a urbanização?
- 6) Que papel a história passa a desempenhar nos estudos críticos sobre o território?
- 7) Em que medida a teoria marxiana, principalmente a sua crítica da economia política, contribuiu e contribui para uma fundamentação da teoria do espaço e da urbanização?

De posse de tais elementos interrogatórios, tem-se a seguinte afirmação provisória, ou **hipótese de trabalho**, que irá guiar a escolha e a condução do método e os procedimentos de investigação, bem como a seleção do próprio arcabouço de fontes, informações e dados a serem analisados: *a urbanização moderna (após o advento da industrialização), bem como as suas tentativas de controle e ordenamento, quais sejam, o urbanismo, o planejamento urbano e as políticas sociais urbanas, são uma síntese dialética de um conjunto de forças que disputam seus interesses sobre o espaço. De um lado uma maioria responsável por carregar a riqueza do capitalismo em suas costas cada vez mais arqueadas, dividindo entre si os custos de sua produção; do outro um pequeno contingente de indivíduos que se apropriam, privadamente, da riqueza produzida neste espaço.*

IV – OBJETIVOS

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar criticamente a relação entre o processo de urbanização e de produção espacial e seu estágio atual em termos econômicos e sociais, com base em princípios norteadores *modernos* (da planificação, da racionalidade econômica, do urbanismo, da cultura de massas), e mais recentemente *pós-modernos* (da flexibilidade, do relativismo, da fragmentação, da realização pelo consumo), intermediados, por seu turno, pelo Estado, com suas intervenções econômicas, jurídicas e políticas (em termos de políticas e de estruturas urbanas).

Como **objetivos específicos** têm-se:

- Analisar como se construiu, historicamente, a visão hegemônica sobre a urbanização e que descambou para uma ideologia urbanística, de cunho (pós)modernista, que passou a influenciar decisivamente no processo de planejamento e planificação urbana das últimas décadas;
- Demonstrar o alcance da teoria crítica, de Marx e de algumas vertentes marxistas, na análise sobre o espaço (sua produção, reprodução, posse, especulação), a urbanização moderna e o desenvolvimento das cidades no capitalismo;
- Evidenciar a existência de uma relação causal entre os determinantes e princípios que regem o funcionamento do modo de produção capitalista e os modelos atuais de gestão urbana e ordenamento territorial, a relação entre o espaço urbano e seus habitantes, e os instrumentos de gestão urbana / conquistas legais e protetivas da classe trabalhadora, na figura das políticas sociais urbanas.

V – METODOLOGIA

V.a) – O método

A presente pesquisa trata, antes de tudo, de temas de estudo contraditórios. A questão territorial, a sua expansão, demarcação e repartição foi viabilizada historicamente pelo binômio sociedade-Estado, relação esta tradicionalmente cercada de elementos que representam a mais pura síntese dialética, posto que ao mesmo tempo se criam, modificam e se anulam. No capitalismo essa contradição se expande e atinge uma nova complexidade ao abarcar novos e inéditos elementos sociais, políticos e econômicos. A partir deste momento uma fração desta sociedade, personificada no seu modo de produção, passou a explorar a outra fração, mais numerosa, provocando uma clivagem fundamental, que deve ser administrada pelo Estado. Neste sentido, o Estado, que é um conjunto de relações sujeitas às mais diversas influências e pressões, adquiriu nuances que tornaram mais difíceis a sua análise, e se vê imerso numa realidade cujo nível de complexidade cresce na proporção dos lucros auferidos pelo capital.

Neste sentido entende-se que o método crítico-dialético, também denominado de método *histórico-estrutural* é o que mais se adéqua a presente pesquisa, não apenas em relação ao objeto a ser estudado ou em relação ao *locus* no qual este se insere, mas também tendo em vista o período histórico que se pretende analisar (também conhecido como a fase da urbanização moderna, após as revoluções industriais⁷). Isso porque, tal método, por ser dialético, não só considera a estrutura e a história do objeto estudado, mas também a crítica de suas determinações e interconexões – ao contrário de posturas idealistas ou funcionalistas. Além disso, o referido método considera as contradições dos processos sociais estudados por uma perspectiva totalizante. Desta forma, a compreensão do objeto de estudo seria impossível sem a compreensão de que ele

⁷ Termo utilizado aqui no plural não apenas para se referir as fases da revolução industrial, mas ao fato de que cada nação passou pela sua própria revolução industrial, ao seu tempo e a seu modo.

é um elemento entre muitos outros, e, portanto, sua identidade somente será revelada na totalidade (LUCÁKS, 1967).

Com efeito, o método científico eleito por esta Tese é a resposta ao grande dilema dos estudos do espaço e da urbanização. É a resposta a “crise da Geografia”, segundo o geógrafo italiano Massimo Quaini (1979); É a resposta aos grandes dilemas da urbanização, como, por exemplo, o papel da cultura pós-moderna; É a resposta tanto às alegações da existência de um historicismo do espaço, como as feitas por Soja (1993) e quanto às de uma espacialização exagerada dos estudos da urbanização, de Harvey (1993). Em suma, o materialismo histórico é a chave do equilíbrio, proposto por Lefebvre (1999), entre as duas visões, pois é o único capaz de comportar toda a complexidade de conteúdo do espaço e da urbanização.

Em suma, a utilização do método a ser adotado pressupõe os seguintes entendimentos: a) os processos sociais inserem-se em um *todo* (todos os elementos se conectam e se influenciam mutuamente); b) dessa influência decorre a transformação entre os elementos e o seu desenvolvimento contínuo, mesmo que não aparente aos olhos; c) diferentemente do pressuposto de que o elemento se transforma, mas continua o mesmo, as suas interconexões promovem uma mudança qualitativa em seu estado. Ao se relacionarem, os processos também se modificam, como a natureza e o espaço que são transformados pelo trabalho do homem; d) o quarto e último corolário, apresentado ao longo de todo este projeto, estabelece que os elementos sejam contraditórios, assim como, de acordo com o objeto a ser analisado – a política social em um contexto de disputa pelo território – é, como o próprio nome sugere, um embate, uma contenda entre classes, setores e grupos, hegemônicos ou não.

A mudança contínua do mundo ocorre porque cada uma de suas partes constitutivas se contrapõe umas às outras. Parafraseando Politzer et al.,(1977)⁸, a

⁸ A despeito de suas filiações ideológicas e políticas, sua frase é utilizada aqui em caráter ilustrativo. Ademais, se o próprio Marx foi um verdadeiro especialista em sempre tirar proveito de algo que fosse inteligente mesmo das coisas que considerasse mais contrárias às suas próprias convicções (e isto fez dele quem ele é), esta simples pesquisa acadêmica não teria a audácia de se colocar em uma posição superior. Seria o mesmo que desconsiderar toda a relevante contribuição científica de Eric Hobsbawn por suas escolhas políticas.

contradição é o motor da mudança, e ao buscar subsídios que confirmem a presente hipótese deste trabalho, ter-se-á transposto a contradição fundamental de todo o pesquisador: a luta entre a *ignorância* e a *certeza de que se deve ultrapassar tal ignorância* (POLITZER; BESSE; LAVEING, 1977, p.70).

V.b) – Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa se divide em duas grandes partes. **A primeira parte (a cena)** se porta como uma espécie de historiografia do espaço e do fenômeno urbano, tanto em termos de uma revisão dos acontecimentos históricos importantes quanto como uma forma de traçar um fio condutor destes temas. As categorias principais analisadas foram o fenômeno urbano e a urbanização moderna, após o pleno desenvolvimento do capitalismo em sua forma industrial. Com efeito, esta revolução tecnológica modificou definitivamente a face das cidades e o seu padrão de sociabilidade.

O espaço, por seu turno, é outra categoria fundamental, visto que a urbanização é a efetiva espacialização do capitalismo, e o urbano é o seu lugar por excelência. Disso decorre a necessidade de se compreendê-lo, nas suas mais sutis particularidades, indo de encontro à sua essência, bem como as relações sociais e econômicas que o definem (relações de produção, de dominação, de poder), tendo como mediador fundamental o tempo histórico. Sem a história tem-se apenas uma imagem estática, uma peça de museu – uma cena, conforme o título desta Tese. Esta primeira parte é importante também para demonstrar como se deu evolutivamente a compreensão espacial até se chegar a uma compreensão historicizada do território. Daí a crítica que se faz, por fim, ao pensamento modernista e pós-moderna, a ideologia hegemônica do urbanismo, muito contestada, mas também largamente admirada e seguida nos meios técnicos e de gestão urbana.

A **segunda parte (o movimento)**, diz respeito ao chamado pensamento crítico sobre o espaço e o fenômeno urbano. O termo crítico aqui empregado guarda uma relação com o próprio arcabouço epistemológico considerado nesta

pesquisa, que é o do método crítico-dialético. Isso e relaciona, como não poderia deixar de ser, com o pensamento marxiano e marxista, tanto em sua concepção crítica do modo de produção capitalista quanto do seu método de investigação científica. A crítica é, portanto, tanto em relação ao julgamento, quanto à forma com que se chega a tal julgamento. A respeito desta terminologia, é bastante ilustrativa a diferenciação que Horkheimer realiza entre a chamada teoria tradicional e a teoria crítica. Segundo ele,

A teoria crítica da sociedade, ao contrário [da teoria tradicional], tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau do seu poder (...). Ela [a teoria crítica] não é uma hipótese de trabalho qualquer que se mostra útil para o funcionamento do sistema dominante, mas sim um momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça as necessidades e forças humanas (HORKHEIMER, 1980, p.155-156).

Um dos fundamentos da teoria crítica é, portanto, não estabelecer a teoria como verdade em si mesma, tampouco a análise empírica, mas justamente constituir uma união indissolúvel entre estas duas dimensões, no exato significado da *práxis*. Ainda de acordo com Horkheimer, a crítica força os conceitos e categorias a expor o seu caráter contraditório, trazendo à tona, necessariamente, a sua substância dialética. Ela também exige que sempre se busquem significados ocultos em cada faceta da vida em sociedade (a injustiça nas chamadas trocas justas; o aprisionamento por detrás dos princípios liberais; a pobreza fruto da produção de riqueza; o alargamento das fronteiras geográficas e a concentração espacial), procurando sempre rasgar os véus das ideologias alienantes (HORKHEIMER, 1980). Quando este autor fala do caráter filosófico da crítica, é no sentido de que ela é uma atividade de indagação constante, de reflexão, de teorizar e negar algo quantas vezes for necessário até que se chegue a compreensão mais fidedigna do real. Essa é justamente uma das características mais marcantes do pensamento de Marx: a sua relação constante com a filosofia, o seu caráter sempre questionador. Com efeito, ele nunca tratou a economia como

um fim em si mesmo, mas como um meio para se alcançar determinados fins sociais. Mesmo tendo dominado a economia⁹ ele nunca deixou de ser um filósofo, um pensador, um crítico. Neste sentido, a chamada Escola de Chicago, tratada ainda na primeira parte desta Tese, falhou ao superdimensionar a empiria, não aproveitando a grande oportunidade de produzir conhecimento teórico significativo com os dados de que dispunha. Esta escola, assim como praticamente todas as correntes apresentadas nesta primeira parte se limitaram a produzir uma *razão instrumental*.

A ruptura desta visão, que é o objeto da segunda parte desta Tese, curiosamente tem as suas origens nas próprias críticas que Marx empreendeu sobre o materialismo de Feuerbach, a filosofia alemã, o socialismo utópico e a Economia política clássica. Da síntese dessa crítica dialética surgiu uma ferramenta fundamental para se analisar, também criticamente, a grande revolução que tomava de assalto o mundo desde o século XVIII. Mas, talvez o grande diferencial da crítica em relação à teoria convencional é o fato de que ela não descarta formulações que considera incorreta ou inválida. Ela busca encontrar, nestes elementos falseados, alguma verdade mesmo que escondida. Não há uma simples relação entre o que está certo e o que está errado, e não por acaso Marx buscou transcender¹⁰ (e não eliminar ou destruir, ao contrário de seus detratores) todas as ideias que criticou, como o caso das influências acima citadas, bem como a teoria do valor-trabalho de Adam Smith e David Ricardo e mesmo a dialética hegeliana (devidamente “desvirada¹¹”). Trata-se, agora, da busca por uma *razão crítica*, e não mais funcional ou meramente instrumental.

Nesta parte também será visto como o próprio estudo de Marx contribuiu decisivamente para uma compreensão crítica e ampliada sobre o papel do espaço

⁹ Sendo que por vezes deixava escapar o seu enfado com relação ao estudo dos temas técnicos da economia.

¹⁰ Não por acaso Marx é considerado pela teoria econômica como um dos últimos teóricos da chamada Economia Clássica – alinha que provavelmente dispensaria.

¹¹ “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2014, p.91).

no capitalismo¹². Além disso, a crítica que Marx empreendeu sobre o capitalismo foi também uma crítica sobre o modo como a urbanização se deu e sobre as suas possibilidades disruptivas. Com efeito, foi exatamente a sua forma de enxergar a sociedade capitalista e, portanto, a sua metodologia, que abriu as portas para uma série de aprimoramentos, prolongamentos, revisões e desenvolvimentos dessa mesma crítica (realizada pelos estudiosos marxistas da urbanização), o que permitiu, por fim, que se pudessem analisar as respostas dessa mesma sociedade aos subprodutos do urbanismo. Em a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels já sinalizavam para a importância de se analisar o aspecto espacial (entendido em um âmbito mais geral como a própria natureza e sua relação com o ser humano) em qualquer estudo historiográfico. Segundo estes autores:

O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro¹³-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (ENGELS; MARX, 2015, p.87).

Esta passagem é bastante esclarecedora, uma vez que fica posta a indissociabilidade entre a história humana e a história natural. A primeira não existe sem que o ser humano se relacione com o seu meio e, portanto, o transforme. Isso precede a sua autoconsciência; ele existe porque há um meio natural e físico que o comporta e que ao mesmo tempo é transformado por ele, consumando, dessa forma, a sua existência.

Outra característica peculiar às obras de Marx (e também de Engels), com destaque para *O Capital*¹⁴, é a de ser, conforme lucidamente assinalado por Jacob Gorender (2014) na apresentação da versão brasileira desta obra, a “unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social. Unificação entre a economia política

¹² Curiosamente Marx é considerado como uma espécie de *pré-urbanista*, por estudiosos como Françoise Choay (1992), ao lado de Engels, Kropotkin, Bukharin e Preobrajensky.

¹³ Relativo ao relevo.

¹⁴ A obra, por excelência, que promoveu a verdadeira compreensão crítica sobre a urbanização, já que permitiu o entendimento dos fundamentos do capitalismo industrial.

e a sociologia, a historiografia, a demografia, a geografia econômica e a antropologia” (GORENDER, 2014, p.31).

A segunda parte não tem o estilo historiográfico da primeira (a despeito de uma pequena introdução). Trata-se, de uma revisão epistemológica dos estudos críticos da urbanização, que teve como eixos-guia de análise grandes temas de discussão e de compreensão dessa realidade. Estes temas, mesmo que tratados com relativa brevidade, serviram como um fio-condutor, um norte que conduziu a reflexão crítica de seu início à sua conclusão. São eles:

- *Uma reação ao empirismo.*
- *O processo de industrialização e a transformação urbana.*
- *A urbanização moderna.*
- *O espaço como realidade e mistificação: aspectos conceituais em Marx.*
- *Acumulação capitalista e produção do espaço.*
- *Pós-modernidade, tecnologias e novas relações de consumo.*
- *Estado e classes sociais na cidade moderna.*

Trata-se de um estudo teórico em essência. Conforme já mencionado, foi utilizada, em um primeiro momento, a modalidade historiográfica com o intuito de apresentar o desenvolvimento e a sofisticação dos estudos sobre o espaço. Não se trata, contudo, de estabelecer um padrão “evolutivo” tendo em vista esta ou aquela visão, mas sim estabelecer uma relação simples entre o conhecimento somado e o tempo histórico considerado. Este tipo de exposição se torna adequado quando se pretende demonstrar transições e recortes – ideológicos, teóricos e epistemológicos. A partir deste primeiro momento, a crítica e o método de construções lógicas (de corte dialético) dão a tônica do restante do estudo, sendo que a terceira e última parte, faz uso de dados e consulta de estudos empíricos sobre os temas abordados.

Tanto o objeto analisado, quanto a hipótese de trabalho e o próprio método utilizado definiram os melhores procedimentos metodológicos. Destarte, a

investigação teve como pano de fundo da análise, tanto teórica quanto empírica (quanto possível) os eixos ou subtemas relacionados ao espaço e à urbanização, quais sejam:

- a) As **características do “espaço”** como meio pelo qual os indivíduos fazem a história e, portanto, viabilizam a sua existência material;
- b) Sua **relação com outros meios de produção** e demais estruturas sociais;
- c) Sua **importância para o processo de reprodução ampliada do capital**, posto que ele não apenas permite a reposição dos meios de produção e de consumo já existentes¹⁵, mas também o seu crescimento exponencial, propiciada pela rápida troca e repartição de lucros, meios de produção e informações;
- d) A relação do espaço e sua exploração, pelo capital, com os períodos de **interrupção destes fluxos de reprodução**, cujos resultados mais conhecidos e profundos são as chamadas de crises de sobreprodução;
- e) A propriedade territorial e sua **relação com o Estado** (com ênfase em sua fase capitalista e industrial);
- f) As relações de **disputa pelo espaço** entre classes e suas frações (movimentos e grupos com relações de afinidade).

Com relação ao recorte de tempo, a pesquisa teve como foco o período histórico que se inicia com o chamado capitalismo industrial – momento este que teve diferentes configurações, *timings* e intensidades, a depender do país em questão. Este momento é, como se verá em páginas subsequentes, um verdadeiro divisor de águas quando se trata de estudos sobre a urbanização. Alguns autores, inclusive, consideram que a urbanização efetivamente se deu após a revolução industrial. Essa é uma prova irrefutável de que a revolução industrial efetivamente revolucionou a história humana: ela modificou definitiva e estruturalmente o modo como a raça humana produz a sua existência material,

¹⁵ Que é o princípio da chamada reprodução simples (MARX, 2014, p.641).

alterou a forma como o capital se reproduz, se expande, e modificou as estruturas espaciais que são a base material dessa nova realidade. A revolução industrial foi um momento tão profundamente decisivo que foi capaz de romper, em poucas décadas após o século XVIII, com milhares de anos de uma relativa simbiose do homem com a natureza, de um modo de vida quase que inteiramente baseado na produção agrícola.

Como esta pesquisa possui um caráter essencialmente teórico, em que a empiria adquire a função de reforçar ou comprovar a teoria, torna-se um tanto complicado - e mesmo limitador - precisar um momento histórico e um *locus* específico para se discutir a urbanização, uma vez que, como a própria revolução industrial foi assíncrona, o mesmo ocorreu com o desenvolvimento das cidades pelo globo. E, como serão apresentados estudos de casos de planejamentos, planificações e políticas urbanas (em diversas localidades), correlacionando-as com a teoria marxista, um recorte geográfico e temporal torna-se desnecessário e restritivo, principalmente quando se quer reforçar a existência de um padrão global de urbanização – um claro subproduto da chamada mundialização e da extraterritorialização¹⁶. O erro analítico consistiria em realizar um estudo de práticas antes e após a industrialização, conjuntamente, correlacionando-as com a teoria marxista, que como é sabido, debruçou-se sobre o capitalismo industrial e produtor de mercadorias. Por isso a escolha de centrar a pesquisa no momento da urbanização moderna – após a revolução industrial.

Com relação às ferramentas de análise das principais categorias, foram utilizadas fontes secundárias ou indiretas – revisão de bibliografia especializada, artigos acadêmicos e jornalísticos, revistas científicas especializadas, sites e repositórios de pesquisas sobre os temas abordados. Foram coletados, eventualmente e conforme a demanda do tema em apreciação, dados empíricos (orçamentários, referentes ao gasto público, de programas governamentais e

¹⁶ Termo que define a ausência de fronteiras territoriais, a eliminação do conceito de soberania territorial, por meio do qual, de acordo com a presente análise, as principais nações imperialistas (Estados Unidos e Inglaterra) exercem o seu poder de influência sobre as nações periféricas. Tal influência pode se dar tanto por meio das suas agências multilaterais, quanto pelos próprios agentes do mercado (principalmente o financeiro) ou demais organismos internacionais (ONU, OMC). A esse respeito, ver exemplo apresentado por Mészáros (2009, p.34).

políticas públicas, dados sobre desigualdade, entre outros) sobre os eixos de análise e demais categorias, de modo a explicitar sua relevância, suas interconexões e o seu impacto, tendo em vista que a cidade e o urbano representam uma síntese dialética de forças, ideologias e culturas.

Esta pesquisa fez uso tanto de dados qualitativos quanto de quantitativos. Contudo, tendo em vista o objeto de análise – um misto de busca de compreensão teórica e crítica com confirmação de influências e correlações entre estruturas, ideologias, teorias e períodos históricos – privilegiou-se, em um primeiro momento, por dados e informações de natureza qualitativa, para eventualmente se valer de dados quantitativos de modo a reforçar as hipóteses e perspectivas de análise.

Em suma, as seguintes fontes foram consultadas:

1. Revisão bibliográfica de literatura especializada (livros, artigos, análises de institutos de pesquisas no Brasil e no exterior);
2. Documentos e relatórios oficiais de Governos e Organismos internacionais / multilaterais;
3. Legislações governamentais referentes ao planejamento e zoneamento urbano – Planos diretores urbanísticos, Leis constitucionais referentes à política urbana e ao planejamento;
4. Relatórios, agendas internacionais e anais de congressos nacionais e internacionais sobre urbanização, urbanismo e planejamento urbano;
5. Demais matérias divulgadas em veículos científicos e jornalísticos.

PARTE I (A CENA) – CONCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O ESPAÇO E O FENÔMENO URBANO

1.1 – Introdução à problemática urbana

Para falarmos da atuação do Estado na esfera urbana, seja por meio de legislação específica e planejamento, seja via regulação e políticas sociais urbanas, não podemos perder de vista que tais atitudes se dão como resposta a uma dada problemática ou fato gerador. Para tanto será utilizada a linha de raciocínio de Lefebvre (2008), em sua análise sobre o princípio da urbanização, como eixo de análise para os diversos pontos que serão abordados a seguir. Para falarmos sobre a problemática urbana (os problemas urbanos inerentes ao processo de urbanização), há que se pensar sobre o seu momento determinante, que foi o advento da industrialização. Pode-se dizer, ademais, que os problemas urbanos se diferenciam nitidamente entre estes dois momentos: antes e depois da industrialização. Ainda consoante Lefebvre (2008), a cidade e a urbanização refletem as modificações provocadas, tanto em relação a uma mudança de um modo de produção para outro (por exemplo, do feudalismo para o capitalismo), quanto para alterações nos nexos internos de um dado paradigma produtivo. Mais adiante veremos que a industrialização, e a isto se deve a delimitação deste recorte temporal, provocou profundas modificações no processo de urbanização, tendo em vista essas duas dimensões. Ela foi uma revolução tanto em termos de ruptura sistêmica do modo de produção anterior quanto por ter provocado uma cadeia de pequenas rupturas subsequentes. Com efeito, o processo de urbanização foi revolucionado pela indústria e aprendeu a se revolucionar constantemente por ela.

Como veremos ao longo deste capítulo, a urbanização não se circunscreve à industrialização e não é criada por ela, mas é transformada indelevelmente por este processo e passa a ser alvo de dominação ideológica pelo capitalismo industrial. São, portanto, duas faces de uma mesma moeda: de um

lado a produção material, de outro, a reprodução humana e da vida social no meio urbano. Isso não significa que o meio urbano seja o espaço privilegiado da reprodução social. Segundo Castells (1983), ele é, simplesmente, o espaço do consumo e da realização do valor (esfera da circulação).

Veremos como é complexo e, por vezes, confuso o entendimento do que seja urbanização. Já o conceito de cidade é ainda mais difícil de ser compreendido. Por ser uma das categorias mais marcadas pelo seu caráter histórico, faz-se necessário sempre adicionar um adjetivo qualificador a este substantivo. A cidade sempre foi profundamente influenciada pela história; daí o risco de análises e observações que percam de vista este elemento, como o fazem as reduções funcionalistas, estruturalistas ou meramente estilísticas. Mais especificamente, pode-se dizer que a cidade é a junção, em um dado momento histórico específico, de uma sociedade em um território ou espaço delimitado. Tal visão, crítica e multifacetada da cidade e do urbano, como interpreta a pesquisa urbana francesa da década de 1960, teria tudo para, naturalmente, descambar para uma análise marxista destes elementos.

Este estudo não se propõe – e nem tem fôlego para – realizar uma construção epistemológica do estudo do espaço, da geografia humana e política e da sociologia urbana. Mas se apropria dessa construção, ainda em curso, no sentido de somar a uma compreensão crítica da urbanização e das políticas urbanas. Nas próximas linhas apresentaremos um breve histórico do estudo do espaço e de sua relação com o homem, história esta que, por si só, já justifica a opção por uma visão crítica da urbanização (dialética, multifacetada, multidisciplinar e integral), para, em seguida (capítulo 2), introduzir uma análise desse processo tendo em vista tal recorte epistemológico.

Tal discussão pode parecer monótona e desnecessária à primeira vista, mas se torna fundamental a partir do momento em que percebemos que a urbanização é uma construção história, ou seja, é um percurso no qual uma sucessão de acontecimentos e escolhas humanas conscientes, ao longo de um tempo específico, a transformam em conquista da humanidade e não um presente dos deuses. Compreender o espaço também é importante porque foi essa

compreensão que determinou a relação do Estado como “árbitro¹⁷” na disputa de classes pela sua apropriação, criando leis, com base em um direito territorial e urbano e políticas públicas específicas.

1.2 - A importância e o papel estratégico do espaço/território

A geografia, a história, a economia, a filosofia, entre tantas outras áreas do conhecimento humano, têm se ocupado, a muito tempo, do estudo das categorias *espaço* e *urbanização*. Tais categorias, em suas dimensões mais plenamente desenvolvidas, possuem uma relação intrínseca com a geografia política e crítica, uma vez que representou a própria politização desta ciência. Mais precisamente, a partir da introdução das reflexões oriundas do materialismo histórico (como será desenvolvido mais adiante) para o campo da geografia, o espaço passou a figurar como importante campo temático para as mais variadas escolas do pensamento humano.

Isso traz à tona o motivo pelo qual se optou por tais categorias como elementos centrais para uma análise da urbanização no contexto do capitalismo industrial: o *espaço*, sob uma perspectiva totalizante e tendo (conforme já dito) como método o materialismo histórico e sua crítica do capitalismo, é justamente a “relação” que se estabeleceu entre o homem, o seu meio natural e os espaços “artificialmente criados” por ele. Esta categoria assume, portanto, uma conotação política, tendo a sua existência, repartição, produção e reprodução vinculada às estruturas de poder e às leis internas dos modos e sistemas produtivos aos quais esteve historicamente ligado. Com efeito, para Marx, o espaço natural transformado pelo homem (seu território), é o veículo primário pelo qual o ser humano também se transforma e perpetua o ciclo de produção e reprodução. Sendo assim,

a terra é o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da

¹⁷ Mas um árbitro que não é passivo, e sim bastante ativo, ora pendendo para um lado, ora pra outro. É desnecessário dizer, contudo, que se existe uma sociedade capitalista, e, portanto, um Estado capitalista, toda síntese dialética de forças será no sentido de manter e fortalecer este modo de produção.

comunidade. As relações do homem com a terra são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo (MARX, 1985. p.67)

A posterior compreensão e consideração do *espaço* – como “relação” e fator econômico fundamental para o capitalismo – significou uma ruptura com a compreensão da geografia tradicional, onde o espaço geográfico assume função de mera “paisagem” natural, estática e neutra (SAQUET, 2013). A partir deste momento, esta categoria passa a ser analisada pelo prisma das mais diversas ciências e campos do conhecimento – a exemplo das reflexões do filósofo Henry Lefebvre e do historiador Fernand Braudel. Conforme se verificará neste capítulo, o conceito de território/espaço passou por reformulações e acompanhou as mudanças ocorridas no próprio campo da geografia. Contudo, defende-se aqui a ideia de que a verdadeira ruptura na compreensão tradicional do espaço geográfico, com origens que remontam à escola francesa de geografia do Século XIX, foi justamente o surgimento de uma *crítica à economia política e ao modo de produção capitalista* empreendida por Marx.

Consoante Jean Gottmann (2012), em suas pesquisas sobre a construção desta categoria, mesmo que não fosse utilizada uma terminologia específica, a ideia de *espaço/território* já existia antes do século XIV, como sinônimo de jurisdição ou demarcações de propriedades. O processo de constituição e de demarcação de territórios, alvo de estudo de farta literatura sobre as formações pré-capitalistas, a exemplo de Marx (1985) e Mandel (1978), é tão antigo quanto a própria humanidade. Trata-se ademais, de um conceito geográfico que pode ser empregado para qualquer espécie animal que estabeleça limites espaciais para a sua fruição e reprodução. Mas, o *espaço* como categoria, alçado a estatuto epistemológico (de conteúdo político) teve suas origens na *Pólis* grega, mais precisamente com Platão, e seus princípios geográficos e limites territoriais para uma Cidade-Estado ordenada e planejada. Em suas orientações já havia até mesmo critérios para a alocação do excedente econômico. Porém, mais do que isso, suas reflexões também gravitavam em torno da “relação” do homem com o seu espaço. Tais reflexões continuaram em Aristóteles (embora com ressalvas, como, por exemplo, a questão do isolamento), e em seus sucessores, o que

fomentou o debate entre o chamado “isolacionismo” e o “cosmopolitismo”¹⁸ (GOTTMANN, 2012).

Cabe aqui um pequeno parênteses sobre a diferenciação entre os termos *espaço* e *território*. Em essência, os dois representam a mesma coisa. Contudo, tradicionalmente, e como veremos a seguir, a expressão *território* adquiriu um caráter mais formal, tendo sido capturado pela teoria do direito internacional, para qualificar o *espaço* em seus aspectos jurídico-políticos. Portanto, o território passa a significar um espaço demarcado, limitado tanto geográfica quanto juridicamente. *Espaço*, por seu turno, tem uma conotação mais geral e ampla, ligado a aspectos relacionais, processuais, culturais e mesmo filosóficos (a relação do homem com o seu espaço). Pode se dizer que o termo espaço adquire uma conotação mais *ontológica* do que a expressão território, que se aproxima mais da geografia física. Sendo assim, neste estudo serão adotados os dois conceitos, a depender do sentido a ser empregado (se no aspecto formal – território, ou em um sentido mais amplo – espaço).

Os séculos de domínio romano foram momentos importantes para a definição do que seja território, uma vez que se tratava de uma força política e militar em franca expansão geográfica. Neste ponto, faz-se uma ressalva a Gottmann (2012): enquanto que, para ele, este foi um momento em que o conceito recuou a um “plano de fundo”, pode-se dizer que foi um momento em que o território se deparou com questões “multidimensionais”. Trata-se, inclusive, de uma situação semelhante à vivenciada nos dias atuais pelo “império estadunidense”, no qual este se depara e procura, conforme as leis imanentes à acumulação capitalista, a dominação e a expansão territorial por outros meios que não os meramente físicos. Naquele momento, do Império Romano, a expansão era perfeitamente possível, mas esta constante expansão territorial exigia uma

¹⁸ Que diz respeito ao debate travado na geografia com relação aos conceitos de *isolacionismo platônico* versus *cosmopolitismo alexandrino* que deu a tônica nos posicionamentos dos Estados com relação ao seu grau de abertura internacional. A primeira baseia-se nos preceitos de Platão, nos quais o território deve ser encarado em termos de sua autossuficiência, segundo Gottmann “a mais antiga precursora da maioria das doutrinas de isolamento” (2012, p.526). A segunda, foi uma resposta, por parte do próprio Alexandre, o Grande, as inspirações de seu mestre, e pupilo de Platão, Aristóteles, segundo a qual a Grécia deveria se fechar para os inimigos, mas se abrir para o mundo (GOTTMANN, 2012).

compreensão igualmente expansível e maleável deste conceito¹⁹. Contudo, Gottmann alerta para o fato de que esta dicotomia entre isolacionismo e cosmopolitismo expressa um dilema ainda não superado. A solução encontrada foi uma espécie de “junção” ou hibridização entre essas duas visões de território: os limites deveriam ser previamente definidos e mutuamente reconhecidos, sem que isso representasse, necessariamente, um isolamento geográfico, nem, tampouco, o fim de pretensões expansionistas (GOTTMANN, 2012).

O próprio advento do capitalismo trouxe à tona a resposta para esse dilema: a necessidade da acumulação, detalhadamente explicitada em Marx (2014), torna o isolamento geográfico algo impensável; contudo, a demarcação de limites de soberania, trouxe uma certa organização a um modo de produção que tem como um dos seus fundamentos principais o expansionismo. A esse respeito este autor afirma que

o território enquanto quadro para um sistema político separado é geralmente desejado para prover segurança física contra invasão ou controle estrangeiro, como uma plataforma para a oportunidade econômica de desenvolver recursos em seu interior e em possíveis redes externas. Devido ao fato de o conceito de território ser construído sobre uma busca dual, por segurança e oportunidade, o processo político que se empenha em conseguir o melhor equilíbrio possível para a satisfação geral da população deve continuar debatendo se é preferível o isolacionismo ou o cosmopolitismo (GOTTMANN, 2012, p.529).

Com estas preocupações – de manutenção de soberanias – o conceito de território, (termo jurídico-político comumente empregado para designar *espaço*), justamente pelo seu conteúdo político, foi capturado e trabalhado, a partir do século XV pela Teoria do Direito Internacional, que o vinculou, como era de se esperar, à concepção de Estado-nação. Esta noção, por sua vez, materializou-se institucionalmente, com mais força no âmbito jurídico e diplomático, com a consolidação do moderno sistema internacional.

Tradicionalmente, adotou-se como marco inicial do Direito Internacional e de uma concepção “oficial” de território (e mesmo de Estado), o

¹⁹ Que foi uma das causas do seu sucesso expansionista, e não apenas uma questão meramente militar.

acordo de paz de *Westfália*²⁰. Não por acaso, a noção “moderna” de Estado e de território teve como marco histórico este mesmo momento, constituindo-se, deste modo, o binômio quase indissociável Território-Estado; sem que, contudo, nenhuma das duas dimensões expressasse o seu caráter político, social e contraditório. Isso se deve ao fato de que tais concepções estão encapsuladas em uma compreensão teórica e ideológica que percebe o Estado como autoridade máxima que detém o monopólio dos meios de coerção, ou em outras palavras, como a “autoridade máxima da política territorializada” (JESSOP, 2007, p.14-15). O território seria, destarte, a “jurisdição” sob a qual o Estado exerce o seu poder. Não à toa, para Gottmann, as problematizações e acúmulos teóricos em torno dessa categoria,

tem preocupado os juristas, particularmente aqueles especializados em Direito Internacional e Constitucional. De fato, a noção moderna de soberania dificilmente pode ser compreendida e aplicada sem a definição de seu sustentáculo territorial. Os juristas têm considerado o território como um conceito conveniente, apesar da difícil definição. (GOTTMANN, 2012, p.524).

Tal visão é fruto de uma concepção particular de Estado e de suas relações de poder, especificamente situadas no período das monarquias absolutistas: após os sangrentos conflitos territoriais ocorridos na Idade Média, tornou-se necessária a delimitação dos espaços conquistados e adquiridos, com vistas à estabilização de uma região social e economicamente arrasada pelos combates. Os Estados teriam, portanto, a sua soberania definida pela existência de um território delimitado e devidamente reconhecido por outros Estados. De acordo com a teoria do Direito Internacional, para que um Estado seja reconhecido como tal, devem existir, necessariamente, cinco elementos, a saber: povo; *território*; governo autônomo e independente; finalidade; e capacidade de relação com demais Estados, amparada por ampla legislação (MAZZUOLLI, 2007).

Em suma, o conceito de território vinculou-se ao próprio conceito de Estado, como um elemento constitutivo deste. Mas a concepção de Estado na qual

²⁰ Tratado assinado, em 1648, entre diversas nações europeias, incluindo a atual Alemanha, França, Suíça, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, entre outras nações, que encerrou a Guerra dos 30 anos, dando início ao moderno Sistema Internacional.

o território tradicionalmente se associou é a que se inspira nas teorias do *estatismo clássico* de Nicolau Maquiavel, Carl Von Clausewitz, Alexis de Tocqueville, Max Weber e Hintze. Mais recentemente expressou-se no *Neoestatismo* de Rueschemeyer e Skocpol (1985) e teóricos do Direito Internacional, partidários da doutrina constitutiva do Estado (que o associa à existência dos cinco pontos anteriormente elencados). São, em essência, teorias e ideologias *burocráticas* de Estado, que o percebem como um ente jurídico de direito internacional, *autoexplicativo* e *autodeterminado*, não mantendo relação com questões estruturais, de classe, frações de classe e sequer um vínculo formal com a sociedade. Contudo, em que pese o esforço de alguns estudiosos do direito internacional em reconhecer que a essência do Estado possui “um quê” a mais de complexidade, acabam sempre por corroborar concepções que legitimam a existência de um aparelho jurídico-diplomático²¹, que, como colocado por Gottmann (2012), é deveras conveniente.

1.3 - A construção histórica do conceito de espaço

Embora a compreensão tradicional de espaço tenha se confirmado frágil, face à existência de Estados sem território definido (e reconhecido), e diante da porosidade da noção de “nação”, este esteve, por muito tempo, atrelado à existência de um Estado. Contudo, essa visão foi revisitada, principalmente no âmbito de uma nascente geografia política, o que resultou na dissociação entre essas duas dimensões. Mas é importante frisar como surgiu esta ciência e em que condições; situação que abriu caminho para uma compreensão crítica do espaço. Para tanto, é fundamental que situemos este início paralelamente ao próprio nascimento da “ciência” geografia, remontando aos clássicos (Alexander

²¹ Para Gottmann, “uma vez que um sistema jurídico funcione por algum tempo sobre uma certa extensão do espaço, este parece criar um *momentum* que lhe permite sobreviver a mudanças de regime político, pois a unidade da jurisdição territorial estabelece interesses comuns e um *modus vivendi* entre os habitantes, mesmo que eles pertençam a povos razoavelmente diversos. O território enquanto quadro para um sistema político separado é geralmente desejado para prover segurança física contra invasão ou controle estrangeiro, e como uma plataforma para a oportunidade econômica de desenvolver recursos em seu interior e em possíveis redes externas” (2012, p.528-529).

Humboldt, Carl Ritter, Friedrich Ratzel e Paul Vidal De La Blache, entre outros) para a sua posterior desvinculação, com a geografia crítica e humanista.

A ciência e a disciplina geográfica surgem do terreno fértil da Alemanha do século XIX, tendo como substrato epistemológico a filosofia de Immanuel Kant e a *Naturphilosophie*²² de Friedrich Schelling de um lado, e as teorias do liberalismo econômico e do positivismo de outro. Kant (2013) procurou identificar o papel das ciências na investigação do mundo exterior, principalmente das ciências naturais, como a geografia. Com efeito, os estudos da natureza e da geografia conviviam neste período com as mais variadas influências, bem como com teorias que surgiam como respostas ou oposição à outras, como foi o caso do empirismo e do positivismo de Auguste Comte, em resposta às abordagens metafísicas e junções entre ciência e filosofia.

Ainda que seja algo carregado de polêmicas e dissensos²³, atribui-se a Alexander Humboldt, a alcunha de fundador da geografia moderna. Ele desenvolveu uma geografia eminentemente física (o nome dado para a sua ciência era exatamente o de geografia física), baseada na observação, medição e catalogação dos fenômenos verificados em suas inúmeras viagens pelo globo – tendo se beneficiado muito dos acúmulos científicos obtidos com as explorações marítimas e o desenvolvimento da cartografia. Tendo sido um dos homens mais famosos e cultos de seu tempo, pode-se dizer, conforme Claval (2006), que em suas preocupações em desenvolver uma ciência universal, acabou aproximando-se muito de Kant e mesmo de Schelling, em detrimento de uma geografia meramente física. Outro personagem tido como um dos precursores desta ciência foi o contemporâneo de Humboldt o, também alemão, Carl Ritter.

²² Que defendia o estudo e a compreensão da natureza como um todo, unificando todos os entendimentos sobre a existência, e congregando dessa forma, a filosofia e a ciência. Segundo Souza (2010), Schelling “defende a filosofia como ciência da natureza, ao mesmo tempo em que apresenta seu objeto como o absoluto, concebido como unidade da natureza. É necessário entender, entretanto, que a ciência da natureza, segundo ele, não consistia em uma disciplina específica, mas em um saber capaz de congrega todas as formas de compreensão da existência enquanto uma unidade ontológica” (p. 31-32).

²³ Ver Capel (2012).

Segundo Capel (2012), a abordagem de Ritter difere da de Humboldt já pela sua própria formação: cristão e influenciado pelo Romantismo, reconhece na natureza o seu papel de cenário para as transformações históricas observadas na sociedade. Além disso, Ritter foi um geógrafo cujas contribuições tiveram uma maior importância para a formação de uma concepção renovada de espaço, aproximando a história e a cultura da geografia, percebendo também a relação de reconhecimento do indivíduo com o seu território. Ao contrário do seu compatriota, deu mais ênfase ao homem do que à natureza, mas compartilhou com Humboldt a sua afinidade com Kant e Schelling (CAPEL, 2012). Ritter nutria uma preocupação pela relação entre o homem e a natureza, mas para ele, era esta última quem definia tais relações, bem como o estágio de desenvolvimento de determinadas regiões, conforme demonstrou a sua geografia comparativa²⁴.

Ainda de acordo com Capel, após a morte destes dois expoentes da geografia, seus estudos não tiveram a devida continuidade. A partir do final do século XIX, novas dimensões começaram a ser incorporadas ao elemento espacial e territorial, de inspiração positivista e liberal. Os reflexos cada vez maiores da revolução industrial – a própria consolidação do modo capitalista de produção – as guerras de independência, a ampliação do comércio entre os países e continentes, a revolução no transporte náutico e ferroviário; enfim, o estreitamento das fronteiras entre os países e a introdução de novas formas de trocas comerciais (que não apenas a marítima), demandaram uma sistematização e um conhecimento aprimorados sobre a geografia.

A ciência geográfica se institucionalizou na Alemanha neste período e, após um lapso de algumas décadas desde a morte de Humboldt e Ritter, novas e proeminentes figuras surgiram nos estudos geográficos e do espaço, como Friedrich Ratzel. Criador do termo *Lebensraum* (espaço vital) e autor de relevantes formulações sobre a relação histórica entre natureza e indivíduo, Ratzel foi pioneiro na sistematização do estudo da geografia, tendo-a

²⁴ O que explicava, segundo Capel (2012), a supremacia europeia sobre outras regiões, como a África.

desmembrado em três vertentes: Geografia Física, Biogeografia e a Antropogeografia – esta última seu campo primário de estudo. Aliás, este cuidado em criar um ramo separado para os estudos da relação do homem com a natureza, dá a tônica dos seus principais trabalhos, no qual o homem e sua vinculação com o seu espaço exercem um papel central.

Contudo, sem entrar no mérito de polêmicas envolvendo Ratzel²⁵, o certo é que, mesmo que o ser humano seja capaz de modificar, em certa medida, o seu espaço, tendo em vista uma maior ou menor possibilidade em termos de recursos naturais, em última instância, a natureza ainda prevalece. Ratzel era considerado um teórico de cunho evolucionista que relacionava as características e grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade tendo em vista a sua localização geográfica e disponibilidade de recursos naturais. Apesar das controvérsias envolvendo a sua obra, deu contribuições importantes ao estabelecer uma relação dinâmica e holística entre território, indivíduo e história. Ele até, segundo Haesbaert (2002) chegou a realizar uma crítica à Ciência Política (e também à sociologia), que,

até o presente rigorosamente se absteve de toda consideração espacial, de toda medida, de todo inventário comparado dos Estados e das porções do Estado (...) Aos olhos de alguns politólogos e sociólogos, como também para numerosos historiadores, o Estado plana no ar, e o território do Estado não é mais do que uma forma superior de propriedade fundiária (RATZEL, 1988 apud HAESBAERT, 2002, p.81).

Para Ratzel, a existência de um território mínimo é fator preponderante para a evolução da espécie humana, tendo em vista as potencialidades de cada local. Verifica-se também, que o seu conceito de território, apesar das suas influências darwinianas, é claramente ligado à noção de Estado. E o Estado é a unidade política cuja função é a defesa desse espaço territorial mínimo (espaço vital) necessário para a evolução e coesão de um determinado grupo social, por meio das “políticas territoriais” (FILHO, 2010). Mas é justamente desta visão,

²⁵ Fruto, talvez, da francofonia envolvendo o estudo da Geografia. O certo é que, desde as críticas de Lucien Febvre (1955), Ratzel tem sido historicamente acusado de ter sido um intelectual orgânico do expansionismo alemão (e posteriormente até do regime fascista) e direcionou seus estudos de acordo com as pretensões políticas de seu país.

ainda restrita do território que nasce o interesse por uma geografia política. Para ele,

como o estado é inconcebível sem território e sem fronteiras, constitui-se, com bastante rapidez uma geografia política e, ainda que nas ciências políticas de uma forma geral, frequentemente se tenha perdido de vista a importância do fator espacial, da situação, etc. Considera-se, entretanto, como fora de questão que o Estado não pode existir seu um solo. Ignorá-lo numa teoria do Estado é uma tentativa inútil que nunca pode ter êxito senão de modo passageiro (RATZEL, 2003, p.4)²⁶.

Contudo, a despeito das polêmicas em torno do *Lebensraum*, a teoria de espaço vital parece descrever e “profetizar”, mesmo que não intencionalmente, a sede imperialista por cada vez mais território. Para Ratzel, segundo Filho (2010), “uma vez que o ‘espaço vital’ se expande com o desenvolvimento demográfico, econômico e tecnológico, o Estado tenderia a se antecipar na conquista de novos espaços, o que Ratzel denominou de *apetite territorial*” (p.68. Grifo nosso).

Neste ínterim, a França e a Alemanha se envolveram em uma guerra em que não apenas o exercito francês foi derrotado²⁷, mas também os seus brios. Para o famoso romancista Vitor Hugo, segundo Ribeiro (2009), a ciência era “clamada em auxílio” aos corações feridos e humilhados pela guerra. Esta nova ciência a ser conclamada, de corte positivista, substituiu o melhor do iluminismo pelo pior do liberalismo; era a ciência a serviço da dominação de uma nação sobre outra. É neste cenário que emerge uma nova ciência geográfica, concomitantemente a uma nova concepção de território, de modo a mapear os recursos naturais existentes nas metrópoles e suas colônias e extrair o máximo delas em riquezas – mantendo sempre em mente o já mencionado binômio segurança interna / oportunidades econômicas. Mas esta nova geografia, de cunho nacionalista, e de inspiração liberal e positivista também passou a sofrer grande influência dos novos estudos e pesquisas em economia, tendo em vista a óbvia importância dada ao elemento

²⁶ Texto original: “Comme l'État n'est pas concevable sans territoire et sans frontières, Il s'est constitué assez vite une géographie politique, et quoique, dans les sciences politiques en général, on ait souvent perdu de vue l'importance du facteur spatial, de la situation, etc., il est cependant regardé comme hors de doute que l'État ne peut se passer du sol. En faire abstraction dans une théorie de l'État est une vaine tentative qui n'a jamais pu réussir que passagèrement”. Tradução própria.

²⁷ O que representou a perda de recursos e territórios, como Alsácia-Lorena.

territorial por seus recursos e potencial defensivo. Os historiadores Émile Levasseur e Auguste Himly, dois grandes artífices dessa revisão, estavam bastante cientes do caráter estratégico da propriedade territorial e da geografia como força do progresso econômico liberal (RIBEIRO, 2009).

Uma grande consequência desse momento de inflexão, fruto de um sentimento de orgulho ferido, foi a instituição de uma geografia acadêmica. O principal expoente da chamada Escola Francesa de Geografia foi o historiador Paul Vidal De La Blache, que tomou a decisão de apreender todo o conteúdo existente até então da geografia científica. (o que incluía, naturalmente, os alemães, como Ratzel) de modo a criar um “método francês” de pesquisa. La Blache desenvolveu o conceito de *região*, no qual, partindo do conhecimento da geografia física e unindo-a ao seu conhecimento de história, percebe que cada uma é, de acordo com as suas possibilidades naturais, afetada em maior ou menor proporção, pela humanidade, conferindo-a uma face (paisagem) diferenciada conforme o seu uso ao longo da história. Mesmo que o conceito de paisagem seja um tanto quanto estanque e estático, como vestígios de uma civilização perdida, essa visão foi fundamental para o início de um interesse sobre o caráter relacional das paisagens geográficas. Para La Blache, não cabe à geografia estudar os homens, mas ela nos dá pistas, como testemunha da história, dos passos trilhados pelos indivíduos. Além disso, ela pode, pelo uso que se faz dela, estabelecer restrições futuras – o que, por seu turno, interfere na própria vida em sociedade. Para La Blache (em uma concepção aproximada à de Marx²⁸), segundo Gomes (1996, p.200),

²⁸ Marx estava ciente de que a natureza exerce um papel de mediação no processo de produção-reprodução social, o que, para leituras mais apressadas, poderia sugerir um determinismo natural em sua obra. Para ele, “uma Natureza demasiado pródiga ‘segura o homem pela mão como a uma criança em andadeiras’. Ela não faz de seu próprio desenvolvimento uma necessidade natural. Não é o clima tropical com a sua exuberante vegetação, mas a zona temperada, a pátria do capital. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sim sua diferenciação, a multiplicidade dos seus produtos naturais, que constitui a base natural da divisão social do trabalho e estimula o homem, pela mudança das condições naturais, dentro das quais ele reside, à multiplicação de suas próprias necessidades, capacidades, meios de trabalho e modos de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la mediante obras feitas pela mão do homem, desempenha papel decisivo na história da indústria (...) A excelência das condições naturais fornece sempre apenas a possibilidade, jamais a realidade do mais-trabalho”(MARX, 1985, p. 108-109. Grifo nosso).

O homem age sobre seu meio ambiente ao mesmo tempo em que sofre sua ação (...), e em suas relações com o que o cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maioria dos casos até que ponto ele é um ou outro.

Neste sentido, e posicionando-se frente a um determinismo natural²⁹ fortemente presente na Geografia, La Blache reafirma a liberdade do homem frente à natureza, observadas as suas condições limitadoras e mediadoras. Esse era, em linhas gerais, os termos do “possibilismo”, conceito criado pelo historiador francês Lucien Febvre, para estabelecer uma posição frente ao determinismo da escola alemã de geografia (muito influenciada pelas ideias de Ratzel). A expressão indica que sempre há uma via possível, mesmo diante das adversidades impostas pelo meio natural. Para Febvre, de acordo com Filho (2010, p.87), “o objeto legítimo da pesquisa deve ser as relações do meio e das sociedades na sua evolução histórica”. Este historiador foi um importante divulgador das teorias de La Blache, e uma força determinante para a diluição das ideias deterministas, tão em voga nos países anglo-saxões, solidificando, assim, a existência de uma “escola possibilista”.

Seguindo a progressão cronológica nos estudos da geografia e do espaço, a virada do século XIX para o XX testemunhou as contribuições do alemão Alfred Hettner e dos estadunidenses Carl Ortwin Sauer e Richard Hartshorne (1899-1992), que procuraram dar um lastro epistemológico e científico menos romântico e mais racionalista³⁰ à obra de La Blache. Em outras palavras,

²⁹ De acordo com Filho (2010), o determinismo natural esbarrava em uma constatação de ordem objetiva e concreta, que era o fato de que “as formas de organização social, política e econômica variam muito, mesmo quando se comparam sociedades que habitam locais com características similares, fazendo com que as interpretações históricas deterministas soassem forçadas” (p.85). O grande diferencial da geografia regional de La Blache residia justamente no fato de considerar essas diferentes constituições sociais tendo em vista as diferentes construções históricas dos territórios. Este tipo de “princípio” ainda se mostra, em parte, atual – sobre isso se sugere a leitura da crítica de Yves Lacoste (1989) a esta abordagem – visto que, até mesmo no âmbito das políticas sociais, a abordagem regional é a que melhor considera as diferenças e peculiaridades de cada local - tendo em vista a miríade de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais (elementos não contemplados por La Blache).

³⁰ Era um momento de efervescência na intelectualidade, principalmente a alemã (com a atuação de Heidegger, Weber, Simmel, entre muitos outros) e o positivismo de Auguste Comte dava agora lugar ao retorno das ideias de Kant (*neokantismo*). Segundo Moreira (2000), Hettner nadou contra a corrente do seu tempo, uma vez que o neokantismo pregava a separação entre as ciências *nomotéticas* (regidas por leis gerais), nas quais se enquadrava as que estudavam os fenômenos da natureza, das ciências *ideográficas*, nas quais figuravam os estudos sobre o ser humano. Neste ínterim, Hettner

“buscaram uma renovação da geografia clássica pela proposição de conceitos e métodos mais rigorosos” (FILHO, 2010, p.98). Estes estudiosos propuseram um estudo do ordenamento espacial, procurando investigar as causas das diferenciações das diferentes regiões em termos de “combinações de elementos físicos e humanos” (FILHO, 2010, p.97).

Isaac Newton não foi apenas intelectualmente feliz ao formular a sua 3ª lei, mas também foi sábio ao postulá-la. Segundo ele, toda força pressupõe uma contraforça de igual intensidade. Parece que tal lei não se presta apenas às ciências naturais, mas também às teorias do conhecimento humano: toda corrente filosófica cria as condições para que uma corrente oposta a substitua, instaurando a chamada crise filosófica. Em resposta ao neokantismo surge, então, o (neo) positivismo das décadas de 1920 até a de 1950. A compreensão da geografia, que naturalmente se confunde com o entendimento de território (por ser a materialização da relação entre o homem e seu espaço, na qual incidem fatores mediadores, como o “poder”) se modifica para uma compreensão “quantitativa” do território.

O estudo das relações entre o homem e a natureza agora dão lugar à mera apreensão de padrões demográficos e modos de distribuição ao longo de um dado território – mediante esquemas estatísticos e matemáticos. Paralelamente, a Escola Austríaca de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek fortalecia as bases para uma “nova roupagem” liberal. Não por coincidência, uma das principais influências desse neopositivismo foi justamente o chamado Círculo de Viena (Áustria), que propunha, como aporte epistemológico, a linguagem lógica e matemática. Com efeito, a geografia humana viveu uma espécie de limbo intelectual nas primeiras três décadas do século XX, tendo em vista, principalmente, as velozes e profundas transformações promovidas pelo Capitalismo industrial: a geografia tradicional era tida como incapaz de dar respostas a esses novos e velozes acontecimentos. Segundo Filho (2010, p.122),

procurou unificar as duas ideias, o que o aproximava das concepções de La Blache, algo surpreendente, em se tratando de um geógrafo alemão e não francês (Ibid, p.142).

o interesse pela explicação científica da diferenciação de áreas, com base no estudo das interações entre elementos heterogêneos, declinava diante da importância cada vez maior que os processos sociais e econômicos passavam a desempenhar como agentes de organização do espaço, criando e reproduzindo padrões que negavam a ênfase tradicional na singularidade dos lugares.

Como expoentes dessa geografia teórica-quantitativa destacam-se Kurt Schaefer, Walter Christaller - criador da teoria das localidades centrais³¹ -, Carl Sauer, William Louis Garrison, William Bunge, Waldo Tobler, entre outros, em sua maioria anglo-saxões, o que talvez explique o apelo que o neopositivismo teve nesses países, bem como a sua durabilidade nos países de língua inglesa, onde a chamada “revolução quantitativa” se deu com mais velocidade. Era uma geografia que não deixava de confiar em princípios universais, desde que essas leis obedecessem às lógicas e princípios econométricos e estatísticos. Era o primado do método sobre o objeto; o resultado da união entre o positivismo de outrora com a geografia econômica, sob os auspícios de Johann Heinrich von Thünen e a sua teoria econômica da localização. A esse respeito Filho observa que

os modelos matemáticos elaborados por autores como Johan H. Von Thünen (1783-1850), entre o século XIX e a primeira metade do século passado, estiveram na origem dessa perspectiva, fixando o procedimento básico a ser seguido para a explicação dessas distribuições. A análise do desenvolvimento econômico em escala regional só viria a aparecer efetivamente a partir dos anos 1930 e com base em preocupações que, de início, não eram especificamente espaciais; tratava-se, na verdade, de uma combinação de teorias macroeconômicas de determinação da renda com a teoria do comércio internacional (algo muito apropriado para o momento histórico), sendo que, sob esse prisma, as regiões eram pensadas como unidades homogêneas, totalmente abstratas e

³¹ Teoria segundo a qual as aglomerações urbanas se formam tendo em vista a sua distribuição de bens, serviços, moradias, seguindo certos princípios econômicos, tais como a redução de custos logísticos. Essa teoria ainda é largamente empregada como modelo de compreensão da dinâmica morfológico-espacial dos aglomerados urbanos, em que pese a sua busca por simplificar a meros esquemas econômicos e geométricos a realidade da distribuição espacial. Para Bradford e Kent, segundo Cunha e Silva (2007), se trata de uma teoria que considera o aglomerado urbano como sendo algo perfeitamente disposto, entre elementos também idênticos e desprovidos de complexidade; totalmente aquém, portanto, da realidade. Para eles, “uma planície uniforme e sem limites, com mobilidade total e custo de transporte proporcional à distância; população igualmente distribuída por toda parte; lugares centrais distribuidores de bens e serviços; consumidores deslocando-se ao lugar central mais próximo; fornecedores de bens e serviços agindo como homens econômicos, quer dizer, visam o maior lucro e o maior mercado possível, implicando em distância equilibrada uns dos outros”(BRADFORD; KENT apud CUNHA; SILVA, p.68).

de dimensões indefinidas - a rigor, os modelos as definiam com se fossem pontos no espaço (2010, p. 128).

Era um momento conturbado, principalmente o de entre guerras, e cada nação tratava a ciência e a produção do conhecimento de acordo com a forma com que encarava o panorama mundial. As escolas anglo-saxãs, que, historicamente, já eram mais direcionadas para o estudo da geografia física e do mapeamento de recursos naturais, tendo em vista a introdução massiva da indústria, viam-se ainda mais presas em seus propósitos funcionais, agora em relação ao capitalismo industrial. Com efeito, foi um momento em que os economistas se apropriaram definitivamente das discussões sobre o espaço e o desenvolvimento regional, justamente por perceberem a importância do território e das informações estratégicas sobre ele com vistas à ampliação da acumulação – o que explica o *frenesi* em torno dos modelos econométricos de distribuição espacial.

1.4 - A Escola de Chicago e a Sociologia Urbana

Do outro lado do Oceano Atlântico, ao final do século XIX, ocorria a revolução industrial dos Estados Unidos, cujas consequências transformariam a forma de se viver e analisar o urbano. Foi o momento de consolidação da sua expansão territorial, a “conquista do Oeste”, o fim da Guerra de Secessão, a abolição da escravatura e a disseminação, para o sul, de um novo modo de vida industrial-burguês (nortista). Os Estados Unidos começavam a construir o seu grande império global com base em quatro grandes pilares³²: a indústria do aço, capitaneada por Andrew Carnegie, a indústria energética, de John D. Rockefeller, a indústria dos transportes ferroviários, de Jay Gould e as finanças de J. P. Morgan. Diversas importantes cidades começaram a se desenvolver, fruto, em grande parte, de um novo sistema de transporte ferroviário e marítimo que interligou todas as regiões do país. Uma dessas cidades foi Chicago, no Estado de Illinois. Já afetada, em grande parte, por um *boom* industrial após a guerra-civil, a

³² O escritor Charles R. Morris, se refere a estes quatro “cavaleiros” (em alusão aos quatro cavaleiros do Apocalipse) como “os magnatas” (2009).

cidade, que inicialmente se assemelhava à Londres retratada por Engels³³, com seus esgotos a céu aberto e suas moradias insalubres, curiosamente teve uma “segunda oportunidade³⁴”, cujos reflexos tiveram impactos profundos nos estudos sobre a dimensão urbana. Logo após a destruição da cidade, cuja importância estratégica como entreposto comercial e elo entre o Leste (industrial) e o Oeste (agrícola) era incontestável, um grande movimento de reconstrução foi iniciado, encabeçado por arquitetos de renome mundial como Frank Lloyd Wright e Daniel Hudson Burnham (este último tendo sido responsável pela elaboração do plano urbanístico da cidade, em 1909).

A reconstrução da cidade de Chicago, mais do que representar um marco histórico de superação de adversidades, se tornou um momento paradigmático, nos estudos sobre o espaço e a problemática urbana e no próprio planejamento urbano. Logo após o incidente, novas legislações foram criadas com vistas a modificar os padrões construtivos (substituição de madeira, por alvenaria e aço). A destruição e posterior reconstrução da cidade representaram uma grande oportunidade, tanto em termos de uma completa “faxina”, quanto por se configurar como uma efetiva forma de obtenção de lucros robustos para o capital industrial e especulativo. A mão de obra utilizada nas construções, de imigrantes, em grande parte, era barata e estava disponível em grande quantidade. A despeito dos prejuízos causados pelo incêndio, o incidente acabou sendo muito conveniente para os investidores, que permutaram as moradias insalubres de imigrantes por centros comerciais (como o *Loop*), grandes Magazines e novos setores industriais. Foi a oportunidade de dar a Chicago, cidade em condição estratégica e com grande potencial econômico, o tratamento que consideravam merecido.

³³ No seu livro, *Die Lage der Arbeitenden Klasse in England de 1845*. Tradução para o português: A situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra de 2008.

³⁴ Após o grande incêndio de 1871, provocado pela perigosa associação entre construções de madeira (em sua grande maioria), clima seco e uma fagulha (um estábulo que pegou fogo) e que causou a quase total destruição da cidade, contabilizando 95 mil desabrigados e um prejuízo de duzentos milhões de dólares à época.

Foi também um período de construção coletiva do orgulho nacional e do surgimento de uma cultura urbana estadunidense. Em 1893 ocorreu a Exposição Universal de Chicago, que, seguindo os objetivos das outras edições ocorridas na Europa e em outras cidades dos Estados Unidos, servia de vitrine para as conquistas da Revolução Industrial. Tal evento também serviu como um fórum de discussão de soluções para os problemas urbanos e contribuiu para difundir uma ideologia urbana baseada na estética e na funcionalidade e uma imagem de sociedade ideal, fundada em princípios protestantes, liberais e capitalistas, o que ficou conhecido como movimento *City Beautiful*³⁵.

Não era de se estranhar que um dos principais nomes da chamada Era de Ouro do industrialismo dos Estados Unidos, John Davidson Rockefeller, magnata do petróleo e filantropo, desembolsasse uma quantia considerável para que a Universidade de Chicago se tornasse um dos baluartes da intelectualidade estadunidense. Logo após a sua fundação, foi criada, nesta mesma Universidade, uma unidade de pós-graduação e um centro de pesquisas que rompiam com a tradição que privilegiava apenas o ensino e passou a valorizar as pesquisas e os estudos empíricos (COULON, 1995). Albion Small, fundador do Departamento de Sociologia, foi bastante influenciado pelos teóricos alemães, principalmente Georg Simmel. Por conta disso, desde o início foi bastante enfático quanto à necessidade de que se desenvolvesse, nesta instituição, uma metodologia de pesquisas e análises práticas, calcadas no positivismo e no funcionalismo. Small, em seu livro intitulado *An Introduction to The Study of Society* (1894) faz a seguinte apresentação de sua proposta de estudo, em parceria com George E. Vincent:

O método crível de Sociologia deve ser o método de indução e de observação, e este livro tenta arranjar uma ordem de observação que irá dirigir a atenção para fatos significativos, e as relações essenciais de informação entre si (...). Os problemas sociais são involuções de fatos observáveis sempre que há homens, mulheres e crianças. Sociologia é a última leitura desses fatos conhecidos. Este livro é, portanto, um convite para a prática de observação e interpretação das relações sociais mais comuns (1894, p. 15-16. Tradução nossa).

³⁵ Cidade bela, em tradução literal.

Essa foi, portanto, a tônica da sociologia que nascia nos Estados Unidos, que, segundo seus idealizadores, deveria ser pragmática e objetiva, atuando diretamente sobre os novos problemas enfrentados pela sociedade urbana. Sem entrar no mérito da validade de seus princípios, ressalta-se aqui o valor de Small em estabelecer uma primeira demarcação da sociologia como área de estudo da urbanidade, criando, assim, a sociologia urbana, o que talvez explique, em parte, o preconceito de parte dos sociólogos com esta área do conhecimento. Com base nas pesquisas subsequentes realizadas por esta instituição, a sociologia urbana da Escola de Chicago foi paulatinamente amalgamando a sua associação com o empirismo, distanciando-se, cada vez mais, de preocupações teóricas e conceituais. Para eles, era necessário explicar factualmente a sociedade e não, obrigatoriamente, pensar e refletir sobre ela. A relevância desta instituição foi tão grande que um de seus famosos sociólogos, Howard Becker, mais tarde chegou a afirmar que “o departamento de sociologia de Chicago fundou a ciência da sociologia nos Estados Unidos” (2003 p.87), dispendo, de uma forma nunca antes vista em outro país, de uma cidade inteira – Chicago – como seu laboratório de estudos.

Albion Small também ressaltava as características interdisciplinares de “sua sociologia”, neste ponto até aproximando-a da sociologia francesa dos *Annalles*, uma vez que o seu objeto de estudo, a sociedade urbana, era extremamente diversa, necessitando da maior quantidade possível de ferramentas que permitissem uma compreensão mais fidedigna de sua realidade. Contudo, entre o arsenal de conteúdos e influências filosóficas, podem-se destacar as três principais, quais sejam: o “pragmatismo”, difundido por John Dewey, o “interacionismo simbólico” de George Herbert Mead e as influências teológicas e religiosas de vários de seus integrantes. O pragmatismo tinha como pressuposto a ideia de que a ciência deve se pautar pelos problemas e situações reais, visando a sua solução de forma prática. Apesar das limitações dessa linha de pensamento, fartamente criticada por teóricos contrários em momentos posteriores, foi o pragmatismo o responsável por ter proporcionado à sociologia

urbana dos Estados Unidos um amplo espectro de atuação, desde a área de educação, até a da criminalidade urbana.

O objeto de reflexão e atuação do pragmatismo era a cidade, no caso Chicago, e os mais diversos temas relativos à vivência urbana, tais como: violência, migração, demografia, educação, etnia, gênero, mobilidade, entre outros. E estavam, todos eles, disponíveis para observação e pesquisa *in loco*. A sociologia urbana da escola de Chicago, justamente por seu caráter multi e interdisciplinar e a sua miríade de campos de estudo, nunca adquiriu o *status* de escola teórica ou de pensamento, embora alguns de seus expoentes, como Robert Park, tenham, efetivamente, se dedicado a isso. Ao contrário, esta escola sempre foi considerada uma espécie de “laboratório” de pesquisas e de coletas de informações sobre as interações sociais no espaço urbano. Ela foi, inclusive, pioneira na utilização de métodos de pesquisa e coleta primária de dados, tais como entrevistas, questionários, observações participantes, entre outras (BECKER, 2003).

O interacionismo simbólico³⁶, por sua vez, é uma derivação do próprio pragmatismo, iniciado com John Dewey. Sua terminologia é bastante autoexplicativa: trata-se da interação social entre os “agentes” por meio dos mecanismos simbólicos e das significações que estes agentes produzem entre suas relações sociais. É, pois, uma forma social de caráter cíclico; as relações sociais criam percepções simbólicas e tais representações moldam as interações entre os indivíduos. E de acordo com esta corrente, e evidenciando sua relação com o pragmatismo (e também com a microssociologia), o pesquisador somente terá condições plenas de conhecer o seu objeto de análise a partir do momento em que ele se tornar também um agente de tais interações – disso resulta a grande afinidade desta escola com a coleta primária de dados.

Embora o interacionismo simbólico dê às percepções particulares e a construção de "narrativas teóricas" uma visibilidade não oferecida por outras abordagens sociológicas, e que foi capaz de criar um sentimento de intimidade

³⁶ Expressão utilizada pela primeira vez em 1937 por Herbert Blumer (COULON, 1995).

com os problemas urbanos analisados, ela teve como falta (não se sabe se intencional) alguma medida de menosprezo pela necessidade de teorizações abrangentes sobre os fenômenos observados, levando-se em conta que uma ciência não se produz com base em concepções particulares e ideias pré-concebidas.

A ênfase no empirismo e no pragmatismo também possui raízes profundas nas influências religiosas de seus membros, começando pelo seu próprio grande benfeitor, Rockefeller, passando pelo presidente da Universidade William Rainey Harper e seu departamento de teologia, e continuando com Albion Small e com os demais integrantes de origem protestante. Embora não seja prudente afirmar que a Escola de Chicago se orientou por preceitos religiosos, não se pode, contudo, fechar os olhos para o fato de que as orientações metodológicas de seus principais idealizadores, bem como de muitos de seus membros, contribuiu para uma associação entre o seu caráter voltado para “a ação” junto aos problemas urbanos observados e esta relação histórica com um protestantismo missionário.

No entanto, pouco tempo depois, e tendo sido estabelecidas as bases metodológicas para os períodos de pesquisa subsequentes, a sociologia da Universidade de Chicago pôde, enfim, debruçar-se sobre o caráter teórico e científico dos problemas que observava – o que Coulon (1995) chamou de a “segunda” fase da Escola de Chicago. Certamente a figura mais notória desta fase e porque não dizer, da própria sociologia urbana, foi Robert Ezra Park. Park foi discípulo de John Dewey na Universidade de Michigan e, sob a influência do seu pragmatismo, sempre buscou estar atento aos temas urbanos mais urgentes. Dessa forma encontrou no jornalismo uma forma de dar vazão às suas inquietações, bem como pesquisar, em primeira mão, os processos sociais que observava.

De volta aos estudos, Park partiu para a Alemanha para ser orientado por Georg Simmel, obtendo seu doutoramento em 1903 com o tema do papel da notícia e do jornalismo no controle e na transformação sociais. Tal currículo profissional e mesmo acadêmico, assim como suas qualidades pessoais

(inquietação, curiosidade e pragmatismo), tornaram Park uma figura naturalmente atrativa para a Universidade de Chicago. Além de ter sido um eficiente administrador e forte liderança nesta instituição, desde o seu ingresso em 1914 até a sua aposentadoria em 1934, Park, junto com William Thomas³⁷, foi o símbolo de uma nova fase da Escola de Chicago³⁸, em que a empiria e o pragmatismo passariam a, enfim, contar uma base teórica de maior envergadura. A Sociologia Urbana, como disciplina formadora de conhecimento científico, passou a ser assim considerada a partir de suas contribuições. Park se baseou, principalmente, nas influências recebidas em sua pesquisa na Alemanha, especialmente as de figuras como Georg Simmel e Oswald Spengler. Do primeiro, se apropriou da curiosidade por múltiplos temas afeitos ao fenômeno urbano, da microsociologia e da preocupação com os aspectos pessoais, psicológicos e culturais da vida nas cidades (questões também abordadas pelo interacionismo simbólico). De Spengler³⁹, herdou uma versão moderna e atualizada do eurocentrismo, agora localizado nos Estados Unidos, e a conexão de suas análises históricas com a biologia e a cultura.

³⁷ Autor de *Race Psychology*, de 1912.

³⁸ Com a sua entrada, esta passou a ser considerada, efetivamente, uma escola de pensamento.

³⁹ Oswald Spengler (1880-1936) foi um matemático, historiador e filósofo alemão autor de um *best seller* de sua época: *O Declínio do Ocidente*, de 1918, considerada, por muitos estudiosos, uma grande obra de erudição histórica. Sua obra, lançada ao final da 1ª Guerra Mundial, causou um grande impacto por suas análises sobre uma suposta iminência de implosão dos valores e instituições ocidentais, por meio de uma *historiografia comparativa* com outras civilizações (ele é considerado um dos precursores de uma metodologia comparativa). Suas observações foram muito apreciadas na Alemanha, principalmente na época do Nazifascismo (embora não tenha declarado apoio ao regime), e, posteriormente, por nações asiáticas e sul-americanas. Porém, sofreram grande oposição nos países Anglo-saxões, como bem ilustra o caso de Collingwood, que qualificou a sua obra como sendo “insensata, determinista, positivista e a-histórica” (COLLINGWOOD, 1972). Para Martins (1997), Spengler foi um precursor de uma abordagem historicista nas ciências, bem como de uma visão *fáustica* (em detrimento de uma tradicional e secular visão *prometeica*, da ciência e da técnica) de se fazer e conceber a ciência. Mas entre as muitas críticas de suas ideias, uma das principais é a sua incoerência na visão de uma história, ao mesmo tempo sem interdependências e interligações entre civilizações, mas que, ao mesmo tempo, permite o uso de comparações. A título de esclarecimento, de acordo com uma teoria geral do conhecimento, a história do pensamento científico divide-se em duas correntes principais: a primeira, chamada de *prometeica*, em alusão ao mito de *Prometeu*, “liga o domínio técnico da natureza a fins humanos e sobretudo ao bem humano”, enquanto que a *fáustica*, em referência ao personagem de Goethe, “esforça-se por desmascarar os argumentos *prometeicos*, quer subscrevendo, quer procurando ultrapassar (...) o nihilismo tecnológico, condição pela qual a técnica não serve qualquer objetivo humano, para além da sua própria expressão” (MARTINS, 1997, p.290). Spengler seria, portanto, uma grande expressão dessa nova forma de abordar a ciência, narcísica e fatalisticamente.

Park fez o caminho inverso da geografia que, em sua versão humana e política, distanciou-se da esfera da natureza. A sua Ecologia Urbana, por seu turno, procurou aproximar a natureza da dimensão humana e política. Para Park, a cidade é tão natural e espontaneamente produzida quanto uma colmeia de abelhas ou uma colônia de formigas. Mas para que isso ocorra é preciso a existência de uma série de “forças” sobre o entorno de um agrupamento ou comunidade. A Ecologia Urbana, portanto, de acordo com as palavras de Park, “é a ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças” (PARK, 1967 p.30). Entre tais forças destacam-se os meios de comunicação, os sistemas de transporte, a cultura e a economia.

Ele também entende que, além destes aspectos técnicos e de organização física do espaço, também existem aspectos de ordem econômica que interligam os habitantes da cidade, como a divisão do trabalho. Contudo, o principal elemento de coesão e conseqüente moldagem da paisagem urbana é, a exemplo da “força vital” de Spengler, a “competição” entre os indivíduos, fruto de uma vontade de viver e ser bem sucedido. Os seres humanos, de acordo com Park, moldam e se adaptam ao seu habitat, o seu espaço, de acordo com as relações sociais de competição, como as outras espécies do reino animal e vegetal; mas a sua inteligência diferenciada permitiu à espécie humana alcançar um nível muito superior de controle sobre a natureza.

O discípulo mais ilustre de Park, o alemão Louis Wirth, expandiu os horizontes da adolescente Sociologia Urbana, tomando de seu mestre, e de Ernest Burgess, as principais lições e “caminhos” de análise do fenômeno urbano. Wirth, tanto por ser alemão, o que lhe deu um maior acesso às obras de sociólogos e filósofos de seu país, quanto pelas suas pesquisas realizadas na Europa em teoria do conhecimento (citando aqui, a título de resumo, apenas essas duas passagens de sua vida), era um pesquisador ávido por conhecimento teórico. Para ele a sociedade urbana, pela sua complexidade e interdependência dos seus elementos, exigia o desenvolvimento de um tipo particular de ciência, no caso a Sociologia Urbana. Pode-se dizer que a obra de Wirth, assim como a de Park, se dividiu

entre a produção acadêmico-teórica e a atuação prática. No âmbito teórico, ele elaborou, desde os seus tempos de mestrado, estudos na área da imigração (inicialmente se centrando nos judeus, dada a sua própria condição de imigrado), das relações raciais, da cultura urbana, uma epistemologia da cidade e do urbano, e, efetivamente, uma sociologia urbana⁴⁰. Além disso, Wirth trabalhou e desenvolveu o conceito de urbanismo para além de sua dimensão meramente espacial, para abarcar o seu aspecto cultural. Diferentemente da visão corrente do chamado urbanismo científico, ele a utilizou como definição de um modo de vida na cidade.

Com efeito, este campo profissional e científico utilizou-se das novas abordagens de Wirth e seus colegas, com vistas a desenvolver, no urbanismo, uma face mais humana e menos matemática. Outro aspecto interessante da obra de Wirth, e que teve grande influência, tanto nos meios acadêmicos, quanto nos políticos, foi a importância que ele deu ao *planejamento e às políticas urbanas*. Ele era, assim como Park, um *homem de ação*, tendo trabalhado ativamente com a realidade social sobre a qual se debruçava academicamente e que vivenciou, como imigrante. Nesta linha manteve, desde 1919, uma vida extra-acadêmica ativa, na área do trabalho social⁴¹ (*social work*), atuando em instituições de atendimentos a jovens "delinquentes" e imigrantes (como o *Jewish Charities de Chicago*). Após a década de 1930, atuou em diversos órgãos voltados às políticas públicas, como o *National Resources Planning Board*, presidente do *American Council on Race Relations*, consultor periódico de prefeituras, administrações e organizações de planejamento urbano de Chicago e Illinois, entre diversas outras atuações afeitas à vida prática de sua cidade (RUFATO, 2010).

⁴⁰ Em continuidade aos trabalhos de Robert Park, Ernest Burgess e William Thomas, Wirth também trabalhou e reelaborou conceitos como *desorganização social*, em certo paralelismo ao conceito de *anomia* de Durkheim. Desenvolveu também os conceitos e a relação dicotômica entre os chamados *grupos primários* (relações familiares, vizinhos, relações comunitárias, amigos e demais relações sociais de contato direto ou "face a face"), e os *grupos secundários* (relações de contato secundárias ou via instituições associadas à vida nas cidades), como expressão da dualidade: *sociedade tradicional* versus *sociedade moderna*; a *reorganização social*, como resposta à desorganização social; cultura; assimilação, entre outros temas relevantes (RUFATO, 2010).

⁴¹ Este fato ilustra uma curiosa fase histórica da sociologia estadunidense. Os Estados Unidos foram um caso raro e paradigmático de junção entre esta ciência e o Serviço Social, em seus primórdios.

Percebe-se, contudo, que, tanto na teoria de Wirth, quanto de seus antecessores (como Park, Burgess e Thomas), a compreensão do fenômeno urbano, seus elementos constituintes e sua evolução histórica possuem como fragilidade a tendência a analisar tais questões somente sob o seu aspecto cultural, psicológico, e “ecológico-evolutivo”. Dessa forma, centra-se, quase sempre, no aspecto fenomenológico e nunca sai da superfície para uma investigação mais profunda dos determinantes estruturais da, por exemplo, propalada concorrência, que leva os indivíduos a ocuparem e se apropriarem de seu espaço.

Manuel Castells (1983), em sua exposição sobre o “mito da cultura urbana”, apresenta estudos que refutam uma série de especulações e generalizações feitas por esta Escola, como o caso empreendido por Reiss e Duncan (1956), sobre a não correlação direta entre tamanho, densidade populacional e a existência (ou não) de uma cultura urbana; e por Dewey (1960), sobre a existência de uma suposta linearidade na perspectiva evolutiva “ecológico⁴²-cultural” entre o rural (*folk*) e o urbano; o tradicional e o moderno. As teses da Escola de Chicago vinculam a existência de uma cultura urbana única e exclusivamente nas cidades, tese esta refutada por Dewey (de acordo com exposição de Castells), haja vista poder haver uma cultura urbana difundida também no meio não urbano, ou rural. Não existe, portanto, uma linearidade, uma processualidade, o que tornou falha, nos dizeres de Castells, a sua tentativa em desenvolver uma teoria geral da evolução das sociedades (CASTELLS, 1983). Ele também cita os estudos de Dhooghe (1961) e Scott Greer (1962), demonstrando a existência de outras formas de solidariedade e sociabilidade, bastante diversas dos modelos relativamente simplificadores da Escola de Chicago.

Vale frisar, também, que a Escola de Chicago, em função da sua multidisciplinaridade, da relativa independência de seus pesquisadores e liberdade metodológica, foi, não apenas uma fonte de propagação do chamado “vício espacialista”, no qual o espaço determinava o desenvolvimento dos

⁴² O termo ecológico diz respeito às estruturas físicas criadas historicamente pelos indivíduos por meio de suas relações culturais, sociais e econômicas.

processos sociais (e que era dominante nos estudos urbanos, naquele momento), mas também responsável, paradoxalmente, por disseminar novas formas de se abordar a relação da sociedade com o seu espaço. Este novo viés incluiu outros fatores como a cultura, os aspectos psicológicos, étnicos, a divisão do trabalho, as interações sociais, sem, contudo, e conforme dito anteriormente, se aprofundar nos aspectos determinantes de todos estes elementos. Tais questionamentos foram realizados pela reação crítica nos estudos do espaço, mais uma vez, encabeçada pelos estudiosos franceses, como será explicitado no segundo capítulo da presente Tese. Por agora é importante apresentar duas novas ciências, em evidência, principalmente, a partir do século XX, que fizeram (e ainda fazem) parte da agenda política de várias nações ao redor do globo e que também representaram um novo movimento estético e cultural. Estas ciências, disciplinas acadêmicas, profissões ou mesmo estratégias políticas, inserem-se em uma nova forma, politicamente posicionada de encarar os fenômenos urbanos: trata-se do urbanismo, do planejamento urbano e suas ideologias constituintes.

1.4 - Planejamento Urbano e Urbanismo

Estas duas atividades (para chamá-las inicialmente desta forma) surgem no Século XIX após a revolução industrial, como respostas aos fenômenos decorrentes da mudança de todo um modo de produção e, portanto, de sociabilidade, e o advento do capitalismo industrial. As cidades cresciam e se modificavam em um ritmo alarmante e suas estruturas físicas não foram moldadas e pensadas de modo a comportar tais alterações. O resultado foi o caos urbano e toda a sorte de problemas decorrentes de uma falta de planejamento: propagação de doenças, violência, inchaço populacional, falta de moradia e degradação de infraestruturas pré-existentes, com a descaracterização de suas feições originais (no caso de cidades históricas).

Tais respostas foram colocadas nos ombros dos profissionais da Arquitetura e da Engenharia, que, inicialmente e por conta de seu próprio campo de atuação, mais técnico e aplicado à construção, se limitava apenas ao que observava, buscando soluções sempre limitadas por espectro de análise mais

superficial. O Urbanismo nasceu, portanto, como uma atividade de intervenção em uma dada realidade prática, utilizando-se de outras técnicas e práticas científicas, dada a sua multidisciplinaridade. Posteriormente, se ramificou nas mais variadas atividades e vertentes, como, por exemplo, na tentativa de estabelecer uma teoria própria. Mas, este conjunto de práticas de intervenção humana não tem, contudo, a sua origem vinculada à da indústria e das cidades industriais. Ele remonta à própria origem das cidades, uma vez que já existiam fortes indícios e mesmo provas históricas de um tipo de planejamento urbano em sociedades antigas, como a grega, a romana (HAROUEL, 1990), os impérios andinos, Egípcios, as cidades imperiais japonesas, do Camboja, entre outras. Porém, da mesma forma que o termo “urbano” não se restringe à realidade industrial, o mesmo ocorre com o urbanismo. Portanto, restringir o urbanismo e o planejamento urbano, como práticas sociais, às sociedades europeias modernas é incorrer em mais um clássico exemplo de eurocentrismo. Entretanto, ambos foram definitivamente transformados por esta nova fase do capitalismo e tiveram as suas definições inteiramente modificadas; e tais modificações tiveram como ponto de partida e de disseminação, a Europa do século XIX. Ademais, o Urbanismo também diz respeito a uma forma inconsciente e meramente reativa ao fenômeno da urbanização e aos reflexos da industrialização. Ou seja, trata-se de uma adaptação do espaço às novas realidades sociais e econômicas; em outras palavras, uma resposta aos ditames do modo de produção vigente. Pode ser ingenuamente inconsciente ou alienado das suas responsabilidades, como também pode ser fruto de um posicionamento político claro, inserindo-se em uma ideologia urbanística.

Pelo fato de o Urbanismo não ser uma atividade humana recente; por ser historicamente voltado à atuação prática; pela sua vinculação a muitas áreas do conhecimento, a outras ciências e ramos profissionais; pela sua recente abordagem teórica; e, principalmente, pelo seu aspecto ideológico (que será abordado mais adiante), a sua conceituação tornou-se difícil, carregada de preconceitos e discordâncias. Françoise Choay (1965), que situa o termo (e o

surgimento de uma “disciplina”) à industrialização do século XIX, assim o define:

absorvido pela linguagem corrente, designa através dela, tanto os trabalhos do gênio civil quanto os planos de cidades ou as formas urbanas características de cada época. De fato, a palavra urbanismo é recente. G. Bardet remonta a sua criação a 1910. O dicionário Larrousse define-a como ciência e “teoria da localização humanas”. Este neologismo corresponde ao surgimento de uma realidade nova: pelos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico e por sua pretensão científica (CHOAY, 1965, p.2).

A autora, em seu conhecido trabalho de tipologização das fases históricas e “escolas” de pensamento urbanístico moderno, em seu livro *O urbanismo* (1965), classificou-as (conforme seus estágios de amadurecimento) em Pré-urbanistas e Urbanistas. Sendo que, para ambos os estágios, existem três grupos ou visões com características bem diferenciadas a respeito da urbanização: a progressista, a culturalista e a naturalista (que é, basicamente, uma corrente contrária à urbanização). A respeito de cada uma delas nos deteremos com mais profundidade nas próximas linhas.

1.4.1 - Pré-urbanismo

O início do urbanismo moderno representou uma atitude reativa diante do novo fenômeno que se seguiu à Revolução Industrial, de um influxo maciço de indivíduos para os centros urbanos, como nunca antes observado na história da humanidade – tanto em termos de força, de abrangência, quanto de velocidade. Por ser uma realidade inteiramente nova, a sociedade se esforçou em analisá-la da forma correta ou da forma que se pensava ser a mais correta, tendo em vista a variedade de convicções e correntes políticas e filosóficas em evidência naquele momento. O pré-urbanismo é a corrente que não representa o urbanismo acabado, pronto, mas que, contraditoriamente, a que possuía a maior densidade política, posto que foi a corrente dos chamados socialistas utópicos.

O urbanismo foi arrastado pela velocidade das transformações, tendo que administrar novas demandas, lidar com novos problemas, dilemas, crises e embates. O capitalismo industrial tomou de assalto os centros urbanos, exigindo uma racionalização e ampliação das vias de acesso (transporte), a criação de novos canais de comunicação, de escoamento de mercadorias (setores comerciais) e aparelhos de entretenimento como suporte ao comércio – hotéis, bares, restaurantes, cafés (CHOAY, 1965). Justamente pelo ineditismo deste momento, tornou-se uma tarefa muito mais complexa, quando não impossível, estabelecer-se um parâmetro de análise, baseando-se no passado, para analisar o presente e propor soluções para o futuro. Por este motivo, segundo a autora, a *utopia*⁴³ tornou-se a dimensão dominante nas avaliações dos fenômenos urbanos, seus problemas e suas soluções. Sendo assim, e diante de uma postura *idealizada* do urbano, duas direções (modelos) urbanísticos terminaram por se destacar em relação aos demais: *a progressista, e a culturalista (ou nostálgica)*.

a) A *progressista*⁴⁴ não nega a importância e o aspecto visionário da Revolução Industrial. Pelo contrário, ela seria a chave para o progresso e para o bem-estar social. Contudo, esta concepção a percebe tanto como uma oportunidade quanto como uma potencial fonte de desestruturação social e de disseminação de doenças, além de “enfeiar” a paisagem natural. Esta corrente prima pela centralidade da habitação em detrimento de um ajustamento da cidade às novas estruturas advindas da industrialização. Ao mesmo tempo constitui-se em uma forma de controle sobre os impulsos “mundanos” que esta nova era significou para seus cidadãos.

⁴³ Característica que inclusive permanece no pensamento urbanístico do século XXI. Essa talvez seja a característica mais paradoxal, ou mesmo incoerente do urbanismo, qual seja: encarar a urbanização como algo utópico, potencialmente benéfico ao bem-estar, a integração, a felicidade de seus habitantes, e ao mesmo tempo como um instrumento ideológico que visa organizar, ordenar e otimizar a urbanização capitalista segundo seus pressupostos de acumulação.

⁴⁴ Ao citarmos a obra de Françoise Choay, não entraremos no mérito das referências filosóficas um tanto quanto confusas, quando utiliza, por exemplo, Proudhon como exemplo de “progressista” ou um “otimista”. Para tanto, iremos nos ater ao caráter prático e “urbanístico” de suas tipologizações e as influências filosóficas mais gerais, como foi o caso do socialismo utópico do qual ele fazia parte (embora ele mesmo não concordasse com essa definição dada por Marx).

No entanto, a confusão, o “utopismo” e a diversidade de ideias⁴⁵ e tendências em torno desta abordagem foi tamanha que não é de se estranhar que muitas de suas criações, como o caso do *Falanstério* de Fourier, a *Harmony Society* de George Rapp, a *New Harmony* de Robert Owen, tenham falhado retumbantemente. Também a sua concepção idealizada de indivíduo e sociedade falhou em funcionar como uma camisa de força na qual tais comunidades deveriam se encaixar. Mas, talvez, a maior falha deste modelo seja (na sua aceção prática) uma compreensão individualista e atomizada do ser humano, em contradição com as suas próprias concepções filosóficas, fato este que o modelo culturalista tentou modificar (CHOAY, 1965).

b) O modelo *culturalista ou nostálgico*, de acordo com a autora, se centra nas relações entre os indivíduos e destes com o seu espaço urbano. Como tal, e em virtude dos fatores citados anteriormente, a história, as artes, a cultura e a antropologia fornecem os elementos necessários ao desenho futuro dos agrupamentos humanos. Desta forma, a comparação e, portanto, a *dualidade*, foram os panos de fundo, respectivamente, metodológicos e filosóficos, que permitiram a comparação entre o novo mundo da civilização industrial e o velho mundo das culturas pré-existentes. Ainda segundo ela, tais análises,

apoiam-se em uma tradição de pensamento que, desde o começo do século analisou e criticou as realizações da civilização industrial, comparando-as com as do passado. Séries de conceitos foram assim opostos dois a dois: orgânico e mecânico, qualitativo e quantitativo, participação e indiferença. Acha-se ali em germe da famosa distinção entre *cultura e civilização*, que exercerá em seguida um papel tão importante na Alemanha, na filosofia da história e na sociologia da cultura (CHOAY, 1965, p.12).

No modelo *progressista* as construções deveriam ser absolutamente funcionais, pensadas apenas na satisfação de necessidades materiais mais

⁴⁵ Mesmo não concordando com a ideia de que Proudhon se encaixe neste rol de progressistas ou de otimistas em relação ao progresso industrial, as suas ideias de cooperativismo, o seu anarquismo ou socialismo utópico (nos dizeres de Marx) influenciaram toda uma série de outros pensadores daquele período, principalmente os demais “utopistas”, como Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon, entre outros. Contudo, como as próprias concepções de Proudhon sobre a propriedade privada, sobre a burguesia, sobre a economia capitalista e sobre os próprios efeitos da revolução industrial sobre a sociedade foram passíveis de críticas, como as empreendidas por Marx na *Miséria da Filosofia* (1978) e Engels em *Sobre a questão da Moradia* (2015), e evidenciaram também uma certa dubiedade ou incoerências, tais fragilidades se somaram às fragilidades teóricas de seus demais colegas.

imediatas, ao mesmo tempo em que a sua estética (hermética, geométrica e funcional) deveria demarcar um novo período histórico de rompimento com uma ordem tradicional. Já no modelo *culturalista*, o geométrico daria espaço para o orgânico, para uma relação espontânea com a natureza e para a satisfação de necessidades não só materiais, mas também “espirituais” (CHOAY, 1965, p.12). Este modelo teve como principais fontes inspiradoras os trabalhos de John Ruskin⁴⁶ e William Morris⁴⁷. Como o seu nome sugere, o modelo *nostálgico* (outra característica do culturalismo) prima pela conservação de estruturas antigas, alegando que todas as construções tem um valor histórico que deve ser respeitado. Contudo, a preocupação com a estética parece ser maior do que o aspecto funcional e urbanístico, de modo que Ruskin afirma ser a restauração “a mais total destruição que um edifício possa sofrer: uma destruição no fim da qual não resta nem ao menos um resto autêntico a ser recolhido” (RUSKIN, 2008, p.25).

Choay também considera as críticas de Marx e Engels, juntamente com o antiurbanismo americano representado por Thomas Jefferson, Henry James, Henry Adams e o transcendentalismo de Henry David Thoreau, Ralph Waldo Emerson e Liev Tolstói, como forças antitéticas ao urbanismo como manifestação utópica de um futuro urbano e industrial⁴⁸. Enquanto Marx e Engels forneceram o arcabouço crítico da industrialização e da urbanização, apresentando não modelos ou tipos ideais a serem seguidos, mas expondo a necessidade de uma análise aprofundada, que evidenciasse mais do que uma simples manifestação fenomênica da industrialização (o problema da moradia e demais problemas urbanos), o segundo grupo, de antiurbanistas e transcendentalistas, viam tais acontecimentos como a degradação do espírito humano e o distanciamento da natureza. Mas, diferentemente da crítica marxista do urbanismo, na qual a

⁴⁶ Escritor, crítico social e artista plástico britânico (1819-1900).

⁴⁷ Escritor, autor de *The Wood Beyond the World (O bosque além do mundo, de 1892)*, e artista plástico britânico de grande influência, principalmente no design, a partir de meados do século XIX (1834-1896). Morris é um famoso pintor de obras com temas naturais e escritor de títulos de literatura fantástica e ficção, cujos cenários são mundos de natureza exuberante, com referências medievais e folclóricas, que em nada se assemelham a nova realidade industrial.

⁴⁸ Todos estes inseridos, de acordo com a tipologização de Choay (1965), na categoria do pré-urbanismo.

transição histórica de um modelo feudal para o industrial forneceu os meios analíticos para que se percebessem as potencialidades revolucionárias desta mudança, os antiurbanistas estadunidenses sempre nutriram uma visão ingênua do meio rural, pelo simples fato de que quando se estabeleceram na América do Norte, implantou-se, artificialmente, uma particular realidade “rural”, que posteriormente se converteu, também artificialmente, em realidade urbana.

A ausência/fragilidade de uma própria história da urbanização (no sentido da transição de um meio rural para o urbano) fez com que se esvaziasse o conteúdo histórico das suas análises sobre a industrialização. A pobreza e a secular exploração levada a cabo pela igreja e pela nobreza na Europa e demais regiões do globo não permitiram que estes lugares se dessem ao luxo de transcendentalismos. A realidade demandava análises e soluções mais urgentes. E foi com base nessa busca por soluções, mesmo que de cunho “reacionário”, nos dizeres de Engels, que o Urbanismo se assentou.

1.4.2 - O Urbanismo

Consoante Choay (1965) e concordando categoricamente com o seu julgamento inicial, o urbanismo, em sua versão plena, nasceu da consolidação do capitalismo industrial como força hegemônica e de plenos poderes sobre a formação do espaço. Essa consideração é, pois, fundamental, e define enfaticamente o papel desta atividade técnica até mesmo nos séculos seguintes, na medida em que expõe o seu caráter ideológico. Por enquanto, trataremos do seu aspecto histórico-evolutivo como prática e ciência, mas que foi marcado, indelevelmente, por esta captura ideológica.

O momento compreendido entre o início e a fase mais aguda da industrialização na Europa, foi, de fato, uma verdadeira revolução, em que pesem argumentos contrários⁴⁹, ou, sem entrar no mérito do seu início de fato, da sua

⁴⁹ Como os do economista John Harold Caplan (1873-1946), autor de *Economic History of Modern Britain*, em que questiona a tese pessimista sobre a Revolução Industrial e seu caráter disruptivo. Ele literalmente se postou em meio a uma batalha entre “otimistas e pessimistas”, tendo esta última tese a defesa de estudiosos como John Hammond e Bárbara Hammond, autores de *The Rise of Modern Industry* (2006).

duração, abrangência, e demais questões de difícil precisão. Uma sociedade não se modifica tão profundamente, em todas as suas dimensões – físicas, sociais, culturais e políticas – e de forma tão duradoura, se não estivermos diante de um processo realmente revolucionário, inaugurando assim um novo ciclo histórico. Este momento também motivou (o que é outra evidência da sua “destruição criadora”) uma forte reflexão e teorização da sociedade urbana e do capitalismo propriamente dito. Não é mera coincidência que a sociologia, a psicologia científica, a geografia política, entre tantas outras áreas do conhecimento humano tenham se desenvolvido e até mesmo adquirido status de ciência neste período (de meados até o final do século XIX).

Não apenas a ciência e o pensamento humano tiveram um grande impulso para o seu desenvolvimento, como o próprio capitalismo industrial se organizou e se estruturou de modo a dar uma maior racionalidade e eficiência às suas ações. Ele se organizou como técnica, desenvolveu instituições de suporte (como o sistema financeiro e bancário) e passou, por fim, a organizar o espaço que dá suporte ao sistema industrial – o espaço urbano – para que ele atendesse, de modo mais eficiente, aos seus interesses, eliminando os aspectos fenomênicos do crescimento urbano (a doença, a violência, a sujeira, a “feitura”), não se atendo às suas causas. Um dos aspectos determinantes desse desenvolvimento técnico é exatamente o Urbanismo. A esse respeito, discorre Choay:

O Urbanismo deixa de inserir-se numa visão global da sociedade. Ainda que o pré-urbanismo tenha estado ligado às opções políticas ao longo de toda a sua história, o urbanismo é *despolitizado*. Essa transformação do urbanismo pode ser explicada pela evolução da sociedade industrial nos países capitalistas. Depois da fase militante, heroica, do século XIX, as sociedades capitalistas liberalizam-se e suas classes dirigentes retomam, cortando-as de suas raízes, certas ideias e propostas do pensamento socialista do século XIX. Além disso, essas ideias vão ser aplicadas. Ao invés de ser acantonado na utopia, o urbanismo vai destinar aos seus técnicos uma tarefa *prática* (CHOAY, 1965, p.18. Grifo nosso).

De acordo com Choay (1965), o urbanismo progressista encontra a sua forma de expressão no movimento ou corrente *modernista*⁵⁰. Esta vertente teve

⁵⁰ É importante não confundir o urbanismo “moderno” com o urbanismo “modernista”. O primeiro situa-se historicamente após o advento da industrialização. Trata-se de uma categoria mais geral e de delimitação histórica. O segundo é uma ramificação do primeiro e diz respeito a um recorte artístico e

diversas ramificações ou subcorrentes artísticas, como o purismo, o racionalismo, o cubismo, o construtivismo (na Rússia), o brutalismo, entre outras. Em linhas gerais, propunham uma arquitetura esteticamente austera, simples, funcional, e ao mesmo tempo atemporal. Le Corbusier, o principal nome desse movimento, indicará abertamente em seu livro *Towards a New Architecture* (de 1931), uma arquitetura de massa, internacional; daí a proposição de um *International Style*. Essa é, ao mesmo tempo, uma grande ruptura e um grande embuste conceitual: um estilo que propõe contraditoriamente a simplicidade e a pureza das formas, (pois a função precederia a forma), mas que idolatrou a estética.

Para Choay (1965), o interesse dos urbanistas (progressistas) deslocou-se das estruturas econômicas e sociais para as estruturas técnicas e estilísticas, transmitindo, sempre que possível, suas mensagens e princípios ideológicos por meio da estética. Eram, portanto, tão centrados em suas concepções técnicas e artísticas que, em alguns casos, beiravam a obsessão. Curiosamente, estes mesmos progressistas rejeitaram e romperam com a *Art Nouveau* por supostamente ter essa mesma preocupação excessiva com a estética,

Todavia, a despeito da sua suposta atuação ser pragmática e se destinar a resolução de problemas e dilemas próprios da urbanização industrial, Choay aponta para o fato de que o urbanismo, por ser uma atividade bastante vinculada à estética e às artes (razão pela qual foi, desde o seu início, protagonizada pela arquitetura), nunca deu as costas, totalmente, para o passado. De acordo com Habermas (2000), as artes visuais, a música, a literatura e as demais expressões estéticas são as primeiras manifestações simbólicas de mudanças paradigmáticas e rompimentos históricos. Além disso, na arquitetura, nicho natural dos urbanistas, segundo Le Corbusier, é quase que imediata a correlação entre a função e a estética. Todos os urbanistas pertenceram a alguma corrente estética, ou, mesmo que não pertencessem formalmente, procuraram dar uma marca às suas concepções urbanísticas. A estética urbana tornou-se, portanto, a expressão simbólica de uma ideologia de intervenção sobre o meio urbano.

ideológico. No entanto, a corrente modernista tornou-se, pela sua influência e afinidade com o próprio capitalismo industrial, o estilo urbanístico por excelência da era moderna.

O urbanismo, assim como o pré-urbanismo, também se ramificou nas correntes do culturalismo (ou nostálgica) e do progressismo. A primeira surge antes do movimento progressista (entre 1880 e 1890). Ela acompanha, de certa forma, o florescer e o amadurecimento da industrialização, e talvez por este motivo, tenha aprendido a lidar com os problemas urbanos com maior pragmatismo e racionalidade (curiosamente uma bandeira do movimento progressista, mas que nunca se provou, de fato, verdadeira).

Essas foram as duas principais correntes naquele período e que dominaram as percepções sobre a urbanização moderna. Estas vertentes foram uma resposta ao fenômeno mais potente e transformador da sua realidade histórica que foi a revolução industrial. Com efeito, representaram a dicotomia na concepção da industrialização, como destruidora da sociedade, seus valores e estruturas de um lado, e ao mesmo tempo de ruptura de uma realidade engessada, ultrapassada com vistas a uma nova possibilidade de evolução histórica. Muitos foram os integrantes tanto de uma quanto de outra vertente, mas iremos nos ater apenas aos nomes que ficaram marcados na história desta técnica e ciência aplicada, como formadores de um pensamento urbanístico.

1.4.3 - A Vertente Culturalista ou humanista

Esta corrente teve como fundadores "simbólicos" o austríaco Camillo Sitte⁵¹, o alemão Hermann Josef Stübgen⁵², o inglês Ebenezer Howard, idealizador da cidade-jardim⁵³, e seu compatriota Raymond Unwin, que junto com outra expressão deste movimento, Barry Parker, participaram da construção das cidades-jardim de *Letchworth e Hampstead Garden Suburb*⁵⁴. Todos eles eram

⁵¹ Autor de *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen (Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos)*, publicado originalmente em 1889.

⁵² Autor de *Der Städtebau (O desenho urbano)*, publicado originalmente em 1890.

⁵³ Autor de *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, publicado originalmente em 1898. Também conhecido pela sua segunda publicação, em 1902, como *Garden Cities of tomorrow (Cidades-jardins de amanhã)*.

⁵⁴ Ambas na Inglaterra.

críticos da industrialização e de suas consequências sobre a cidade, mais especificamente o seu papel desagregador.

Sitte e Stübben, a despeito de suas posturas críticas com relação à cidade industrial, mantinham uma posição relacional com ela, de transformação do que existia ou mesmo de convivência pacífica. O primeiro é considerado por muitos como o pai do patrimônio histórico urbanístico. Sitte (1992) realizou um estudo sobre as cidades do passado para, a partir delas, buscar as características exitosas que pudessem ser adaptadas às cidades modernas. Com efeito, ele é um dos pioneiros na análise do espaço urbano do ponto de vista das interações e percepções dos indivíduos, elementos que estão na base de uma arte ou mesmo de um espírito urbano. Em suma, sob essa perspectiva, a cidade deve ser construída do ponto de vista de quem a habita, como uma realização de dentro para fora, sem amarras puramente técnicas ou estéticas (que é a representação simbólica da dimensão cultural da cidade).

Segundo sua percepção espacial da cidade, comparativamente aos mencionados estudos das cidades antigas, Sitte aponta que as relações entre os cidadãos moldam os espaços públicos que, por seu turno, reforçam ou restringem essa relação. É o caso, por exemplo, do Fórum de Pompéia ou do Fórum romano. Os seus elementos urbanísticos análogos às praças são o coração pulsante desta relação social, localizadas não em uma rua particular, mas no cruzamento de várias, clamando, deste modo, pelo intercâmbio social. Sitte também advogava pela associação entre o traçado das ruas e o meio natural em que estas foram construídas, seja ele sinuoso, recortado ou acidentado, visto que esta característica imprime originalidade ao empreendimento urbano, respeitando a sua carga histórica e a imprevisibilidade da natureza⁵⁵(SITTE, 1992).

⁵⁵ Essa questão foi alvo de contundentes críticas dos progressistas e modernistas, como é o caso de Le Corbusier. Em seu livro *Urbanisme*, ele aponta Sitte como sendo uma espécie de sacerdote de uma nova “religião de estúpidos”, por suas convicções apegadas ao passado (CORBUSIER, 2009). Sem entrar no mérito da discussão, ao menos Sitte não pode ser acusado de niilismo com relação às suas convicções urbanísticas. O mesmo não pode ser dito de seu crítico, como veremos nas páginas seguintes, que foi movido pelas razões mais frívolas e questionáveis que se poderia esperar de alguém que se propõe a fazer planejamento urbano. Como se pode verificar facilmente em sua biografia (sem se deixar levar pelo atraente canto da sereia do modernismo), Le Corbusier construía edifícios para que seu ego morasse neles, não indivíduos.

Já Stübben, membro da chamada “escola germânica” de urbanismo, considerava um erro tentar impor a modernidade ao passado, criando uma cidade nova “sobre” a anterior (HAROUEL, 1990). A sua solução, resulta em exemplos muito comuns nos dias atuais, tal como Estocolmo, na Suécia; Havana, em Cuba; São Luís, no Maranhão; entre outras cidades que mantêm um lado antigo⁵⁶ e um outro, moderno. Stübben, que foi um urbanista e planejador do quilate de Sitte e Howard, teve sua produção teórica menos difundida em relação à de seus contemporâneos do final do século XIX e começo do século XX, justamente por ser alemão em meio ao senso comum da época de que a Alemanha era a grande vilã do mundo por sua participação em duas guerras⁵⁷. Não obstante, abstraindo-se tais preconceitos, o fato é que a Alemanha sempre foi considerada um celeiro de grandes planejadores e urbanistas. Por este motivo os urbanistas estadunidenses Daniel Burnham e Frederick Law Olmsted Jr., entre outros compatriotas, fizeram viagens regulares à Alemanha de modo a importar a *expertise* alemã para o seu país (STÜBEN, 2014).

Em face da realidade urbanística alemã e de exemplos como o de Otto Wagner⁵⁸, que poderia ser classificado perfeitamente como um progressista, fica difícil situá-la em alguma vertente, sendo que cada personalidade tinha uma maneira peculiar de perceber o fenômeno da urbanização. Neste sentido, a classificação de Choay⁵⁹ é válida (apesar de passível de críticas⁶⁰), posto que

⁵⁶ São comumente conhecidas pelos nomes cidade velha, cidade antiga, cidade nova, cidade baixa, cidade alta, entre outros nomes. Isso ocorre quando passa a existir uma divisão entre bairros ou regiões de uma mesma cidade. Geralmente, quando um núcleo urbano antigo é inteiramente transformado, o antigo nome da cidade é simplesmente acompanhado pelo prefixo “novo”.

⁵⁷ A primeira e única tradução de suas obras para o Inglês ocorreu em 1911, por Adalbert Albrecht, antes, portanto, da Primeira Guerra Mundial. Andrade (1992) sugere que tal animosidade pode inclusive ser a causa de certa falta de apuro nas traduções, como é o caso da tradução francesa da obra de Camillo Sitte, realizada por Camille Martin, em 1902.

⁵⁸ Arquiteto vienense do final do século XIX, de origem neoclássica, responsável pelo Pano diretor de Viena. Contraditoriamente, Otto Wagner adotou uma postura cada vez mais modernista em sua arquitetura, ao mesmo tempo em que passou a observar com mais atenção o problema social inerente à urbanização.

⁵⁹ Essencialmente dual, entre progressistas e culturalistas. A terceira corrente, a naturalista, que foi essencialmente uma evolução do antiurbanismo, não teve a expressão e a relevância das outras duas.

⁶⁰ Como a falha em acusar a corrente culturalista (humanista) de ser despolitizada. Esta vertente foi, ao contrário, uma das mais politizadas, ao lado dos pré-urbanistas. Se os culturalistas eram despolitizados, justamente por não aceitarem de forma passiva o fenômeno da industrialização, o que

diante de um contexto disruptivo, é natural que se sobressaíam correntes “contra” e a “favor” essa ruptura. Neste caso, pode-se dizer que os “favoráveis” seriam os progressistas e os “contrários”, os conservadores, nostálgicos ou humanistas. No entanto, a falha de categorizações é justamente ao não dar visibilidade às intersecções (os chamados pontos cinzas) e às concepções totalizantes e dialéticas. Neste aspecto a corrente ou escola germânica de urbanística poderia ser incluída, sem prejuízos, em uma categoria à parte de quaisquer tipologizações.

O núcleo duro dessa “corrente” foi a consideração de um ser humano real, em contraposição à idealização da proposta progressista. Disto decorre o fato de que os culturalistas colaboraram mais para a criação de um campo científico próprio e foram muito mais atuantes em termos de planejamento urbano do que os seus sucessores, que foram mais difusores de uma corrente estética do que de uma proposta científica.

Com efeito, os alemães foram pioneiros na fundação de um urbanismo científico, tendo como marcos de produção teórica o manual de Reinhard Baumeister⁶¹, de 1876 e os eventos alemães de divulgação urbanística⁶², que diferentemente das exposições mundiais e demais eventos que eram realizados até então, tratava de questões mais concretas do que apenas estética arquitetônica. A primeira revista especializada nesta temática foi a também alemã *Der Städtebau*⁶³, de 1904. Assim como as exposições alemãs de urbanismo, ela serviu de inspiração para revistas de outras nacionalidades, tais como as inglesas *Town Planning Review*, de 1910, e *Journal of the Town Planning Institute*, de 1914 (SIMÕES Jr., 2008).

dizer dos progressistas, que orbitaram por muito tempo (e ainda o fazem) na esfera das utopias modernistas?

⁶¹ Engenheiro alemão e um dos precursores de um urbanismo científico. Produziu extensa obra sobre planejamento urbano e manuais técnicos para engenheiros e arquitetos (SIMÕES Jr., 2008).

⁶² Eventos (que tinham caráter de fóruns) em que os planos urbanísticos das municipalidades alemãs eram apresentados a técnicos e gestores urbanos como estudos de casos a serem implementados em outros locais. Foi o amadurecimento de uma metodologia urbanística e que posteriormente passou a ser replicada em outros países. A Primeira Exposição Alemã de Cidades ocorreu em Dresden em 1903.

⁶³ Organizada por Camillo Sitte e Theodor Goecke.

Na Inglaterra e na França, o urbanismo mantém o compasso, mas ainda guarda marcas da influência do utopismo. É justamente aqui onde se processa a confusão dos estudiosos do urbanismo, incluindo a própria Francoise Choay (1965), ao considerar os socialistas utópicos como sendo pré-urbanistas de corrente progressista. Um suposto otimismo com relação ao progresso tecnológico oriundo da revolução industrial cairia em total contradição com o fato de que as comunidades utópicas de Robert Owen, Charles Fourier ou de Étienne Cabet⁶⁴ eram, não apenas isolacionistas, mas possuíam princípios anti-industriais e pregavam a cooperação ao invés da competição. Para estes indivíduos, bem como para Proudhon e Jean-Baptiste Godin (a despeito de sua origem industrial), a sociedade, sob a égide da indústria, estava sendo gradativamente corrompida, degradada, como uma doença que vai se apoderando lentamente do corpo, debilitando-o e minando todas as suas funções vitais.

Inglaterra e França também assistiram a uma profusão de iniciativas de grupos industriais influenciados pelas comunidades utópicas, que percebiam que a degradação das condições de habitação das classes trabalhadoras poderiam ser ruins para a produtividade de seus negócios. Desse modo, distanciando-se das ideias utópicas e aproximando-se das ideias de Saint-Simon⁶⁵, surgiram vilas industriais, como *Saltaire*⁶⁶, *Stiring-Wendel*⁶⁷, *Creusot*⁶⁸, *Bournville*⁶⁹, entre outras, que prosperaram como cidades, dada a sua óbvia afinidade com a industrialização (HAROUEL, 1990).

Uma das mais ilustres figuras do movimento culturalista ou humanista na Inglaterra foi Ebenezer Howard, o criador das cidades-jardins. Howard, apesar de inglês, viveu por um curto período nos Estados Unidos e, por este motivo, acabou

⁶⁴ Discípulo de Robert Owen e revolucionário francês de origem jacobina que tinha total aversão à sociedade industrial e propunha a criação de uma comunidade utópica totalmente agrária, denominada Icaria.

⁶⁵ Filósofo francês que defendia uma espécie de capitalismo liberal humanizado, produtivo e meritocrático.

⁶⁶ Das indústrias têxteis de Titus Salt na Inglaterra.

⁶⁷ Ligada à indústria siderúrgica dos Wendels da França.

⁶⁸ Da indústria siderúrgica, de ferrovias e armamentos dos Schneiders, em Le Creusot na França.

⁶⁹ Da indústria de chocolate dos Cadburys.

tendo contato com a sua atmosfera antiurbanista personificada no transcendentalismo de Ralph Waldo Emerson, Walt Whitman e Henry David Thoreau⁷⁰ e o puritanismo calvinista⁷¹ dos presbiterianos do novo mundo. A junção desta experiência, aliada a uma cultura burguesa de amor pelo verde, por um estilo de vida bucólico e por um sentimento de preocupação com os rumos da industrialização formaram a massa crítica sobre a qual se construiu a sua ideia de cidade-jardim.

Em seu livro, *Cidades-jardim do amanhã*, Howard aponta que o grande problema a ser superado é o do inchaço das cidades, o que causou a sua gradativa destruição e a transformou em foco de doenças e toda a sorte de patologias sociais. Sendo assim, a solução seria o retorno dessa população ao campo, pois este representaria a saúde e a verdadeira qualidade de vida perdida com a industrialização. Em sua concepção, a chave para tal virada seria compreender o que levou os indivíduos a trocar o campo pela cidade e entender porque esta “força” o mantém e o oprime nesta situação, mesmo que em condições subumanas. Em sua busca pela compreensão destes fatores de atração, ele criou um esquema, o chamado esquema dos três ímãs, no qual cada âmbito espacial (cidade, campo ou a junção dos dois) faria às vezes de um ímã, em que as suas características atrativas ou repulsivas sobre o indivíduo reforçariam ou enfraqueceriam o fenômeno migratório.

A grande utopia de Howard e a sua solução urbanística consistiu em unir as melhores características de cada dimensão (rural e urbana) e eliminar as piores, criando, desse modo, uma síntese híbrida, com elementos das duas realidades. Surgia, assim, o paradigma urbanístico da “cidade-jardim”. Com efeito, ela representa o melhor dos dois mundos: os melhores salários da cidade, com o custo de vida reduzido do campo; a contemplação e frugalidade do campo com as possibilidades de distração sensorial da cidade; a higiene do campo com o calor

⁷⁰ Autor de *Walden; or, Life in the Woods (Walden e a vida nos bosques)*, de 1854.

⁷¹ Doutrina protestante que leva o nome de seu fundador João Calvino, também chamada de “Fé Renovada”. É um conjunto doutrinário do século XVI baseado nos preceitos dos calvinistas, que conforme a sua evolução histórica acabou sendo associada ao trabalho árduo em conjugação com a fé cristã.

da cidade; o calor humano do campo com a maior densidade populacional da cidade; a beleza da natureza com as oportunidades econômicas da cidade.

Introdutoriamente, Howard alerta para o fato de que é necessário se conhecer as forças que atraem ou repelem os indivíduos para uma ou outra realidade. Segundo ele, uma falha correspondente a uma dimensão representa um elemento de atração para outra, e vice-versa. No entanto, as suas considerações sobre tais forças esbarram em um problema fundamental: elas também têm uma origem e não se dão ao acaso. A sua compreensão da “realidade” foi tão frágil quanto o seu próprio experimento urbano, o que explica o fato de que o conceito de cidade-jardim tenha sido transplantado para os objetivos mais diversos, como a criação de condomínios de luxo nas últimas décadas.

Howard parecia esquecer-se do aspecto mais básico de sua sociedade: ela já estava inserida em uma nova forma do capitalismo, a sua forma acabada, como um modo de produção produtor de mercadorias, e como tal, sujeita às suas leis e também às suas forças internas. Se a sua cidade-jardim está sujeita a um conjunto de forças magnéticas, o capitalismo representaria o próprio princípio da relatividade geral que molda as interações gravitacionais. “Um pequeno detalhe” a ser ignorado em sua obra. Esta falha conceitual fez com que se produzisse uma teoria ingênua a ponto de pensar, anacronicamente, em um capitalismo livre (e essa liberdade incrivelmente se sujeitaria às leis da concorrência) e ao mesmo tempo regulado – em que o Estado determinaria quais agentes econômicos interagiriam com outros, sob limitadas condições e circunstâncias. O esquema geral consistia na demarcação de uma área de 6.000 *acres* (equivalente a 2.400 hectares), sendo que, desse total, 2.000 seriam reservados à porção agrícola (de cultivo) e 400 à porção urbana (casas, centros comerciais e prédios administrativos). A população total estipulada seria de 32.000 habitantes, sendo 30.000 na área urbana, e 2.000 na área agrícola. Esta “cidade”, que teria a forma circular, seria a sexta parte de uma nova série de cidades com a mesma dimensão, mas que circundam uma cidade central de 58.000 habitantes. Todas estariam interligadas com um conjunto de ferrovias e rodovias.

A cidade seria construída mediante financiamento privado, e as habitações e pontos comerciais concedidos sob o regime de arrendamento com prazos generosos e juros reduzidos. Enfim, tudo está minuciosamente pré-definido, pré-estabelecido e pré-determinado; inclusive a boa vontade, a generosidade dos empresários investidores, sua honestidade, a densidade demográfica, as taxas de crescimento populacional, de fluxos migratórios, a impossibilidade de especulação fundiária, entre tantos outros elementos a qual uma cidade, sob o capitalismo, está inexoravelmente sujeita. Ademais, demonstra uma profunda ingenuidade com relação à importância e consequente pujança da indústria neste novo modo de produção. Chega-se, inclusive, ao cúmulo de se predefinir a taxa de juros do empréstimo para a compra do terreno no qual seria construída uma cidade-jardim.

O capitalismo industrial alterou completamente a relação cidade-campo, sendo que, esta última dimensão, tornou-se um apêndice da cidade. O campo agora está a serviço do processo de criação de valor e de mais-valor no seio da indústria. E uma parcela muito pequena deste valor, se comparada com o montante total, retorna ao campo; a maior parte permanece na cidade. O experimento de Howard se propõe a inverter tudo isso; se propõe, se muito, a dar à indústria a mesma força da agricultura. E tudo isso sem deixar de ser um experimento capitalista, o que mostra que, de todas as utopias, esta foi, de longe, a mais ambiciosa e a menos realista. Foi, portanto, a expressão máxima da aplicação do conceito de utopia, uma vez que subverteu completamente a lógica econômica na qual se encontrava.

Em 1899, Howard criou a *Garden City Association* e, juntamente com Raymond Unwin e Barry Parker, criou, em 1903, a cidade-jardim de *Letchworth* na Inglaterra. Em 1919, associando-se a Louis de Soissons, inaugurou a cidade-jardim de *Welwyn*, neste mesmo país. Embora concebidas por um ideal pouco realista e muito dependente da boa vontade individual, estas duas experiências não foram totalmente mal sucedidas⁷². Embora tenham se transformado mais em

⁷² Muito embora o seu sucesso também se deva a intervenções estatais, como o caso da *Letchworth Garden City Act 1962*, que criou uma fundação de capital público (portanto, não passível de solvência) que administraria os fundos da comunidade.

um tipo de subúrbio (no caso, de Londres) do que em cidades autônomas, esta experiência tornou-se paradigmática na Inglaterra e nos países escandinavos, principalmente após a I Guerra Mundial, como sinônimo de sustentabilidade e expansão urbana controlada (HAROUEL, 1990).

Dando prosseguimento a uma breve historiografia do urbanismo, é lançada na França, no ano de 1919, a revista *La Vie Urbaine*, que representa uma curiosa virada a respeito do urbanismo. Enquanto que, em outros países, notadamente a Alemanha, o urbanismo manteve uma aproximação com os estudos urbanos (da sociologia e da geografia), na França isto não ocorreu, o que explica o fato de não existirem franceses de expressão na escola humanista do urbanismo.

Neste país, o urbanismo se converteu em um campo mais voltado para a estética e a arquitetura, como poderemos perceber nas próximas linhas, quando trataremos da escola progressista ou modernista de urbanismo, predominantemente francesa. Com efeito, é a partir dessa vertente que o urbanismo adquire um caráter mais ideológico do que científico. E, a despeito de suas poucas contribuições práticas comparadas com sua antecessora, ela se tornou o “estado da arte” desta prática, sendo muito mais influente, e por isso mesmo, mais eficiente na disseminação de um pensamento hegemônico.

1.4.4 - A Vertente Progressista

Falaremos agora da corrente chamada por Choay (1965) de Progressista, corroborada por Harouell (1990) e por muitos outros estudiosos do urbanismo. Manteremos esta tipologização, mais pelo caráter opositivo que exerce em relação ao culturalismo (embora existam intersecções) e pelo seu posicionamento com relação ao papel e à abrangência da revolução industrial. O novo sempre causa estranhamento, principalmente quando vem acompanhado de profundas rupturas no tecido social, como foi o caso da revolução industrial. A novidade, como é da natureza humana, se torna assimilável na medida em que se trabalhe

com dois possíveis sentimentos: o medo e o entusiasmo. É necessário, para os introdutores de tal novidade, que o primeiro sentimento seja convertido no segundo, e é isso o que a “ideologia do progresso” faz. Ela precisa, para se legitimar, trabalhar com o inconsciente, com a mente e os ânimos da sociedade, sem as quais a sua possibilidade de assimilação é nula.

Como veremos a seguir, e que pode ser encontrado em farta bibliografia sobre o tema, a ideologia progressista ou, mais especificamente, o urbanismo modernista, foi, em última instância, uma atividade de convencimento, de sedução, em que todas as mazelas da industrialização, todas as suas inconsistências de ordem prática e teórica foram escondidas por detrás de uma embalagem de aço, concreto e vidro. Não por acaso, foi a corrente urbanística que cinicamente (já que sempre dizia o oposto) mais se utilizou da arte e da estética para alcançar seus objetivos.

E é justamente por este único motivo, pelo fato de ser um urbanismo de produção em massa inserido em um paradigma econômico de produção em massa, que esta corrente se tornou tão difundida e bem sucedida, se comparada com as demais. Concordando com Harouel (1990), o urbanismo progressista, de fato, se impôs por toda parte, independentemente do viés político ou modelo econômico encontrado, de modo que conseguiu, até mesmo, se vender para o regime soviético na década de 1930. No entanto, e nisso discorda-se deste autor, suas contribuições práticas, fora algumas exceções, como o caso de Brasília (que já se mostrou um retumbante fracasso), foram de caráter particularista⁷³ e pontual, não atuando em termos de planejamento urbano, ao contrário do que fez a corrente culturalista. E esta dificuldade em se firmar como uma corrente capaz de planejar o urbano deve-se, em grande medida, à sua afinidade com as chamadas utopias. Como dito anteriormente, ela precisou criar, por meio da “imagética”, o entusiasmo, de modo a suplantar o medo do futuro. Por este motivo, o modernismo sempre se apresentou como uma visão arrojada, moderna, futurista, inventiva. Seus projetos quase sempre apresentam formas muito parecidas,

⁷³ De fato, suas realizações foram muito mais em termos residenciais do que propriamente urbanísticos. Fez-se muito barulho e pouca poeira.

metálicas, geométricas, como as obras distópicas do cinema e da literatura⁷⁴. Com efeito, este termo, aparentemente cunhado por John Stuart Mill foi uma crítica às utopias, daí o acréscimo do prefixo (*dys*⁷⁵), que significa “mal”.

A vertente progressista teve como um de seus pioneiros e principais nomes o arquiteto Tony Garnier, autor de *La cité industrielle*, publicação tardia, de 1917, fruto de sua estadia na Villa Medici em Roma, de 1899 a 1904, em que detalhou seu plano de urbanização e modelo de cidade industrial, vislumbrado para Saint-Étienne, na França. Garnier, além de ter sido um pioneiro em sua visão de uma cidade industrial do futuro, foi uma grande influência para urbanistas de períodos subsequentes, tais como Le Corbusier, Walter Gropius⁷⁶, Mies van der Rohe, Erich Mendelsohn, entre outros membros da chamada corrente “racionalista⁷⁷” de arquitetura (CHOAY, 1965). A criação de Tony Garnier é um tanto quanto curiosa, se levarmos em consideração o seu passado. Ele nasceu em Lyon e cresceu em um bairro de classe operária, tendo assistido a dificuldade cotidiana deste grupo e uma proporcional combatividade e resiliência diante desta realidade. Ele sentiu levemente o gosto do que é uma consciência de classe e de que maneira isso moldava o seu entorno urbano. A cidade é construída por uma consciência de coletividade e Garnier vivenciou isso, o que o levou a participar do movimento socialista de Paris. Em sua volta para Lyon é chamado pelo então prefeito socialista Edouart Herriot para concretizar suas ideias, visionárias de certo modo, de conjugação de um planejamento urbano com políticas públicas (MONTANER, 1987). Contudo, após a sua ida, a sua contribuição foi bastante pontual, e no papel de um arquiteto a serviço da administração pública, o que se

⁷⁴ Como o filme *Alphaville*, de 1965, de Jean-Luc Godard e o livro Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, de 1932. Neste livro a figura de Henry Ford adquire um status messiânico e sua menção é semelhante a que se faz a Deus: dessa forma, a expressão “Oh Lord” (Ó Deus) se torna “Oh Ford”. Curiosamente, o personagem questionador do livro, que busca romper as barreiras do condicionamento social chama-se Bernard Marx.

⁷⁵ Em inglês britânico, *Dystopia*. Fonte: Dicionário Oxford da Língua Inglesa.

⁷⁶ Arquiteto fundador da famosa escola Bauhaus de arquitetura.

⁷⁷ Esta linha, que se tornou a subcorrente paradigmática dentro do progressismo, enfatizava, como o seu próprio nome sugere, a racionalidade na concepção e construção, a simplicidade de formas, a utilização de materiais como o metal, concreto e o vidro, a funcionalidade das estruturas. Buscou-se integrar também a estética com a função, eliminando dessa forma os excessos desnecessários.

seguiu foi uma série de construções individuais, tais como um matadouro, um estádio, um hospital e uma área residencial⁷⁸.

A Cidade Industrial, concebida por Garnier, deveria – conforme a importância por ele atribuída ao fenômeno da industrialização – ser construída e organizada segundo esta finalidade, que era a de fazer funcionar a indústria. Seu objetivo era o de otimizar os espaços urbanos, de uma maneira que acabou sendo conhecida como zoneamento urbano. Esta técnica de planejamento urbano consiste na criação, como o nome sugere, de zonas especializadas em determinado uso, como: residencial, industrial, comercial, energético, administrativo, cultural e de transporte. A sua percepção urbanística, e nisso ele se aproxima bastante de Ebenezer Howard, tinha uma visão bastante utópica e ao mesmo tempo limitada da economia industrial, de modo que pensaram que suas criações poderiam ser autossuficientes e pouco suscetíveis a influências externas.

Com isso, criavam-se verdadeiros híbridos conceituais sem nenhuma possibilidade de viabilização real, como o caso de se misturar uma liberdade para o capital e da exploração privada do trabalho com uma administração pública do solo e com uma também regulação pública do trabalho industrial. Ao mesmo tempo, o ensino médio e superior, ao melhor estilo doutrinário, seriam voltados à formação de mão de obra especializada para a indústria, mais especificamente para abastecer as indústrias de base (têxtil e metalúrgica). Isso seria perfeitamente compreensível em uma sociedade inteiramente baseada no cooperativismo (e na vontade de seus membros), mas, no caso de uma indústria cuja finalidade é a acumulação privada, isto se tornaria desumano com a classe operária.

Ele imaginava uma cidade de porte médio, que dizia possuir as dimensões de *Saint-Étienne*, *Saint-Chammond*, ou outra cidade francesa semelhante, e que tivesse uma população de cerca de 35.000 habitantes. Seriam aproveitadas as potencialidades energéticas do terreno, as linhas de transporte existentes, e o próprio traçado urbano acompanharia, em parte, o formato do terreno. No entanto, o traçado urbano se diferenciaria a depender da zona em

⁷⁸ *Quartier des États-Unis*, O Bairro dos Estados Unidos, em tradução do francês.

questão: linear para o setor residencial e do tipo *cluster*, ou grelha para o setor industrial, tendo uma avenida ou rua central que cruzaria toda ou a maior parte destes setores. Em seu desenho a vegetação teria uma função maior do que meramente estética: seria utilizada como barreira de contenção.

Garnier inaugurou a ordem, a geometria, a continuidade no traçado urbano progressista e modernista, forma adotada por Le Corbusier e demais urbanistas desta corrente. Por fim, Garnier também consagrou o conceito de padronização construtiva para as habitações com o objetivo de baratear custos, otimizar o tempo de construção e criar um padrão estético único, dando, segundo suas palavras, “um ar de calma e equilíbrio que as harmoniza com as linhas na natureza” (GARNIER apud CHOAY, 1965, p.170). Ele definiu, de antemão, e nisso sua análise foi exata, que a indústria seria o núcleo e o evento histórico originário da cidade moderna. O seu equívoco foi conceber a ideia de que em função disto, as cidades tradicionais seriam completamente riscadas do mapa para que um novo tipo surgisse. Mais uma vez, opta-se pelo caminho mais fácil, algo típico de soluções utópicas, que é o de começar tudo do zero, em vez de transformar, lidar com problemas concretos já existentes, algo que já tinha sido abordado pelo urbanismo alemão. Tendo sido discípulo do arquiteto Auguste Choisi⁷⁹, herda de seu mestre a visão da estética distanciada de seu elemento histórico. Para Garnier, a estética tem uma estreita ligação com o ferramental disponível e tecnologias construtivas existentes (MONTANER, 1987; GONÇALVES, 2010). Portanto, o ornamento sem um propósito funcional é algo a ser descartado ou menosprezado.

Essa visão foi herdada de uma discussão antiga na arquitetura, que é a da sua própria identidade e da sua relação com os demais campos do conhecimento humano, tais como a história, a historiografia, a estética, a arte, a filosofia, a antropologia. Parecendo desinteressante em um primeiro momento, essa compreensão se torna fundamental para a apreensão das concepções modernas e modernistas da arquitetura, uma vez que este corpo técnico (dos arquitetos e engenheiros civis) ainda é bastante superestimado no campo do planejamento

⁷⁹ Teórico e historiador da arquitetura, autor de *La Histoire de La Architecture*, de 1899.

urbano. Esta discussão, manifestada nos estudos da historiografia da arquitetura, dividiu-se em duas frentes: uma que analisa a estética do passado como uma fotografia, um recorte temporal, em que apenas as nuances técnicas importam; e outra que considera, além da própria história, as narrativas humanas que pensaram e implementaram tal estética. A primeira encara a história como uma fotografia, daí a importância da planta arquitetônica (que é uma visão estéril, meramente técnica); a segunda a considera como um filme, em que o espaço, o tempo e quem atua são elementos a serem considerados. Ela também é uma peça investigativa, pois permite a consideração sobre os seus condicionantes e determinantes (a semelhança com o método histórico-estrutural e com o título desta Tese não é mera coincidência).

Infelizmente, a vertente progressista e seu modernismo optaram pela primeira visão. Nela, o espaço reina soberano e o tempo é apenas um artigo de museu. É importante ter isso em mente quando analisarmos a produção urbanística de indivíduos como Garnier, Le Corbusier e mesmo Niemeyer, em que uma vila inteira chegou a ser submersa (para a criação do Lago Paranoá⁸⁰) para que se pudesse produzir uma colossal mais valia em forma de cidade, no caso, Brasília.

O ápice organizativo e difusório dessa ideologia urbana foi a realização dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, cujo principal legado foi a elaboração em 1933, quando da sua 4ª edição, da Carta de Atenas⁸¹ ou *Town Planning Chart*. Este documento se propôs a ser um guia internacional sobre planejamento urbano, tendo sido pensado e redigido pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier. Ele é tido, por muitos, como a expressão máxima do urbanismo moderno, e muitas das suas ideias permanecem como forte inspiração para os urbanistas da atualidade. As próximas linhas se dedicarão a este documento paradigmático, bem como à pessoa que o redigiu, dada a sua importância no planejamento urbano mundial e visto que o urbanismo

⁸⁰ Vila Amaury.

⁸¹ Esta foi a segunda Carta de Atenas. A primeira foi elaborada pelo 1º Congresso Técnico de Arquitetura e Técnicos de Monumentos Históricos. Este documento, ao contrário do seu predecessor, afirmava a importância do restauro e da preservação do patrimônio histórico (ALMEIDA, 2009).

contemporâneo espelha, em muitos casos, as suas características pessoais. Com efeito, o urbanismo moderno tem a assinatura de Corbusier, uma face que muitos se esmeram em manter⁸², e outros, mais recentemente, procuram desconstruir.

1.4.5 - O “Arquiteto onipresente⁸³” e seu manifesto urbanístico

A Carta de Atenas recebeu este nome porque foi o resultado de uma série de reuniões do CIAM que aconteceram em um trajeto de Marselha a Atenas, a bordo do navio *SS Patris*. As discussões e ideias contidas na Carta encerram um debate que remonta a meados do século XIX, entre uma visão culturalista e conservacionista e outra renovacionista. A primeira tem como expoente máximo Camillo Sitte e a segunda Georges-Eugène Haussmann, arquiteto responsável pela remodelação do centro de Paris.

Primeira parte – generalidades

- a) "A cidade é só uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região" (CIAM, 1933 p.1) – discorre sobre a formação territorial das cidades, e sobre a arbitrariedade que existe entre o recorte administrativo e o recorte geográfico;
- b) “Justapostos ao econômico, ao social e ao político, os valores de ordem psicológica e fisiológica próprios ao ser humano introduzem no debate preocupações de ordem individual e coletiva” (CIAM, 1933, p. 2) – a concepção de cidade deve levar em conta a dimensão individual e coletiva do ser humano, estimulando a cooperação e a liberdade individual.
- c) “Essas constantes psicológicas e biológicas sofrerão a influência do meio: situação geográfica e topográfica, situação econômica e

⁸² A influência de Le Corbusier foi tão profunda sobre o urbanismo que é um erro creditar a inspiração de Brasília somente a Niemeyer e a Lúcio Costa. Basta uma rápida observação nos projetos da sua *Ville Contemporaine* e, posteriormente da *Ville Radieuse*, que é possível constatar que, mais do que uma inspiração, se trata, em certa medida, de um plágio do estilo de Corbusier, tanto na estética quanto na sua filosofia – etérea, fria, a-histórica e cuja liberdade de ir e vir é concedida apenas aos automóveis.

⁸³ Frase cunhada por Robert Hughes, em seu livro *The shock of the new: Art and the century of change (1980)*, ao se referir a Le Corbusier, o grande nome deste movimento. Nas próximas páginas será possível compreender o porquê desta alcunha.

política. Primeiramente da situação geográfica e topográfica” (CIAM, 1933, p.2) – Segundo este item, a natureza é o elemento primordial que molda, restringindo ou facilitando, as aglomerações humanas e as cidades. Por fim, as culturas e a própria estrutura econômica e produtiva serão resultado da relação dos indivíduos com o seu meio natural, o seu tipo, o seu clima e demais especificidades relacionadas à localização.

- d) “Em segundo lugar, da situação econômica. Os recursos da região, contatos naturais ou artificiais com o exterior” (CIAM, 1933, p.3) – Diz respeito aos recursos naturais de cada região, sua escassez ou abundância, facilidade de acesso e meios de circulação de matérias primas.
- e) “Em terceiro lugar da situação política e do sistema administrativo” (CIAM, 1933, p.3) – São as estruturas políticas e administrativas fruto da interação entre os indivíduos com vistas à manutenção de uma comunidade. Elas atuam sobre todos os demais elementos por meio dos seus sistemas de leis, regulamentos, aparelhos burocráticos e normas de atuação sobre a própria cidade.
- f) “No decorrer da história, circunstâncias particulares determinaram as características das cidades: defesa militar, descobertas científicas, administrações sucessivas, desenvolvimento progressivo das comunicações e sistemas de transporte” (CIAM, 1933, p.4) – Este item trata de dimensões supostamente “não abarcadas” pelas categorias anteriores, fruto de impulsos criadores, científicos, de sobrevivência, dominação, conquista, bem como o desenvolvimento dos chamados sistemas de comunicação. Em seus parágrafos, faz menção a regras, constrangimentos, injustiças, sem, contudo, estabelecer uma origem, um fato gerador para tais condições. A cidade foi e é moldada tendo em vista tais circunstâncias, isto é um fato, mas o texto as apresenta como fenômenos dados, como se surgidos sem uma causa ou como se fossem condições naturais ou espontâneas. Tal disjunção, intencional ou não, entre causa e efeito,

marcará de forma indelével o trabalho do urbanista e sua forma de encarar os problemas urbanos. Mas ela pode ser encarada tanto como fruto de uma despolitização inicial, quanto como consequência de uma despolitização futura da profissão.

- g) “As razões que presidem o desenvolvimento das cidades estão, portanto, submetidas a mudanças contínuas” (CIAM, 1933, p. 4) – as cidades são mutáveis, dinâmicas, se degradam com a ação do homem e do tempo. E, como toda construção humana, em seu sentido literal, demandam manutenções, intervenções estéticas, bem como reflexões e deliberações sobre o que deve ser mantido (tendo em vista aspectos históricos, culturais, afetivos), destruído, restaurado, modernizado e modificado.
- h) “O advento da era da máquina provocou imensas perturbações no comportamento dos homens, (...) evolução brutal e universal sem precedentes na história. O caos entrou nas cidades” (CIAM, 1933, p. 5) – A industrialização, citada como “emprego da máquina”, promoveu um deslocamento espaço-temporal sem precedentes na história da humanidade, modificando estruturalmente as relações de produção e de trabalho, em um período extremamente curto de tempo. Esse “ritmo furioso” não permitiu, segundo aponta a carta, a acomodação entre o ímpeto da indústria e as necessidades vitais dos indivíduos, o que provocou, como consequência, a falta e a precariedade de moradias, “decadência, doença, revolta” (CIAM, 1933, p.5), o inchaço populacional no meio urbano e o esvaziamento no meio rural.

Segunda parte – estado atual das cidades e a situação habitacional

A segunda parte do documento trata do problema da densidade populacional (relação entre a quantidade de moradores e o espaço ocupado) e da supressão de áreas verdes, consideradas importantes na manutenção das condições ambientais ideais, como a qualidade do ar. Aborda também a questão do descompasso entre a qualidade das moradias, antigas e precárias, que exerciam

apenas a função de “abrigo”, como que em um reflexo das condições de trabalho na indústria. Segundo suas linhas, a especulação imobiliária e o rentismo seriam os verdadeiros vilões e principais responsáveis pelo problema habitacional após a industrialização.

A Carta também prossegue apontando, como princípio fundamental do urbanismo, o atendimento das “necessidades fundamentais” dos indivíduos. Tais necessidades restringem-se, contudo, apenas ao aspecto da qualidade das habitações, as suas dimensões, a sua ergonomia, a dimensão psicofisiológica do espaço (relação da sujeira, da falta de espaço, de confinamento, os odores, entre outros sobre o estado emocional), e o grau de integração dos elementos naturais, iluminação, incidência solar e existência de vegetação. Com efeito, a Carta postula que estes três elementos (sol, vegetação e espaço) são as “matérias primas do urbanismo” (CIAM, 1933, p.7), estes sim, elementos que permitiriam a apreciação de problemas antigos e novos sob um ponto de vista “verdadeiramente humano”.

No entanto vale mencionar a crítica (embora inteiramente vazia, dada a sua produção urbanística posterior) que faz à questão da segregação entre as classes mais abastadas, cujas residências são amplas, bem localizadas, com suas “paisagens idílicas” e maior proteção contra os agentes climáticos; ao contrário, à mão de obra operária são reservados os espaços mais insalubres, com menor incidência da ação dos elementos naturais (sol, vento, vegetação) e com estrutura urbana degradada. Faz também surpreendentes críticas ao “zoneamento⁸⁴”, quando diz se tratar de uma,

operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer (...) reservando só para alguns favorecidos da sorte o benefício das condições necessárias para uma vida sadia e ordenada (CIAM, 1933, p.8).

⁸⁴ Conceito a ser abordado mais adiante neste estudo, quando também serão apresentados os planos diretores e urbanísticos.

Para a Carta, o zoneamento é uma tentativa, travestida de legal e justificada, de se embasar medidas segregacionistas e seletivas. Ela alerta para a necessidade de uma legislação que dê um novo formato a esta prática, de modo a “promover uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro” (CIAM, 1933, p.8). E prossegue, em suas páginas subsequentes, alertando para a necessidade de se constituírem aparelhos e instituições que atuem como promotores do bem-estar para as moradias adjacentes, tais como, escolas, hospitais, locais de abastecimento, centros culturais, de lazer e desporto. O documento alerta para a arbitrariedade (algo comum nos dias de hoje) na construção destes aparelhos, tendo em vista que cada um possui uma capacidade máxima de cobertura. Além disso, a compreensão da importância destes serviços e instituições (não ficando claro se de âmbito privado ou estatal) era, segundo o texto, incipiente e pouco conhecida pelo próprio público.

Os itens l, m e n⁸⁵(p.10-11), tratam dos subúrbios, sua gênese histórica como refugio dos burgos, das cidades medievais, sítios fortificados e cidades imperiais:

O subúrbio é o símbolo, ao mesmo tempo do fracasso e da tentativa. É uma espécie de onda batendo nos muros da cidade. No decorrer do século XIX e XX essa onda tornou-se maré, e depois inundação (CIAM, 1933, p.10).

Trata-se, segundo suas linhas, de um erro urbanístico cuja falha primordial consiste em deixar que este se estabeleça (o subúrbio) e seja imediatamente incorporado à cidade, sob o risco de que se estabeleçam as condições para revoltas, convulsões e demais consequências de um crescimento desordenado, sem a gestão do solo circundante. Só não fica claro como se daria, efetivamente, esta “gestão do solo”; se bloqueando o acesso da população, ou se o permitindo, com a integração imediata. E, mesmo esta suposta integração, não é minimamente definida, como se fosse um mero esforço de administração, em que basta um carimbo ou assinatura para que isto se concretize. A história mostrou que não se pode reduzir este problema à boa vontade dos administradores urbanos.

⁸⁵ Na carta constam diversos itens e subitens classificados de A a Z

O item “m”(p.10), no entanto, deixa entrever o caráter contraditório com que o subúrbio é analisado. Segundo o texto, a gestão do solo deve ser realizada preventivamente, antes que o subúrbio seja ocupado indiscriminadamente. Contudo, e uma vez que isso ocorre, (e sem procurar entender o seu mecanismo, dada a pouca profundidade de sua crítica) o subúrbio é encarado como um fardo, como um desperdício de valiosos recursos, sem a devida contrapartida fiscal. Ou seja, a sua população, dispersa, de “pobres diabos sem disciplina” não tem a capacidade de contribuir com a quantidade de serviços que o Estado se vê obrigado a disponibilizar.

As cidades necessitam, segundo a Carta, de uma gestão e um planejamento prévios, tanto em termos de modelo, quanto de localização das moradias. Este plano também irá garantir um controle sobre a densidade populacional que, após a industrialização, descontrolou-se única e exclusivamente, segundo consta, por displicência dos administradores da cidade. Outra consequência, portanto, desta Carta, é a disseminação de mais dois grandes equívocos entre os urbanistas: o primeiro é a ideia, um tanto quanto ingênua, de que a densidade populacional é uma variável facilmente controlável, apenas por estratégias urbanísticas, a não ser que se lance mão de medidas segregacionistas e coercitivas, características de um zoneamento que foi alvo de críticas anteriores por parte do mesmo documento. A alegada desatenção dos administradores para com o crescimento populacional foi apenas uma forma de desviar a atenção pra o fato de que o próprio Estado, aliado da burguesia industrial, estabeleceu medidas de atração populacional para as cidades.

O documento prossegue em suas orientações gerais sobre modelos construtivos (preferencialmente utilizando concreto e aço, o que permitiria a sua verticalização e produção em massa), sobre a disposição em relação aos recursos naturais, e a incidência solar (que contraditoriamente será menor, no conjunto urbano, quanto mais alto forem os edifícios). E para as construções consideradas insalubres, que não seguirem tais normas construtivas, restaria a sua demolição (caracterizada de forma muito simplória) e substituição por áreas verdes. Não estava claro, contudo, de que forma ocorreriam tais desocupações, dada a

simplicidade e pouca profundidade com que o tema foi abordado. Todas essas decisões, sobre o melhor e mais racional uso do solo, a disposição das residências, das áreas verdes, sua localização e dimensões, bem como a sua utilização por aparelhos coletivos deverão ser reguladas por uma legislação correspondente, o chamado “estatuto do solo”.

A Carta também se dedica à questão do acesso ao trabalho, com orientações sobre a disposição e localização das indústrias, de modo a eliminar o “nomadismo” dos trabalhadores, resgatando, dessa forma, a relação harmoniosa que existia entre residência e local de trabalho, típica do período anterior à industrialização. E, neste momento, até se redime, em parte, de suas colocações anteriores ao apontar que “a ruptura com a antiga organização do trabalho criou uma desordem indizível e colocou um problema para o qual, até o presente, só foram dadas soluções paliativas” (CIAM, 1933, p.18). E a questão do nomadismo se deve, de acordo com o texto, pela forma com que as indústrias se estabeleceram, muitas das vezes em cidades já existentes, obedecendo apenas o critério da comodidade e da economia de recursos, situando-se próximas de locais de escoamento de matérias primas e de mercadorias.

A solução urbanística encontrada para este problema é o deslocamento ou implantação de indústrias de forma contínua, setorizada, ao invés de esparsamente localizadas no entorno da cidade. O formato urbano ideal, portanto, seria linear, em vez do tradicional formato concêntrico. Todos os demais setores (habitação, comércio e negócios) seriam estrategicamente posicionados próximos da indústria, de forma também linear, paralelamente e intercalados por áreas de vegetação.

A respeito da questão da circulação e das vias de comunicação, o problema apresenta-se de forma tão ou mais complexo do que a questão da habitação, visto que ela interfere diretamente na abrangência e velocidade da urbanização. Muitas cidades nasceram em torno de uma rota comercial ou em torno do cruzamento de rotas. As demais ruas surgiram como estruturas adjacentes à avenida principal (não por acaso chamada de “arterial”). Além disso, como bem aponta o texto, como muitas cidades são evoluções de estruturas mais

antigas, as muralhas de proteção exerceram uma influencia decisiva sobre a aparência das edificações e das ruas, uma vez que era necessário otimizar o espaço existente para abrigar o máximo possível de pessoas. Diante de tal realidade, caberia aos urbanistas, de acordo com a carta, adaptá-las a nova realidade das maquinas velozes e do fluxo rápido. Para tanto, o urbanista deve lançar mão de artificios matemáticos e estatísticos, com informações precisas sobre a intensidade dos fluxos e os tipos de veículos e mercadorias circulantes. De posse desses dados será possível determinar o tipo de rua adequada para cada tipo de veículo, a carga, velocidade, bem como a sua relação com residências e demais cruzamentos.

Em suas considerações finais, o texto exorta os urbanistas a irem além de suas atribuições mais comuns, que é a de atuar sobre o âmbito da circulação urbana. Eles devem expandir seus horizontes de atuação dentro das quatro funções básicas do urbanismo: habitação, trabalho, recreação e circulação. A Carta assim define o papel do urbanista a respeito de tais funções:

Primeiramente, assegurar aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol, essas três condições essenciais da natureza, lhe sejam largamente asseguradas; em segundo lugar, organizar os locais de trabalho, de tal modo que, ao invés de serem uma sujeição penosa, eles retomem seu caráter de atividade humana natural; em terceiro lugar, prever as instalações necessárias à boa utilização das horas livres, tornando-as benéficas e fecundas; em quarto lugar, estabelecer o contato entre essas diversas organizações mediante uma rede circulatória que assegure as trocas, respeitando a prerrogativa de cada uma (CIAM, 1933, p.29).

Com certeza, a principal crítica que o documento faz, mas, que em nenhum momento assume o papel de autocrítica, uma vez que ele trata os problemas urbanos da sua época como condições externas ao urbanismo (e não como algo intencional), é o fato, insofismável, de que, no capitalismo industrial (o capitalismo em sua plenitude e estágio final de amadurecimento), os interesses privados se sobrepuseram, como nunca antes visto na história da humanidade, sobre os interesses da coletividade. Com relação à alegada falta de “reflexão prévia”, isto não constitui verdade, uma vez que os chamados socialistas utópicos,

e toda uma série de relevantes estudos foram elaborados a respeito do fenômeno da urbanização após a industrialização.

Todavia, esta Carta inicial, que seria sucedida por outras cartas de linhas e influências diferenciadas, expressou, pelo menos aparentemente, uma tendência de colocar o aspecto humano acima do aspecto econômico. Pelo menos, é o que fica aparente pela leitura das suas linhas. Para o manifesto (sem entrar no mérito da sinceridade ou não de suas linhas), as necessidades humanas devem preceder as necessidades do lucro. Como já dito, esta Carta possui a marca do urbanista mais famoso desta vertente, Le Corbusier, que foi quem redigiu o documento final e apresentou as suas ideias e impressões particulares sobre a urbanização, tendo, contudo, que ceder em muitas das suas convicções (principalmente no que se refere à questão do patrimônio urbanístico).

Como não poderia deixar de ser, uma vez que se trata de um texto de urbanistas para urbanistas, o papel do arquiteto é um tanto sobrelevado, como grande protagonista por criar uma “ordem que tem em si sua própria poesia” (CIAM, 1933, p.33). Para ele, a arquitetura era a ciência suprema, pois, ao ser responsável pela célula primária da reprodução social - a habitação - e, ao mesmo tempo ser responsável pela forma como o trabalhador se relaciona com o seu local de trabalho, bem como com a forma como ele repõe as suas capacidades físicas, ela detém um poder absoluto sobre a urbanização. Não se tratava de delírios ou devaneios narcisísticos, mas sim, pura consciência do papel ideológico do urbanismo. Le Corbusier tinha perfeita consciência dessa faceta do poder que o urbanismo poderia exercer, como se pode depreender dessas linhas:

A arquitetura preside os destinos da cidade. Ela ordena a estrutura da moradia, célula essencial do tecido urbano, cuja salubridade, alegria, harmonia são subordinadas às suas decisões. Ela reúne as moradias em unidades habitacionais, cujo êxito dependerá da justeza de seus cálculos. Ela reserva, de antemão, os espaços livres em meio aos quais se erguerão os volumes edificados, em proporções harmoniosas. Ela organiza os prolongamentos da moradia, os locais de trabalho, as áreas consagradas ao entretenimento. Ela estabelece a rede de circulação que colocará em contato as diversas zonas. A arquitetura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade. É ela que se encarrega de sua criação ou de sua melhoria, e é ela que está incumbida da escolha e

da distribuição dos diferentes elementos, cuja feliz proporção constituirá uma obra harmoniosa e duradoura. A arquitetura é a chave de tudo (CIAM, 1933, p.34).

Pois triste seria a cidade cuja complexidade se resumisse a planos arquitetônicos, pranchetas, e esquemas urbanísticos. Seria o mesmo que dar o destaque ao contador responsável por viabilizar um repasse de recursos a uma determinada gestão urbana. A cidade é algo muito mais complexo e envolve uma gama muito maior de especialidades e áreas do conhecimento humano e técnico. Portanto, não se imagina ser possível que Le Corbusier pudesse ter uma visão tão simplista da cidade, mas sim que o urbanismo poderia deter o poder de “controlar ou conter esta complexidade”. A sua célebre frase “Arquitetura ou revolução” expressa bem esse conhecimento e posicionamento ideológico. Para ele, a arquitetura seria capaz de apaziguar as massas, de conter seus ímpetus revolucionários.

Uma crítica a Le Corbusier e ao Urbanismo modernista

Tendo nascido Charles-Édouard Jeanneret, ao mudar-se para Paris adotou o pseudônimo pelo qual ficaria famoso: Le Corbusier. Isso já era, por si só, um indício de suas aptidões para o *marketing* pessoal, tanto pela sua própria arte quanto pela sua capacidade de autopromoção. Curiosamente e “contraditoriamente”, este pseudônimo encerra uma série de significados interessantes: tanto pode significar uma lembrança carinhosa de um antepassado distante, quanto pode remeter à palavra *le corbeau* (o corvo), uma ave que na França representa “mau agouro”⁸⁶ (DALRYMPLE, 2009). Com efeito, a contradição foi exatamente uma marca de seu trabalho (pelo menos para olhares libertos da iconoclastia urbanística, tão poderosa). Desde o início de sua carreira e viagens internacionais, a cultura urbanística e arquitetônica tradicional chamava a sua atenção. O pitoresco, o cultural, o espiritual, o vínculo com a natureza eram expressões e valores sempre presentes em sua “teoria urbana” e arquitetônica. Ele

⁸⁶ Theodore Dalrymple, um notório conservador, em artigo de 2009 intitulado: *O arquiteto totalitário: a perniciosa influência de Le Corbusier*, afirmou que Le Corbusier foi “certamente um mau agouro para as cidades da Europa e em outros lugares”.

era um admirador da arquitetura greco-romana, mas como se pôde observar em sua biografia, o passado e a herança cultural não foram motivo de grande afeição (pelo menos não na prática de suas obras), mas sim o seu caráter simbólico, como estandarte da dominação de uma classe sobre outra.

Le Corbusier procurou plantar, quase que de uma forma desesperada, suas ideias urbanísticas em todas as partes do mundo. O resultado remete a algo que foi forçosamente inserido, como uma espécie de transgenia urbana. Ao se observar uma produção de Le Corbusier, reproduzidas em Niemeyer ou Lúcio Costa, percebe-se o apuro no planejamento arquitetônico. Contudo, se o urbanismo tem como elemento central, conforme os seus próprios ensinamentos, o ser humano, então a sua produção não poderia ser considerada urbanística, posto que a estética, esta sim, apresenta-se como central em sua obra. Mais um paradoxo de alguém que professava que a aparência era algo a serviço da funcionalidade. O ideal difundido por Le Corbusier, materializados no seu “purismo”, “modernismo” e no “brutalismo”, se tornaram, ironicamente, a expressão “concreta” da produção em massa no urbanismo; e, assim como a mercadoria fez com que o indivíduo se adaptasse aos imperativos econômicos (quando deveria ser o oposto), o mesmo aconteceu com a arquitetura moderna e suas derivações: ela não se adaptou ao ser humano e suas necessidades, ela foi imposta verticalmente. A solução de Le Corbusier para as favelas do Rio de Janeiro, ao contrário das proposições de sua Carta de Atenas, não é torná-las parte da cidade, uma vez que elas já estão inseridas de forma indelével. A solução encontrada para as favelas, que devem tê-lo lembrado bastante dos guetos infectos da Inglaterra do século XIX, era simples como a quantidade de vezes em que a palavra “destruir” é mencionada em sua obra.

Le Corbusier sempre atraiu ao mesmo tempo admiração e ódio. O grande problema, entretanto, deste tipo de reconhecimento “apaixonado” é que ele esvazia e desqualifica a crítica: por um lado, suas ideias e construções não passam por um crivo analítico mais crítico, flertando, até mesmo, com certo dogmatismo – como nas suas biografias escritas por Nicolas Fox Weber (2008) e outra, que por seu título (*Le Corbusier: Le grand*), já deixa bem claro o seu posicionamento,

editada por Cohen e Benton (2008). Já as manifestações de ódio, como, por exemplo, a de seu “ex-amigo” Salvador Dalí, são raiva cega, fruto da repulsa por suas obras, que, para muitos, eram “cheias de concreto e vazias de alma”. Dalí chegou ao cúmulo de celebrar a sua morte, após já ter afirmado que Corbusier era uma “figura lamentável” (BOSQUET, 2003). Até mesmo análises mais consistentes e abrangentes de sua obra, como a de Jane Jacobs (1992) não tiveram o devido crédito em função da forma como a autora encarava os arquitetos urbanistas, para ela os principais responsáveis pela “morte das grandes cidades”.

A sua visão dos determinantes da urbanização poderia ser frágil, mas sua capacidade de enxergar oportunidades era bem conhecida, pelo menos para os mais íntimos. Porém, graças a novas biografias, como as de Xavier Jarcy⁸⁷, Marc Perelman⁸⁸ e François Chaslin⁸⁹, um pouco do mito Corbusiano começa a ser lentamente desfeito⁹⁰. Com base em correspondências pessoais e um estudo aprofundado sobre a sua carreira e relações políticas, é possível verificar o modo utilitarista com o qual Corbusier encarava a política: seja com a sua relação inicial com as administrações francesas (Paris, Marselha, entre outras), com a Vichy⁹¹ do Marechal Petáin (onde foi membro do Conselho de Planejamento Urbano e um entusiasta do novo governo), com a Índia, União Soviética (trabalho este que renderia frutos como a inspiração da sua *Ville Radieuse*), com a Itália de Mussolini, e mesmo com a Alemanha de Hitler⁹² (embora nestas duas últimas a relação tenha sido mais de “flerte”). Não obstante, tal relação, ainda não completamente esclarecida, se insere não apenas em uma grande polêmica sobre o seu trabalho - se tendo relações e inspirações fascistas e totalitárias - mas também, e isto se deve ao mito em torno dele, a uma suposta disseminação

⁸⁷ JARCY, Xavier. *Le Corbusier: un fascisme français*. Paris (France): Albin Michel, 2015;

⁸⁸ PERELMAN, Marc. *Le Corbusier: Une Froide Vision du Monde*. Paris (France): Michalon, 2015.

⁸⁹ CHASLIN, François. *Une Corbusier*. Paris (France): Éditions Du Seuil, 2015.

⁹⁰ O documentário do Canal Alemão Arte chamado *Le Corbusier*, também é importante para traçar um perfil psicológico do arquiteto, com base nas suas próprias afirmações.

⁹¹ Vichy é uma cidade francesa, ao sul de Paris, que foi a nova capital sob o regime fascista.

⁹² Albert Speer foi o arquiteto-chefe e ministro do armamento de Hitler entre os anos 1934 a 1945.

ideológica de cunho elitista, segregacionista e mesmo de controle sobre as massas.

Para Le Corbusier, o urbanismo modernista no qual se filiava, era mais do que uma mera corrente estilística ou uma moda passageira. Tratava-se da possibilidade de uma nova ordem social, uma ordem que devia pensar sempre além, mesmo que isso significasse abdicar completamente do passado, das raízes históricas, culturais e simbólicas das civilizações pretéritas. E o motivo pelo qual ele mereceu uma atenção especial em relação aos demais urbanistas, é o fato de que ele criou em torno dele, e de sua “ciência”, uma ideologia que se assemelharia com uma espécie de culto, como atestam as seguintes afirmações de André Wogenscky da *Fondation Le Corbusier*, segundo Dalrymple (2009, s.p): "Não podemos simplesmente entender os livros; temos de nos render a eles, ressoar, no sentido acústico, com suas vibrações, os fluxos e refluxos de seu pensamento".

O grande perigo da obra de Corbusier, de seus herdeiros e contemporâneos, e que pode também ser creditada ao urbanismo de uma forma geral, é a estetização da esfera social. E, ao estetizá-la, conceder aos erros urbanísticos o benefício da licença poética. Com efeito, no urbanismo modernista, a estética é imposta a uma realidade social; não é, ao contrário, uma expressão natural e simbólica de uma determinada cultura. Neste caso, a estética surgiria *a posteriori* e não como fruto de uma imposição vertical. Talvez uma falha de Marx tenha sido não direcionar, também, sua crítica aos artistas – poetas, músicos, pintores e escultores; provavelmente ele não fazia ideia de que um dia a arte e a estética se imiscuiriam de forma tão profunda na política.

O caráter ideológico de sua obra e, portanto, de seu urbanismo modernista, internacionalista (posto que advogava em torno de uma arte de massa, exportável, adaptável a qualquer período e cultura), era bastante demarcado e abertamente posicionado, conforme se pode observar na seguinte

passagem de seu livro *Vers une architecture*⁹³ (Por uma nova arquitetura), de 1923:

A indústria em grande escala deve se ocupar com a construção e estabelecer os elementos da casa em uma base de produção em massa.

Temos de criar o espírito de produção em massa.

O espírito de viver em casas de produção em massa.

O espírito de conceber casas de produção em massa.

Se eliminarmos de nossos corações e mentes todos os conceitos mortos no que diz respeito à casa, e olharmos para a questão de um ponto de vista crítico e objetivo, vamos chegar à "Máquina de habitar", a casa de produção em massa, saudável (também moralmente) e bela, da mesma forma que as ferramentas de trabalho e instrumentos que acompanham a nossa existência são belas (LE CORBUSIER, 1986 p.6. Tradução nossa).

E ao final de uma breve exposição sobre o caráter revolucionário da industrialização e das inovações tecnológicas e novas técnicas construtivas, tais como o concreto, o aço, e outros materiais que permitam a construção em larga escala e dimensão, ele termina, com uma afirmação ao mesmo tempo simples e bem ilustrativa de suas convicções urbanísticas:

O instinto primordial de cada ser humano é para assegurar-se de um abrigo. As várias classes de trabalhadores na sociedade atual já não têm habitações adaptadas às suas necessidades; nem o artesão nem o intelectual. É uma questão construtiva que está na raiz da instabilidade social de hoje: **arquitetura ou revolução** (LE CORBUSIER, p.7. Tradução nossa. Grifo nosso).

A solução para a o déficit habitacional, para as habitações insalubres, para a cidade que oprime e segrega os pobres e a classe trabalhadora, enfim, para a totalidade dos problemas sociais, segundo Le Corbusier era, simplesmente, a construção de habitações funcionais, com um estilo marcadamente moderno, que tivessem uma bela vista e que facilitassem o acesso ao local de trabalho. Tal minimalismo com que também trata os problemas urbanos talvez explique o fato de que, em sua viagem inicial à Itália, o seu interesse tenha convergido inteiramente para as celas individuais dos mosteiros em Galluzzo. Estes

⁹³ Tradução utilizada em inglês: *Towards a new architecture* (1986).

edifícios são característicos pelo fato de serem construções coletivas em regiões isoladas, muitas das vezes em encostas de montanhas.

A despeito dos frequentes elogios ao seu trabalho e de uma suposta evolução como arquiteto e urbanista (tendo passado para projetos mais orgânicos e menos geométricos), é possível, perfeitamente, estabelecer-se um núcleo duro de suas obras e concepções urbanísticas: edificações com predomínio de concreto, vidro e aço, tendo geralmente um considerável espaço ocioso ou destinado aos veículos automotores entre elas. São como ilhas urbanas em meio ao asfalto. Justamente ele, que alegava utilizar o ser humano como unidade de medida para as suas obras, de fato, como se observava em seus esquemas e construções, utilizava o transporte automotivo como unidade de referência.

Um exemplo marcante desta fixação pelo automóvel está no chamado *Plano Obus*, em Argel e o Edifício viaduto do Rio de Janeiro, de 1929. São edifícios habitacionais de grande comprimento e média altura, sob pistas e rodovias. No caso do Rio de Janeiro, Corbusier acreditava que seu viaduto habitável sob as águas da Bahia de Guanabara seria a solução para o problema das favelas e habitações insalubres dos morros cariocas. Segundo Tafuri, por Cabral (2006), trata-se da “hipótese teórica mais elevada da urbanística moderna, ainda insuperada tanto em nível ideológico como formal” (p.55). Concordando em parte com esta afirmação, a superação ideológica, quando enraizada, é bastante difícil, mas a nível formal, não há sequer algo para superar, uma vez que o urbanismo se propõe a ser algo muito mais abrangente do que um simples viaduto.

Para ele, a cidade antiga, tradicional, era ultrapassada e insalubre, pois encerrava uma grande quantidade de pessoas em um pequeno espaço. Suas ruas eram estreitas e pouco arejadas. No entanto, e mais uma vez em franca contradição, a sua construção predileta, o edifício coletivo, também encerra uma grande quantidade de pessoas em um mesmo espaço. E as ruas estreitas são substituídas pelos corredores estreitos, que, quando muito, possuem janelas em

fita⁹⁴, uma de suas características arquitetônicas mais marcantes. Os aparelhos públicos de serviços, convivência e lazer, que, em teoria, seriam estrategicamente distribuídos seguindo uma lógica utópica, mas que praticamente nunca foi delimitada em sua obra, converteram-se em verdadeiros espíritos a pairar em outra dimensão, que não a do real.

Uma cidade não sobrevive sem uma administração, e até mesmo Le Corbusier, em sua Carta de Atenas, reconhecia a importância da existência de aparelhos públicos, portanto, de políticas urbanas (de habitação, saneamento, segurança, lazer, distribuição estratégica de serviços de saúde, educação). Sendo assim, por se tratar de uma cadeia tão importante de serviços e outras políticas associadas, é fundamental que se pense a cidade, que se faça um planejamento urbano, para que se viabilize, de antemão tais políticas. Trata-se, e o próprio nome já sugere isso, de uma estratégia política, que, portanto, deve preceder o arquitetônico, o estilístico.

Le Corbusier representa a ratificação de que o urbanismo foi a corruptela e a deturpação do seu termo de origem, “urbano”. E como pode se traduzir das considerações de Corbusier nas suas produções “teóricas”, como é o caso de *Planejamento Urbano*, e mesmo da *Carta de Atenas*, ele tinha um claro conhecimento do que acontecia nos centros urbanos e da verdadeira causa das suas mazelas. Portanto, se cometeu algum equívoco em sua carreira, não foi por desconhecimento; o seu posicionamento⁹⁵ foi, desde o início, bastante claro.

Outras considerações sobre o urbanismo

Francoise Choay atenta para o fato de que tais tipologias são complicadas e algumas das vezes merecem ser identificadas com o seu país de origem. Desta forma, portanto, as cidades-jardins inglesas não podem ser confundidas com as suas homônimas francesas, as quais, segundo a autora, eram ideologicamente progressistas com um apelo maior ao verde, como um aspecto “funcional” ao urbanismo. Tomemos a liberdade de extrair de seu livro uma citação do artista

⁹⁴ Janelas finas, contíguas e cumpridas, geralmente no comprimento da parede, e em altas em relação ao chão.

⁹⁵ Mas pelo visto Oscar Niemeyer não percebeu.

impressionista francês Jules Benoit-Lévy, nascido em meados do século XIX, que estranhamente contrasta com o seu material de inspiração (o cotidiano e as paisagens bucólicas francesas). Para Benoit-Levy, segundo Choay, “A ordem das satisfações precisa ser modificada (...). A cidade alegre, a cidade da felicidade, seria então aquela por onde uma produção racional e próspera seria criada [na qual a cidade nova] deve ser a cidade da indústria” (CHOAY, 1992, p.33 trecho adicionado nosso). Para a autora, por fim, tais modelos urbanísticos seriam os precursores dos grandes conjuntos habitacionais modernos. Enfim, todos eles, culturalistas, progressistas ou naturalistas foram, em essência, modelos que pensaram formas de adequar a industrialização, de introduzi-la de forma mais natural e simbiótica com o espaço natural e habitacional.

O modelo progressista, por suas afinidades e proximidades com a racionalidade científica, foi o modelo paradigmático dos projetos urbanísticos por todo o globo, bem como dos diversos regimes políticos. Para se ter uma ideia da abrangência do modelo urbanístico progressista, basta analisarmos a sua influência no estilo construtivista russo das primeiras décadas do século XX, e as suas semelhanças com os desenhos de Le Corbusier (que inclusive chegou a projetar edifícios para o governo).

Como veremos mais adiante nesta Tese, a racionalidade científica foi tão profunda em termos de transformações sociais que seus ideais futurísticos, de uma sociedade próspera e produtiva suplantaram inclusive questões de ordem ideológica. Ironicamente, o Construtivismo russo, foi a expressão artística do fordismo à moda soviética, com suas ideias de austeridade, de simplicidade de formas, a despeito de seu aspecto grandiloquente. Do progressismo urbanista herdou a abominação pelos excessos estilísticos e pelo rebuscamento. Mas enquanto que o progressismo via nisso o desprendimento pelo passado e um salto para o futuro, o construtivismo encarava o rebuscamento como uma reminiscência de um passado burguês a ser esquecido. Mas a despeito do ecletismo que inspirou, isto não muda o fato de que tais variações não escondem a sua real natureza: a de que sua inspiração é, essencialmente, retrógrada e massificada. Mas em uma coisa Choay estava bastante correta: “a resposta aos

problemas urbanos colocados pela sociedade industrial não termina nem nos modelos do urbanismo nem nas realizações concretas que inspiraram” (1992, p.35).

Essa é a razão pela qual, ao invés de procurar uma revisão radical de seus princípios, o urbanismo mais uma vez tenha dado prioridade às questões estéticas da urbanização, como meros ornamentos da realidade. A prova disso é que agora, sob a pretensa intenção de realizar a missão tecnológica que os progressistas se propuseram a fazer, a estética pós-moderna se reveste de variações estilísticas, como, por exemplo, a tecnopia. Esta vertente compreende as transformações climáticas e de ordenamento espaço-temporal, mas as percebem como situações naturalizadas e definitivas. O ser humano, e suas práticas urbanas devem ser adaptáveis às novas realidades impostas pelo capitalismo, o que se traduz em desenhos de aspecto quase que apocalípticos – semelhantes a naves alienígenas, *bunkers* submarinos ou colônias de insetos. Mas segundo Choay,

Essa contribuição técnica não deixa de incluir perigos ideológicos: se os urbanistas visionários têm o mérito de sustentar uma relação realista e concreta com a tecnologia, sua atitude termina a maior parte das vezes em tecnocracia. São assim levados a propor dois tipos de localização humana que representam duas negações da cidade. Num caso achamo-nos diante de um lugar indiferenciado e indefinido, um receptáculo qualquer (...). Noutro caso, a precisão técnica leva ao contrário, por uma atitude mais radical, a substituir os modelos ainda abstratos (...) do urbanismo progressista por verdadeiros protótipos (CHOAY, 1992, p.37).

Mas o urbanismo, principalmente a partir da metade do século XX provocou uma série de questionamentos e críticas, em um sentido parecido ao da própria concepção espacial da ciência geográfica. Esta crítica, que tem os mesmos pressupostos da própria revisão da compreensão do processo de urbanização, encabeçado por sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, filósofos e economistas, clama por uma multidisciplinaridade no âmbito desta atividade, por motivos óbvios: a cidade é multidimensional e planejá-la requer visões também múltiplas.

Neste processo de crítica e revisão dos pressupostos do urbanismo, para quem Patrick Geddes é uma figura central, segundo Choay (1992), as dimensões

do espaço e do tempo são essenciais para a “reintegração do homem concreto” (p.39). Para Geddes, segundo Choay, “um projeto de criação urbana (...) só pode escapar à abstração se for precedido por uma vasta pesquisa sobre o conjunto complexo de fatores que põe em jogo” (p.39). Nesta compreensão, ainda segundo Choay (1992), “não existe uma cidade-tipo do futuro, mas tantas cidades quanto casos particulares” (p.40).

PARTE II (O MOVIMENTO) – SUBSÍDIOS A CRÍTICA DO ESPAÇO E DA URBANIZAÇÃO.

Os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais (ENGELS; MARX, 2015, p.33).

Como vimos na primeira parte, o espaço, como epistemologia e como uma categoria ontológica, vinculada ao ser que a habita e a transforma, bem como a cidade, o fenômeno da urbanização e suas categorias derivadas – urbanismo e planejamento urbano – foram inicialmente trabalhadas pela geografia, para em seguida serem estudadas por outros campos do conhecimento humano, tais como a história, a sociologia e a economia. Essa miríade de disciplinas se deve a multidimensionalidade deste fenômeno, que abarca tanto as dimensões já citadas quanto aspectos culturais, étnicos, de gênero, da psicologia, da imigração, entre outras. Mas como observado nas páginas anteriores, foi a sociologia (mais especificamente a sociologia urbana) e a geografia humana que abraçaram “oficialmente” tais categorias, procurando estabelecer um corpo teórico definitivo. A História também teve e tem uma relevante contribuição neste sentido, uma vez que a dimensão complementar do espaço é o próprio tempo histórico. Seria um tanto quanto anacrônico e sem sentido que essa ciência não se preocupasse em estudar o espaço no qual o seu objeto de estudo se desenrola.

Mas além destes campos científicos, várias outras correntes de pensamento, ou mesmo ideologias, tais como o positivismo, o funcionalismo, ou o empirismo, pintaram um quadro com as cores próprias de seu viés analítico. Mas é interessante notar que independente da corrente, alternou-se quase sempre entre o domínio de uma visão cartesiana, absoluta, pragmática e restrita, para outra mais humana, relativa⁹⁶, holística e crítica. Cada momento histórico de

⁹⁶ Não confundir com relativista. Neste caso significa o contrário de “exato”.

produção de conhecimento em torno deste tema incitou uma modificação de paradigmas anteriores, como foi o caso da geografia natural que teve a sua ruptura na geografia humana, ou mesmo o urbanismo modernista cuja reação foi o urbanismo humanista. O primeiro como uma manifestação endógena dos arquitetos e suas preocupações estilísticas, e o segundo como uma expressão da própria multidisciplinaridade existente nos estudos sobre o espaço.

Neste sentido, esta parte da presente Tese, denominada de “Movimento”, tem por finalidade apresentar uma revisão teórica de corte crítico e calçado no chamado método histórico-estrutural sobre o tema da urbanização, da cidade e do espaço sob a industrialização, apresentando o forte caráter ideológico destas dimensões, para enfim, advogarmos em torno de uma compreensão total e abrangente, alicerçadas, primeiramente, no entendimento de Marx e Engels – refutando, para tanto, certas afirmações de um suposto determinismo e unilateralidade nos estudos marxistas do espaço (CASTELL, 1983; SOJA, 1993), para então ampliarmos o espectro de tal compreensão crítica e multifacetada.

Esta segunda parte tem como pano de fundo, como “espaço privilegiado” de análise e como substrato teórico as teorias que no nosso entendimento são a base pela qual a sociedade capitalista se estruturou quais sejam, suas relações materiais de produção / reprodução. São estas teorias, desenvolvidas por Marx, em *O Capital*: a do *valor-trabalho*, que nos dá uma compreensão sobre os princípios moleculares do capitalismo (mercadoria, valor, valor de uso, valor de troca, o fetichismo), a partir do qual uma compreensão particular do espaço e do urbano se estabelece, entrando em conflito com as compreensões preexistentes; o processo de trabalho e de valorização do capital, *a produção de mais-valia, absoluta e relativa*, suas implicações em termos de espacialização e inovações tecnológicas; *o aspecto da cooperação, da divisão social*, que produz uma divisão espacial do trabalho; a articulação entre os setores econômicos, *produção, distribuição e consumo*; *o processo de acumulação do capital*, que produz consequências absolutas sobre o espaço, sobre a sua transformação e o seu desenvolvimento em critérios desiguais. O estudo se concentrará, portanto, nestes

elementos, mas sem esquecer que muitos outros se desdobram destes. Infelizmente a necessidade de uma delimitação temática nos impõe esta restrição.

Com base neste substrato teórico outras análises foram empreendidas, como o processo histórico de constituição das cidades, da urbanização, das relações de classe, do papel do Estado, e das políticas urbanas, referenciando-nos, sempre que possível, nas compreensões de autores importantes para a crítica do espaço, tais como David Harvey, Jean Lojkine, Henri Lefebvre, entre outros.

Nosso entendimento, corroborando em grande parte (mas não totalmente) com a premissa do geógrafo italiano Massimo Quaini (1979), é de que por meio de Marx é possível apreender fundamentalmente a lógica espacial que perpassa a dinâmica da produção da vida material no capitalismo. De fato, a construção teórica de Marx, principalmente a do *Capital*, e não simplesmente o materialismo histórico por ele desenvolvido (que é o método pelo qual percebe-se a “importância” de se compreender o espaço), por se escorar no princípio da totalidade, já apresenta elementos bem consistentes desta relação. Mas ao mesmo tempo, e nisso discordamos de Quaini, os estudos críticos sobre o espaço e a urbanização se engrandeceram inclusive com produções não marxistas, como as de Foucault (que trouxe à baila a necessidade de se equilibrar espaço, tempo e outras dimensões como a do *poder*) E é exatamente por este motivo que Lefebvre adquiriu o status que possui nesta seara, por ter sido uma ponte, *o fiel da balança* do equilíbrio entre o espaço, a história, a cultura e os processos econômicos.

Veremos também nesta seção, e nos apoiando principalmente nesta “concepção urbana crítica”, que o meio urbano é, em primeira instância, o lócus da produção material e do mais-valor, para em um segundo momento reivindicar a sua realização, reproduzindo, em um terceiro momento, o capital produzido anteriormente em patamares progressivamente ampliados⁹⁷. Contudo, veremos que o espaço urbano também é uma trincheira de lutas, uma síntese dialética entre polos que buscam a apropriação deste território, uma vez que ambos têm ambições diferentes quanto a sua utilização: de um lado, as estruturas que

⁹⁷ Lógica da reprodução ampliada do capital, de Marx.

representam o capital a reivindicar esse espaço como um instrumento fundamental para a acumulação; de outro os representantes da classe que é explorada neste mesmo espaço, e que busca nada mais do que uma referência geográfica, um “lugar para chamar de seu”; busca também o amparo, a proteção e uma identidade cultural (e de classe) que o espaço é capaz de lhe proporcionar. Reduzir, portanto, a cidade e o urbano a um mero apêndice da indústria, ou simulacro desta é cair no canto da sereia da ideologia do urbanismo.

Sendo assim, nesta parte veremos o desenvolvimento das reflexões apresentadas na primeira seção, em que se acrescentam (ao contrário de um certo minimalismo de concepções vistas previamente) novos elementos, categorias, sofisticando a compreensão de uma dimensão que expressa a própria complexidade humana – o espaço urbano.

2.1 - Uma reação ao empirismo.

As escolas de pensamento⁹⁸ alemãs e francesas tradicionalmente mais reflexivas e críticas quanto à realidade dos fenômenos da natureza, foram as primeiras a questionar uma demasiada influência da economia, da estatística e da matemática nas análises sobre a urbanização – notadamente empreendida por ingleses e estadunidenses⁹⁹. Um dos principais artífices dessa renovação da geografia e do resgate do território/espaço (categorias então esquecida pela geografia neopositivista), François Perroux (1903-1987), foi uma importante fonte teórica na renovação destes estudos, ao ressaltar a necessidade de um

⁹⁸ Quando nos referimos a estas escolas de pensamento estamos pensando em uma compreensão nacional e geral sobre uma determinada corrente do pensamento e não em relação a uma “escola” propriamente dita, como a Escola de Frankfurt ou a Escola de Chicago, por exemplo. Embora generalizações sejam perigosas, podemos dizer, assumindo-se os devidos riscos, que exista uma certa confluência de ideias de caráter nacional – que tem suas raízes na própria identidade cultural nacional. A crítica de Marx, que era alemão, ao pensamento filosófico deste país, em *a ideologia alemã*, é uma interessante ilustração disso.

⁹⁹ Isso não significa, contudo, que na França e Alemanha as ciências exatas não tenham exercido influência. Como se verificou, o urbanismo francês de meados do século passado foi um grande baluarte de uma proposta bastante influenciada por um pensamento cartesiano – um esteticismo raso, mas ideologicamente posicionado, para uma produção urbana de massas, mas que se travestia de racionalismo.

aprofundamento sobre o papel do crescimento econômico e da industrialização no processo de formação e planejamento territorial de acordo com a sua teoria dos polos de crescimento. Em seguida, Pierre George e Bernard Kayser, segundo Filho (2010), “procuraram formular uma abordagem geográfica que fosse capaz de informar as atividades de planejamento voltadas para a organização do espaço classificadas sob o rótulo de (...) gestão do território” (p.140).

Com o primeiro pós-guerra e a industrialização crescente, criou-se um cenário inteiramente novo e complexo, o que causou nos geógrafos de então, segundo os adeptos da “geografia ativa”, um comportamento de apatia e contemplação diante da realidade. Para Pierre George, consoante Filho (2010), um entendimento renovado e atualizado da geografia pressupõe a compreensão de que a industrialização trouxe novos elementos (planejamento econômico, relações de poder, polos de influência). Neste sentido, um “mundo econômico”, repleto de “homens econômicos” exige a apreensão das teorias econômicas que agem por detrás esses fenômenos, sem deixar de lado o seu conteúdo histórico.

A despeito de ter ou não sido uma vertente inovadora no estudo da organização do espaço e do território, ela foi importante justamente por ter rompido com a referida contemplação, e ter sido, vale dizer, o início da aproximação com o marxismo. Segundo Filho (2010, p. 145),

o intuito de tornar a geografia uma ciência apta a intervir na realidade não se resumia a trabalhar com teorias e modelos (...), mas também construir teorias críticas da sociedade capitalista que sinalizassem caminhos para a discussão de problemas sociais agudos, bem como conceber soluções no âmbito das lutas políticas.

Um fato que também contribuiu para reduzir o ímpeto da geografia quantitativa foram os grandes subsídios das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia, apontando uma complexidade humana e social muito diversa da previsibilidade, simplicidade e homogeneidade da sociedade retratada pela ciência teórica¹⁰⁰. Segundo Gomes (1996, p.275), “estes estudos mostram que

¹⁰⁰ Conceito aristotélico que define as ciências que produzem conhecimento sobre algo que existe independentemente da ação do ser humano (o saber pelo saber, o conhecimento universal, a física, a metafísica e as ciências naturais). As outras ciências, segundo a classificação de Aristóteles, eram a *prática* (que tinham relação direta com o ser humano, mas cujo conhecimento está em si mesmo,

as atitudes sociais se reportam em geral ao contexto de cada comunidade, estabelecendo valores e ações, que têm pouca relação, ou quase nenhuma, com um comportamento estritamente racional e utilitário”. O mesmo vale para a suposta concorrência perfeita e a igualdade de informações. Era preciso, portanto, um aporte teórico que desse conta de uma realidade concreta, não uma que fosse “desejada” (GOMES, 1996).

Contudo, o que para muitos é considerado um processo de rupturas teóricas, ideológicas, metodológicas ou “crises filosóficas”, na realidade se apresenta como um processo de espirais dialéticas, e em virtude disso, muitas das vezes retorna-se ao velho sob a pretensão de se apresentar algo novo. O que se convencionou chamar de geografia radical, geografia crítica e mesmo a geografia marxista, também conviveu e gravitou na órbita de muitas concepções ditas conservadoras. O rompimento, se é que ocorreu efetivamente em todos os casos propostos, se apresentou de forma muito lenta e multiforme. Por este motivo, consoante Gomes (1996) essa geografia reclama,

Uma posição científica fundada sobre um conhecimento objetivo, sem os obstáculos ideológicos conservados pela geografia analítica. Tratava-se, portanto, de um saber a serviço de uma transformação social, e não mais de um saber visando manter as estruturas sociais (p.279-280).

Esse processo de “ruptura” se deu de forma gradual, a partir da década de 1940, com o advento da chamada geografia humanista. John K. Wrigth é tido como um dos pioneiros desta abordagem, que advogava em favor de uma geografia que levasse em conta a questão da percepção, da mente e da imaginação na relação entre o indivíduo e o seu espaço. Consoante Filho (2010), a *humanística* “estuda as experiências de indivíduos e grupos em relação ao espaço, com o intuito de compreender seus comportamentos e valores” (p.160). Para Wrigth, ainda segundo Filho (2010), o conhecimento geográfico extrapola os limites dessa ciência, podendo ser apropriado pelos mais diversos saberes, como também pelas artes, pois estes (os artistas) fornecem importantes leituras sobre o

como a política e a ética. São produções imateriais do homem) e a *produtiva*, que diz respeito às produções humanas exteriores a ele (materiais), como a economia, a arquitetura e as artes.

espaço geográfico. Surge, neste íterim, a Geografia da percepção ou fenomenológica (como uma fusão entre a fenomenologia e a Geografia), largamente influenciada pela obra do filósofo Merleau-Ponty e também de Michel Foucault, que introduziu com mais intensidade a questão subjetiva e das percepções sensoriais e individualizadas na discussão do espaço e do território. Ela posicionou-se frontalmente contra as vertentes positivistas e empiristas, descortinando novas relações entre o indivíduo e o seu espaço, por meio da consciência individual, da vivência no espaço e das experiências subjetivas. Merleau-Ponty foi um filósofo que se preocupou constantemente com as relações/percepções subjetivas no âmbito do território, seja por meio da imaginação, dos laços emocionais, da cultura, da religião ou da história.

Jean Gottmann também é considerado um dos grandes precursores dos estudos sobre o espaço, e também de sua epistemologia. Para Saquet (2009), as referências de Gottmann, de constantes mudanças e migrações, talvez expliquem o também caráter multifacetado das ferramentas que utiliza. Com efeito, sua obra intitulada, *La politique des États et leur Géographie*¹⁰¹, de 1952, foi uma das obras pioneiras na tentativa de se desconstruir a ideia do território como elemento subordinado ao Estado. Foi também um dos pioneiros da geografia humanista, analisando criticamente o papel do indivíduo no meio em que atua, procurando, para tanto, beber de várias fontes, como a economia, a política e a psicologia.

Gottmann procurou também registrar não apenas o espaço como elemento estático, mas também as questões relativas aos movimentos e fluxos *intra e interterritórios* (migrações, diásporas, êxodos e o próprio comércio). Rompeu com velhas concepções da geografia clássica e regional, mas, talvez pelo seu viés não marxista, não via problemas em trabalhar com a antiga e já mencionada dicotomia segurança/opportunidades. Contudo, suas contribuições são inegáveis, além de ter teorizado sobre os fatores simbólicos, psicológicos, emocionais e culturais (iconografias) que interferem no consumo e na criação de

¹⁰¹ A Política dos Estados e sua Geografia.

novas “necessidades” de consumo, além de poder ser uma fonte de resistência ao mercado (SAQUET, 2009). Gottmann, segundo Saquet,

Transita entre a geografia política e a geografia cultural, destacando a divisão política do espaço e a diferenciação cultural em escala regional, num misto que evidencia particularismos e sínteses mais gerais de alguns países a partir de duas forças principais: a circulação e as iconografias (2009, p.139).

A partir de 1950, com mais intensidade em 1970, os estudos geográficos e do espaço aceleram o seu curso em torno de uma ciência renovada, que mesmo não sendo marxista, socialista ou declaradamente de esquerda, se propõe a ser crítica e politicamente posicionada. O título do livro de 1976, do geógrafo francês Yves Lacoste, *Geografia: isto serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*¹⁰², já procurava, de imediato, romper com a neutralidade científica de uma precedente corrente neopositivista. Destarte, Lacoste não apenas rejeitava a geografia regional, ou com questões ligadas ao planejamento territorial (tendo, inclusive criticado La Blache por isso), como também instigou o estudo e os estudiosos da geografia e do espaço geográfico, a fazerem uma reflexão sobre o seu papel com relação a manutenção do *Status quo*. Para Lacoste¹⁰³ uma geografia transformadora deveria vir, antes de tudo, das formações mais básicas.

A partir deste momento a história das “categorias” espaço e território e de sua relação de intercambio com os indivíduos adquire contornos mais sólidos e se separa, pouco a pouco, da própria concepção de geografia. Estudiosos das mais diversas áreas percebem a importância fundamental do espaço para as suas ciências, e para a compreensão do próprio homem e do seu meio (lugar este em constante disputa pelo Capital). Lacoste (1989) apresenta uma interessante visão a respeito da percepção do Estado sobre o território, das limitações do conceito clássico de Região (de La Blache), e que despolitizam, segundo ele, o território. Enquanto que para La Blache, ainda segundo Lacoste (1989), tais regiões eram

¹⁰² Do original: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*.

¹⁰³ Contudo, Lacoste erra por muito ao afirmar que não existem referências sobre o espaço na obra de Marx e de muitos marxistas, bastando uma breve leitura do 'O Capital para se chegar a uma outra conclusão. O geógrafo Massimo Quaini, segundo Filho (2010), caminha em uma direção totalmente oposta a de Lacoste, ao afirmar a riqueza geográfico-espacial em Marx e nos Marxistas.

caixas fechadas que não se comunicavam, para este último elas estavam carregadas de intencionalidade, de individualidade e eram, também, entidades políticas, na medida em que se concentram e relacionam com outras regiões. Para Lacoste uma visão despolitizada do território contribui para a criação de “geografismos”, ou estereótipos regionais. Ele faz também uma interessante análise sobre a chamada “administração de territórios” (sem entrar no mérito de sua concepção particular de Estado). Segundo ele,

Em nossos dias, a abundância de discursos que se referem ao "amenagement" do território em termos de harmonia, de melhores equilíbrios a serem encontrados serve, sobretudo, para mascarar as medidas que permitem às empresas capitalistas, sobretudo às mais poderosas aumentarem seus benefícios. É preciso perceber que o "amenagement" do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares. Se isto é bem pouco nítido nos países há muito industrializados, os planos de organização do espaço são manifestamente bastante influenciados pelas preocupações policiais e militares nos Estados em que a industrialização é um fenômeno recente e rápido (LACOSTE, 1989, p. 13. Grifo do autor).

Em termos de análise de conjuntura política e social, verifica-se que esse movimento crítico se insere e também é influenciado por um momento histórico de contestação e questionamento dos problemas que o capitalismo trazia com cada vez mais força (e que não podiam mais ser maquiados). Era a época do movimento *hippie*; da *pop art* de Andy Warhol; da rebeldia dos *Beatles* e dos *Rolling Stones*; da crítica à guerra do Vietnã e da eclosão de fortes movimentos sindicais na Europa; do medo de uma guerra nuclear e de um futuro sem natureza (e sem humanidade), da era dos chamados novos movimentos sociais, da revolução cubana e da primavera de praga; David Harvey abandona o positivismo e se enamora por Marx; era um momento de grande pluralidade de ideias, e Marx nunca foi tão revisitado e “reinterpretado”, chegando até a ser taxado de pós-moderno; a geografia crítica dialoga com a teoria crítica da Escola de Frankfurt (portanto, com a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia) e estabelece firmemente as bases de uma nova abordagem metodológica alicerçada no materialismo histórico – certamente a maior contribuição de Marx para os estudos do espaço

geográfico; Eliseé Reclus¹⁰⁴ (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921) são “resgatados”, assim como Lênin e Gramsci e suas análises sobre um tipo específico de produção espacial¹⁰⁵ passam a receber o devido tratamento analítico; fortes movimentos separatistas como o IRA na Irlanda e do ETA, nos Países Bascos (entre Espanha e França) e no Oriente Médio demonstravam o esgotamento das visões tradicionais de Estado e território, que pareciam ignorar o elemento humano e cultural intrínseco a cada um deles. Mais importante e (preocupante): o pensamento neoliberal “ressurge” com ânimo renovado no núcleo da *intelligentsia* capitalista, o que provou ser uma importante força de resistência ao movimento crítico; os teóricos e ideólogos do capitalismo demonstraram ainda estar de olhos bem abertos.

Um grande marco na produção e divulgação dessa nova vertente crítica foi a Revista *Antipode* (de Richard Peet), lançada em 1968 nos Estados Unidos. Esta se propunha a ser um veículo da “geografia radical”, demonstrando um ânimo renovado e crítico ao domínio positivista e neopositivista nas ciências anglo-saxônicas. Com efeito, a geografia radical ocorreu em paralelo à chamada geografia crítica, e muitas das vezes as duas são tratadas como sendo de uma mesma linha geral de pensamento. Ambas exigiam um comportamento crítico e transformador da sociedade, a despeito de a vertente “radical” estar mais vinculada à identidade de Marx e dos movimentos sociais. Em 1976 Yves Lacoste lança a sua revista de geografia crítica, a *Hérodote*, também de grande importância na área até os dias atuais.

De acordo Saquet (2013), a Itália, a partir dos anos 1960, foi também um importante celeiro de desenvolvimento do conceito de território, animada pelo movimento operário italiano e inspirada, principalmente, pelas contribuições de Antônio Gramsci. Segundo Saquet (2013, p.41),

¹⁰⁴ Geógrafos anarquistas franceses. Pode-se dizer que estes dois geógrafos foram os verdadeiros fundadores da geografia crítica, tendo estabelecido princípios de relação entre o homem e a natureza, que fugiam da visão “oficial” de neutralidade e antropocentrismo (AZEVEDO, 2010).

¹⁰⁵ A teoria sobre o imperialismo de Lênin, e as teorias sobre o capitalismo monopolista e o fordismo (americanismo) de Gramsci.

Outros eventos importantes que reforçam esse processo são a criação do denominado grupo da *geografia democrática*, entre 1976 e 1981, envolvendo vários professores e estudantes de diferentes universidades italianas. Essa organização acadêmica e política, como manifestação do pensamento utópico e anárquico, por exemplo, de autores como E. Reclus, P. Geddes e P. Kropotkin, teve centralidade na renovação da geografia na Itália, na forma de um neomarxismo, como denomina Giuseppe Dematteis. Podemos destacar ainda a publicação dos Cadernos do Território, em 1976, nos quais se problematizam e se revelam os novos arranjos territoriais do capital e do movimento operário do pós-1968, isto é, as novas contradições das relações de poder entre as classes sociais.

Entre os grandes nomes desse “laboratório” de estudos sobre território¹⁰⁶, destacam-se os de Giuseppe Dematteis, Lucio Gambi e Massimo Quaini. Este grupo de estudiosos participou também do lançamento da versão italiana da Revista *Hérodote*, de Yves Lacoste, chamada *Hérodote Itália*.

Outro não geógrafo que contribuiu decisivamente para a concretização de uma visão crítica sobre a relação homem-espaço foi o filósofo francês Henri Lefebvre. Ele foi uma espécie de ponte entre a crítica marxista dos processos capitalistas de formação do espaço e a geografia da percepção. Pela sua pesquisa e compreensão refinada do método materialista dialético de Marx, ao lado de György Lukács, Lefebvre foi um dos principais desenvolvedores de uma compreensão mais aprofundada sobre o espaço e sua relação com o capitalismo, uma vez que devido ao seu conhecimento deste método soube fazer uma das melhores pontes do pensamento marxiano (com as devidas atualizações históricas e a introdução de novos elementos de mediação), com a compreensão geográfico-espacial. Soube, portanto, fazer um dos melhores “casamentos” entre Marx e o espaço.

Casamento sacramentado também pela obra do geógrafo britânico David Harvey. Sem receios de uma superestimação de sua obra, ele foi um dos principais estudiosos que trouxeram à baila, de uma forma organizada e com certa sistematização (ainda em curso), uma teoria marxista do ordenamento espacial –

¹⁰⁶ Grandemente influenciado, segundo Quaini (apud Saquet, 2013) pelas obras de Ítalo Calvino tais como, *Cidades invisíveis*, de 1972 e *Marcobaldo*, de 1963. Calvino descortinou uma nova compreensão de espaço e território, criticando o modo de vida urbano e incluindo elementos inovadores na relação do homem com o seu espaço, como a imaginação.

não “extraída de Marx mas em diálogo com ele. Suas pesquisas remontam aos idos de 1970, quando integrou um grupo de estudos sobre O Capital. Pode-se dizer que o ápice deste trabalho de "resgate de uma teoria marxista sobre o ordenamento espacial" ocorreu com a publicação de *Os limites do capital*, em 1982. Nesta empreitada, Harvey bebe na fonte da crítica da economia política de Marx para analisar as dinâmicas e processos espaciais e territoriais do capitalismo, especialmente em suas formas mais recentes e destrutivas. Após este trabalho, suas análises e audaciosas reinterpretações da obra marxiana prosseguem em um gradual amadurecimento, estabelecendo relações entre o nosso presente e o passado do próprio Marx – como se depreende das suas análises do embrião de uma teoria espaço-territorial ainda no Manifesto Comunista, em que pese suas "limitações", reconhecidas pelos próprios Marx e Engels, de ordem espaço-temporal. Como lucidamente analisa Harvey (e longe de uma cega ortodoxia), Marx foi limitado pelo local e pelo tempo em que viveu, e isso é ainda mais evidente quanto mais voltamos ao seu passado; mas os princípios gerais que regem a sua obra não se corroem pelo tempo; ao contrário, se mostram cada vez mais atuais, e as cores dos seus "quadros" analíticos do capitalismo, mais vivas do que nunca (HARVEY, 1998).

Percepções renovadas de território também nos foram dadas pelo geógrafo suíço Claude Raffestin (1936-) e seus importantes estudos sobre as relações políticas e de poder que moldam o território. Para Saquet (2013, p.75),

Raffestin elabora uma explicação da realidade material, entendendo que o objeto de estudo da geografia é formado pelas relações sociais, efetivadas entre os sujeitos e o objeto, ou seja, as relações que se concretizam no território e significam territorialidades. E é questionando e criticando concepções que privilegiam o poder do Estado, na geografia política, que problematiza sua argumentação em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade, em vez de centrar sua abordagem no conceito de espaço.

Raffestin procura conjugar em sua obra aspectos materiais e objetivos com elementos simbólicos e subjetivos. Sendo assim, a produção do espaço e dos territórios não são prerrogativas exclusivas do mercado ou do Estado, mas de todos; criando-se e objetivando-se por meio de “relações sociais, de poder e dominação” (Saquet, 2013).

De todo modo, mesmo com tal bagagem teórica e interpretativa, a categoria “espaço” ainda é associada indiscriminadamente a visões conservadoras e subjetivas. Ainda que estejamos nos referindo apenas à dimensão geográfico-espacial do território (e não a sua dimensão histórica e relacional), há ainda uma grande carga de subjetividade: faz-se necessário qualificação objetiva e precisa deste conceito, tanto em termos humanos quanto físicos, posto que o território não se dissocia da sua dimensão tátil, física (mesmo que este tenha múltiplas dimensões). Há que se alertar, também, para o perigo de se ignorar a dimensão humana do território; uma dimensão que transcende limitações e leis físicas ditas universais; a compreensão desse caráter é fundamental para que se perceba o teor político desta categoria, bem como os perigos de uma conceituação pós-moderna, sem lastro histórico e no real. As concepções clássicas sobre o espaço falharam justamente ao ignorar este caráter indissociável. Contudo, há ainda o perigo de se diluírem as duas concepções: a da geografia natural e a da geografia política e histórica. Como resultado corre-se o risco de uma naturalização das questões históricas e políticas, que por sua vez podem levar a extremos como o da teoria do darwinismo social.

O elemento “novo” a ser abordado por esta pesquisa é exatamente a relação do conhecimento produzido pela abordagem crítica e marxista, e principalmente, marxiana, com a esfera da reprodução social (e não apenas da produção material) e dos direitos e políticas sociais que também têm um papel preponderante na constituição de um espaço, num intercruzamento dialético entre ambos. E a concepção de direitos e políticas públicas a serem consideradas (em um recorte capitalista), também será a de vertente crítica e marxista, que, consoante Pereira (2013), compreende tais políticas como elementos de contradição e ambivalência.

Após esta breve revisão epistemológica e historiográfica sobre o espaço e o fenômeno urbano, daremos início a análise propriamente dita destes elementos, com base neste acúmulo teórico e à luz de uma compreensão crítica, totalizante e multidimensional, no qual a estrutura (o espaço), bem como a história (o tempo) são coprotagonistas. Tais análises também serão permeadas de contribuições dos

autores já arrolados até aqui, ao mesmo tempo em que o substrato analítico e conceitual será, conforme dito anteriormente, o edifício conceitual e teórico empreendido por Marx sobre o a economia política e o modo de produção capitalista. Com efeito, compreendemos que a partir deste novo paradigma socioeconômico, o espaço e a cidade, a despeito de sua relevante história, adquiriram uma face, que assim como as suas contradições e dilemas, é inteiramente nova.

2.2 - O processo de industrialização e a transformação urbana.

A industrialização quando do seu início, simbolizava “um” aspecto da vida em sociedade e da realidade urbana. Um aspecto poderoso e revolucionário, vale dizer, no sentido de ter modificado profundamente todas as esferas de sociabilidade. No entanto, com o passar do tempo e com o próprio desenvolvimento das forças produtivas, a industrialização tornou-se o pano de fundo, a ossatura, na qual as demais estruturas e formas sociais se fixaram. De “um” entre muitos elementos, este se tornou o elemento por excelência, o aspecto definitivo da sociedade capitalista, do qual todos os outros se tornam dependentes e satélites.

Até então, o campo era a dimensão principal do ser humano e todos os paradigmas produtivos tinham a natureza como o seu centro geográfico, visto que era por meio dela (da agricultura) que eles obtinham não apenas o seu sustento, mas também o seu excedente produtivo. Após este marco, a cidade, cuja função era meramente administrativa e de defesa, se tornou o astro ao redor do qual todos o demais elementos gravitam. A cidade literalmente se originou da poeira dos fornos e da fumaça das indústrias. Sobre essa mudança, Marx fez a seguinte análise:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original de

agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ele cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas. Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra (...). Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (...). A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas cada vez maiores quebra, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. (MARX, 1984, p.101, 102).

Embora não seja um processo homogêneo e linear, e mesmo que a existência de um não seja definidora da existência do outro, o advento de um modo de produção baseado na indústria modifica completamente os determinantes do processo de urbanização e formação das cidades. Segundo Lojkine (1981), esse novo paradigma social representou uma ruptura no que Marx chamava de “condições gerais” da produção, que é, segundo aquele autor, “a relação entre o processo imediato de produção, a unidade de produção, por um lado, e, por outro, o processo global de produção e de circulação do capital” (1981, p.123). Os núcleos urbanos passam a gravitar em torno da indústria, mesmo que persistam locais que, há primeira vista, pareçam “ilhas” urbanas.

Ainda que tais aglomerações urbanas pareçam insulares e pertencentes a outro estágio civilizatório, com suas economias ainda baseadas no comércio, no artesanato e na agricultura de subsistência, estas são cada vez mais, quanto mais se desenvolve o capitalismo industrial, dependentes, ainda que indiretamente, dessas condições gerais da produção. Mesmo que aparentemente independentes nos processos produtivos, tais cidades não escapam do circuito capitalista da produção, mais especificamente dos meios de comunicação¹⁰⁷, de transporte, dos

¹⁰⁷ Meios de comunicação aqui utilizados na concepção marxiana, como sendo os mecanismos de ligação entre as esferas econômicas desde a produção até o consumo.

meios de reprodução e de circulação do capital, dos meios de consumo coletivos, e da produção e apropriação dos espaços. Todos esses elementos têm como ponto de partida nada menos do que a própria indústria (LOJKINE, 1981).

Mas o que faz com que todos os núcleos urbanos mantenham essa unicidade, mesmo que diante de condições sociais e materiais diferenciadas, é o fato, (abordado por Marx¹⁰⁸ quando este traça um paralelo entre a divisão do trabalho na indústria e no restante da sociedade) de que a pedra fundamental na qual as cidades se assentam é exatamente essa divisão do trabalho ou o que ele chama de divisão social do trabalho. Para Marx, assim como na indústria se faz necessária uma determinada organização espacial dos meios de produção e da própria mão-de-obra, nas aglomerações urbanas também é premente um determinado grau de especialização e divisão do trabalho entre os seus membros, em um dado espaço geográfico. Acerca disso aponta ele,

Assim como a divisão do trabalho na manufatura tem como pressuposto material um certo número de trabalhadores empregados simultaneamente, a divisão do trabalho na sociedade tem como pressuposto material a grandeza da população e sua densidade, que ocupa aqui o lugar da aglomeração na mesma oficina (...) Como a produção e a circulação de mercadorias é o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho requer uma divisão do trabalho amadurecida até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade. Inversamente, por efeito retroativo, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica aquela divisão social do trabalho. Com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos (2014, p. 426-427)¹⁰⁹.

E é exatamente neste ponto de interseção das aglomerações urbanas, qual seja, na sua divisão social do trabalho, que a industrialização fincou suas raízes de forma ainda mais profunda. Em suma, a divisão do trabalho na sociedade, após as revoluções industriais e o advento de um paradigma produtivo industrial, nunca mais foi a mesma. E isso se deu tanto dentro das cidades e das aglomerações

¹⁰⁸ Discussão feita no *Capital*, na Seção que trata sobre a produção do Mais valor relativo, no capítulo sobre a divisão do trabalho e a manufatura.

¹⁰⁹ Isso explica o fato de determinadas regiões geográficas se especializarem em um determinado ramo industrial, o que Marx chama de “divisão territorial do trabalho” (2014, p. 427).

urbanas quanto entre as cidades, e entre estas e o campo, com a chamada “divisão territorial do trabalho” (MARX, 2014, p.427-428). Mas antes de se chegar a este ponto, da divisão e organização espacial pelos diversos tipos e graus de especialização do trabalho, foi fundamental a existência de um aglomerado humano, germes das cidades, cujas características especiais e peculiares do seu meio natural, em conjunto com as suas relações sociais, culturais, étnicas e de gênero, moldaram as suas estruturas produtivas. A este respeito frisa Marx,

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. Por outro lado (...) a troca de produtos surge nos pontos em que diferentes famílias, tribos e comunidades entram mutuamente em contato, pois, nos primórdios da civilização, são famílias, tribos, etc. que se defrontam de forma autônoma, e não pessoas privadas. Comunidades diferentes encontram em seu ambiente natural meios diferentes de produção e de subsistência. Por isso, também são diferentes seu modo de produção, seu modo de vida e seus produtos, e é essa diferenciação natural-espontânea que, no contato entre as comunidades, provoca a troca desses produtos recíprocos e, por conseguinte, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias (MARX, 2014, p.425-426).

A divisão social do trabalho é, portanto, uma condição essencial para o surgimento da indústria, posto que ela foi o ponto de partida para a existência de uma troca de mercadorias em larga escala. O núcleo da troca é a “diferenciação”, como bem discutido por Mandel (1978), uma vez que ela nasce da existência entre um *possuidor* e um *não possuidor* de um determinado bem. Se todas as condições, humanas e materiais (naturais) fossem iguais para todos os indivíduos e em todos os lugares não haveria a necessidade da troca, e, portanto, não existiriam as condições para o surgimento de um “paradigma” produtor de mercadorias. A divisão social do trabalho nas sociedades pré-capitalistas reforçou esta diferenciação, bem como ampliou a sua escala, ao expandirem-se, como consequência, as suas capacidades produtivas.

As indústrias surgem, portanto, a partir dessa diferenciação, elaboram as suas plantas e gerenciam os seus parques produtivos em decorrência dela. Mas a partir de um certo ponto elas mesmas torna-se o principal polo de influência na organização desta mesma sociedade que as originou. O ciclo dialético, portanto, se fecha, mas recomeça *ad aeternum*, tendo como novo polo irradiador, a grande indústria, por meio dos grilhões do assalariamento. Com efeito, é este último fator – da existência do trabalho assalariado, quem restabelece o ciclo, tornando essa classe refém de uma situação escancaradamente opressiva e aviltante, mas ao mesmo tempo inflamando uma disputa que já se estende por séculos. Com efeito, é exatamente este embate quem verdadeiramente molda as forças e intensidades com a qual este ciclo se dá, pois um dos lados tenta mantê-lo, enquanto o outro, provocar a sua quebra.

A indústria criou novas estruturas e formas sociais, mas ao mesmo tempo reforçou as já existentes e que não haviam sido suprimidas pela Revolução industrial. Pelo contrário, as organizações remanescentes (comunidades, organizações sociais, movimentos e assembleias), cujos laços remontavam a períodos muito mais remotos, fortaleceram-se na luta pela sobrevivência em um novo e hostil ambiente, reforçando, desse modo, a própria luta de classes em torno da cidade industrial. Muitos movimentos e identidades culturais se fortaleceram e tornaram-se mais visíveis com a industrialização, fruto da natural necessidade de afirmação perante uma sociedade onde as identidades culturais se massificaram, posto que elas mesmas se converteram em um valor de troca. Era o início da urbanização em sua versão moderna.

2.3 - A urbanização moderna

Mas no quê consiste, de fato, este fenômeno, quais são seus determinantes e elementos centrais, e qual é a relação deste com os diversos estágios de desenvolvimento do capitalismo após a industrialização? O conceito vulgar de urbanização nos remete simplesmente a uma modificação na estrutura espacial e geográfica, pressupondo a aglomeração humana em torno de estruturas físicas mais complexas, assépticas e diferenciadas o máximo possível da esfera da

natureza. Em outras palavras, esta concepção encerra uma dualidade essencial: entre o que é natural e o que é criado, artificialmente¹¹⁰, pelo ser humano.

Etimologicamente, o termo urbano deriva do latim *urbanus*, que significa “pertencente à cidade”. Concordando com Lencione (2008), o “urbano” remete a existência de um fenômeno, de um processo, algo em constante mutação e evolução histórica, embora muitos autores tenham tentado extrair deste um “núcleo” explicativo e conceitual. Ainda este conceito seja de muito difícil precisão, o que o leva a ser entendido mais como uma “condição”, um estado, uma qualidade e, portanto, um adjetivo que precisa de termos subjacentes que o qualifiquem, pode-se dizer que ele representa uma relação entre o “ser” e o “espaço”. Vulgarmente considera-se urbanização como o fenômeno que representa a passagem de uma condição na qual os indivíduos orbitavam à esfera rural e do campo para o âmbito das cidades e metrópoles. Segundo Lefebvre,

O urbano contém o sentido da produção industrial, assim como a apropriação contém o sentido da dominação técnica sobre a natureza, com esta deslizando para o absurdo sem aquela. É um campo de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (ou dos tempos: ritmos cíclicos e durações lineares) com o espaço (ou espaços: isotopias - heterotopias). Enquanto lugar do desejo e ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como significante cujos significados procuramos neste instante (isto é, as “realidades” prático-sensíveis que permitem realizar esse significante no espaço, como uma base morfológica e material adequada (LEFEBVRE, 2008, p.87).

Castells (1983) em seu conhecido livro *La question urbaine*¹¹¹, de 1972, e de acordo com revisão bibliográfica¹¹² sobre o tema, afirma que existem, de forma bem resumida, dois sentidos sobre o conceito de urbanização: o primeiro

¹¹⁰ No sentido de não ter a própria natureza como inspiração principal. Desde que o ser humano criou as suas primeiras ferramentas, até o advento da industrialização, as criações humanas sempre tinham a natureza como referência mestra. Das construções simples às mais complexas, os seus limites sempre eram os limites impostos por ela, e os seus formatos tinham, em sua maioria, um aspecto orgânico, fluídico, como a própria natureza. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, como o aço, o vidro e o concreto, as barreiras naturais se tornaram um mero detalhe a ser superado, e mesmo a estética precisou ser uma que buscasse o distanciamento com o natural (portanto angular, geométrica), como que se demarcasse a sua vitória sobre os seus elementos.

¹¹¹ Tradução: A Questão Urbana (1983).

¹¹² H.T.M. Eldrige, *The Process of Urbanization*. In: DUNCAN, O.D. Demographic Analysis. Glencoe: The Free Press, 1956.

deles diz respeito a concentração espacial de indivíduos, ou a aglomeração populacional; o segundo trata da existência da difusão de um sistema cultural, simbólico e valorativo, denominado de “cultura urbana”. Para ele, entretanto, a consideração de uma (culturalismo) ou outra (empirismo estatístico) dimensão isoladamente, ou mesmo as duas relacionalmente, podem até funcionar como teoria, mas não como análise de uma realidade concreta. Ainda segundo o autor, fundamentado em Pierre George, a consideração de aspectos apenas demográficos e quantitativos esbarra na simples constatação de que este juízo é bastante impreciso e relativo, uma vez que cada região possui os seus critérios na definição do que venha a ser uma comunidade ou aglomeração urbana. Neste sentido, conclui o autor,

A fórmula mais maleável consiste em classificar as unidades espaciais de cada país segundo várias dimensões e vários níveis e em estabelecer entre eles relações empíricas teoricamente significativas. Mais concretamente poderíamos distinguir a importância quantitativa dos aglomerados (...), sua hierarquia funcional (gênero de atividades, situação no encadeamento de interdependências), sua importância administrativa, combinando, em seguida, várias destas características para atingir tipos diferentes de ocupação do espaço (...) Destas constatações resulta que não é procurando definições de escola ou critérios da prática administrativa, que chegaremos a uma delimitação válida de nossos conceitos; ao contrário, é a análise rápida de algumas relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade, que nos permitirá fundamentar objetivamente nosso estudo (CASTELLS, 1983, p.18. Grifo do autor).

Prosseguindo em sua busca teórica por uma definição que mais se aproxime da realidade concreta da urbanização, Castells apresenta a definição de V. Gordon Childe sobre os primeiros aglomerados urbanos:

Existência de especialistas não produtivos trabalhando em tempo integral (padres, funcionários, “operários de serviços”); população de tamanho e de densidade suficiente; arte específica; uso da escrita e dos números; trabalho científico; sistema de impostos que concentra o excedente da produção; aparelho de Estado; arquitetura pública (monumentos); comércio com o exterior; existência de classes sociais (CASTELLS, 1983, p.19-20. Grifo do autor).

Esta mesma categorização, com suas limitações e esquematismos reconhecidos por Castells poderia, inclusive ser transposta para as mais diversas formas de organização, como, por exemplo, a das Cidades-estado Gregas e sua *pólis*, que representavam mais do que um espaço geográfico, mas um estado de pertencimento e participação política. Outro exemplo é o da Roma imperial e as suas relações de poder e dominação sobre outros territórios, bem como sua capacidade comercial, administrativa e suas redes comerciais desenvolvidas. As *civitas* romanas, assim como a *pólis* grega, também foram marcadas por um forte sentimento de participação. Para ser considerado “cidadão” não basta estar situado geograficamente na cidade, mas sim ter o direito à participação política¹¹³ (ROLNIK, 2004).

Temos também o exemplo das cidades da idade-média e sua relativa independência político administrativa, o que é tido como um dos germes de uma “ideologia urbana” (de pertencimento a cidade). Neste ínterim, a burguesia desempenhou um papel preponderante na concepção de uma sociedade e de um pensamento urbano. Os chamados burgos, por si sós já eram polos de urbanização e atração populacional, na medida em que, seja por necessidade, contingências da vida, punição ou por possibilidade de ascensão social, eles consistiam, neste período da chamada baixa idade-média, na possibilidade de ruptura do velho para o moderno. E dependendo do tipo de laços estabelecidos entre burguesia e nobreza, este polo se tornava ainda mais atrativo, permitindo a existência de um sistema urbano mais complexo (CASTELLS, 1983).

Mas uma questão fundamental no tocante à relação entre a burguesia e a industrialização é o fato de que a urbanização dela decorrente faz parte de uma grande ruptura (pode-se dizer até que é a sua expressão máxima) ideológica qual seja: os ideais do chamado período da “ilustração” no qual se inseria o programa liberal-burguês de modernização da sociedade, após atingidos os seus objetivos de emancipação política e jurídica (de uma determinada classe, vale dizer), mostrou a impossibilidade de conciliação com princípios verdadeiramente emancipatórios.

¹¹³ Concepção que se mantém intacta nos dias atuais (em linhas gerais).

É importante frisar que a urbanização não nasce exclusivamente do comércio, do mercado, do capitalismo ou da industrialização, uma vez que, como já vimos, é algo muito mais complexo, multifacetado, embora profundamente impulsionada e modificada por esses fatores. Essa transformação nas cidades foi tão profunda, principalmente com o advento da industrialização, que provocou, nas palavras de Castells (1983, p.22), “o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo”. E prossegue,

Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionaram a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia. A difusão urbana equivale exatamente à perda do particularismo ecológico e cultural da cidade. Por isso os processos de urbanização e autonomia do modelo cultural “urbano” se manifestam como processos paradoxalmente contraditórios.

Cabe agora um alerta acerca deste termo: um alerta feito por Lefebvre (2002) quando este elaborou um consistente ensaio sobre o caráter ideológico da urbanização e dos conceitos nascidos em torno dela. Este processo se dá em duas dimensões elementares: em primeiro lugar, diz respeito ao espaço e territórios que ocupa e transforma, as estruturas sociais e políticas que constrói, destrói e modifica; em segundo lugar, como fruto da transformação do homem, faz parte da sua história, e como tal, imprime padrões, revoluções, amadurecimentos, continuidades e descontinuidades.

Sobre os centros de poder na cidade industrial

Neste sentido, o urbano também expressa, além de um processo, uma relação social de dominação, de intercâmbios e transformações contínuas, entre o poder político dominante e o conjunto da sociedade. No passado havia os centros coloniais, os palácios da nobreza e as sedes da igreja; hoje, ao contrário do que aponta Rolnik (2004), os centros urbanos, mesmo que multicentrados e possuidores de um poder político e econômico onipresente e onisciente (por meio das novas tecnologias de comunicação e de transporte), buscam como nunca

expressar simbolicamente a sua dominância, como se observa nos “fálicos” prédios dos centros financeiros (a verdadeira sede do poder industrial). Mas o urbano também se expressa, seguindo essa perspectiva, como uma relação de poder que também flui no sentido dos dominados para o poder dominante ou da periferia para o centro. Trata-se, nos dizeres de Rolnik,

Na luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano que define também essa dimensão (do urbano). Isto fica mais visível durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação do dia-a-dia para assumir o caráter de civitas por inteiro (...) Na passeata, comício ou barricada a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público (ROLNIK, 2004, p.24,25).

Corroborando a ideia de que o urbano ou a urbanização resulta de uma intrincada rede de interações sociais, econômicas, políticas, fluxos de pessoas, mercadorias, culturas e informações, conclui-se que a cidade é moldada tendo em vista que ela representa um fluxo de poder não apenas de cima pra baixo, mas também que ela é fruto de toda uma história de lutas, resistências, revoluções, guerras por sobrevivência e posição na escala social. De volta ao período da ascensão burguesa, vale lembrar que tais interações foram tão determinantes na conformação dos centros urbanos, que o chamado trinômio burguesia-nobreza-realeza elencado por Castells (1983), no qual tomamos a liberdade de incluir também a “plebe” e, posteriormente, a classe trabalhadora, teve um importante papel inclusive ao determinar formas de subdesenvolvimento e desenvolvimento assimétrico entre cidades e regiões (Isto tudo antes mesmo da própria industrialização, que acirrou esta questão). Tal assimetria se deu pela forma como o comércio e o mercado desempenharam seus respectivos papéis no jogo do poder político e econômico entre as nações do globo (se foram polos comerciais, fracos mercados ou meros entrepostos), bem como o grau de autonomia e concentração de poder das burguesias frente à nobreza e (ou) às autoridades religiosas.

Sobre a questão da localização e desenvolvimento da esfera urbana na atualidade

Isso nos remete a um debate antigo e controverso sobre o desenvolvimento da estrutura urbana – ou uma teoria geral da localização e do desenvolvimento regional. O objetivo aqui não é mais o de fazer um apanhado descritivo de teorias, mas estabelecer um ponto de convergência, e dada a constatação de que por mais simplórias e limitadas que muitas sejam, terminam sendo consideradas por planejadores urbanos, gestores do Estado e representantes do mercado. Além disso, a despeito da variedade de teorias que buscam explicar os determinantes, a forma, a intensidade e a velocidade com que os centros urbanos se organizaram, absolutamente todas tem um elemento em comum: a indústria como indutora desta organização. Ora, trata-se uma conclusão um tanto quanto natural, uma vez que a urbanização moderna se deu com a revolução industrial. Ela é, portanto o polo irradiador dessa organização.

Dito de uma forma simplificada, com a explosão da indústria e a retirada avassaladora de contingentes do campo para a cidade, estes precisavam, naturalmente se adequar a esta nova condição, dada a extensão da transformação provocada pela indústria. Com efeito, ela causou, de imediato, um inchaço populacional, inicialmente desordenado, mas que aos poucos se ajustou às possibilidades econômicas das classes assalariadas. A questão que se coloca é que estas possibilidades (em termos de capacidade econômica dos trabalhadores) foram, e ainda são, definidas pelo jogo do mercado. Este influxo populacional, de indústrias e de novos centros comerciais, tendo como marco zero¹¹⁴ os locais de maior facilidade de escoamento, promoveu uma expansão de “dentro para fora”¹¹⁵. Os novos ingressantes ocupam os espaços externos a este cinturão original e assim por diante. Além disso, as áreas anteriormente ocupadas têm (a

¹¹⁴ O que Banfield chama de “ponto de povoamento original” (BANFIELD, 1979, p.39).

¹¹⁵ O que incitou o desenvolvimento de diversas teorias de localização, tendo a indústria e os primeiros assentamentos como pontos focais da urbanização moderna. Entre elas destacam-se a Teoria da Localização industrial (de Alfred Weber em 1909), a Teoria das Localidades Centrais (de Walter Christaller, em 1933), a Teoria dos Polos de crescimento (de François Perroux, em 1955), a Teoria dos lugares Centrais (de Milton Santos, na década de 1970), para citar as mais conhecidas.

princípio) seus terrenos valorizados, tanto pela sua proximidade dos centros econômicos quanto pela própria intervenção do Estado em obras públicas de saneamento, abertura de ruas, ancoradouros entre outras melhorias. Tais políticas urbanas, que a princípio serviriam para melhorar as condições de vida da população fazem com que, por culpa da especulação imobiliária, sua possibilidade de permanência fique inviabilizada, posto que sua capacidade revalorativa não comporta esta súbita inflação no custo de vida.

Este movimento constante, de valorização, desvalorização e revalorização, permite ao capital ampliar as suas fontes de acumulação, desde que os seguintes aspectos sejam obedecidos: a) que os salários permanecem sob controle (pelo movimento constante da periferização), b) que novos espaços sejam abertos, para a ampliação dos parques produtivos, e c) que novos mercados consumidores continuem a sua marcha crescente e constante. O capitalismo necessita de mercados para a sua acumulação, pois são eles que reiniciam o circuito da renovação do capital em meios de produção, em escala ampliada. Essa reprodução do capital somente ocorre por meio da esfera da circulação, que passa a ser uma nova e constante preocupação dos administradores das cidades. Os meios de comunicação, portanto, devem manter uma agilidade crescente, dado que também são crescentes as parcelas do mais-valor¹¹⁶, que assumem as mais diversas formas como o lucro, juros, renda da terra, a serem distribuídas entre os mais diversos ramos do capitalismo.

A cidade, como templo não apenas da produção, como também da esfera da circulação, é onde se realizam as transformações que permitem, efetivamente, a acumulação capitalista. Diante desta realidade que sufoca e pressiona a cidade, ela se vê diante de duas necessidades impostas pelo capital: uma delas diz respeito às infraestruturas produtivas, as indústrias propriamente ditas, sua localização estratégica com relação às fontes de matérias primas e as demais estruturas de suporte; a outra está relacionada com a infraestrutura de comunicação, que é a que, tradicionalmente dá a face peculiar (arquitetônica) de

¹¹⁶ Mesmo que, no atual estágio do capitalismo financeirizado, a criação de mais-valia esteja ocorrendo em uma escala menor, em termos relativos (percentuais).

cada modelo urbanístico moderno. A cidade deve permitir o acesso fluídico ao mercado, principalmente por parte da classe trabalhadora, que segundo Marx (2014), realiza este movimento duplamente: tanto para vender a sua força de trabalho, quanto para comprar do próprio capitalista que o explora, os seus meios de subsistência.

Sobre a questão da cooperação e da anarquia na esfera urbana

Ao mesmo tempo em que as cidades se tornaram historicamente simulacros mal sucedidos da indústria e de seus regimes de acumulação, o que demanda dela certo espírito cooperativo e o seu enquadramento em regras, equações e funções pré-estabelecidas, a realidade se mostra muito diferente dado o grau de complexidade e volatilidade do espírito urbano e coletivo. E a grande falha do capitalismo industrial está justamente na sua tentativa desesperada e desastrosa de tentar capturar esse espírito como quem tenta capturar uma borboleta. Até mesmo Marx explica que a analogia entre a cidade e a indústria possui grandes limitações. Para ele, consoante Lojkine (1981), enquanto que na fábrica leis matemáticas e esquemas operacionais sujeitam os operários a funções pré-definidas, nas cidades o acaso é quem dá as cartas na distribuição dos meios de produção entre os diversos ramos da sociedade, mesmo que se lance mão dos mais diversos estratagemas para diminuir essa imprevisibilidade.

Contudo, mesmo com essa dificuldade em tornar os espaços urbanos ambientes previsíveis, em harmonia com os determinantes da produção capitalista, visando a eficiência na alocação dos meios de produção, e o incremento sustentado das taxas de lucratividade, o fato é que com o advento da industrialização os núcleos urbanos foram inexoravelmente transformados. Marx apontou para os perigos e fragilidades dessa associação, mas afirmou que ela, de fato, ocorreu e continuará ocorrendo conforme o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção e de sociabilidade. O *Capital*, em seu capítulo sobre a “Cooperação¹¹⁷” discorre sobre a necessidade de o capitalismo encerrar a maior

¹¹⁷ O *Capital*, Capítulo 11, Seção IV, Livro 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

quantidade possível de trabalhadores em um mesmo espaço geográfico sob um mesmo capital, de modo a otimizar os meios de produção e minimizar, mediante o ganho em escala, os desvios individuais de produtividade. Para que acumulação ampliada se efetive é necessário que se transcenda as características e qualidades individuais do trabalho para uma “qualidade social média”. Com efeito, esse é efetivamente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2014). E mesmo que desvios, em relação à produtividade média, sejam detectados entre um capital e outro, tais desvios serão compensados quanto maior for o conjunto da sociedade concentrado em torno de um mesmo setor produtivo. Em suma, os desvios individuais são compensados por uma produtividade média, e desvios entre capitais empregados são compensados por um capital médio empregado; quanto mais a sociedade estiver concentrada espacialmente em torno deste capital médio, menores serão os desvios e, portanto, maior será a eficiência produtiva.

Daí a importância da cidade para o capitalismo produtor de mercadorias, por ser o local onde a necessidade da cooperação se faz mais premente, tanto pela eficiência produtiva quanto pela redução do grau de incerteza e imprevisibilidade em um ambiente que pressupõe a competitividade. Lojkine (1981) cita as duas passagens d'O Capital nas quais Marx, com base nas passagens dos economistas James Mill e Thomas Hodgskin, fundamenta as suas argumentações sobre a necessidade das aglomerações e de certo planejamento urbano em prol da eficiência econômica (LOJKINE, 1981). Em um esboço de análise sobre a importância de um planejamento urbano, Marx disserta sobre os chamados “meios de comunicação” – meios de intercâmbio de matérias primas, mercadorias, informações e pessoas, em suma, os mais diversos mecanismos de transporte e conexão física – que por sua vez influenciam tanto no grau e intensidade no desenvolvimento das indústrias nacionais quanto no próprio modelo de povoamento regional (se denso, esparso, homogêneo ou heterogêneo)¹¹⁸.

¹¹⁸ Marx cita, como exemplo, a Índia em meados do Século XIX, em que “a grande demanda por algodão fez com que se ampliasse sua produção à custa da de arroz. Isso gerou escassez de alimentos em certas partes, pois devido à falta de meios de comunicação, e portanto, de conexão física, não se

2.4 – O espaço como realidade e mistificação: aspectos conceituais em Marx.

Henri Lefebvre concluiu que o verdadeiro “sujeito” com o qual se vinculou a transição de uma ordem social anterior para o capitalismo, foi a cidade e não o “homem”. Em suas palavras, com a cidade “tudo se esclarece”, tudo se revela. A cidade responde então às questões propostas por este autor sobre quem age, quem é o suporte social, o veículo, o agente de transição e da constituição de um novo sistema social (LEFEBVRE, 1999, p.77). A crítica da qual se encarrega Marx, é antes de tudo, uma crítica a um modo de produção, muito mais do que uma simples explicação particularizada, filosófica ou psicologizante de um sujeito abstrato, típica das ciências clássicas, das quais até mesmo Marx, em sua juventude, foi fiador. Mas passadas décadas de estudos, pesquisas e acúmulo teórico, ele converteu-se em feroz crítico da sociedade burguesa, e não simplesmente do sujeito burguês. Na sua *introdução à crítica da economia política*, de 1857, Marx delimitou o seu objeto de estudo ao conjunto de “indivíduos produzindo em sociedade”. Para ele, “o caçador e pescador individuais e isolados de que partem Adam Smith e David Ricardo, pertenciam às inocentes ficções do século XVIII”(MARX, 1983, p.201). Portanto, o conjunto destes indivíduos, que produzem socialmente tem na cidade o reflexo de suas ações, a síntese das suas relações de produção.

Quando se tem o “homem” como objeto privilegiado de estudo corre-se o risco de estabelecerem-se “leis e princípios gerais do homem”, em detrimento das suas realizações concretas. Para Lefebvre, a cidade surge como uma forma, concreta, prática e histórica, de se evitar tais equívocos metodológicos. Não foi o indivíduo burguês quem revelou uma nova sociedade capitalista, mas, sim, a cidade burguesa. Ela pôde literalmente responder às indagações deste autor: “aí está o capitalismo, clara e distintamente sistematizado” (LEFEBVRE, 1999,

podia compensar a falta de arroz num distrito com o suprimento de outros distritos” (MARX, 2014, p.427).

p.77). Mas a que tipo de cidade nos referimos? Como se deu a transformação da esfera urbana com o advento do capitalismo tendo como ponto focal a sua dimensão mais elementar e definidora: o trabalho, a produção material e o valor?

Um tema recorrente nos estudos sobre a urbanização moderna tem sido a sua afinidade com a especulação, com o rentismo, a perda dos referenciais sociais da cidade (a chamada função ou papel social da cidade) e todas as consequências advindas de tais modificações. No entanto, pouco ou quase nada nos é apresentado a respeito das causas estruturais dessa relação; a partir de que momento as cidades passam a ser identificadas como uma mercadoria em si, ao invés de uma estrutura social muito mais complexa? E quais são as consequências desse deslocamento referencial? Marx, no seu livro primeiro do *Capital*, mais especificamente no capítulo no qual versa sobre a mercadoria e os seus dois fatores chave: “valor de uso e valor”, inicia sua argumentação dizendo que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2014, p.113). Aqui já se faz uma relação quase que imediata, uma vez que as cidades, sob a égide do capitalismo se converteram no ápice da sua riqueza social, e, portanto, na mais ampla e complexa coleção de mercadorias. Ela é, ademais, um museu das formas mercantis passadas e uma grande vitrine das formas futuras.

Como tal, e após a conversão de seu elemento referencial ao conjunto social das mercadorias que produz e comercializa, a cidade passa a ser definida de acordo com os mesmos determinantes, já elucidados por Marx. Voltemos, portanto, a forma elementar do modo de produção capitalista, à luz deste autor, para em seguida analisarmos a relação de seus elementos constitutivos com a urbanização moderna, momento histórico que gestou a cidade capitalista. Para Marx, a mercadoria é, antes de tudo, um objeto que visa a satisfação de alguma necessidade humana, seja de modo direto (subsistência) ou indireto, como meio de produção de outros bens que também podem satisfazer determinadas necessidades. A mercadoria é complexa, e sua utilidade além de também corresponder a tal complexidade, sendo múltipla, tanto em termos de suas “qualidades” quanto de suas possíveis “quantidades”, também pode abarcar várias

dimensões do espectro social. Elucidar tal miríade de grandezas, bem como suas origens, é, segundo Marx, um ato histórico (MARX, 2014, p.113). Tal utilidade, o fato de servir a satisfação de uma necessidade (sem entrar no mérito de seu tipo e grandeza) é o que a torna um “valor de uso”, de caráter mensurável, determinável e indissociável de suas propriedades físicas. Os valores de uso são, consoante Marx, o “conteúdo material da riqueza” de uma sociedade, independente de sua forma social.

Assim como as mercadorias, analisadas isoladamente, a cidade anterior ao capitalismo era erigida com base na sua utilidade (valor de uso) como um todo e no conjunto dos seus elementos constituintes. Pode-se dizer que uma característica marcante das cidades do passado, e mesmo de um passado recente era a sua “personalidade”. Eram locais onde era mais importante o “ser” do que o “fazer”. Eram locais tão erráticos e imprevisíveis quanto a própria existência humana. Nos dizeres de Lefebvre, “a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso, o produto é valor de troca” (LEFEBVRE, 2008, p.12). A cidade era um valor em si (sentido de ser o valor de uso por excelência), e deste espírito, ainda resistente em algumas cidades modernas, ela existia para ser consumida, usufruída, desfrutada, vivida. Irônica e paradoxalmente, a cidade, que era a essência de um valor cristalizado, cotidianamente realizado, gradualmente deixa de ter valor de uso, para ao mesmo tempo ter a sua existência “condicionada” a outro tipo de valor: o valor de troca. A cidade, o espaço, a fração de terra, que antes representavam um bem imóvel, uma referência sólida no espírito da sua pedra fundamental, se tornam *commodities*, cujo valor intrínseco passa a ser fruto única e exclusivamente de abstrações e relativismos.

A cidade era, em suma, valor de uso, e como tal, e parafraseando Marx, não era possível separá-la de suas propriedades e características físicas. O seu valor tinha grande relação com o que chegava aos olhos e demais sentidos de quem a habitava. As cidades expressavam claramente as ideologias por detrás de seus desenhos, e as relações sociais não eram escamoteadas como ocorre nas

idades sob o capitalismo já consolidado. A cidade possuía um sentido e um significado, uma variedade paradoxalmente maior do que a pretensa heterogeneidade da cidade moderna. Possuía, ademais, uma variedade de valores, comparativamente a uma realidade regida por uma equivalência geral, no caso, o dinheiro, as moedas (*currencies*) e as cotações. A moeda representa o símbolo máximo de uma cidade abstrata, agora uma coleção de mercadorias e não mais de valores de uso (figurativamente falando). A grande variedade de símbolos, brasões, insígnias, selos, representações de associações, corporações de trabalho, seitas, grupos e mistérios religiosos, foi suplantada por logotipos de produtos, empresas e símbolos relacionados à esfera financeira. Hoje a variabilidade simbólica das cidades é maior, mas o seu significado bastante redundante, representando basicamente uma coisa: a mercadoria.

A cidade moderna e, portanto, a urbanização representam a mudança de um estado qualitativo para um estado quantitativo, numa “relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2014, p.114), daí a importância fundamental da esfera urbana e mesmo da cidade para o capitalismo, posto que elas permitem um alcance e acomodação rápida de uma realidade em constante alteração, dado o seu relativismo e nível de abstração. Uma vez que o capitalismo pressupõe uma “contradição nos próprios termos¹¹⁹”, e uma vez que não pode haver um valor em si mesmo (como obra), mas sim um valor relativo a um potencial lucro, é fundamental que existam meios para a existência de um sistema de trocas ágil e constante, que dê conta dos perigos de uma esfera tão mutável e efêmera como é o âmbito das trocas¹²⁰. E essa variabilidade é fruto do nível de abstração a que se submetem os valores de troca¹²¹, em detrimento dos valores de uso, cujas propriedades intrínsecas se limitam à própria matéria na qual se constituem. Mesmo que se obtenha uma série de usos distintos para um

¹¹⁹ Uma *contradictio in adjecto* (MARX, 2014, p.114).

¹²⁰ Ainda mais em um ambiente especulativo e financeirizado. As crises tem uma relação intrínseca com essa questão.

¹²¹ O que faz “x” de trigo ser igual a “y” de couro, ou “x” de trigo ser igual a “x” de uma determinada moeda, depende de uma série de fatores, como a necessidade, a oportunidade, a moda, a ocasião, o clima, entre tantos outros fatores.

determinado valor de uso, todos estarão invariavelmente ligados à tais propriedades.

Pode-se dizer, que mais do que se tornar uma mercadoria, ou um valor de troca, a cidade se tornou, em princípio, uma forma também *abstrata* de sistema social¹²², na medida em que se abstraem ou escondem seus principais aspectos definidores, como a importância do elemento colaborativo, a existência de classes sociais, da exploração de classe, de gênero, de etnia, a existência de diferenças e particularidades, o aspecto simbólico, cultural, tradicional, seu caráter histórico e coletivo. As cidades se tornam iguais, massificadas, aculturadas, despersonalizadas¹²³, justamente porque se tornam cidades *abstratas*, um valor de troca. A suposta pluralidade da cidade moderna quase sempre possui alguma vinculação mercadológica, como a moda, que esconde o consumo sob uma área de identidade cultural. A cidade se apresenta e se “vende” como sendo heterogênea, quando o fenômeno é exatamente o oposto; trata-se de uma urbanidade indiferenciada, tal qual o chamado trabalho humano indiferenciado de seus parques industriais.

Marx afirmou que abstraindo-se da mercadoria as suas propriedades físicas, as suas “formas corpóreas”, justamente as que a definem como um valor de uso, deixa de ter importância o fato de que estas são um “produto do trabalho do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado”. No caso das cidades, tal abstração primeiramente destruiu o que mais importante havia na cidade, o fato de ser o acúmulo histórico de uma determinada expressão cultural e social. Posteriormente buscou-se anular ou tornar invisíveis as características mais marcantes da cidade capitalista quais sejam: a de serem o lócus privilegiado da relação antagônica entre o capital e o trabalho e também entre as classes que exploram e as que são exploradas.

¹²² Ou qualquer outra definição que se utilize (corpo coletivo, corpo social, aglomeração humana, entre outras).

¹²³ Curiosamente esta é a mesma crítica feita pelos pós-modernos. A diferença é que esta corrente não está tão preocupada com os determinantes das coisas as quais a sua crítica se direciona. A crítica para, portanto, logo no seu início, quando a verdadeira crítica é muito mais demorada e difícil. Marx por exemplo levou mais de uma década para elaborar a sua crítica.

Do mesmo modo, o processo de urbanização, e logo de criação e desenvolvimento de cidades nos moldes capitalistas, também pressupõe a existência constante de diferenças de caráter qualitativo e quantitativo. De acordo com Marx, valores de uso somente podem ser potencialmente confrontados no mercado, convertendo-se em valores de troca, na medida em que estes forem produto de um trabalho qualitativamente distinto. Conforme já mencionado nesta Tese, o capitalismo possui como razão de ser a existência de diferenças, necessidades e desigualdades. As diferenças criam a existência de um mercado, determinam preços e estabelecem patamares de lucratividade. Sendo assim, a urbanização moderna sempre tendeu, mesmo que inicialmente de modo improvisado, e posteriormente seguindo princípios legais, a uma organização que visasse a valorização de seus ativos imobiliários. A cidade capitalista, como tipo especial de mercadoria, ou conjunto de mercadorias, adquire uma série de funções, a saber: a de ser, por si só, uma fonte de renda por meio da exploração do espaço que cria e se apropria; a de ser um valor de troca propriamente dito e a de ser o meio natural pelo qual a produção e a troca se realizam. Além disso, pela reunião, em um mesmo espaço, de um grande contingente de trabalhadores, a cidade tem um grande papel na definição dos seus salários, na medida em que regula a utilidade e a necessidade de um setor produtivo em detrimento de outro.

Marx afirmava que as mercadorias assumiam características que iam além da sua aparente simplicidade. Mais do que isso, elas passaram a desenvolver atributos e “sutilezas metafísicas”, que extrapolavam a mera relação entre o objeto e seu observador. Com efeito, com o desenvolvimento do mercado e das relações de troca, sejam elas de ordem logística ou propagandística, a nova relação entre quem produz, comercializa e compra, expôs o fato insofismável de que um modo de produção é capaz de modificar as mais profundas esferas da sociabilidade. Ela modifica primeiramente a natureza, que é consumida segundo essa nova lógica, posteriormente as relações sociais de produção, as estruturas de classe decorrentes (as relações de trabalho e de exploração), os produtos dessas relações, no caso, a mercadoria, e, por fim, as relações de reprodução social que faz com que todos estes elementos se interliguem e se retroalimentem.

Marx (2014) tratou da relação entre as mercadorias, as relações de mercado, como uma entidade autonomizada que cria, produtos que apresentam um caráter também autônomo (ou mesmo autômato, como uma entidade corpórea). A esse fenômeno Marx chamou de “fetiche” ou o caráter “fetichista” da mercadoria. Se utilizando de figuras de linguagem para designá-la, como sendo mística, metafísica, religiosa, “sensível-suprassensível” (2014, p. 146), ele quis apresentar alegoricamente o fato de que no modo de produção capitalista os produtores de mercadorias se relacionam não mais por meio de suas propriedades humanas e sensoriais, mas por meio dos produtos de seus trabalhos, como representações de seus criadores. A esse respeito Marx diferencia o ato real, concreto da percepção humana, com o que ocorre na relação fetichizada entre as mercadorias. Segundo ele,

A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo ótico, mas como uma forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não têm, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (...) Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens (MARX, 2014, p.147-148).

Esse aspecto autonomizado e “fantasmagórico”, adquire contornos progressivamente mais expressivos quanto mais difundidas se dão as trocas entre as mercadorias. Com efeito, as trocas se tornam (conforme a indústria se desenvolve) tão frequentes, e as quantidades tão variadas e expressivas (entre quilos, litros, toneladas e outros tipos e quantidades quase infinitas), que é fundamental que tal relação não elimine a “aparência objetiva do caráter social do trabalho”, da mesma forma que, segundo Marx (2014), “o ar não deixa de ser ar”, depois que a sua estrutura é decomposta, e pelo fato de que mares calmos e mares tempestuosos não deixam de ser, basicamente, mar envolto de ar. Uma mercadoria nunca deixa de ser o produto de uma relação social concreta, mesmo

que as suas trocas sejam uma relação social cada vez mais abstrata, dado o caráter fetichista aqui mencionado. Do contrário seria o mesmo que lançar aviões sem um mecanismo que o propulsione no ar. A gravidade (uma grandeza física) sempre estará lá, independente da relação sensorial estabelecida entre o objeto e o indivíduo, ou entre as coisas propriamente ditas. Desconsiderar este aspecto conduziria, naturalmente, a uma situação anárquica e caótica, o reinado da abstração sob o real.

A esfera urbana, e no caso específico, a cidade capitalista, atua nesta relação de três maneiras, a saber: a primeira como uma forma de potencializar esse caráter fetichizante; a segunda como uma forma de esconder ou velar o conteúdo social e de classe das relações de produção, seu caráter antagônico e explorador; e a terceira como uma amarra concreta (um lastro) de materialidade¹²⁴ à esfera das trocas, com vistas a minimizar os impactos nocivos deste fenômeno quando atua descontroladamente. Essas duas situações ocorrem concomitantemente e dialeticamente, algo que guarda grande familiaridade com as situações disruptivas (de desencadeamento de crises) vivenciadas pelo capitalismo.

Todas as três esferas têm uma íntima relação com este caráter fetichizante da mercadoria, que coisifica e dissimula ao mesmo tempo em que também teme as consequências desastrosas dessa dissimulação. Neste sentido, a cidade moderna é, simultaneamente, uma ilusão e uma ilha de realidade. Esta

¹²⁴ Razão pela qual muitas aplicações no mercado financeiro, (re)seguros(securitização), empréstimos (hipotecas) possuem respaldo (correspondência) no mercado imobiliário. Com efeito, este mercado não é suscetível a surtos que levam as pessoas a venderem seus imóveis, possui uma valorização constante (sendo um ativo de menor desvalorização), geralmente sustentada e respaldada pelo Estado, são menos sujeitos a sinistros e são os bens de consumo pessoal com maior valor unitário, o que os torna um excelente modelo de garantia financeira. Estes ativos, portanto, são excelentes formas de se enfrentar um dos grandes dilemas da economia, que é a relação entre liquidez e rentabilidade (quanto maior a liquidez, menor a rentabilidade, e vice-versa). Enquanto os ativos imobiliários possuem uma considerável rentabilidade, a sua liquidez (velocidade com a qual pode ser convertido em dinheiro) é relativamente baixa, e a sua conversão em novos ativos financeiros de maior liquidez resolveria, em tese, esta questão. Desta forma, o investidor em ativos imobiliários não precisa aguardar pelo seu tempo normal de negociação, podendo realizá-las, nos valores ideais, e em prazos bem menores. O problema, e isso já foi inclusive tratado por Keynes (1996) em a sua Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda, é que isso contamina tais ativos com os ânimos esquizofrênicos do mercado financeiro. Segundo Keynes, “Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte em subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser malfeito” (KEYNES, 1996, p.168).

última diz respeito às próprias estruturas de circulação, distribuição e reprodução social da cidade, que é implementada em qualquer desenvolvimento urbanístico e regional. Por mais aleatório, improvisado e desordenado que este seja (fato que mudou consideravelmente com a industrialização), a cidade moderna teve e ainda tem uma relação fundamental com a indústria e o escoamento dessa produção, como o comércio e infraestruturas viárias.

Posteriormente, com o desenvolvimento técnico e científico, bem como a profissionalização dos sistemas de troca, surge então um aparelho ideológico¹²⁵ (e mesmo pseudocientífico) com vistas a potencializar este sistema. Lucien Goldmann, em seu conhecido ensaio sobre *a reificação*¹²⁶, trata do que ele chama de “anarquia da produção”, que seria uma situação provocada pela ausência de estruturas de regulação tanto da produção quanto da circulação de mercadorias. Tal ausência, segundo Goldmann (1991), cria condições para que as diversas esferas da sociabilidade, tais como a cultura, a arte, a literatura, a religião e mesmo a consciência humana fiquem subordinadas a esfera econômica, mais especificamente o mercado, tornando-se meros reflexos dele.

Um passo fundamental para se viabilizar e universalizar uma realidade, que como se viu até aqui, dá ênfase às coisas, em detrimento das pessoas e dos seres que as criam, é criar mecanismos e estruturas que permitam reproduzi-la em larga escala e de forma continuada. Neste sentido, a industrialização e a criação de extensos e numerosos parques produtivos foram as primeiras e mais objetivas consequências disso, no âmbito da esfera urbana. O que primeiramente permitiu que se instaurasse um novo paradigma econômico baseado na produção de mercadorias, que passariam por fim, a se relacionarem no mercado como seres conscientes, foi o desenvolvimento de outras “coisas” (máquinas e ferramentas), que muitas das vezes são criadas por outras muitas “coisas” (também máquinas), que por fim são dispostas e organizadas em outras “coisas” mais, de concreto e

¹²⁵ Aparelho este baseado nos princípios do consumo de massa, no individualismo, na busca pela realização pessoal via consumo. A visão modernista articulou a estética com o consumo, como por exemplo, a estética urbanística do austríaco Victor Gruen (1903-1980), com seus Shopping Centers, os comércios luxuosos e atraentes, que entre outras coisas, serviu para o impulso à suburbanização.

¹²⁶ Sinônimo de “coisificação”.

vidro, numa relação indefinida e virtualmente infinita. Como se verá adiante, o objetivo do capitalismo industrial, baseado na concorrência, é reduzir, paulatinamente, a parte humana do processo produtivo em relação à parte mecanizada, pela necessidade crescente de maior produtividade.

Não se trata aqui de reproduzir uma visão acrítica ou unívoca do Estado, mas a história nos mostra que o chamado Estado moderno guarda grande correspondência com os princípios liberais do período da industrialização. O aparelho estatal gestado no âmbito de uma nova classe burguesa, que após a sua conquista revolucionária e consequente ascensão ao poder buscou se resguardar em trincheiras conservadoras, foi um aparato claramente voltado a salvaguardar privilégios da classe que detinha os meios de produção. Do que necessitam, portanto, os proprietários dos meios de produção para assegurar o seu mercado? De um aparelho burocrático-jurídico que assegure e proteja a sua posse. O que é necessário para que a troca entre as “coisas” se viabilize? De um comércio, um sistema de distribuição, um sistema logístico, e o mais ou tão importante: um sistema financeiro e bancário que financie continuamente este circuito. As demais estruturas urbanas são apenas uma consequência lógica disso. No caso de núcleos urbanos preexistentes ocorre uma adaptação e ajustamento a esta realidade, com graves consequências sociais. Já o meio rural, antes o protagonista, torna-se um importante apêndice (de uma produção agrícola monocultora e semimecanizada) da esfera urbana, ligado por uma extensa rede e canais de ligação. Posteriormente novas estruturas como os meios de comunicação social de massa, as instituições educacionais, os meios de entretenimento e difusão cultural tornaram-se importantes elos na cadeia de trocas entre as mercadorias.

Todas senão a maiorias destas estruturas físicas, que necessitam de um meio físico para a garantia de suas operações, se situam em locais próximos, até mesmo por vias de segurança e economia de recursos. Disso conclui-se que a industrialização não se viabilizaria sem a existência de um meio urbano, e que este foi marcado profunda e definitivamente pelo surgimento dessas novas estruturas de suporte ao circuito das trocas. Outra conclusão que se chega é que o chamado fetichismo da mercadoria tem uma profunda relação com a interconexão

entre os diversos setores econômicos, a produção, a distribuição, as trocas, e o comércio, contribuindo decisivamente para a sua união, na totalidade orgânica pensada por Marx.

Mas a urbanização possui também uma finalidade, que é uma oportunidade e ao mesmo tempo seu *calcanhar de Aquiles*. Este fenômeno, bem como a convivência em um ambiente densamente povoado criam condições de ordem econômica, social e mesmo psicológica (esta última determinada pelas primeiras) que influenciam sobremaneira no nível do consumo bem como na determinação da mais-valia global e na taxa média de lucro do setor produtivo. A influência sobre o consumo é um tanto quanto óbvia; uma maior densidade populacional implica em um consumo em escala e um conseqüente aumento das taxas de lucro, em função da queda do valor médio do capital constante (parcela do valor das mercadorias referentes aos insumos, ferramentas, instalações, máquinas e equipamentos), que não se amplia de forma proporcional ao crescimento da demanda.

Como a economia neoclássica¹²⁷ tem como esfera primária de estudo a circulação (distribuição), é o mercado quem deve atuar no sentido de arbitrar e

¹²⁷ A chamada escola neoclássica (introduzida pelos estudos de Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras) é o ramo, ou corrente teórica da economia, que apesar do tempo em que foi instituída (década de 1870) ainda é a que determina a compreensão atual a respeito do valor (LAUTZENHEISER; HUNT, 2013). Surgiu como uma reação à corrente da Economia Política Clássica. Enquanto que esta tinha uma conotação mais empírica, prática e relacionada ao papel “político” e ativo dos diversos agentes econômicos, a corrente neoclássica se apresenta como uma forma de contestação à teoria do valor trabalho, de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx segundo a qual o valor de uma mercadoria era determinado pelo trabalho humano e demais custos de produção. De acordo com a corrente neoclássica, o valor, e conseqüentemente os preços eram determinados pela lei da oferta e da procura (pela demanda, relações de mercado, necessidades e desejos de consumo). Mais especificamente, a sua teoria da *utilidade marginal* estabelece que a necessidade de um produto decresça à medida que se consome mais ou mais se disponha dele. Isso se dá tanto em relação à necessidade de uma mercadoria (como a água em dias de calor, ou quando se está com sede, ou quando esta já está quase saciada) quanto em relação a sua disponibilidade e escassez (como o caso do diamante, do ouro, entre outros). O termo *marginal* é empregado no sentido de se determinar como a aquisição de “uma” determinada unidade atua, em termos de satisfação de uma determinada necessidade ou desejo de consumo, em relação a um escopo maior de consumo. Enquanto que a Economia Política Clássica tinham como unidade de referência na definição do valor à esfera da produção, a escola neoclássica se atém à esfera da circulação, situação esta que a isentaria, pertinentemente, de se debruçar sobre questões de classe. Apesar de ter sido refutada por Keynes e sua análise macroeconômica baseada na demanda e no emprego, após a crise da década de 1970 ela ressurgiu como núcleo oficial do pensamento hegemônico – a despeito de desenvolvimentos subsequentes, desde Alfred Marshall, John Clark e Böhm-Bawerk, ainda no século XIX, que basicamente são adaptações da teoria neoclássica às novas situações da economia, como as crises e as recessões.

controlar o consumo e as relações de oferta e demanda. Neste sentido, e também por força do fetichismo da mercadoria, que faz com que, sob os auspícios da economia marginalista, se crie o mito e a religião do mercado (com a sua mão invisível) cria-se também a necessidade de um ambiente “neutro” para que as forças produtivas exerçam a sua autonomia. Além disso, ela pressupõe, em uma dada esfera urbana, a existência de uma “anarquia regulada”, na medida em que nega a existência de amarras, e se beneficia de uma proteção legal e normativa por parte do Estado¹²⁸. As implicações desta inversão da lógica das coisas é que, segundo Harvey (2013), “não há propósito ou apelo para a luta de classes, e que a intervenção do governo deve estar confinada em grande parte a garantir que prevaleça a concorrência perfeita” (p.91).

Esta corrente econômica tem, naturalmente, uma grande influencia sobre a chamada administração científica, e conseqüentemente sobre a burocracia estatal, os meios de comunicação midiáticos e as políticas de urbanização. As preocupações agora descambam para: a) desenvolvimento de formas de ganho em escala da indústria, o aumento de produtividade pela maquinaria, a reorganização produtiva e venda em grandes volumes; b) formas de estimulação de demanda, por meio de estratégias de marketing, de divulgação midiática e pela criação e disseminação de uma cultura urbana de consumo de massa e c) a existência de um sistema urbano que aperfeiçoe e fortaleça os canais de distribuição bem como as estratégias anteriormente elencadas. Em suma, é uma corrente que acima de tudo, nega as relações de classe, a existência da exploração, o caráter fundamental da mais-valia para a existência do capitalismo, e por isso lança mão de seu aparelho ideológico sob a esfera urbana de modo a amalgamar no ideário da cidade suas concepções particulares da realidade.

Foi justamente este ambiente de anarquia, com a devida chancela do Estado, bem como o fenômeno do fetichismo inerente à generalização do processo das trocas, quem criou uma série de “sintomas” clássicos das cidades

¹²⁸ O Economista neoclássico John Clark, tinha a seguinte definição a respeito da propriedade privada e o papel do Estado: para ele, de acordo com Lautzenheiser e Hunt (2013), “Nos países livres, a ideia que as pessoas têm do que é correto se expressa em leis; nos estados modernos, as leis se têm pronunciado, de fato, favoravelmente à propriedade privada da terra... e o Governo Federal, refletindo a vontade de todo o povo, as tem garantido” (p.265).

moderna e uma necessidade constante de reacomodações e reajustamentos. Entre os principais sinais dessa reificação da realidade urbana, podemos destacar a óbvia consequência em termos de segregação espacial de classe uma vez que as questões referentes a exploração estão cada vez mais relegadas à categoria do folclore e dos mitos urbanos, assim como as consequências psicossociais e econômicas no ordenamento urbano devido ao estímulo do consumo¹²⁹ exacerbado e hedonístico (LIPOVETSKY, 2007).

Ainda no âmbito do complexo e obscuro processo social da fetichização da mercadoria, que conduz, logicamente, a uma reificação das relações sociais, como meros subprodutos das relações de mercado – o que afeta completamente a forma como a esfera urbana se estrutura, chegamos a um grande e espinhoso debate na economia: trata-se do debate¹³⁰ relacionado a concepção de intercâmbio entre a esfera da produção e da circulação (distribuição) em Marx, com relação a concepção neoclássica. Antes de entrarmos efetivamente neste debate, faremos, a seguir, uma breve explanação sobre o processo de distribuição propriamente dito. Começemos com a seguinte indagação básica: quais são os tipos de intercâmbios realizados em uma sociedade? Trata-se de uma questão um tanto quanto genérica, até mesmo porque se trata, ademais, de algo bastante abrangente, abarcando questões tanto de nível material quanto imaterial. Os seres vivos compartilham, trocam, intercambiam, coisas do corpo e da mente. Compartilham ideias, conhecimento, sentimentos, ao mesmo tempo em que, como sociedade que já alcançou certo nível de complexidade, também intercambiam alimentos, vestuário, livros, joias, armas entre tantas outras coisas consideradas úteis.

Mas o que diferencia, essencialmente, o modo de produção capitalista de outros modos de produção? O que o diferencia dos demais, e isso não é nenhuma novidade, é o fato de que se trata de um sistema global no qual as trocas se

¹²⁹ Uma série de importantes estudos foi realizado sobre o desenvolvimento deste padrão de consumo e de suas consequências, tais como os de Gilles Lipovetsky (2007), Zigmunt Bauman (2008) e Jean Baudrillard (1995). Com efeito, a crítica deste novo paradigma, baseado no consumo, manifestado no final do período moderno (de padrão fordista) e do início da chamada pós-modernidade (de padrão flexível), encontra uma interessante caminho de análise que é por meio da compreensão da categoria “consumo”.

¹³⁰ Debate objetiva e sucintamente apresentado por David Harvey em *os Limites do Capital* (2013), cujos insights foram considerados neste estudo.

realizam de modo intensivo, ostensivo e em larga projeção geográfica por meio de mercadorias. Conclui-se, portanto, que no âmbito do intercâmbio material entre os indivíduos, isto ocorre via mercado, que é quem, efetivamente, viabiliza tais trocas. Ainda que se trate de um objeto livremente ofertado de uma pessoa para outra, em algum momento desta cadeia de relacionamentos ocorreu uma operação no mercado, ou mesmo a compra de material para a confecção de tal objeto¹³¹. E mesmo as trocas ditas imateriais, do conhecimento, do sentimento, da consciência, muitas das vezes, ocorrem com a intermediação de um meio material, também adquirido no mercado.

Com relação ao âmbito da distribuição, o aspecto conceitual comum no que se refere a ela, é que se trata do,

modo como se processa a repartição da riqueza e dos bens socialmente produzidos entre os indivíduos e entre os diversos segmentos da população em determinada sociedade (...) O caráter e os mecanismos de distribuição de produto social variam de época para época e dependem diretamente da organização da produção e da forma de propriedade nela vigente. A distribuição decorre, portanto, do próprio processo produtivo e é por meio dela que os bens chegam aos consumidores, aproximando, assim, os inúmeros produtores separados pela divisão social do trabalho. A forma de distribuição mais evidente é a **distribuição física** dos produtos, fenômeno que **se desenvolve nas relações de troca** (...) Há também a **distribuição funcional** (...) que **se refere à repartição do produto global entre os vários agrupamentos sociais** (...) relaciona-se também com a propriedade dos fatores de produção e aparece sob a forma de juros, lucros, rendas e salários (SANDRONI, 2000, p.179. Grifo nosso).

Esta é a descrição comum de um verbete de economia, e quaisquer outras descrições de caráter formal deste processo terão, em linhas gerais, a mesma explicação. Podemos observar, conforme o texto acima, que a distribuição física se dá, conforme consenso geral e observação da realidade, no âmbito das trocas. Trata-se de uma constatação, relativamente simples, de que de fato o intercâmbio entre os produtores e toda a sociedade passa direta ou indiretamente pela esfera das trocas. E conforme dito anteriormente, mesmo o intercâmbio *não material* se dá também com mediação do mercado, evidenciando que as relações sociais, sob

¹³¹A não ser nos casos citados até mesmo por Marx, de valores de uso ou materiais que são obtidos *in natura* (MARX, 2014). Mas trata-se de uma exceção que não vem ao caso, já que estamos fazendo um exercício de generalização.

o capitalismo, se coisificam, já que em sua maior parte se dão como produto direto ou indireto da troca entre “coisas”.

Isso pode parecer algo de pouca importância para a economia ortodoxa (ou mesmo de sentido subjacente ao próprio funcionamento do sistema), mas ela irá determinar a forma como se dá também a outra dimensão da distribuição, a da repartição da renda ou do produto global entre os diversos agentes econômicos. A primeira dimensão é “relacional” e estrutural, pois diz respeito a forma como os indivíduos irão se relacionar posteriormente, e se refere a como todo o tecido social irá se estruturar. A segunda dimensão é, como o próprio nome sugere, e de acordo com a percepção ortodoxa, “funcional” e uma consequência da primeira; algo, no entanto, pouco ou quase nada discutido pela economia tradicional.

De acordo com a arguta análise realizada por David Harvey, em os *Limites do Capital*, a intenção de Marx não era explicar o funcionamento da economia por meio da matemática, o que era inclusive uma de suas falhas, conforme apontado por Engels. A matemática foi um recurso utilizado por Marx para ilustrar e reforçar seus princípios gerais que envolviam a sociedade capitalista, enquanto rede de relações, e não como meras grandezas matemáticas (HARVEY, 2013). Neste sentido, a primeira dimensão da distribuição diz bastante respeito à questão dos relacionamentos sociais e a segunda foi, de certa forma, contaminada, pela economia neoclássica, com os aspectos “funcionais” e estatísticos (em detrimento das questões relacionais). Em linhas gerais, a compreensão tradicional (da ortodoxia econômica) força o entendimento das relações humanas no capitalismo como sendo relações entre coisas – reforçando o aspecto da fetichização. Já a compreensão crítica, não necessariamente marxiana, tenta resgatar o lado humano da economia, ao mesmo tempo em que reforça a crítica de que há, de fato, um processo de reificação das relações econômicas, principalmente no meio urbano. Além disso, a interpretação tradicional desvia o foco da esfera da produção, que é onde tudo se inicia, ao mesmo tempo em que tem consciência de que a distribuição decorre dela. Isto ocorre justamente como uma forma de esconder tudo o que subjaz em meio ao obscuro universo da esfera da produção.

A produção capitalista demanda uma relação fundamental, pouco debatida na economia clássica e neoclássica, e que diferencia a compreensão de Marx das demais: trata-se da relação de exploração entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção. Tal relação, mais do que apenas representar o processo de extração de mais-valia, e de apresentar uma relação mistificadora, que é o salário, é resultado de um longo processo histórico que culminou com uma “distribuição [espacial] dos instrumentos de produção, da terra e da distribuição dos indivíduos (em geral pelo nascimento) entre as várias posições de classe” (HARVEY, 2013, p.92. Grifo do autor). A produção e a distribuição são dois processos cíclicos, contínuos, indissociáveis, que afetam de maneira indelével o espaço no qual se desenrolam. Dentro do processo de distribuição, há um processo interno de produção de novos espaços, que por seu turno afetam, em sequência, a produção, pois ela cria novas disposições espaciais, redistribuições de insumos, instrumentos de produção, distribuições técnicas do trabalho (em ramos profissionais por localidades), reiniciando o ciclo continuamente. É impossível, portanto, falar da relação produção/distribuição sem observar um também contínuo processo de produção e distribuição espacial e vice-versa. Para Lefebvre, “a produção do espaço leva somente em conta o tempo para sujeitá-lo às exigências e pressões da produtividade. Circulo estranho no qual o tempo está encerrado” (1999, p.179).

Culturalmente e no âmbito das ciências que se propõem a analisar o capitalismo, os seus processos e fenômenos, em um dado espaço, tendem a aparecer como coisas sempre existentes, imutáveis, surgidas quase que de forma mágica. Muitas das vezes nem refletimos ou nos damos conta da origem das coisas, como, por exemplo, a procedência dos alimentos, a realização de serviços domésticos, de limpeza, de conservação urbana. As coisas se apresentam aos nossos olhos (ou eles passam a se interessar por elas) quando já estão prontas e belas. E não temos dúvida de que a mercadoria reforça esta naturalização mistificadora, ao esconder, em um produto acabado, o fato de que na sua feitura existiu um trabalho humano, vivo e sob intensa exploração.

Não percebemos, instantaneamente, pra onde a cidade se expande; de repente nos deparamos com um prédio que nunca havíamos visto, nos surpreendemos quando um comércio entra em funcionamento e quando outro fecha as suas portas; como se a esfera urbana possuísse uma dimensão diferente da dimensão humana. Mas todas estas relações aparentemente “místicas”, na verdade se escondem por detrás de processos, isto sim, mistificadores, a começar pela própria relação entre os indivíduos.

Produz-se, portanto, uma realidade que quanto criticada é alvo de desqualificações por não serem quantificáveis, ou não terem profundidade matemática e empírica. Como consequência desta desqualificação a mística continua. A mesma que apresenta a falsa ideia de que os salários da classe trabalhadora urbana são justos e suficientes para custear a recomposição do seu valor (sua produção/reprodução). E isto cria outra ainda mais absurda ideia, tida como uma premissa pela ortodoxia, de que os trabalhadores devam ser colocados na mesma balança dos demais capitalistas e proprietários de meios de produção, quando da repartição do produto global entre eles. A relação entre estes dois últimos é *ex-post*, enquanto que a relação entre os assalariados e seus patrões é *ex-ante*¹³², o que representa uma grande diferença, em termos de “peso” nesta distribuição final da renda global.

A urbanização moderna obedece exatamente esta relação desigual na medida em que, desde a produção, as forças já se encontram em pé de desigualdade. A distribuição reforça tais discrepâncias, com base nas muitas mistificações aqui mencionadas. Citemos um exemplo simples, de um teórico tradicional do urbanismo, que ilustra esta situação. Trata-se do registro de uma comissão legislativa, que data de 1857, que deu as suas impressões sobre “as forças que estavam moldando Nova York”. Este dizia o seguinte:

¹³² O que basicamente diferencia as duas linhas de entendimento (*ex-ante* ou *ex-post*), é que enquanto a segunda se baseia em uma situação já ocorrida (concreta), a primeira se fundamenta na estimativa, acordo ou pura inferência. Neste caso, nunca ocorrerá uma real distribuição de produto entre os trabalhadores se a sua parte já foi estabelecida, e com base em um custo subjetivo.

Quando os nossos cais e desembarcadouros ficaram congestionados de armazéns e repletos de atividade e ruído, os cidadãos mais abastados, que povoavam as velhas mansões “Knickerbocker” nas margens da baía, transferiram suas residências para as ruas que ficavam a salvo da argazarra; compensaram a distância de seus escritórios comerciais com as vantagens do maior silêncio e luxo. Suas anteriores habitações passaram então para as mãos, por um lado, dos donos de pensões, por outro lado, dos agentes imobiliários; e aqui, no seu começo, a casa de aluguel converteu-se numa verdadeira bênção para aquela classe dos pobres industriais cujos pequenos ganhos limitavam suas despesas e cujo emprego em oficinas, lojas e na área portuária tornava de grande importância uma residência vizinha do local de trabalho. Nesse período, os aluguéis eram moderados e um mecânico com família podia alugar um apartamento de dois ou mais quartos confortáveis e até espaçosos, numa casa outrora ocupada por pessoas ricas, por menos da metade do que é hoje obrigado a pagar por um alojamento exíguo e insalubre. Este estado de inquilinato confortável não durou muito, porém, o rápido avanço do progresso acarretou, velozmente, a valorização da propriedade nas zonas baixas da cidade e, com isso, os aluguéis subiram e as acomodações declinaram na mesma proporção. No princípio, a melhor classe de inquilinos sujeitou-se a conservar seus andares inteiros, ou seus apartamentos de dois ou três quartos, mediante o pagamento de aluguéis onerosos, mas isso tornou-os mais pobres e os que puderam fazê-lo seguiram o exemplo dos antigos proprietários e emigraram para as zonas superiores (...) as espaçosas moradias ruíram (...) seus amplos quartos e salões foram repartidos numa quantidade de cômodos menores (...), sendo os índices de aluguel menores na proporção do espaço e da altura em relação à rua; e não tardaram a ficar repletos (...) com uma classe de inquilinos que viviam por mero instinto de sobrevivência (BANFIELD, 1979, p.38- 39).

Depreende-se deste relato sobre o processo de urbanização de Nova York, que podemos separar, em dois polos, duas realidades completamente diferentes: a primeira delas é a dos ricos comerciantes e aristocratas que tem a possibilidade de se deslocar para regiões mais equidistantes (no padrão urbanístico mais comum do início da industrialização¹³³), já que os locais de sua moradia atual não atendem seus pré-requisitos de conforto, “silêncio e luxo”. Para este grupo, assim como para os industriais, este processo corresponde uma oportunidade de progresso e melhora de seu padrão de vida. Tratam-se de classes sociais (burguesia e aristocracia) que na pior das hipóteses mantiveram as suas muitas opções intactas. O segundo grupo, o dos trabalhadores assalariados,

¹³³ Em que as classes mais abastadas vão para as periferias, e as classes mais pobres no centro, geralmente próximas dos setores industriais.

encontra opções de moradia que, em um primeiro momento, se mostram ideais. A localização é boa, o custo de vida é baixo, o que provavelmente representou uma negociação salarial compatível com esta realidade momentânea.

Contudo, a cidade é dinâmica, uma vez que ela é composta de organismos vivos e dinâmicos. Apesar de o tempo urbano ser diferente, pelo menos aos olhos, a sua realidade é bastante mutável e pouco previsível. Como o texto nos mostra, o que parecia ser um momento favorável para a classe trabalhadora rapidamente se deteriorou, e os custos dos alugueis, bem como os demais custos que vieram no bojo do “progresso econômico” tornaram a sua vida insustentável. E o fato de as condições de vida da classe trabalhadora (do seu custo de reprodução), terem se tornado incompatíveis com as negociações salariais, não significa, de modo algum, que poderá ocorrer um reajustamento. Trata-se, conforme dito anteriormente, de uma negociação *ex-ante*, o que ocorre depois disso não diz respeito ao capitalista, conforme o entendimento da economia tradicional. Do contrário, os salários teriam que ser revistos constantemente, fato pelo qual ele constitui, se que é constitui de fato, uma média social.

E esta média, assim como o próprio trabalho abstrato, não faz distinção de particularidades, não se dispõe a confrontar-se com a complexidade da realidade material, concreta. O que é ainda mais problemático, quando se tem a ingênua ideia de que o salário representa uma relação social de igualdade, bem como seja um recorte fidedigno da situação urbana vivida pela classe trabalhadora. Neste caso o salário é mais do que uma mistificação de uma relação entre o assalariado e o capitalista. Em um primeiro momento ele esconde uma relação de exploração sob um véu de acordo entre cavalheiros. Mas a mercadoria especial chamada força de trabalho, é a única em que o seu preço é arbitrado por quem compra, e não por quem vende. Na segunda fase desta mistificação, o salário se comporta como uma espécie de receptáculo de um microuniverso, no qual as necessidades naturais, e vitais de existência (produção e reprodução) da força de trabalho se encerram. Tomemos a seguinte passagem d’O Capital, no

subcapítulo que trata da compra e venda da força de trabalho. Nela, Marx aponta que,

As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras particularidades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local (MARX, 2014, p.246).

Uma produção científica que se dispusesse a simplesmente tentar extrair de Marx, citações e supostas inferências sobre o espaço certamente cometeria o erro, neste caso, de tentar encontrar, onde não há, uma ilação sobre o espaço urbano. De fato, Marx até perdeu uma grande oportunidade de realizar esta empreitada, já que ele mesmo apresentou todos os elementos para uma possível análise. Todas as peças do “quebra-cabeças” foram dadas, principalmente a compreensão da “relação” social existente no processo de compra e venda da força de trabalho, os seus elementos fundamentais, bem como a associação destes com o espaço. Os fundamentos básicos encontram-se ao longo principalmente de O Capital, como nas seções sobre a mercadoria, o processo de troca, o caráter do trabalho, entre outros. Mas a estrutura da “relação”, a chave da compreensão da relação social existente na compra e venda da força de trabalho encontra-se na dimensão fetichista da mercadoria, mais especificamente no caráter mistificador do capitalismo¹³⁴.

Consoante Marx, as chamadas “necessidades naturais ou imediatas” possuem uma espacialização diferenciada, na medida em que as necessidades, a extensão e a forma de sua satisfação também o são. Ele cita uma série de

¹³⁴ Indo de encontro ao método da economia política de Marx, de sua *Introdução de 1857*, em que Marx faz a célebre analogia entre o homem e o macaco (1983, p.223), para ilustrar o fato de que as formas mais desenvolvidas dão a pista para que se possa buscar os seus elementos constitutivos, constantes nas suas formas pretéritas. Com efeito, uma simples leitura desta passagem já refuta quaisquer alegações de um certo evolucionismo marxiano. Marx não mostra que existem evolucionismos no sentido de formas “superiores”, mas sim formas transformadas e complexificadas por meio da adição de novos elementos.

variáveis, tais como cultura, costumes, “exigências de vida” e mesmo a história da formação da classe trabalhadora. São questões, portanto, muito complexas e o mercado, de modo a torná-lo, ele mesmo, viável, busca formas de simplificá-lo, dando a ele segurança e previsibilidade. Deste modo, o salário, que conforme dito, é um microcosmo de particularidades, deve ser reduzido a uma dimensão média, mensurável e abstrata (como ocorre com o próprio trabalho abstrato).

Na contramão da compreensão espacial, que é multidimensional (na qual a história é parte indissociável), o capitalismo sempre procura imprimir-lhe, por meio da abstração, um sentido bidimensional e estático. Com efeito, é este mesmo caráter abstrato do salário, que torna possível a conversão da mercadoria força de trabalho em valor de troca. Contudo, uma série de perguntas surgem desta relação, expressa sob o signo de uma “média social”:

- a) Esta média social corresponde a qual referencia espacial?
- b) Quais são as regiões mais ou menos afetadas por esta relação? (questão das regiões dentro de um mesmo espaço urbano).
- c) Até que ponto esta média, que é o salário, corresponde a complexidade urbana, na qual o trabalhador se insere?
- d) Como a economia deve se comportar com base nesta relação salarial? Já que a economia está em constante mudança o que pode levar a uma série de consequências, como por exemplo, a inflação, o aumento ou queda das taxas de produtividade, a desvalorização cambial, entre muitos outros (relação entre salário nominal e salário real).
- e) Qual deve ser o papel do Estado nesta relação (bem como das normas legais que regem esta questão)?
- f) Como a própria classe trabalhadora deve se comportar diante desta situação?
- g) Como as transformações do espaço urbano afetam esta relação?

De todas estas questões, talvez a quarta seja a que mais expõe as fragilidades desta realidade. A economia, como um todo, está sujeita a toda sorte de variáveis, e situações na maioria das vezes imprevisível. O seu grande desafio

está em como minorar ao máximo esta imprevisibilidade. E um dos comportamentos econômicos mais comumente ligados ao inesperado é, justamente, o aumento generalizado no preço das mercadorias, ou conforme a terminologia econômica, a “inflação de preços”.

Este termo é utilizado para definir o fenômeno de aumento geral dos preços das mercadorias, e que pode ser causada por uma série de fatores, isolados ou não. Em um primeiro momento pode-se pensar que os preços são a expressão de um determinado tempo (*quantum*) de trabalho para se produzir determinada mercadoria, acrescida dos demais custos de insumos, tributos e da margem de lucro do capitalista. De fato, esta é até a visão do senso comum¹³⁵ (não da academia), baseada na ideia de um suposto capitalismo responsável que estabelece os seus preços com base no verdadeiro custo de se produzir um item – na mesma linha que define os preços como um desdobramento da teoria do valor-trabalho (da qual Marx foi um conhecido divulgador). A bem da verdade, esta é a visão que se coloca na origem do problema: dos princípios que estão por detrás da determinação de preços (os preços de produção), e razão pela qual Marx a considerou, em detrimento de outras ideias mais largamente aceitas pela tradição econômica, como as baseadas na lei da oferta e da procura.

E mesmo que um determinado capitalista determine o preço de seus produtos com base no seu custo, ele deve se submeter ao jogo e aos ânimos do mercado. E curiosamente, mesmo que o senso comum tenha uma ideia razoável do que seja o *preço*, ele se deixa levar, como que por outra entidade fantasmagórica, pela ideia do “saudável jogo da oferta e da procura”, como símbolo da boa e velha concorrência – que sempre é benéfica ao consumidor. Se isto for verdade, outras indagações surgem: se a livre-concorrência, fundamento para a lei da oferta e demanda atua como uma força redutora de preços, e se ela também é uma força indutora da inovação e da produtividade (que teoricamente

¹³⁵ O curioso é que o senso comum tem uma ideia contraditória sobre esta questão. No que se refere a determinação de preços, a ideia geral é que eles são determinados pelo seu custo (que é a análise correta, da qual deriva a lei do valor-trabalho). Mas quando os problemas da economia se manifestam (como é o caso da inflação), como resultado da aplicação quase religiosa da lei da oferta e da procura, o senso comum tende a culpar o Estado por não ter tido a capacidade de controlar as oscilações na oferta e na demanda.

reduz os custos de produção), então porque razão os preços, de uma forma geral, sempre apresentam um viés de aumento? Quais são as razões da existência e persistência do fenômeno inflacionário por todo o globo?

A razão para isso é que a inflação, mais do que um aspecto meramente econômico ou matemático, ela representa um comportamento social e classista. E como uma realidade também cultural e até psicológica, ela é regionalmente delimitada e largamente influenciada pelos meios de comunicação midiáticos, pelo marketing institucional, pelo comportamento do Estado entre tantas outras questões de maior complexidade do que a simples oferta e demanda. Não que esta última não tenha a sua parcela de influência, mas se trata de algo bem menor do que a ortodoxia econômica faz crer. Esta mesma ortodoxia aponta a moeda como a grande vítima da inflação, tendo o seu poder de compra reduzido pelo excesso de sua oferta no mercado. E o grande vilão, segundo esta mesma visão é o salário, que por meio de sua suposta elevação acima de patamares adequados provocaria uma inflação pelo aumento súbito da demanda além das capacidades de adequação da economia.

O aspecto ideológico do capitalismo sempre procura distorcer a ordem dos acontecimentos, e para isso subverte também a sua lógica. A inflação, mais do que um fenômeno monetário, de depreciação da moeda, é um processo de depreciação da capacidade salarial da classe trabalhadora. E o que é pior, é um processo que se reproduz continuamente (em cadeia), primeiro porque na produção de muitas mercadorias está contido o custo de outras cujos preços também sofrem o processo inflacionário. Além disso, é um processo que produz, chancelada mais uma vez pelo pensamento hegemônico, uma cultura inflacionária, que o naturaliza, o autonomiza, levando, desse modo, a outros fenômenos como a chamada “inflação inercial”. Este por seu turno, é bastante sentido na esfera urbana, já que a grande maioria dos contratos, e das relações econômicas do meio urbano, como alugueis, prestações de serviços públicos e privados, fornecimento de água, luz, transporte, saneamento, entre outros, passam a ter cláusulas de reajuste ou de “reequilíbrio econômico”, com base nos índices inflacionários de exercícios anteriores – daí a expressão “inercial”.

Este processo econômico, assim como o próprio salário, a moeda, e a mercadoria, necessita de uma explicação lógica – de acordo com o pensamento hegemônico – de modo a imprimir-lhe organização, previsibilidade, capacidade de mensuração, segurança das operações de mercado e compreensão fácil – daí a existência dos indicadores que medem as variações de preços. Ele é, também, alvo de abstração, de redução de suas particularidades, de seus aspectos concretos, o que denuncia a sua clara conexão com a teoria do valor de Marx, bem como o contínuo intento do capitalismo em dissociá-lo da esfera do trabalho. Assim como o salário, conforme já dito, é uma cesta dos itens necessário à reprodução da classe trabalhadora, e a sua determinação é carregada de dúvidas e imprecisões típicas de uma “média estatística”, o mesmo pode se dizer dos chamados índices de preços. Estes indicadores estatísticos, como o caso dos IPCs (Índices de Preços ao Consumidor), ou IGPs (Índices Gerais de Preços), a despeito de sua importância estatística como indicadores de uma realidade nacional, são o retrato da forma impessoal e arbitrária as quais são submetidas às necessidades vitais de sobrevivência das classes assalariadas.

O salário, bem como o seu *nêmesis*¹³⁶, a inflação, são o retrato do espaço social e econômico de vida de uma determinada população. Contudo, quando estes passam pelo escrutínio da realidade urbana, que adquire diariamente passagens de um determinado transporte público, que compram seus gêneros alimentícios, que adquirem cultura, que utilizam os aparelhos públicos e privados de saúde, educação, que utilizam a luz, a água tratada de suas casas, em suma, é quando a realidade se confronta com a estatística, quando o concreto está frente a frente com o abstrato, que a crise de um modo de produção começa a dar os seus primeiros passos.

No entanto, uma vez que o núcleo da criação de valor e da existência do capitalismo é relegado as sombras, o veículo pelo qual as trocas se efetivam, no caso, a moeda, passa a ser o objeto de preocupação por parte do Estado. É exatamente por esta razão que as políticas monetárias têm uma relevância muito

¹³⁶ “Inimigo”, de acordo com a concepção moderna anglo-saxã. Curiosamente esta palavra tem relação com a deusa grega Nêmesis, cujo nome se origina do grego *nêmo*, que tem relação com distribuição e com a justiça distributiva (de acordo com a mitologia grega).

maior do que o próprio poder aquisitivo da classe trabalhadora, e também é por este mesmo motivo que o Estado se apresenta, diante dos organismos internacionais e dos agentes financeiros, como o guardião da moeda nacional, nem que para isso sejam necessárias políticas draconianas de controle inflacionário, que em muitos casos acirram o caráter pró-cíclico da inflação. Também se travestem de medidas de arrocho fiscal e redução do gasto público, principalmente em programas sociais, tidos pela ortodoxia econômica como inflacionários. E mesmo quando o Estado se propõe a administrar determinados setores estratégicos, como o petróleo, energia e telecomunicações, isso se dá como um instrumento oficial de chancela dos mecanismos de correção inflacionária.

Todos os elementos aqui postos tais como, salário, mercadoria e seu fetichismo, produção, distribuição, trocas, inflação, exploração, trabalho concreto, trabalho abstrato valor de uso e valor de troca, são fundamentais para que, a partir de agora, com base na sua realização histórica possamos agrupá-los em sistemas maiores, como a *acumulação ou a internacionalização*, que por seu turno influenciaram na forma como o espaço, sob a industrialização, foi produzido e apropriado. A cidade moderna, e portanto, a urbanização sob o capitalismo industrial (e seus desenvolvimentos seguintes) representa um filme complexo elaborado com base nestes elementos, atores e com base no desenrolar da trama.

2.5 - acumulação capitalista e produção do espaço.

Este tema é bastante complexo e envolve uma gama considerável de elementos, que foram tratados no item anterior. Para pensarmos em como a cidade bem como o processo de urbanização (o seu desenvolvimento e planejamento), influenciam decisivamente no processo de acumulação, é importante nos situarmos sobre o que significa a acumulação capitalista. Além destes elementos, uma série de acontecimentos históricos modificaram a sua estrutura subsequente, tendo em vista que ela modifica todo o tecido social e espacial sob sua influencia. Tais modificações que se iniciam na esfera produtiva, transferem-se para as demais dimensões da economia, e se reproduzem por toda a

sociedade, tanto em suas relações interpessoais, quanto na dimensão espacial que comporta e interage com elas.

Sendo assim, e partindo da análise mais elementar, dos processos moleculares da acumulação, temos necessariamente de nos reportar a Marx. Com efeito, ele introduz o capítulo 21 do livro 1º d'O Capital com a seguinte afirmação:

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerando do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2014, p.21).

Esta introdução, expressa, antes de tudo, a ideia de continuidade, e esta pressupõe um ciclo temporal ininterrupto; neste caso específico, tem-se o circuito dialético da produção, que é simultaneamente reprodução. Na chamada “reprodução simples”, parte do produto deve ser redirecionada novamente ao processo produtivo na mesma grandeza anteriormente empregada. Já na reprodução ampliada, parte do excedente é aplicado ao processo produtivo além das quantidades já empregadas anteriormente. O processo, portanto, recomeça, mas em uma escala “aumentada.” Mas o que levaria, segundo a visão de Marx, a esta necessidade de uma reprodução ampliada do Capital?

O processo de produção da vida material, dos meios de subsistência, em qualquer que seja o modo de produção, é a conjugação do espaço (e suas estruturas materiais) com o tempo (pretérito, presente e futuro). As sociedades primitivas, sua cultura, seu povo, que por sua vez é fruto de uma ancestralidade (tempo passado), trabalhava, produzia (tempo presente), com vistas a sua sobrevivência diária e a incerteza quanto ao futuro (tempo futuro). No capitalismo, mais especificamente com relação às suas estruturas espaciais urbanas, que são a sua expressão mais acabada, a dimensão espaço-temporal é friccionada no limite das potencialidades produtivas. E isto nada mais é do que um reflexo do que Marx chama de Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Esta Lei, que é uma tendência, vale dizer, já que não impõe nenhum tipo de determinismo, posto que cada capitalista possui ainda livre arbítrio, pensando de acordo com as suas necessidades imediatas, trata de um ponto convergente no comportamento geral do capitalista, algo que o simples exame das provas históricas é capaz de comprovar. Esta conexão geral diz respeito ao fato de que em um ambiente de concorrência, que é um dos pilares do capitalismo, a produção não pode ser interrompida. Além disso, o nível produzido não deve ser mantido estático em exercícios seguintes, já que a generalização da concorrência provocaria uma redução no preço das mercadorias, e conseqüente redução da taxa de lucro.

Outro “dilema” posto por esta Lei Geral, é que esta reprodução ampliada não pode se dar sempre nos mesmos termos, o que quer dizer que a proporção entre o capital variável (mão-de-obra) e o capital constante (máquinas, insumos e equipamentos) deve sempre ser modificada, reduzindo-se o componente humano sempre que possível¹³⁷. Isso ocorre pelo fato de que com o aumento progressivo do volume produzido, haverá um maior emprego de força de trabalho, reduzindo a sua oferta, conseqüentemente sobrevalorizando os salários. A utilização de máquinas e equipamentos multiplicam as capacidades produtivas da força de trabalho, reduzindo o tempo necessário para a produção da mesma quantidade de mercadorias e com isso o tempo necessário para a recomposição de seu valor. Desta forma, a proporção entre o trabalho pago e o trabalho não remunerado se modifica, com majoração desta última em relação à jornada total. Isso é o que Marx chama de mais-valia relativa¹³⁸ (MARX, 2014).

¹³⁷ Esta proporção, entre o capital constante (c) e o capital variável (v), é denominada por Marx, de “composição orgânica do capital”, cuja expressão algébrica é determinada pela equação $(c)/(v)$. Quanto maior o componente constante, em relação ao variável, maior será a composição orgânica do capital (MARX, 2014). Marx discorre sobre a mudança progressiva na relação entre o capital constante e o capital variável, mas não estabelece uma relação de proporcionalidade entre os setores produtivos e os padrões de tecnológicos adotados por eles. E nem poderia fazê-lo, já que ele estava se referindo às condições de seu tempo, e não poderia falar de possibilidades futuras, já que isso fugiria do escopo do seu método científico. Segundo Harvey (2013), tal empreitada foi realizada por estudos marxistas subsequentes, mas a imprevisibilidade ainda permanece.

¹³⁸ Diferentemente da mais-valia absoluta, que é obtida mediante aumento da produtividade do trabalho humano via maior dispêndio de suas capacidades biológicas, e prolongamento da jornada de trabalho.

Verifica-se, portanto, que a mais-valia relativa é um exemplo emblemático de compressão espaço-temporal. É como se o tempo fosse comprimido, contendo dentro dele as mesmas propriedades estruturais e produtivas, obtendo-se mais tempo para o reinício do processo e o que é mais importante, encurtando o prazo necessário para a realização da mais-valia e para a circulação/reprodução ampliada do capital. É a oportunidade perfeita para o capitalismo de contrarrestar a Lei Geral, imprimindo ao capital dinamismo, que é uma necessidade vital, já que como visto anteriormente, esta teoria pressupõe movimento constante (reprodução simples), rápido e crescente (reprodução ampliada).

A mais-valia relativa se torna desta forma o objetivo principal da produção capitalista¹³⁹, pelo simples motivo de que a sua determinação, ao contrário da mais-valia absoluta, não se restringe às limitações espaciais de uma única unidade produtiva. Ela tem o potencial de se alastrar por toda a estrutura produtiva, revolucionando “inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 2014, p.578). Esta forma de obtenção de mais-valor está mais ligada a uma transformação da cadeia produtiva pelo seu conteúdo tecnológico do que meramente a particularidade de um único capitalista. Ela é essencialmente coletiva e foi o seu desenvolvimento, cujo marco é a revolução industrial, que permitiu o florescimento do capitalismo como modo de produção e paradigma social dominante. E este novo capitalismo, impulsionado pelo progresso tecnológico atua, consoante Marx:

Em primeiro lugar, apoderando-se de indústrias que até então estavam subordinadas apenas formalmente ao capital; ou seja, atua em sua propagação; em segundo lugar, na medida em que as mudanças nos métodos de produção revolucionam continuamente as indústrias que já se encontram em sua esfera de ação (2014, p.579).

O processo de urbanização, após a industrialização, e o desenvolvimento das cidades foi decisivamente impulsionado por esta nova modalidade de

¹³⁹ A despeito de o mais-valor absoluto ser o seu núcleo e ponto de partida, consoante Marx. Com efeito, “ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo” (MARX, 2014, p.578).

extração de mais-valia, já que ela condiciona uma alteração no funcionamento de todo o tecido social sob a influência do capitalismo. Para que o desenvolvimento tecnológico seja efetivo, como forma de extração aumentada de mais-valia, é necessário que ele seja disseminado por todo o setor produtivo, por força da concorrência empresarial, atuando como uma forma de socialização das forças produtivas. Tal disseminação, segundo Lojkin (1981), não se limita “a formação do ‘trabalhador coletivo’ no local da produção”, estendendo-se ao “conjunto da reprodução do capital social” (p.123). O exemplo mais conhecido e que melhor ilustra esta afirmação é nada menos do que a revolução industrial do século XVIII, com a introdução de novas máquinas-ferramentas de propulsão motora independente (máquinas a vapor, a carvão, entre outras).

A introdução de novas técnicas produtivas provoca uma reação em cadeia, pela necessidade absoluta de incremento de produtividade já que a tecnologia redundante, em última instância, em redução nos custos e conseqüentemente nos preços das mercadorias. Levando-se em consideração a produção de bens de consumo, principalmente de consumo direto da classe trabalhadora, e não de bens de luxo, cujo comportamento é diferenciado e não serve de parâmetro, a introdução de novas tecnologias indutoras da produtividade torna-se uma necessidade de sobrevivência para o capitalista individual. A este respeito aponta Marx,

O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento em outra (...) Assim, a fiação mecanizada tornou necessário mecanizar a tecelagem, e ambas tornaram necessária a revolução mecânico-química do branqueamento, na estampagem e no tingimento, Por outro lado, a revolução na fiação do algodão provocou a invenção da *gin* para separar a fibra do algodão da semente, o que finalmente possibilitou a produção de algodão na larga escala agora exigida. Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte (...) Assim também os meios de transporte e comunicação legados pelo período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis estorvos para a grande indústria, com a sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu constante deslocamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém-criadas conexões no mercado industrial (MARX, 2014, p.457).

A exigência pela produtividade decorrente das inovações tecnológicas e a busca pelo seu incremento incessante torna-se condição essencial ao sistema, porque ela significa uma redução progressiva (conforme a sua capacidade) no valor transferido da máquina para a mercadoria produzida. A relação entre produtividade e valor transferido é inversamente proporcional, nos dizeres de Marx (2014), e esta capacidade aumentada se traduz não apenas na possibilidade de fabricação de uma maior quantidade por hora de trabalho, mas também em uma produção virtualmente ininterrupta, dada a durabilidade da máquina e os limites físicos do seu operador. Soma-se a isto o fato de que estes equipamentos exigem o seu funcionamento frequente, sob pena de quebra de componentes. Por fim, não bastasse esta cadeia de acontecimentos que se reproduz continuamente e progressivamente, ainda há o que Marx (2014) chama de o “desgaste moral das máquinas”, que significa que “ela perde valor de troca na medida em que máquinas de igual construção podem ser reproduzidas de forma mais barata, ou que máquinas melhores passam a lhe fazer concorrência” (p.477).

Ao final da mesma passagem fica bastante clara a premência, para o capitalismo industrializado, de uma malha viária, mecanismos de escoamento da produção, de trabalhadores e de capitais, o que ele chama de meios de comunicação e de transporte em dimensões proporcionais aos volumes a serem interligados. Mas somados a estes “meios de circulação material”, consoante Lojkine (1981) também é fundamental a existência de meios de consumo coletivos, da proximidade espacial entre as estruturas produtivas e os meios de produção, bem como a contiguidade entre os mercados locais e as demais estruturas reprodutivas do capital e da força de trabalho como habitação, serviços de saúde, educacionais, aparelhos policiais que visem assegurar a propriedade privada e uma burocracia estatal que assegure as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos de representação, entre outras funções.

Sobre a necessidade de um mercado consumidor, que implica, em última instância, em uma aglomeração humana e, portanto, um núcleo urbano, vale a pena retomar a discussão empreendida por Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*, em sua diferenciação sobre os processos econômicos tais

como, a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Segundo Marx, a produção e o consumo se caracterizam pelo “triplo aspecto” que é: 1º aspecto - identidade imediata, pois “produção é consumo” e vice-versa. Este trata, pois, do consumo produtivo; 2º aspecto - ambos são momentos intermediários do outro, ou quando não estamos falando de consumo produtivo, das duas esferas em separado, mas uma sendo o meio para a consecução da outra. 3º - este aspecto, que é o que realmente interessa a esta análise, diz respeito à “realização” de um por meio de outro. Ou seja, de um ser a identidade e a efetividade do outro. Segundo Marx,

É o consumo que realiza plenamente o ato da produção ao dar ao produto o seu caráter acabado de produto(...) ele não é somente o ato último pelo qual o produto se torna realmente produto, mas o ato pelo qual o produtor se torna também verdadeiramente produtor. Por outro lado, a produção motiva o consumo ao criar o modo determinado do consumo, e originando em seguida o apetite do consumo, a faculdade de consumo sob a forma de necessidade (1983, p.211).

Em suma, a forma pela qual esta identidade fundamental se concretiza é não apenas pela criação de uma estrutura social produtiva, mas também pela instituição de uma sociedade de mercado e de consumo. Com efeito, trata-se da inauguração de uma comunidade, uma organização social para o consumo. E isto também é, reportando ao primeiro item desta relação de identidade, produção. Portanto,

A produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção gera o consumo: 1º fornecendo-lhe a sua matéria; 2º determinando o modo de consumo; 3º, criando no consumidor a necessidade de produtos que começaram por ser simples objetos. Produz, por conseguinte, o objeto do consumo, o modo de consumo, o instinto de consumo (MARX, 1983, p.210).

E de que modo a produção, sob a égide do capitalismo industrial faria isto senão da única forma possível? Como uma nova forma de sociabilidade, um capital social total que nasce junto à industrialização – a urbanização moderna. Sendo assim, a cidade industrial é o espaço pelo qual a identidade produção-consumo se realiza. A cidade é o laboratório de comportamentos e tecnologias que reforçam e comprovam a validade dos três referidos aspectos apontados por

Marx. As novas tecnologias surgidas no período da revolução industrial também foram fundamentais para o surgimento das cidades, como referencial espacial da produção, o que teve óbvios reflexos nos custos e na velocidade de circulação do capital. No capítulo, d'O Capital, no qual disserta sobre a maquinaria e a grande indústria¹⁴⁰, Marx cita a máquina a vapor do engenheiro escocês James Watt:

Somente com a segunda máquina a vapor de Watt, a assim chamada máquina a vapor de ação dupla, encontrou-se um primeiro motor capaz de produzir sua própria força motriz por meio do consumo de carvão e água, um motor cuja potência encontra-se plenamente sob controle humano, que é móvel e um meio de locomoção, e que, ao contrário da roda d'água, é urbano e não rural, permitindo a concentração da produção nas cidades, ao invés de dispersá-la pelo interior. Além disso, é universal em sua aplicação tecnológica, e sua instalação depende relativamente pouco de circunstâncias locais. O grande gênio de Watt se evidencia na especificação da patente (...), na qual sua máquina a vapor é descrita não como uma invenção para fins específicos, mas como agente universal da grande indústria (MARX, 2014, p.451).

A sua linha de raciocínio prossegue, com uma nota extraída de A. Redgrave a respeito da localização industrial e da sua tecnologia principal (a máquina a vapor), como importante definidora do papel das cidades em relação ao novo paradigma industrial:

Nos inícios da manufatura têxtil, a localização da fábrica dependia da existência de um curso d'água que tivesse uma queda suficiente para fazer girar uma roda hidráulica; e, embora o estabelecimento dos moinhos d'água significasse o início da dissolução do sistema da indústria doméstica, os moinhos que tinham necessariamente de ser instalados próximos a cursos d'água e frequentemente se situavam a uma distância considerável uns dos outros, representavam uma parte de um sistema mais rural do que urbano; apenas com a introdução da força a vapor em substituição ao curso d'água é que as fábricas foram concentradas em cidades e em localidades onde carvão e água, necessários à produção do vapor, estavam disponíveis em quantidade suficiente. A máquina a vapor é a mãe das cidades industriais (A. Redgrave apud Marx, 2014, p.451).

Desse modo, a cidade, que é a expressão máxima da produção humana, como sociabilidade, como espaço organizado da divisão social do trabalho, como meio de cooperação, criação e difusão de conhecimento, instituição de padrões normativos, e principalmente (em se tratando do capitalismo) de consumo, se

¹⁴⁰ O Capital, Livro 1, Capítulo 13: Maquinaria e grande indústria.

torna também o mecanismo principal da difusão tecnológica e do dinamismo do capital. A cidade industrial foi fortemente afetada pela propagação tecnológica, e torna-se, ela mesma, o polo irradiador subsequente.

A cidade deve imprimir a ideia de dinamismo, velocidade e engenhosidade. Neste sentido, as expressões culturais, artísticas e estéticas típicas desta associação entre tecnologia e dinamismo (compressão espaço-temporal) são o modernismo, e a sua versão mais recente o pós-modernismo¹⁴¹. Cremos ser impossível se falar em acumulação capitalista, e da influência da esfera urbana neste processo sem que se faça menção a estas duas correntes teóricas e ideológicas que serviram de substrato, dentro de todo um escopo de desenvolvimentos científicos e culturais, para o advento do regime de acumulação fordista (no caso do paradigma então hegemônico, o moderno) e do pós-fordista ou flexível (para o pós-moderno).

O capitalismo monopolista e os determinantes históricos do fordismo

O século XIX foi decisivo para o capitalismo. Com efeito, foi a partir desse momento que este se transmutou de um modelo concorrencial para outro de padrão monopolista, com centralização do capital na modalidade de trustes, cartéis, oligopólios, associações comerciais e sociedades por ações. Importantes estudos sobre este estágio evolutivo do capitalismo foram empreendidos por Marx, Engels, Lênin¹⁴², Rudolf Hilferding¹⁴³, e Paul Baran e Paul Sweezy¹⁴⁴, com

¹⁴¹ Abrangentes trabalhos foram realizados sob esta temática, com destaque para *The Condition of Postmodernity*, publicado em 1989, de David Harvey (Tradução para o português de 1993), *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, publicado em 1991, de Fredric Jameson, *The Illusions of Postmodernism*, publicado em 1996, de Terry Eagleton (Tradução para o português de 2014).

¹⁴² Tradução para o português: Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (1984).

¹⁴³ *Das Finanzkapital*, de 1910. Versão em inglês: *Finance Capital. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development* (1981).

¹⁴⁴ *Monopoly Capital – Na Essay on the American Economic and Social Order*, 1966. Tradução para o português: Capitalismo Monopolista (1974).

diferentes abordagens e graus de profundidades, que pela sua complexidade, mereceriam, por si só, um estudo completo. Mas como não se trata do objeto desta Tese, nos ateremos, em caráter introdutório, as questões pertinentes ao seu reflexo na dimensão espacial e interespaçial, ou seja, de relação, desenvolvimento e diferenciação territorial.

A urbanização via industrialização foi como já verificamos até aqui uma poderosa ruptura na estrutura demográfica preexistente (distribuição entre a população urbana e rural). Este modelo de urbanização, ao contrário do anterior, que foi progressivo, observando-se as condições sociais e produtivas que a história determinou (sem esquecer, contudo, a influência do capitalismo comercial), se caracteriza pela ruptura, pela quebra, pela mudança rápida de uma situação espacial secularmente estabelecida. Para as populações rurais que se viam em uma condição inteiramente nova, obrigadas a deixar as suas vidas para a obscuridade da incerteza, a situação deve ter sido desesperante. Para as cidades que já existiam antes da explosão da industrialização, foi, de fato, algo inteiramente novo, implantado de forma tosca e improvisada. Isso logicamente teria consequências dramáticas, que não condiziam com a frieza das estatísticas que demonstravam os enormes ganhos de produtividade provocados pela indústria. Como bem ilustrou Leo Huberman (1986):

Em termos de felicidade e bem-estar dos trabalhadores, aquelas estatísticas róseas diziam mentiras horríveis. Um autor mostrou isso num livro publicado em 1836: “Mais de um milhão de seres humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente... É uma nova era na história que um comércio ativo e próspero seja índice não de melhoramento da situação das classes trabalhadoras, mas sim de sua pobreza e degradação: é a era a que chegou a Grã-Bretanha” (P. GASKELL, apud, HUBERMAN, 1986, p.176).

Se tal situação ocorreu no núcleo da revolução industrial, no país que foi outrora o grande império econômico, da acumulação primitiva, da pilhagem e exploração de colônias, o que dizer das próprias colônias expropriadas de suas riquezas e que agora se viam em uma situação de implante industrial e urbanização forçada. O capitalismo monopolista trouxe em seu bojo, o resgate do anacronismo dos primórdios da urbanização, porém, em escala ampliada e agora

nos países do capitalismo periférico. O monopolismo encurtou distâncias por meio do capital transnacional; criou novas estruturas como o *capital financeiro*, da fusão entre o capital bancário e o capital produtivo; criou um “estado de estados permanentes”, como o *warfare*, o *lawfare* e da insegurança social permanente; amalgamou o papel do Estado como regulador¹⁴⁵ do sistema; criou os Estados paralelos dos paraísos financeiros; e mais importante, concretizou a filosofia das desigualdades “funcionais” ao sistema, por meio da relação entre regimes de acumulação¹⁴⁶ diferenciados, numa divisão internacional do trabalho do tipo “centro-periferia”. Contudo, é importante que situemos estes acontecimentos na história recente para que possamos compreender os seus determinantes principais e tenhamos um encadeamento lógico de sua ocorrência.

O período que compreende ao da chamada segunda revolução industrial¹⁴⁷ (entre 1830 e 1840), até a crise de 1873 foi de grande prosperidade

¹⁴⁵ Conceito desenvolvido pela chamada Escola da Regulação, de origem francesa, de Michel Aglietta, autor de *Régulation et crises du capitalisme (Regulação e Crises do Capitalismo)*, lançado em 1976 e Alain Lipietz, autor de *Audácia: Uma Alternativa para o Século XXI*, tradução de 1991. Lipietz, em seu livro define regime de acumulação como sendo os princípios macroeconômicos que regem as condições de produção em um determinado momento (em termos de produtividade, composição orgânica) bem como a dinâmica do consumo, público e privado (LIPIETZ, 1991).

¹⁴⁶ Os regimes de acumulação são formas históricas e paradigmáticas nas quais o setor produtivo se organiza, como o taylorismo, o fordismo, o toyotismo. São paradigmáticas porque se tornam práticas sociais, viabilizadas pelo capital, pelo trabalho, o que engloba as suas contradições, os demais setores econômicos (distribuição, consumo), e se reproduzem por todos os níveis da sociabilidade em um dado espaço. Motivo pelo qual esta Tese considera fundamental a compreensão dos paradigmas fordista e flexível na transformação do espaço e da esfera urbana.

¹⁴⁷ As revoluções industriais, ou mesmo a revolução industrial refere-se a um conjunto de inovações tecnológicas que culminaram com uma considerável modificação nas estruturas produtivas das indústrias, nas dimensões das economias nacionais, na abrangência dos mercados, nas estruturas espaciais (levando ao advento da urbanização moderna), e conseqüentemente nas estruturas sociais. A primeira fase, de 1750 a 1830, diz respeito às inovações no âmbito da atividade têxtil, como os teares mecânicos de Edmund Cartwright; a segunda compreende as inovações na siderurgia, mineração, dos motores a vapor e a combustão e ao impulso gerado pelo desenvolvimento de uma indústria, também mecanizada, de bens de produção (de máquinas produtoras de máquinas). Neste ínterim, graças ao desenvolvimento destes novos motores, e do processo de fundição, observou-se um grande salto no ciclo da acumulação, graças ao incremento produto em escala ampliada e ao desenvolvimento dos canais de circulação (meios de transporte e comunicação). Diante disto, conclui-se, limitando-se apenas a questão tecnológica, que a primeira revolução atuou mais no âmbito da técnica, enquanto a segunda no âmbito da escala e da velocidade, ou seja, capacidade de compressão espaço-temporal. Um extenso debate tem sido travado a respeito dos condicionantes históricos e estruturais que levaram a cabo tais impulsos produtivos na história da humanidade. O seu desenrolar está intimamente ligado com a existência do próximo capitalismo, uma vez que é a indústria que produz a razão de sua existência, o mais-valor. A despeito de algumas tendências, como faz Castells (1999), de vincularem a sua origem a simples questão tecnológica (ou de vantagens tecnológicas inerentes a algumas nações), ou na tentativa de historicizar, estabelecendo uma evolução gradual da tecnologia por intermédio de certas condições (conhecimento, capacidade inovativa, o aspecto institucional), o fato é que as

para o capitalismo. Este padrão de acumulação, em ritmo forte e sustentado, decorria, em sua maior parte, dos ganhos produtivos desta fase da indústria, que por sua vez passou a se replicar por toda a Europa (mas em ritmos diferentes). Estas nações, conectadas por uma extensa rede de transporte, que por sua vez consumiu uma considerável quantidade de materiais, agora compravam seus bens de produção também da Inglaterra, o polo irradiador desta revolução. Além disso, um vultoso mercado consumidor foi aberto por meio das colônias e demais países em transição industrial. O processo de urbanização, forçada, no caso da Inglaterra¹⁴⁸ e ostensivo nas colônias e demais países da Europa criou as condições para uma oferta de trabalho nas dimensões e custos ideais. As capacidades produtivas atingiram um ponto tal que a situação começou a fugir inteiramente do controle. As escalas produzidas se tornaram de tal proporção que a concorrência se tornou cada vez mais feroz. Uma simples melhora incremental na produção ou decisão de redução de preços poderia significar a perda de uma quantidade massiva de dinheiro e uma possível quebra, já que somente as companhias que tinham maior robustez financeira poderiam vencer a concorrência.

Esta competição feroz, aliada a busca constante por maiores patamares produtivos, levou a que muitas empresas, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos (os centros do capitalismo), se fundissem, criando novos modelos de organizações como os monopólios, os trustes, os cartéis, as associações comerciais e as sociedades por ações (entre outras modalidades). Desta forma, além de minimizar a importância do fator competitivo, os monopólios tem o poder não só de influenciar mais o aspecto decisório e ideológico, como também tem o potencial de atuar sobre um território mais abrangente e direcionar todos os setores econômicos, como depreende-se do testemunho, de 1919, da Comissão inglesa sobre os trustes, que Huberman (1986) ilustrou:

revoluções industriais compartilham dos mesmos determinantes do capitalismo. Tais revoluções representam o resultado de um processo muito mais complexo e abrangente.

¹⁴⁸ Por meio da política dos cercamentos (*enclosures*), que pôs fim as propriedades comunais para dar lugar ao pasto de ovelhas.

Nossa associação foi formada com a finalidade de estabelecer os preços e como meio de evitar sua redução, que ocorria em grandes proporções antes da sua formação, resultando isso na ausência de lucros, em lugares muito pequenos, para a maioria das firmas (...) A concorrência era tão severa (...) que ninguém podia ganhar com o comércio. Os fabricantes produziam mais do que o realmente necessário, e se preocupavam apenas em destruir os concorrentes (p.242-243).

Desta forma, segundo Huberman (1986), a Comissão assim concluiu:

Verificamos haver atualmente (1919), em todo ramo importante da indústria do Reino Unido uma crescente tendência à formação de Associações de Comércio e de combinações, com o objetivo de limitar a concorrência e controlar os preços (p.243).

O capital monopolista, que concentrou a produção, otimizou e dominou espaços de influencia, também foi o capital monopolista do setor bancário, do sistema de crédito, que por sua vez financiava as indústrias. Mas nem o dinheiro que fluía como um rio vigoroso, nem a capacidade de influencia dos líderes deste capitalismo em ditar as regras entre o que era produzido, ofertado, e o que deveria ser consumido, significou, efetivamente uma correspondência entre o que saía das fábricas e a capacidade doméstica para consumi-los. A concentração produtiva, o milagre da urbanização não era suficiente, apesar do esforço, para resolver todos os problemas econômicos.

A centralização de capitais, não mudou o modo de funcionamento destas empresas, e portanto, a sua contradição fundamental, enunciada por Marx, que é o fato de que o caráter *social* da produção capitalista ser o sustentáculo de um modelo de apropriação *privada* do produto desta produção. Parafraseando Baran e Sweezy (1974): a produção é social e a sociedade entre capitalistas é “anônima”. Esta contradição se traduz na busca incessante por lucros, que só são obtidos por meio da maior exploração das classes assalariadas, o que a empobrece e reduz o seu poder de compra.

Enquanto a concorrência capitalista ainda conseguia postergar os efeitos desta contradição, por meio da redução de preços e a consequente manutenção de uma capacidade de consumo, com o advento da fase monopolista isto se torna inviável. As associações entre os empresários, que eliminou a concorrência,

exerceu o controle sobre os preços, enquanto mantinha a sua mesma fome por maiores lucros (que significava um contínuo incremento na composição orgânica do capital). Desta forma, o empobrecimento da classe trabalhadora agora se chocava com a impossibilidade da sua reprodução física, já que os preços dos seus itens de consumo iam na contramão dos salários. O resultado lógico desta relação, em conjugação com outros fatores, como a concorrência no âmbito internacional, foi uma queda no consumo, que redundou na primeira grande crise do capitalismo, de 1873.

Esta crise marcou o início de uma era frutífera para o sistema de monopólios. Com efeito, foi um momento em que o capitalismo ao mesmo tempo criou situações favoráveis e também se aproveitou de momentos de grande oportunidade. Tomando a liberdade de acrescentar alguns fatores para o sucesso do sistema de monopólios, aos já elencados por Baran e Sweezy¹⁴⁹ (1974), é provável que a perpetuação do capitalismo, e a sua não implosão, tal qual foi profetizada por Marx, tenha se dado pela conjugação dos seguintes fatores, todos eles com uma estrutural modificação nos determinantes da produção espacial e na interação das relações sociais e econômicas com relação ao seu espaço geográfico. São eles:

- 1) Novas abordagens científicas e tecnológicas de criação e absorção do excedente produtivo:
 - a) Por meio da organização racional da produção e da própria administração – o que leva a introdução do regime de acumulação fordista, e posteriormente o modelo flexível;
 - b) A adoção de um paradigma inovativo, uma cultura do empreendedorismo, nos moldes das “inovações que marcaram época”, elencadas por Baran e Sweezy (1974);

¹⁴⁹ De acordo com Baran e Sweezy (1974), o capitalismo monopolista somente superou a sua situação de relativa estagnação no final do século XIX graças às “inovações que marcaram época”, um conjunto de invenções paradigmáticas (máquina a vapor, a estrada de ferro e o automóvel) e às guerras mundiais e suas repercussões.

- 2) Abordagens relacionais de absorção do excedente produtivo. Este item diz respeito principalmente às formas que a economia encontra para superar as adversidades históricas e as suas consequências, tais como os movimentos de classe, as crises econômicas e as guerras mundiais (este último considerado por Baran e Sweezy). Estas três dimensões levam ao entendimento de que o Estado pode ter um papel fundamental, não apenas na regulação de um nível ótimo de demanda e de reprodução social da classe trabalhadora, como também de intermediação entre os diversos setores econômicos, como a produção, a distribuição, o consumo, a relação com sindicatos, os exércitos de reserva, a diplomacia comercial, reduzindo, deste modo, barreiras e criando espaços geográficos de intermediação.

O primeiro destes fatores diz respeito ao conjunto de modificações nos padrões e métodos administrativos, com base nos preceitos e orientações de duas obras fundamentais: *Os princípios de administração Científica*, de Frederick Winslow Taylor (publicada em 1911), e *Administração Industrial e Geral*, do francês Jules Henri Fayol (publicada em 1916). De acordo com a obra de Taylor, administrar deixa de ser uma mera técnica ao sabor do acaso e dos incentivos e práticas subjetivas. Gerir uma empresa e uma indústria significa, principalmente, ordenar racionalmente, com base em critérios científicos e no estudo das atividades e das subrotinas, bem como no tempo de execução de cada uma. Desta forma, o conhecimento da engenharia, que antes era empregado no desenvolvimento nas máquinas da produção, passa a ser direcionado para a linha de produção e na sua relação com o trabalhador, de modo a promover uma “organização racional do trabalho”. Em suma, tratava-se, de uma forma de organização que objetivava fracionar o trabalho nas suas várias etapas de execução, desmembrando a sua utilidade, para que sejam verificadas as tarefas menos importantes (visando a sua eliminação, se possível), as tarefas que mais agregam valor (mais-valor) e tarefas que possam ser simplificadas ou condensadas em outras. Já a teoria de Fayol, que teve mais aceitação na Europa do que a de Taylor, diz respeito ao aspecto gerencial, e a forma como os

supervisores e demais cargos diretivos agiam com relação aos seus subordinados (HARVEY, 1993).

A efetiva aplicação prática dos princípios de Taylor veio com Henry Ford, o fundador da construtora de automóveis *Ford Motor Company*. Apesar de não ter introduzido nenhuma novidade em termos de organização corporativa, as modificações postas em prática por Ford, foram profundas porque afetaram diretamente a produção (introduzindo o conceito de produção padronizada, de massa), o consumo (também de massa) e uma articulação entre estas duas esferas (HARVEY, 1993). Com efeito, é justamente esta última abordagem, quem efetivamente teve, e ainda tem, o poder de alterar um padrão de urbanização em todas as suas esferas. Segundo Harvey,

O que havia de especial em Ford (...) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (1993, p.121).

Foi exatamente esta visão de que a produção poderia atuar não apenas sobre o consumo, mas também orientar a um padrão específico de sociabilidade que permitiu a adoção da jornada de oito horas, o salário de cinco dólares por dia, a avaliação psicossocial¹⁵⁰ que realizava em seus empregados, ou mesmo a indução de um padrão específico de consumo (de austeridade), aliada a funcionalidade de uma linha de produção de tivesse uma única cor, a preta. Em termos produtivos, a principal inovação de Ford foi a criação de um sistema de “esteiras” que conduziam os materiais e o produto semiacabado até o respectivo trabalhador, evitando a necessidade do seu deslocamento pela linha de montagem. Além disso, as peças e ferramentas seriam padronizadas e adequadas a este novo modelo de fabricação, o que significou uma grande oportunidade para o

¹⁵⁰ “Em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ (...) para ter certeza de que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e ‘racional’ para corresponder às necessidades e expectativas da corporação” (HARVEY, 1993, p.122).

capitalismo recuperar os ganhos de produtividade do trabalho que em termos relativos ia perdendo espaço para o maquinismo.

Ainda de acordo com os princípios da administração científica, Ford colocou em prática o conceito de verticalização das linhas de produção, na qual a maioria das etapas de fabricação era realizada pela mesma indústria, reduzindo a fragmentação do processo produtivo entre diversos parques equidistantes. Este conceito acirrou ainda mais o movimento de concentração e centralização industrial, com óbvios reflexos sobre a esfera urbana. Contudo, esta nova visão empresarial exigia grandes somas de investimentos, o que tornava essencial uma relação ainda mais estreita com o sistema financeiro e de crédito. Além disso, a fragmentação produtiva, a despeito de suas vantagens em termos de custos, provocou a queda da qualidade na produção, em função da baixa especialização exigida para a mão-de-obra, que agora só executava tarefas rotineiras e de baixa complexidade. Isto, por seu turno, redundou em uma grande rotatividade, o que provocava um contínuo fluxo entre o mercado de trabalho e os exércitos de reserva. Esta relação revelou a importância de se tê-los sempre por perto, prontos para qualquer necessidade da indústria (HARVEY,1993).

Contudo, este modelo produtivo, que teve pouca aceitação no início do século XX, principalmente no resto do mundo, teve seu momento de virada nos acontecimentos históricos e nas “alianças”, que deram um novo ânimo ao capitalismo monopolista. Com efeito, este século é conhecido pela sua grande movimentação política, econômica e bélica. Foram duas guerras mundiais, várias revoluções socialistas pelo globo, o surgimento de um movimento sindical, de movimentos que extrapolavam a visão puramente classista, como o feminismo, uma dúzia de crises econômicas, sendo uma delas, a de 1929, a maior experimentada até então pelo capitalismo e combustível ideológico para a segunda grande guerra.

Foi este caldeirão borbulhante de acontecimentos históricos, que nas primeiras décadas do século XX apresentavam a planificação e a racionalidade como o *estado da arte* das decisões públicas e privadas, que por sua vez

simbolizou o início do fim da “modernidade”, o substrato inicial da “crítica” pós-moderna. Além disso, esse processo de ruptura culminou, tanto no campo ideológico da direita, quanto da esquerda, com o abandono das suas fileiras originais, sob a insígnia de uma pretensa liberdade criativa. Foi exatamente esta sucessão de turbulências que deu uma energia renovada ao capitalismo como, por exemplo, o *New Deal* nos Estados Unidos, após 1933, e as duas grandes guerras, a primeira de 1914 a 1918, a segunda, de 1939 a 1945, bem como suas consequências¹⁵¹ (BARAN & SWEEZY, 1974). Esta renovação, por seu turno, tinha como pressuposto básico a mundialização do fordismo, de modo que este passasse a ser um regime paradigmático de acumulação. Já o pano de fundo de todos estes acontecimentos históricos, sejam guerras ou respostas às crises, é o papel assumido pelos Estados, como agente regulador e de suporte, basicamente por meio da utilização do fundo público e da modificação de sua estrutura legal e normativa.

No período de crises do capitalismo, as respostas do Estado, que sempre sai em seu auxílio, muitas das vezes são tidas como respostas amargas e algumas até atraem forte oposição. Contudo, nas guerras o âmbito da atuação do Estado geralmente adquire um aspecto semelhante ao das crises, e nem por isso as suas posturas deixam de ser encaradas com relativa naturalidade por parte do capital monopolista. Desta forma, a racionalidade exigida após a crise de 1929, orientou-se pela doutrina keynesiana, com forte apelo na intervenção estatal, via

¹⁵¹ Para estes autores, a guerra tem um papel fundamental na absorção de excedentes porque atua da seguinte maneira: “Durante a fase de combate, a procura militar naturalmente cresce muito; os recursos são transferidos para os setores da economia a ela ligados (...). No caso de bens duráveis para uso civil (...) a produção pode mesmo ser paralisada completamente, extraindo-se mais ‘serviços’ dos estoques existentes (turnos múltiplos, formação de pools para utilização de automóveis, duplicação da capacidade habitacional, preservação do equipamento industrial mesmo depois da época em que normalmente seria jogado no ferro velho, etc.) As fábricas existentes modificam-se para a produção de guerra, canalizando-se da mesma forma para ele a maior parte dos novos investimentos. Reduz-se a construção civil ao indispensável aos operários da indústria de guerra e ao pessoal militar. Em resumo, não só a produção total cresce nos limites estabelecidos pelos recursos disponíveis, mas também toda a estrutura da vida econômica é drasticamente alterada. Com exceção dos fornecimentos militares e da capacidade de produzi-los, a riqueza reproduzível da sociedade tendia a retrair-se, enquanto o crescimento populacional acentuava as deficiências e a escassez. (...). Até certo ponto, este acúmulo da procura pode ser suprido pela transformação da utilização militar das fábricas em utilização civil. Mas grande parte do investimento anterior na produção de material de guerra é especializado demais ou imprópriamente localizado para utilização civil. Terá que ser considerado, portanto, inutilizado. Criam-se, desse modo, mercados para investimentos que poderão absorver, por muitos anos, quantidades imensas de excedentes” (BARAN & SWEEZY, 1974, p.223-224).

endividamento público, para alcançar o pleno emprego, o investimento produtivo e retomar o consumo. Em muitos casos, como nos Estados Unidos, políticas públicas como pensões, complementação salarial, seguro desemprego, saúde, educação, eram utilizadas como moeda de barganha para que os trabalhadores se adequassem as exigências da produção fordista (HARVEY, 1993).

A materialização desta centralização acelera a marcha rumo à urbanização e marca a face das cidades sob sua influencia. O capitalismo em sua versão concorrencial já procurava criar e apropriar-se de espaços, principalmente nos grandes centros urbanos, adaptando-os, as suas características e necessidades. Estes espaços, por seu turno, já possuíam uma série de características próprias que refletiam seu passado e acúmulo histórico. A cidade pode ser moldada aos imperativos econômicos, mas não podemos afirmar o mesmo dos indivíduos e grupos que nela já residiam, o que fez com que surgissem novas e profundas contradições e reforçou as já existentes. Desde os primórdios da industrialização os problemas decorrentes desta adaptação forçada já se observavam, cabendo ao estado exercer a função de válvula de escape de uma força dialeticamente contrária a da exploração, mas que tradicionalmente já era reprimida. O capitalismo monopolista multiplica a contradição fundamental das cidades: o fato de que um espaço delimitado encerra o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e dissemina a pobreza e a exploração para a maioria de sua população. Cabe ao Estado agora criar mecanismos mais ágeis e flexíveis de aliviar uma pressão cada vez maior. De acordo com Lojkin,

A autonomização e a nova mobilidade dos capitais monopolistas vão determinar formas bem mais flexíveis de intervenção jurídica do Estado: planificações e programações urbanas flexíveis, adaptadas às exigências do desembarço rápido do capital monopolista, socializações seletivas do solo (concessões, e preempções públicas...) que permitem expropriar a pequena propriedade não monopolista em benefício exclusivo dos usuários monopolistas (1981, p.170).

Mas para que o fordismo fosse aceito e legitimado em culturas tão díspares com formas de atuação estatal tão diversas, ele deveria se tornar, mais do que um regime de acumulação, e sim um modo de vida, cujos laboratórios seriam a cidades por meio de suas culturas urbanas. Para Harvey,

Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura que muitos neoconservadores como Daniel Bell mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalistas. O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica), e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial (1993, p.131).

O processo de suburbanização de muitas cidades do capitalismo avançado e mesmo do periférico tem uma vinculação tanto com a referida cultura de consumo de massa, quanto com uma inovação paradigmática em particular (uma das principais responsáveis pelo sucesso do capitalismo monopolista), com base na definição de Baran e Sweezy (1974): o automóvel. A suburbanização promovida por essa inovação se mostrou um eficiente modelo de produção / apropriação espacial, que por meio da compressão espaço-temporal proporcionada pelos meios de transporte de alta velocidade, permitiu a expansão da esfera urbana e comercial a distâncias maiores em relação aos núcleos industriais. Este surto automotivo impulsionou uma série de outros setores industriais, tais como o de combustíveis fósseis, de matérias primas para a produção dos veículos, de rodovias, de matérias primas para a construção de residências, bem como estimulou o mercado residencial e a ampliação do comércio de varejo, por meio de centros comerciais e shopping centers. Os chamados “surto automotivos” só foram interrompidos pelas crises e pelos conflitos militares, funcionando como uma espécie de regulador das taxas de absorção de excedentes em períodos de estagnação econômica (BARAN & SWEEZY, 1974).

São bastante conhecidos os efeitos do segundo pós-guerra relacionados à prosperidade econômica, o papel do Estado na manutenção do pleno emprego, o Estado de bem-estar social, os anos gloriosos do capitalismo de moldes keynesianos. Mas outro aspecto de fundamental importância tanto em termos de

urbanização, quanto como novo ânimo para o capitalismo monopolista, foi a sua internacionalização, que impôs um tipo específico e unificado de produção, de corte fordista, bem como um padrão de crescimento e planejamento urbanístico. Segundo Harvey,

O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. De desenvolvimento lento fora dos Estados Unidos antes de 1939, o fordismo se implantou com mais firmeza na Europa e no Japão depois de 1940 como parte do esforço de guerra. Foi consolidado e expandido no período do pós-guerra seja diretamente através de políticas impostas de ocupação (...) ou indiretamente por meio do Plano Marshall e do investimento direto americano subsequente. Este último, que começou aos poucos nos anos entre guerras, quando as corporações americanas procuravam mercados externos para superar os limites da demanda efetiva interna, tomou impulso depois de 1945. Essa abertura do investimento estrangeiro e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo (1993, p.131).

Estas duas situações, tanto da exportação forçada do fordismo quanto da abertura comercial expuseram algumas questões e consequências que merecem consideração em qualquer estudo que se faça a respeito deste processo: inaugura-se, a partir da segunda guerra mundial, um período de intensa e contínua insegurança militar, em grande medida criada e disseminada pelos Estados Unidos, por meio da sua política internacional de *Warfare* (estado contínuo de guerra) e de polarização militar em diversos conflitos do globo¹⁵². Normalmente isto se dá por meio da instituição de um “inimigo global comum”, no caso o comunismo, o terrorismo, ou pela intervenção militar direta em nações periféricas sob o pretexto de protegê-las de um rival comum. Desta forma estes países ficariam condicionados a aceitar determinados acordos de parceria, seja via empréstimos bancários, fornecimento de suprimento militar, apoio financeiro, alimentos, medicamentos, logística, ajuda humanitária, entre outras modalidades,

¹⁵² Como a Coréia (1950-1953), Vietnã (1955-1975), Egito (1956), Líbano (1958), Tailândia (1962), Cuba (1962), Congo (1964, 1967), Irã (1980), Líbano (1982-1983), Golfo Pérsico (1987-1988), Arábia Saudita (1990), Iraque, Afeganistão, Síria, apenas para citar alguns poucos conflitos.

em troca de abertura comercial, ingresso de capital estadunidense com facilidades fiscais e tributárias e acordos de exclusividade comercial.

Um exemplo bastante emblemático deste tipo de “auxílio” foi o Plano Marshall, de reconstrução da Europa após a segunda guerra mundial, que além de uma oportunidade para os Estados Unidos lucrarem com uma guerra que para eles já tinha sido relativamente cômoda¹⁵³, representava uma grande possibilidade de abertura do mercado europeu aos produtos estadunidenses, o que incluía matérias primas das suas colônias¹⁵⁴. Deste modo, as remessas dos Estados Unidos, mesmo que sob o selo da doação, retornava ao território estadunidense, uma vez que era inteiramente condicionada a compra de mercadorias e a utilização de empreiteiras deste país. Robustecida pelo fim da guerra, e aparelhada internacionalmente por meio das instituições de *Bretton Woods*, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Fundo Monetário Internacional – FMI, como organismos máximos da planificação econômica comandados pelos Estados Unidos, o capital monopolista dava passos largos a um novo modelo de imperialismo, no qual agora as grandes corporações são quem efetivamente ditam as regras, e realmente detêm o poder político e econômico a nível mundial. E nesta nova ordem, o papel proativo dos Estados, por meio de mecanismos de planificação econômica e urbana, e pela instituição de um sistema de insegurança permanente (de guerras, cobate ao crime, as drogas, ao terror, ao comunismo), mantém a marcha da acumulação firme e constante.

Isto posto, estamos agora diante de um novo problema com relação ao desenvolvimento urbano dos países do capitalismo periférico, que é o efeito da abertura arbitrária de suas economias ao capital estrangeiro predatório, e aos efeitos desta relação de implante em um processo de organização espacial totalmente diferenciada dos capitais estrangeiros. Com efeito, o capital monopolista multinacional trouxe a baila uma nova forma de relação

¹⁵³ Levando em conta o nível de envolvimento dos soviéticos. Os estadunidenses decidiram entrar definitivamente na guerra quando esta já estava praticamente decidida em favor da União Soviética.

¹⁵⁴ O urânio utilizado pelos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki veio das usinas no Congo Belga.

interespacial, na qual a relação centro-periferia passa a se estruturar por meio de uma nova divisão internacional do trabalho, e de uma exploração / produção de mais-valia, a nível internacional.

De todas as inovações e formas de absorção de excedente (ou de evitar a desvalorização de capitais) citadas por Baran e Sweezy (1974), a mais poderosa já que engloba todas as demais, é a internacionalização do capital monopolista, como clara expressão de um novo imperialismo, agora estadunidense. Esta nova fase teve um impacto tão violento e disruptivo, para o resto do mundo quanto a revolução industrial teve para os recém-saídos do campo, e para muitas cidades inglesas¹⁵⁵, que a exceção de Londres, não tinham uma estrutura urbana que pudesse dar vazão a tamanha modificação de sua paisagem geográfica. A diferença é que agora as consequências são ainda mais profundas e danosas, porque elas não afetam somente um determinado local, dilapidando assim seus recursos, como ocorria no período colonial. Agora elas têm o potencial de interferir no seu estágio de desenvolvimento econômico e social, acirrando as desigualdades internas, o caráter exploratório do trabalho, desagregando e impedindo o desenvolvimento das suas estruturas urbanas e tornando seus Estados subservientes aos ditames do capital estrangeiro.

De fato, esta situação não é exclusiva do monopolismo ou do imperialismo estadunidense. Em seus primórdios, o capitalismo já combinava formas diferenciadas de acumulação, diferentes graus de divisão social do trabalho, situação esta que se mostrava lucrativa para os países do capitalismo central, principalmente em se tratando de suas colônias. Vejamos como Marx, ao mencionar a questão da divisão do trabalho e do seu caráter territorial nos dá uma

¹⁵⁵ Engels assim descreve a dimensão da ruptura que a revolução industrial significou para a sociedade inglesa, em termos econômicos, sociais, culturais e de modificação de sua paisagem geográfica. Segundo ele, “Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores. Agora, a Inglaterra é uma nação em tudo diferente, com outros costumes e com necessidades novas (ENGELS, 2010, p.58).

pista do que viria a ser a nova divisão territorial do trabalho, e o que poderíamos chamar de um novo colonialismo. Segundo ele,

A ampliação do mercado mundial e do sistema colonial, que integram as condições gerais de existência do período da manufatura, fornecem a este último um rico material para o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade. Não cabe aqui prosseguirmos com a demonstração de como essa divisão se apossa não apenas da esfera econômica, mas de todas as outras esferas da sociedade, firmando por toda parte as bases para aquele avanço da especialização, das especialidades, de um parcelamento do homem... (MARX, 2014, p.428).

Marx dá pistas interessantes de como este processo se daria em uma escala ampliada e em nível internacional, mesmo que sua passagem trate ainda de um estágio muito anterior ao do monopolismo. É uma pena que tenha prosseguido com a referida ressalva, não indo adiante com a demonstração de como tal divisão se apossaria das esferas econômica e social. Entretanto, com base na análise empírica da realidade desta nova divisão internacional do trabalho, podemos verificar como esta se relaciona perfeitamente com os reflexos sobre as esferas particulares dos países deste novo colonialismo, bem como sobre os resultados disto em termos de desenvolvimento econômico e social.

Seria curioso pensar numa situação hipotética em que as indústrias do capitalismo central, decidiram realizar uma reversão tecnológica nas suas indústrias, voltando a utilizar mão-de-obra ostensiva em mercados altamente mecanizados. Os custos saltariam na razão inversa da produtividade, o que certamente seria catastrófico no estágio atual do capitalismo. Mas quando pensamos nas indústrias terceirizadas de países como a China, a Índia ou mesmo Bangladesh, que fabricam produtos para abastecer o mercado doméstico do capitalismo central, não nos surpreendemos com o fato de que possuem uma baixíssima composição orgânica do capital. De fato, as condições de trabalho, em muitos casos são piores do que as observadas no início do capitalismo concorrencial, em que nem se cogitava a implementação de algum regime racionalizado de produção, como o fordismo. A produtividade também é bastante aquém da auferida com a mecanização. Porque então, se com base em tudo o que foi abordado até aqui, no qual apontou-se uma progressiva mecanização da

produção, introdução de novas técnicas e tecnologias de aumento da produtividade e regimes padronizados de produção, nestes países se observa justamente o oposto? A resposta é que os custos de produção, em sua maior parte salários, são tão baixos que compensam, e muito, a menor produtividade obtida. A mais-valia é consideravelmente maior do que a auferida nos países de origem destes capitais. É praticamente uma versão moderna dos saques às colônias.

Baran e Sweezy citam uma previsão realizada pro Fred J. Borch, presidente da General Electric Corporation, na década de 1960, a respeito da grande oportunidade de lucros observada com a expansão das operações em territórios estrangeiros, principalmente nos países periféricos: Segundo ele,

A despeito dos altos e baixos econômicos ou políticos, os mercados de expansão mais rápida estarão no exterior nos próximos 25 anos. Contra tal pano de fundo, levantamento das firmas americanas no exterior revelou principalmente: 1. As vendas estrangeiras das companhias dos EUA estão aumentando muito mais depressa do que suas vendas no país de origem. Com frequência os lucros percentuais são três ou quatro vezes maiores; 2. As taxas de lucro no exterior são geralmente mais elevadas do que em atividades semelhantes nos Estados Unidos. Muitas firmas informam um lucro percentual “duas vezes mais elevado do que na América”. A maioria delas cita baixos salários no exterior – e menor concorrência; 3. Os mercados estrangeiros podem habitualmente ser melhor explorados por uma operação local ao invés de exportações dos Estados Unidos. Uma fábrica no exterior pode evitar tarifas e outras barreiras erguidas contra as exportações americanas (BORCH apud BARAN & SWEEZY, 1974, p.200).

A internacionalização do capital monopolista, além de justificar uma série de atitudes por parte dos países do capitalismo central, tais como a utilização de influência política e econômica, tanto por parte das próprias corporações, dos governos e das agências internacionais, também se vale da coação e da intimidação pela força militar, em que o exemplo mais clássico disto é a caça ao comunismo iniciada com o fim da segunda guerra mundial. Além das incursões militares já mencionadas, o uso do terrorismo de Estado se torna também uma prática comum de influência territorial, como foi o caso do apoio e do financiamento das ditaduras pelo mundo, do assassinato sistemático de adversários políticos, como o caso de Salvador Allende no Chile, a Operação

Condor¹⁵⁶, na América do Sul, as tentativas de golpe de Estado como as ocorridas em Cuba¹⁵⁷, para citar poucos exemplos. O motivo claro e explícito de todas estas operações não são princípios de liberdade, ou assegurar direitos (a exceção de direitos de propriedade), mas simplesmente o de evitar a expansão do capitalismo monopolista, que seria inteiramente obstaculizado pelos regimes socialistas, cujo caso emblemático é o de Cuba¹⁵⁸.

O final do século XX chegou, e com ele, mais uma vez a constatação de que os benefícios da chamada globalização do capital, da acumulação em bases internacionais seriam para poucos. A crise dos anos 1970, para O'Connor (1977), sinaliza uma crise fiscal do Estado, que não tem mais capacidade para sustentar um círculo vicioso (de desemprego, insegurança social, desagregação) promovido pelo capitalismo monopolista. Esta análise sustenta que o monopolismo sobrevive por meio da apropriação privada e seletiva dos seus lucros, enquanto busca, cada vez mais, a socialização de seus custos. Isto provocou uma clivagem nas análises sobre o problema fiscal do Estado: de um lado aqueles que achavam que o Estado era verdadeiro culpado pela crise, pelo seu inchaço e inoperância, provocando assim um enrijecimento do capitalismo; do outro, a corrente a qual nos somamos que se baseia no princípio de que o sistema capitalista em si é tendente a predação e às crises, no qual o monopolismo é apenas uma (a mais aguda) das suas expressões.

¹⁵⁶ Operação militar e de inteligência ocorrida entre a década de 1970 e 1980, apoiada pelos Estados Unidos (logística, tecnologia, consultoria e treinamento), que contou com a participação de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O objetivo desta operação era combater os opositores dos regimes militares e as células de esquerda e de tendências comunistas ou anticapitalistas.

¹⁵⁷ Como a Operação *Mongoose* (que basicamente procurava formas de eliminar Fidel Castro) e a tentativa de invasão à Baía dos Porcos, ambas em 1961.

¹⁵⁸ “A história recente da *Standar Oil* de Nova Jersey nos proporciona ainda um exemplo didático da razão pela qual as empresas multinacionais são profundamente hostis à difusão do socialismo. Antes da Revolução Cubana, a Jersey Transacionava ativamente em Cuba, de várias formas. Disponha de instalações de refinaria na ilha e operava um amplo sistema de distribuição, com propriedades avaliadas em 62.269.000 dólares. Além disso, a subsidiária cubana da Jersey comprava o seu petróleo cru da Creole Petroleum, subsidiária venezuelana da Jersey, aos altos preços mantidos pelo cartel petrolífero internacional. Portanto, a companhia colhia lucros em dois países e em três operações separadas (...). Em consequência da Revolução, as propriedades da companhia em Cuba foram nacionalizadas sem indenização e a Creole perdeu o seu mercado cubano” (BARAN & SWEEZY, 1974, p.200-201).

A primeira via desta clivagem é a da suposta crítica “capitalista dentro do capitalismo”, a da economia ortodoxa, dos analistas de mercado, da social democracia, dos neoconservadores e neoliberais, que sabem da existência de um problema real, mas que nunca irão relacioná-lo ao próprio modo de produção capitalista, tratando de justificar seus defeitos e falhas graves com base na forma de atuação do Estado. Para eles, portanto, o enrijecimento dos mercados e do fordismo como um todo, com suas taras por investimentos em capitais fixos de longo prazo é culpa de um racionalismo estatal excessivo, de corte keynesiano, que além de ter direcionado recursos a finalidades não produtivas (como os gastos em bem-estar), induziram à rigidez dos mercados e das empresas, tornando-as incapazes de agir em momentos de turbulência. Além disso, favoreceram a proliferação de estruturas sindicais inchadas e inflexíveis (MANDEL, 1990).

Esta crise fiscal tem uma relação profunda com a dimensão espacial e urbana. E é este descolamento espaço-temporal, que junto com a contradição fundamental (socialização dos custos versus apropriação privada dos lucros) produzem as crises. Neste sentido, a questão da superprodução, do subconsumo, da desvalorização, não meros reflexos dessas contradições, que por sua vez também são reflexos de questões ainda mais profundas abordadas por Marx, como a Lei da queda tendencial da taxa de lucro e a Lei geral da acumulação. Nesta sucessão de becos sem saída que o capitalismo se coloca, a busca constante por novas formas de compressão espaço-temporal, inovações tecnológicas que possam absorver excedentes e aumentar a produção levou também a criação de inovações não apenas do campo da tecnologia, mas também do campo da estratégia econômica, da financeirização e das táticas de evasão fiscal. Todas elas tentam empurrar ao máximo o problema “pra frente”, prolongando a ocorrência das crises, e nesta sanha, acabam agravando ainda mais o problema quando este ocorre (MANDEL, 1990).

Vejamos agora como a questão das diferenças espaciais e temporais e entre os níveis de desenvolvimento podem ampliar ainda mais as contradições do capitalismo, culminando com situações cada vez mais insuperáveis. Cada nação do mundo possui o seu espaço e o seu tempo particular. As suas sociedades tem

uma característica específica, assim como a divisão social do trabalho, o grau de especialização e produtividade, a contradição entre capital e trabalho (com suas especificidades e intensidades particulares), e formas estatais específicas de atuação, de acordo sua base tributária e seus regimes fiscais. Cada nação já tem que lidar com as suas contradições internas, que são muitas sob o capitalismo. A internacionalização do capital, por meio do monopolismo já fez com que, principalmente nas nações periféricas, tais disparidades agora tivessem que conviver com uma realidade intrusiva, que absorve os recursos dos seus Estados, que modifica e destrói sua paisagem geográfica, dilapida seus recursos naturais, para em seguida, retirar parte do fundo publico que foi direcionado para a sua produção e redirecioná-lo para as nações centrais. Os problemas domésticos, frutos do capitalismo, agora se somam a novos problemas, frutos do monopolismo, que por sua vez clamam por recursos do Estado. Socializam-se, portanto, os custos desta nova modalidade de exploração. Mas grande parte dos lucros destas novas operações não é socializada, retornando a seus países de origem num circulo vicioso que atinge um momento de definição na ocasião das crises.

A diversidade, a assincronia de outros tempos, que em parte tinham “reduzido a amplitude das recessões”, segundo Mandel (1990, p.10), agora conduzem o mundo num novo ritmo sincrônico ditado pelos monopólios. O compasso e a dimensão da contradição *socialização dos custos versus apropriação de lucros* agora atinge contornos globais, enquanto suas consequências e formas de mitigação são nacionais. São os estados e as sociedades de cada país quem tem que lidar com as consequências dessa contradição, sendo que cada um possui formas e poderes diferentes para lidar com ela¹⁵⁹.

Mas nenhum destes movimentos impede outro ainda mais inexorável: o da redução das taxas médias de lucro. Esta constatação, que sempre imprimiu ao

¹⁵⁹ Entre as diversas formas que o Estado encontra para postergar os efeitos recessivos estão a expansão do crédito, a expansão da base monetária, o endividamento público e a consequente emissão de títulos públicos, a criação de empresas públicas para ajudar a financiar as despesas sociais (O’CONNOR, 1977).

capital todo o seu conhecido dinamismo e ambição, até que se chegasse ao estágio monopolista mundializado, foi também a mesma que fez com que o capital industrial e financeiro procurasse, sempre que possível, opções mais lucrativas, no menor período de tempo (menor tempo de circulação), com menores riscos e menores necessidades de aportes de capital. O capital agora além de ser rentável precisa ser ágil a ponto de, a qualquer momento, poder ser redirecionado para novas aplicações mais lucrativas, que são as características que definem este momento, principalmente a partir da década de 1960 como a era da financeirização da economia.

Este fenômeno, caracterizado como o processo pelo qual a esfera financeira passa a ter o protagonismo nas relações comerciais (o que de forma alguma suplanta a indústria, que passa a ser o suporte concreto da esfera financeirizada), tem como marcos o fim do acordo de Bretton Woods¹⁶⁰, em 1971, a crise recessiva e fiscal da década de 1970, os choques do petróleo (1973 e 1979), o fim do bloco soviético, a ascensão da ideologia neoliberal cuja bandeira incluía a desregulamentação financeira, a explosão dos Fundos de pensão¹⁶¹, da especulação com o mercado de derivativos¹⁶², os fundos mútuos ou clubes de investimentos¹⁶³, entre outras modas especulativas que se tornaram uma verdadeira febre em termos de opção de investimentos. O sistema de crédito também foi bastante robustecido nesta época, e passou a haver uma vinculação com o mercado especulativo, fato este que define e preferência entre muitos países pelos créditos hipotecários (com garantia nos próprios imóveis). Não se trata, entretanto de crédito voltado para o setor produtivo, mas de crédito para retroalimentar o próprio sistema financeiro-especulativo, com base na

¹⁶⁰ Em 15 de agosto de 1971, o então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon anulou a conversibilidade do dólar em ouro, uma vez que suas reservas estavam praticamente esgotadas. Esta medida encerrou o sistema de câmbio atrelado ao dólar.

¹⁶¹ Entidades administradoras de fundos e contribuições de previdência complementar.

¹⁶² São operações financeiras no qual se transacionam ou se especulam com relação ao valor futuro de um determinado ativo (câmbios, commodities).

¹⁶³ Também chamados de fundos mútuos, são grupos de investimentos coletivos, de pessoas físicas, com o mesmo perfil de investimento e que são administrados por uma mesma empresa gestora. Muito populares nos Estados Unidos, principalmente com o advento das tecnológicas informáticas, foram um grande impulso à popularização de uma cultura de investimento e especulação.

urbanização. Para se ter uma ideia da mudança no grau de endividamento médio familiar neste período,

Nos EUA, em 1980 a dívida agregada familiar média era em torno de 40 mil dólares (...) mas agora é cerca de 130 mil dólares para cada família, incluindo hipotecas. As dívidas familiares dispararam, o que demandou o apoio e a promoção de instituições financeiras às dívidas de trabalhadores, cujos rendimentos não estavam aumentando. Isso começou com a população constantemente empregada, mas no fim da década de 1990 tinha de ir mais longe, pois esse mercado havia se esgotado. O mercado teve de ser estendido para aqueles com rendimentos mais baixos. Instituições financeiras como Fannie Mae e Freddie Mac foram pressionadas politicamente para afrouxar os requerimentos de crédito para todos. As instituições financeiras, inundadas com crédito, começaram a financiar a dívida de pessoas que não tinham renda constante. Se isso não tivesse acontecido, então quem teria comprado todas as novas casas e condomínios que os promotores de imóveis com financiamento estavam construindo? O problema da demanda foi temporariamente superado, no que diz respeito a habitação, pelo financiamento da dívida dos empreendedores, assim como dos compradores. As instituições financeiras controlavam coletivamente tanto a oferta quanto a demanda por habitação! (HARVEY, 2011, p.22).

Uma grande inovação financeira surgida neste período, que é pouco discutida e divulgada pelos meios midiáticos e acadêmicos, até pela sua característica que beira ao absurdo, é o mercado dos seguros e resseguros (*securitization*). Ele se assemelha exatamente aos chistes realizados por Marx em sua descrição do capital portador de juros. Para ele,

Trata-se de capital que aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, do seu próprio incremento (...) esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento (MARX, 1986, p.293-294).

Esta modalidade se origina de uma operação normal de seguro. A diferença é que neste caso a securitização converte uma determinada dívida em um título negociável no mercado financeiro, sob o nobre argumento da divisão dos riscos de inadimplência – já que os empréstimos são concedidos indiscriminadamente. Estes títulos por sua vez, podem passar por diversos

intermediários, período pelo qual seus valores se multiplicam¹⁶⁴ pela quantidade de transações envolvidas. Estes novos comportamentos e estratégias de mercado são mais um fruto de uma sociedade que está no olho de um furacão. Esta fase, final do século XX, assistiu a desarticulação social, econômica e política dos países periféricos, que tiveram que lutar pela sua redemocratização e uma “segunda” independência; uma nova dinâmica espacial centro-periferia assume os contornos de uma metrópole global; movimentos reacionários se misturam a movimentos sociais progressistas; fortes movimentos sindicais enfrentam resistências pelo fim da organização dos trabalhadores; movimentos conservadores se confrontam com movimentos feministas, pelos direitos raciais, das minorias e de acesso à moradia; movimentos por um Estado mínimo se postam contra movimento por direitos, políticas sociais e urbanas universais. É, em suma, um colapso da visão tradicional de modernidade, de profundas decepções com relação que esta se propunha a ser (símbolo de rebeldia), com relação ao que ela se tornou (símbolo da racionalização). Desta queixa fundamental surge uma nova proposta de, literalmente, enxergar o mundo: o pós-modernismo.

2.6 -Pós-modernidade, tecnologias e novas relações de consumo.

Para que tenhamos uma compreensão correta do que seja a pós-modernidade, é importante que não se faça, primeiramente, uma confusão entre

¹⁶⁴ Isto explica o fato da crise dos títulos hipotecários de 2008, nos Estados Unidos, ter provocado o colapso do sistema financeiro da Islândia, a nacionalização de seus principais bancos e a queda de seu primeiro-ministro.

*modernidade*¹⁶⁵ e *modernismo*. Enquanto a primeira compreende um conjunto de transformações históricas estruturais, que inicia com o renascimento, passando pela ilustração, com seu ápice nas transformações da revolução industrial, a segunda (o *modernismo*), é uma corrente artística e estética iniciada no século XX, que poderia ser descrita como uma forma de contestação à perda das referências iniciais da modernidade (que deu lugar a um suposto racionalismo excessivo). Com efeito, o modernismo poderia ser descrito como um prenúncio do que viria a ser o pós-modernismo, quase um século depois.

Esta proximidade semântica, entre modernidade e modernismo fez inclusive com que se confundissem os princípios da segunda com os da primeira, como se depreende da passagem de Baudelaire que consta do início da obra de David Harvey (1993)¹⁶⁶, muito similar às próprias concepções do pós-modernismo, cuja característica principal é o “efêmero”. Ser moderno significava ser, antes de qualquer coisa, um inconformado, um indagador, um vanguardista, e mesmo um revolucionário, como tantos os que seguiram com o fim da idade média – até mesmo a burguesia, como descrito por Marx e Engels.

Mas tudo começou a mudar, de acordo com Alain Touraine (1994), quando isso descambou para o que ele chama de a “ditadura da razão e as perversões totalitárias do sujeito”(p.14). Para Touraine ela tornou-se um pouco daquilo que tanto tentou destruir. Ela “não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa”(p.17). Neste sentido, a crítica de Touraine é até correta, na medida em que observa as transformações pelas quais atravessa a sociedade moderna no século XX e as associa com a busca pela racionalização e a eficiência da produção em massa. Neste ponto “especificamente” a crítica pós-moderna é até acertada, pelos motivos que trataremos a seguir, quando analisaremos as características desta mudança. O problema é quando a crítica deixa de ser crítica (no sentido marxiano) para ser a crítica vazia, que leva,

¹⁶⁵ Este período da história, a despeito da sua grande relevância não merece mais prolongamentos, uma vez que seus marcos e princípios já foi abordados ao longo desta Tese

¹⁶⁶ *The Condition of Postmodernity*, de 1989. Tradução em português: *Condição pós-moderna* (1993).

inclusive, a ser alvo de chacotas e críticas bastante ácidas, como as de Terry Eagleton. Para ele,

ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo — para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de "políticas de identidade". Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura "elitista" e a cultura "popular", bem como entre a arte e a experiência cotidiana (1998, p.7).

Partindo da substanciosa análise que David Harvey faz da pós-modernidade, é importante que se faça uma ressalva sobre a sua influência no processo de urbanização e transformação das cidades. Se fosse permitido representar artisticamente o que significa o pós-modernismo, como crítica e mesmo complementaridade do modernismo, poderíamos defini-lo como sendo uma visão caleidoscópica da sociedade. De fato, o que de mais crítico esta visão apresenta em comparação com uma abordagem modernista é o rompimento com uma visão mais hermética e fechada, mesmo que em sua proposta “nietzschiana de destruição criativa” (HARVEY, 1993, p.26), para algo que se propõe a ser inclusiva, aberta e plural.

O curioso é que o pós-modernismo critica em grande parte uma sociedade sobre os ditames do capitalismo, de como deve ser a sua cidade, sua urbanidade, as relações entre os indivíduos, muitas delas válidas, como as questões identitárias, das diferenças, da pluralidade, mas não se aprofunda na sua análise. Na sua raiva pelo historicismo da modernidade a sua crítica somente espacializa estas questões, apenas as identifica, mas não as desconstrói, tarefa esta que é possível somente pelo exame histórico. O pós-modernismo confunde totalitarismo, uma das infelizes produções da modernidade, com a visão da totalidade, outra (feliz neste caso), de suas criações. Ao criticar a modernidade pela sua homogeneização termina por cometer os mesmos erros. Ela não busca

apenas resgatar o que de interessante a modernidade gerou, aprofundando-o, e problematizando sua relação com as novas questões postas pelo capitalismo financeirizado; do contrário não haveria a necessidade do prefixo “pós”.

O pós-modernismo surge “oficialmente” da década de 1970, mesmo com outras tentativas de salvar o fordismo, como a guerra à pobreza e a guerra do Vietnã (HARVEY, 1993). Os graves problemas fiscais, conforme visto anteriormente puseram o sistema em *xequê* e não havia mais nada que pudesse ser feito, a despeito do último lapso fordista, com a transferência de parques produtivos dos países centrais para os periféricos, como os países do sudeste asiático, América do Sul e Ásia (Índia, Paquistão, Bangladesh, China). São países com baixa regulação do trabalho e fiscalização, baixos salários, principalmente quando comparativamente ao dólar, a Libra, ou ao Euro, baixa mobilização sindical, com casos exploração do trabalho infantil, e reduzida carga tributária e jornadas de trabalho desumanas.

Portanto, a análise da acumulação flexível, como é chamado o novo regime de acumulação que passou a dar as cartas no capitalismo central, não pode se dar isoladamente. Ela faz parte de um contexto em que a participação dos países periféricos com seus estágios tecnológicos e legais particulares, é fundamental. Um padrão sistêmico não sobreviveria sem a existência de outro. É ingenuidade, ou visão míope, portanto, concluir que o mundo vive em um regime flexível, quando isto não ocorre com a grande maioria das estruturas produtivas mundiais. Este já é um dos muitos argumentos que põe em terra certas visões apocalípticas sobre o fim do trabalho, como as de André Gorz (1980), de Daniel Bell (1999), Alain Touraine (1971) entre tantos outros. Com a internacionalização do capital, fica cada vez mais difícil permanecer na análise “centrista”, que prioriza apenas os países centrais. Quando se estudam as origens do capitalismo, o seu desenvolvimento nas bases iniciais, este foco até possui certa validade, mas quando se analisam as transformações no mundo do trabalho, as quais pressupõem um desenvolvimento desigual pelo mundo, isso se torna inviável.

Mas quando analisamos, de fato, países do capitalismo central como os Estados Unidos abstraindo-se sua inserção no mercado internacional, apenas como forma de verificar os impactos da transformação do trabalho em seu território, temos a noção das mudanças que estão ocorrendo há quase cinquenta anos. Mas todo este movimento, alerta Harvey (1993), faz parte de um escopo muito mais amplo do que uma mera modificação nos arranjos produtivos. Trata-se de uma mudança no próprio modo capitalista, conforme apresentado anteriormente, no qual a necessidade constante e permanente de acumulação levou ao desenvolvimento estrondoso de uma nova esfera – a da financeirização. Além disso, a novo mantra do capitalismo agora é a “diversificação”, que com base nas inovações tecnológicas e informáticas da década de 1980, permitiram a criação de novos produtos, novos canais de comunicação, e novas tendências de consumo.

O capitalismo levou a tal ponto a sua capacidade de produzir em massa e com velocidade, que inaugurou o momento histórico da “produção de regimes de acumulação em massa”. Trata-se de uma brincadeira, afinal regimes de acumulação, de acordo com a concepção regulacionista, envolvem processos bastante complexos e historicamente demorados, como foi gradual a introdução do fordismo. Com efeito, englobam mudanças de ordem macroeconômica, no grau de desenvolvimento tecnológico e social dos fatores de produção, e do relacionamento entre todos estes elementos em uma realidade social, cultural, bem como formas burocrático-estatais desenvolvidas para intermediar todas estas conexões, instituindo dessa forma um novo modo de regulação, e não simplesmente um regime de acumulação (fordista, taylorista, toyotista, flexível) (LIPIETZ, 1991).

O maior equívoco nas tentativas de se tentar compreender o modelo flexível, como os tipos retratados por David Harvey (1993) e Ricardo Antunes (1995), é o de tentar restringi-los a meras manifestações das modificações nas práticas produtivas e, no máximo, em suas consequências em termos de novos padrões de consumo. O verdadeiro diferencial em tais análises podem ser extraídas dos estudos de Harvey (1993), que as percebe como sendo parte de um

escopo muito mais amplo. Trata-se, em primeiro lugar, de uma mudança na própria concepção de sociedade, na qual o termo “pós-moderno” ainda é o mais comumente empregado. Outras terminologias como “neoliberal”, ou simplesmente “capitalismo tardio” também poderiam ser utilizadas sem o prejuízo da análise, desde que tenham o mesmo escopo.

Contudo, a dimensão que efetivamente diferencia a realidade atual, da vivida em outros momentos históricos, é justamente o “tempo”. Não o tempo da crise da geografia, apesar de que há, de fato, uma relação. Não o tempo da história, tão propalada pela dialética marxista, mas o tempo da velocidade. O capitalismo em sua versão tardia é, essencialmente, o capitalismo do dinamismo, da pressa, da velocidade. E é exatamente esta “pressa” a responsável por todos os males econômicos e psicossociais que agora se somam aos problemas já inerentes ao próprio capitalismo e pelos novos problemas enfrentados nos centros urbanos. E mais uma vez é retornando aos princípios enunciados por Marx que temos a oportunidade de compreender efetivamente a fundo os princípios por detrás de todos os acontecimentos recentes. É voltando mais ao passado, que podemos resgatar o conhecimento da realidade mais atual. Mais uma vez é Marx quem dará, não as respostas, mas a compreensão do Capitalismo.

Retornemos, pois, aos “elementos e relações invariantes” de um modo capitalista de produção, propostos por Marx, e vejamos até que ponto esses elementos e relações estão onipresentes sob a superfície tênue e evanescente, sob as fragmentações e disrupções tão características da atual economia política. Como a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo, podemos esperar que algumas proposições básicas se mantenham (...) Referir-me-ei, em especial, a três características essenciais do modo capitalista de produção. 1. O capitalismo é orientado para o crescimento (...) 2. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção (...) Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. 3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro (...) a mudança organizacional e tecnológica (...) tem papel chave na modificação da dinâmica da luta de classes; (...) Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação,

a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo (HARVEY, 1993, p.164-169).

O capitalismo precisa acumular, e tem pressa pra isso. Para acumular com rapidez, logo, reduzir ao máximo o tempo de reprodução do capital, precisa criar tecnologias que permitam este salto quantitativo. Precisam ser tecnologias que atuem tanto na produção e na circulação quanto no consumo; precisam ser tecnologias que tenham impacto sobre a sociedade civil e a sociedade política (Estado); Não só a tecnologia, como a dinâmica do processo precisa ser tal que cause desagregação nas estruturas de classe, nos níveis de sociabilidade, na cultura, no comportamento, na política e todas as suas formas de expressão simbólica. Enfim, tais modificações precisam ser verdadeiramente estruturais e estruturantes.

As mudanças em termos de tecnologias produtivas se converteram no chamado “sistema de acumulação flexível”, que pressupõe, como o nome sugere, uma flexibilização nas relações produtivas e de exploração. Tudo deve convergir para um comportamento produtivo e corporativo adaptável, refletindo as oscilações no mercado, de metas e objetivos das corporações, de tendências, traduzindo, em termos financeiros, em uma maior “liquidez” para a organização. O mercado deve ser orientado à modas, tendências, a uma nova cultura de consumo disseminada pelos organismos de marketing (com forte vinculação com as artes, e mídias culturais) e relações públicas. As novas tecnologias devem ser igualmente flexíveis, de menor custo e investimento inicial. Os produtos devem se inserir em um escopo de obsolescência programada (substituição acelerada e durabilidade reduzida). As dimensões das mercadorias devem ser reduzidas e seus materiais de fácil descarte. As relações de consumo agora não terminam no ato da compra. Agora existem canais de relacionamento e integração com as cadeias produtivas e passam a existir sistemas de vendas casadas.

E a principal responsável por esta verdadeira revolução produtiva, que rejeita a alcunha de industrial, já que suas indústrias mudaram de endereço

(sudeste asiático, China, Bangladesh, entre outros) é justamente a ciência tão rechaçada pela teoria pós-moderna, pela sua preocupação anterior, com grandes temas da humanidade. Pois bem, a ciência agora também é flexível, absolutamente multidisciplinar, já que agora é, essencialmente, uma ciência do consumo urbano. As grandes corporações nunca exigiram tamanha especialização e treinamento, já que uma nova categoria profissional, a dos “colarinhos brancos” e dos supervisores e gestores a agora é fundamental no processo de dinamismo comercial e inovação. As companhias agora dispõem de setores de P&D (pesquisa e desenvolvimento), fazem grandes parcerias com universidades, principalmente nos países do capitalismo central¹⁶⁷. A administração científica de Taylor se tornou pequena e obsoleta diante de tamanha produção acadêmica voltada para a gestão de empresas, englobando agora, além da economia e da contabilidade, a psicologia, a sociologia, a matemática, a engenharia, a biologia, a robótica, e até mesmo a genética.

A despeito de ainda ser baseada no monopolismo, agora as grandes organizações estimulam a competição interna, a abertura de novos negócios, as *startups*, as incubadoras de empresas; e o monopólio agora assumiu a figura jurídica das *Holdings*, das grandes controladoras de múltiplas marcas, visando assim a diversidade de consumo, e o maior alcance possível de um mercado mutável, e alegadamente plural. A pluralidade, uma das principais bandeiras da pós-modernidade se converteu em uma grande oportunidade de lucros para o capitalismo. Não que a pluralidade não seja importante, mas a partir do momento em que apenas a questão estética da pluralidade, das identidades visuais, em detrimento de identidades objetivas e subjetivas é observada, esvazia-se seu caráter dialético, seu potencial revolucionário, transmutando-se em reacionarismo. O aspecto do consumo passa a estar tão internalizado na sociedade da pós-modernidade, que grandes conceitos como protagonismo, identidade, identidade cultural, resistência popular, cultura tradicional, cultura popular, raça, gênero, sexualidade, entre outros, passam a integrar, mesmo que inconscientemente a cadeia do consumo e de um modelo de acumulação que

¹⁶⁷ Nos países periféricos essa associação ainda é incipiente e muitas das vezes regulada pelo Estado.

passa a viver da existência perene do preconceito. Com efeito, a principal conquista do capitalismo tardio é minar completamente os mais profundos sentimentos de pertencimento a uma classe que é explorada, independente do lugar em que se situe na divisão social do trabalho.

Mudanças na sociedade e um novo paradigma de consumo

Os novos meios de comunicação física e de transmissão de informação típicas do século XXI, tais como a *internet*, os computadores portáteis, os meios de entretenimento e de informação, as tecnologias omnidimensionais¹⁶⁸ de reconhecimentos de padrões de consumo, as economias compartilhadas, entre outras, permitiram, como nunca antes na história, uma identidade quase simbiótica entre produção e consumo. É perfeitamente compreensivo que uma sociedade sob um paradigma produtor de mercadorias se torne uma sociedade de consumo (do contrário não existiria o capitalismo). Uma característica marcante das cidades, além de seus locais de moradia, de seus setores industriais, seus aparelhos públicos e privados de saúde e educação é a existência de um comércio. Mas o que diferencia o comércio urbano moderno do comércio das cidades anteriores à industrialização é que este se imiscuiu na cultura e na sociabilidade urbana. Torna-se praticamente impossível pensar no lazer, ou em algum tipo de expressão cultural ou mesmo de socialização que não envolva algum tipo de relação comercial.

Além disso, os bens de consumo de alta tecnologia (como o caso dos computadores portáteis, os *smartphones*¹⁶⁹, entre outros) converteram-se em

¹⁶⁸ O termo *omnidimensional* é comumente empregado para definir a capacidade de determinadas tecnologias, como de antenas e captura de imagens, de transmitir ou capturar dados em todas as direções (360 graus).

¹⁶⁹ *Smartphones* (telefones inteligentes em tradução literal) são tecnologias que conjugam microcomputadores com aparelhos telefônicos. São literalmente computadores de bolso, o que permite a sua utilização em diversas aplicações possíveis, desde o acesso a *internet* para o comércio até a utilização nas chamadas redes sociais. É uma inovação que, em termos de modificações de padrões de sociais e de comportamento, se compara à da invenção do automóvel, a despeito de seus reflexos sobre a estrutura espacial e sobre a esfera da produção ser reduzido. É Certamente a expressão cultural urbana mais ilustrativa do fetichismo da mercadoria, de indivíduos isolados e

poderosas ferramentas de otimização logística e de produção/reprodução exponencial do consumo. Com efeito, estas novas tecnologias, juntamente com os novos veículos de comunicação como a internet, tornaram-se poderosos instrumentos, ao mesmo tempo da chamada *compressão espaço-temporal*¹⁷⁰ (uma vez que se tornaram pontes virtuais entre o consumidor final e o mercado), e também uma forma tanto de viabilização de consumo direto, quanto de reprodução de uma cultura de consumo (baseada no culto à exposição pessoal, que basicamente é a exposição de seus hábitos de consumo). Neste sentido, tais tecnologias tem a capacidade de viabilizar um crescimento praticamente exponencial do consumo¹⁷¹, além de não se sujeitar às limitações de ordem espacial e mesmo legal.

Em sua versão mais atual, o capitalismo tem buscado, como forma de reduzir ao mínimo o ciclo de realização entre produção e consumo, criar novas técnicas de marketing capazes de recolher todos os tipos de dados comportamentais de clientes e potenciais clientes, de modo a estabelecer um perfil exato de consumo e estimulá-lo, mesmo que subconscientemente. Entre tais tecnologias estão a própria observação e registro de imagens em tempo integral, o monitoramento de comunicações telefônicas, *e-mails*, redes sociais, rastreamento

absortos em seus próprios aparelhos, alheios ao que acontece ao seu redor. A Socióloga estadunidense Nicole Aschoff, autora de *The New Prophets of Capital*, e editora da revista *Jacobin*, faz uma interessante análise sobre as transformações sociais e econômicas provocadas por esta tecnologia, em seu artigo *The Smartphone Society*, de 2015. Segundo Aschoff, “o smartphone é a mercadoria que define o século XXI”.

¹⁷⁰ Esta expressão, cunhada por David Harvey em seu livro *Condição Pós-Moderna* (1993), apesar de pertinente à realidade da acumulação flexível, em que o capitalismo, na sua ânsia por se libertar das amarras que a física dos corpos o impõe (tempo e distâncias), trata de algo muito mais genérico e que se coloca como uma barreira inerente ao próprio modo de produção na sua essência. Em sua construção sobre a relação espaço-temporal ele parte de Marshall Berman (1986), autor de *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*, publicado em 1982, uma conhecida crítica da modernidade, percorrendo outros autores que se debruçaram sobre as transformações da sociedade moderna, alguns pós-modernos como Daniel Bell, e romancistas como Marcel Proust e James Joyce, cujas obras procuraram retratar a sua época (a modernidade do final do século XIX e início do século XX). Todas estas obras tem em comum o fato de se relacionarem, de alguma forma, com a questão espaço-temporal, duas dimensões em profunda transformação pela modernidade. Harvey utiliza o conceito com bastante referência ao processo de mundialização e de internacionalização do capitalismo, assim como as influências da tecnologia como catalisadora nesta questão, cujos reflexos são sentidos com mais intensidade na esfera do trabalho.

¹⁷¹ Neste caso, o consumidor se torna, ele mesmo, vendedor e divulgador de um determinado produto ou marca, por meio da exposição dos seus hábitos de consumo (roupas, automóveis, alimentação, cultura, entre outros).

via satélite, e o recolhimento de dados e padrões de pesquisa na *internet*, com algoritmos complexos desenvolvidos por engenheiros e matemáticos.

Pode-se se dizer também, que tais consumidores destas tecnologias, ao suprimirem parte da cadeia produtiva que antes era realizada por trabalhadores da indústria, converteram-se em uma espécie de ferramenta ou mesmo de um novo tipo de maquinário a serviço do capital, com a diferença de que dispõem das mesmas condições reprodutivas e renovadoras da classe trabalhadora; portanto não têm parte do seu valor atribuído ao valor da mercadoria, como ocorre com a depreciação das máquinas e equipamentos da indústria. O seu trabalho é convertido, em sua totalidade, em incremento na mais-valia relativa e, conseqüentemente, em maiores lucros para o capital. Estamos assistindo, portanto, ao nascimento de um novo meio de produção, um híbrido entre a máquina e o trabalhador vivo, capaz de aumentar a produtividade relativa da mão-de-obra, sem custo adicional transferido para a mercadoria, mas com a capacidade de pressionar o custo da mão-de-obra, (os salários) para baixo em decorrência deste ganho de produtividade.

A revolução tecnoinformática e a crítica ao pós-industrialismo.

A relação entre produção e consumo, a questão da tecnologia como meio incremental de obtenção de mais-valia (relativa), nos remete, necessariamente ao novo momento pelo qual atravessa a chamada sociedade industrial, mas que muitos consideram, equivocadamente, como pós-industrial. Trata-se da chamada revolução tecnocientífica, ou revolução da informação ou mesmo terceira revolução industrial¹⁷². Talvez seja mera coincidência, mas o fato é que esta visão coincidiu quase que simultaneamente com o surgimento da chamada revolução tecnoinformática ou da informação. A partir deste momento a sociedade urbana

¹⁷² Que se sucederia, logicamente, a segunda revolução industrial, que teve reflexos na indústria energética (de combustíveis fósseis) e de telecomunicações, tais como telefonia, telégrafos, entre outros.

foi inundada por uma quantidade massiva de informação, de “arte”, e, conseqüentemente bastante conteúdo ideológico.

Remetendo ao subcapítulo anterior, trata-se, antes de tudo, de uma sociedade da “abstração”, pela homogeneização dos caracteres particulares, por meio da transformação dos mesmos em dados codificáveis e reproduzíveis no tempo e no espaço (os bytes e bites, baseados em codificação binária). A revolução da informática trouxe em seu bojo um novo modelo de sociedade, a da fetichização elevada à última potência. Agora, as relações se efetivam não apenas no mercado, por meio das coisas, mas estes agora assumem a identidade de seus possuidores, mediando as suas relações e atuando também na produção, na distribuição e na circulação. A chamada revolução tecnocientífica é o meio definitivo para a completa sinergia entre estas dimensões socioeconômicas, numa nova e desesperada tentativa capitalista de postergar os efeitos das suas contradições essenciais. Mas ao mesmo tempo é o potencial meio de sua derrocada, justamente pela ênfase que dá a abstração e a “virtualização¹⁷³” do mundo material. Um dos grandes equívocos da atualidade é sugerir que estamos diante de um novo paradigma produtivo pós-industrial, cuja centralidade é na informação e nos serviços (como se não fossem tipos específicos de mercadorias), como nos tenta fazer crer estudos como os do sociólogo estadunidense Daniel Bell¹⁷⁴(1974).

O fato de Manuel Castells (1999) chamá-lo de “clássico”, já indica o alcance e profundidade de suas ideias (ideologias), e nos dá um vislumbre das dificuldades a serem transpostas nesta nova fase de reestruturação produtiva e

¹⁷³ No sentido de uma representação virtual, imaterial, recortada, fragmentada, a semelhança de uma fotografia.

¹⁷⁴ Autor de *The Coming of Post Industrial Society*, de 1973. (edição brasileira de 1974). Análises como as dele não são novidade, como atestam os estudos de Alain Touraine (1969), Gorz (1982), entre muitos outros. Ricardo Antunes, em *Adeus ao trabalho?* faz um apanhado comparativo das diversas visões a respeito de uma suposta crise no mundo do trabalho, mais especificamente sobre o fim da centralidade do trabalho, tais como: a) a visão que advoga em favor de uma crise na sociedade do trabalho abstrato, mas que no fim das contas engrossa um culto ao trabalho assalariado; b) a corrente que também aponta a crise na sociedade do trabalho abstrato, mas pelo seu grau de fetichização e distanciamento da dimensão concreta e emancipadora do trabalho (visão compartilhada por esta Tese); c) por fim a corrente pós-moderna que fala de um fim da centralidade do trabalho, e em uma sociedade pós industrial, como Bell, Touraine, Habermas (1987), Gorz e outros. Com efeito, esta corrente ideológica é a hegemônica nos estudos sobre o trabalho.

econômica das últimas cinco décadas. Uma das características mais marcantes deste período, tanto em termos econômicos, sociais, ideológicos, quanto teóricos, é a sua fragmentação, contradição, o relativismo e a falta de referências geográficas e espaciais que dificultam a sua compreensão lógica. Apenas para efeito de ilustração, a confusão completa já se instaura em análises, como as de Bell, que selecionam um caso particular, no caso, dos Estados Unidos, extrapolando suas conclusões estatísticas para o restante do mundo. Além disso, ele lança mãos de dados estatísticos até óbvios, dada a mudança tecnológica já mencionada até aqui, com incremento no capital constante em detrimento do capital variável, e desta forma chega a conclusões totalmente fora de contexto. Ademais, ele confunde grandezas absolutas com grandezas relativas, sendo que até mesmo Marx, já no século XIX apontava para o fato de que o capital variável continuaria a sua marcha crescente, em função da necessidade vital de acumulação (que depende de trabalho humano), mas em termos absolutos, enquanto em termos relativos, como fração do custo total, este declinaria.

Com efeito, esta revolução cuja ênfase está na informação, se propõe a ser anti-industrial, ubíqua, sem nacionalidade e filiação política. O potencial de lucros por meio desta nova revolução produtiva é diretamente proporcional aos riscos que ela impõe sobre a sociedade urbana. O risco do primado da ideologia sobre a teoria; da informação sobre o conhecimento; da manipulação sobre a crítica. É, em suma, uma sociedade tão eficiente na arte da manipulação de dados e informações que consegue esconder o fato de que ela ainda se assenta em muitos princípios e bases da era industrial.

Em que pesem as teorias a respeito da desindustrialização, da perda de centralidade do trabalho, de uma suposta sociedade pós-industrial, o fato é que a maioria dos estudos que advogam em favor desta teoria, baseiam as suas análises nos aspectos mais evidentes e fenomênicos de um movimento de diversificação da economia, que por sua vez é totalmente condizente com os novos padrões do modelo de acumulação flexível. Neste sentido, As teorias sobre a desindustrialização pecam pelos seguintes motivos: 1 – desconsideram as novas configurações da divisão internacional do trabalho, que agora, por meio da

internacionalização, integram uma extensa rede mundial de terceirizações de parques industriais, pulverizados em vários países do capitalismo periférico, cada um com diferentes níveis e regimes produtivos; 2 – as estatísticas sobre desindustrialização geralmente se centram na análise dos países do capitalismo central, que em função da nova distribuição acima apontada, naturalmente liberal suas economias para a diversificação em outros setores, com destaque para o setor de serviços; 3 – com a necessidade de diversificação econômica imposta pelo modelo de acumulação flexível, grandes somas de capitais que antes seriam destinados para a produção industrial agora foram alocados no mercado financeiro e especulativo; 4 – Esta mesma diversificação ampliou sobremaneira o mercado de serviços, sendo que muitos deles estão atrelados a alguma venda de mercadorias do setor produtivo industrial (ex, serviços de reparos em automóveis, aparelhos eletrônicos). Soma-se a isso o fato de que com o sistema de obsolescência programada a demanda por serviços de manutenções também se eleva, bem como os demais serviços de venda casada; 5 – Indicadores de desindustrialização normalmente confundem grandezas relativas e absolutas. Com a necessidade de acumulação e elevação produtiva, os setores industriais, tradicionalmente mais produtivos e mecanizados terão, naturalmente, uma redução em termos relativos (percentuais), em relação ao total produzido na economia, que também engloba serviços. Mesmo que haja uma desindustrialização em termos percentuais, muito provavelmente isto não se verifica em termos absolutos. Contudo, verifica-se que muitos países do globo, como o caso da China apresentam fortes indicadores de industrialização e não o contrário.

Outra confusão que se faz nos discursos sobre a perda da centralidade do trabalho é estabelecer uma vinculação da esfera do trabalho com a esfera da produção industrial. O exercício do trabalho não está vinculado com o trabalho operário, mas, essencialmente com o assalariamento e com o fato de gerar mais-valor, o que não só se modificou como se acirrou com os serviços flexibilizados, sem controle legal, sem benefícios, não fiscalizados por parte do Estado, e com pouquíssima sindicalização, em comparação com o setor industrial.

2.7 – Estado e classes sociais na cidade moderna.

É interessante notar como as mudanças ocorridas com o nascimento de novos núcleos urbanos, trouxeram em seu bojo uma forte carga de contradição. Se por um lado separações entre classes sociais surgiram ou se intensificaram, por outro, um forte sentimento de união, ou mesmo de pertencimento, se converteu na tônica das relações sociais no capitalismo tardio em torno antagonismo entre capital e trabalho (capitalistas e assalariados). Com efeito, a urbanização tornou-se, paulatinamente, a expressão arquitetônica da desigualdade advinda da industrialização.

Na cidade industrial estão bem delimitados os limites e potencialidades de uma determinada classe, assim como também estão delimitadas as relações de dominação de uma sobre outra. Além disso, e conforme foi salientado por Marx e Engels (2005), a industrialização foi revolucionária não apenas do ponto de vista tecnológico, mas também sob o prisma do reconhecimento, por parte das classes exploradas, da sua condição de dominação e subalternidade. E isso se deu, vale frisar, por uma transformação territorial significativa, pelo encurtamento dos espaços e pela modernização das técnicas de comunicação. Com efeito, é na sociedade industrial, sob a égide do capitalismo (estratificada, hierarquizada e desigual) onde estão plantadas as sementes da supressão dessa mesma sociedade, conforme ilustrado nas seguintes linhas:

Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (...). As colisões entre o operário isolado e o burguês isolado assumem cada vez mais o caráter de colisão de duas classes. Os operários começam por formar coligações contra os burgueses; juntam-se em defesa do seu salário. Fundam eles mesmos associações permanentes para se prevenirem para as insurreições ocasionais (...) Fomentam-na os meios crescentes de comunicação, criados pela grande indústria, que põem os operários das diferentes localidades em ligação uns com os outros. E só é necessária esta ligação para centralizar as muitas lutas locais, por toda parte com o

mesmo caráter, numa luta nacional, numa luta de classe (ENGELS, F; MARX, Karl, 2005, p. 47,48).

O capitalismo necessita, para a sua própria sobrevivência, de mais e mais espaço, por isso cria formas de cria-lo, apropriando-se dele de acordo com a sua cada vez maior necessidade de acumulação. Além disso, e visto que há uma barreira natural a ser transposta, criam-se maneiras de se atingir novos lugares, com maior velocidade, reduzindo assim o tempo necessário a se estabelecer algum tipo de dominação espacial. Os meios de comunicação (viário, informacional e de entretenimento) cumprem essa tarefa, estando, contudo, a disposição de ambas as classes. Da mesma forma que a classe exploradora se utiliza desses meios de comunicação, o mesmo pode ocorrer com a classe explorada, tendo o potencial de encurtar caminhos permitindo a criação de uma consciência de classe potencialmente revolucionária. Desta forma, os mesmos mecanismos que são criados para a reprodução ampliada do capital são também os mesmos instrumentos que podem contribuir para a própria derrocada deste sistema. Sendo assim, a

burguesia vive em luta permanente; primeiro contra a aristocracia; depois contra as frações da própria burguesia, cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político. A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria (ENGELS, F; MARX, Karl, 2005, p.48).

No entanto, e de acordo com o próprio ideário marxiano, a cidade não caminha para a sua implosão, mas sim para o seu desenvolvimento com base nas premissas e objetivos definidos pelo capitalismo. Mesmo que haja a implosão deste modo de produção, não haverá a implosão da cidade muito menos da sociedade humana, assim como também não porá fim às conquistas tecnológicas que permitiram um maior controle sobre a natureza. O pensamento marxiano nunca foi, ao contrário do que pensam muitos dos seus críticos, contrário ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Para Marx e Engels, a Revolução

Industrial constitui o meio, a chave para o alcance da emancipação humana por meio do incremento das suas capacidades produtivas. A esse respeito sublinha Engels, em sua conhecida crítica aos socialistas utópicos (mais precisamente Proudhon) acerca da problemática da moradia, que afligia a Europa no século XIX:

Foi justamente por meio dessa Revolução Industrial que a capacidade de produção do trabalho humano atingiu um nível tão elevado que – pela primeira vez desde que existem seres humanos – está dada a possibilidade de produzir, com uma distribuição sensata do trabalho entre todos, não só o necessário para o consumo farto de todos os membros da sociedade e para juntar um fundo de reserva polpudo, como também para proporcionar a cada qual um tempo de lazer suficiente não só para preservar aquilo que merece ser preservado da cultura historicamente transmitida – ciência, arte, formas de relacionamento, etc. -, mas também para convertê-lo de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade, aprimorando-o cada vez mais (...). No momento em que a capacidade de produção do trabalho tiver se desenvolvido a esse nível, desaparecerá todo e qualquer pretexto para a existência de uma classe dominante (ENGELS, 2015, p.47-48.).

Tendo conhecimento deste ardil, o capitalismo se vale de aparelhos ideológicos, utilizados também pelo Estado de modo a: 1) reforçar o sentimento de união entre os capitalistas – mesmo que em um ambiente competitivo; 2) enfraquecer a chamada consciência de classe e suas expressões formais; 3) Disseminar sentimentos de cooperação entre as classes dominantes e as classes dominadas, por meio da disseminação de “consciências nacionais”, patrióticas, pela ideia de um “objetivo comum”; 4) disseminar uma ideologia (de consumo e de produtivismo) que fortaleça a reprodução ampliada do capital. 5) cooptar a consciência das classes intermediárias (classes médias), disseminando uma mentalidade empreendedora e a ideia de que estas classes também são imbuídas de uma capacidade especial, tornando-as dessa forma submissas e dispostas a tudo na defesa das classes dominantes. Tomando a audácia de contrariar Marx e Engels, a “iminente passagem para o proletariado” não torna as classes médias revolucionárias, como estes afirmaram, mas pelo contrário, reforça, e muito, o seu reacionarismo (ENGELS, F; MARX, Karl, 2015, p.48).

Neste sentido, o planejamento urbano e as suas políticas sociais são tratadas com bastante cautela. Elas podem, dado o seu caráter dialético, ter o mesmo tipo de influência, tanto sobre as classes exploradas quanto sobre as classes dominantes, que detêm o domínio sobre os aparelhos ideológicos privados e do Estado. Sendo assim, elas podem tanto revolucionar quanto reforçar a submissão de uma classe sobre outra. Tais políticas podem reforçar ou enfraquecer uma consciência de classe, influenciando nas pressões salariais, podem influenciar, para o bem ou para o mal, a reprodução social das classes proletárias e a reprodução ampliada do capital.

Desse modo, a política urbana pode ser também um instrumento de dominação ideológica, de transmissão de uma mensagem negativa, pejorativa, reforçada por estigmas. Isso ocorre desviando-se a atenção das reais causas dos problemas urbanos, transmitindo-se contraditoriamente uma mensagem de que a causa das calamidades urbanas são o inchaço da máquina pública com tais políticas sociais. Neste sentido as políticas sociais são largamente utilizadas como uma forma de se colocar uma classe explorada em rota de colisão com outra classe igualmente explorada (e as classes médias se apresentam como divulgadoras dessa ideologia).

Outra forma de se desarticular uma classe e enfraquecê-la, politicamente é reforçando-se, na cidade, a existência de diferenças particulares entre os indivíduos – um dos pilares do pensamento pós-moderno que ingenuamente acabou sendo capturado pelo pensamento oficial. Dissemina-se e naturaliza-se por todo o tecido urbano a ideia do particularismo, do individualismo, da existência de clivagens de raça, etnia, de gênero, orientação sexual e religiosa. Desta forma a segregação espacial exerce um importante papel neste jogo ideológico, criando uma forma de isolar os indivíduos segundo tais características, ao invés de aproximá-los. Portanto, questões de classe se tornam secundárias, em meio a um preconceito generalizado e a uma individualidade exacerbada. A acumulação capitalista advém da diferenciação em todos os aspectos da vida humana, que é o que, no fim das contas, desperta o interesse pelo

consumo. A igualdade, portanto, é economicamente nociva para o capital que encontra como saída o reforço constante do preconceito.

Além disso, a nova morfologia do trabalho, da fragmentação, da explosão do setor de serviços, da informalização, precarização, principalmente nos países periféricos e da flexibilização das relações de trabalho, tem o duplo potencial de provocar um enorme retrocesso em termos de conquistas de gênero, etnia, orientação sexual, e demais grupos superexplorados em relação ao proletariado masculino e branco. Estes retrocessos e preconceitos renovados, por sua vez, atravessam os limites da esfera do trabalho e se espalham por toda a esfera urbana. Até mesmo temas pouco discutidos como o preconceito sindical diluem-se e retrocedem em meio a uma nova realidade que sequer sabe o significado de ser organizado sindicalmente. As consequências de um preconceito renovado e multiplicado se traduzem em uma maior segregação urbana, a piora nos indicadores penais, que historicamente associam etnia, desemprego e precarização com predisposição ao crime, como mais um pretexto para cercear e retirar dos negros e mulheres o seu direito à cidade.

O mais perigoso nesta característica da urbanização moderna, é que se trata de um mecanismo cíclico. Existe, de fato, uma lógica sistêmica por trás desta situação, mas essa mesma compreensão passa a ser defendida e propagada pelos próprios indivíduos, por meio das suas decisões de consumo e da forma como se apropriam do espaço urbano. Estas transformações, nos arranjos físicos e distributivos da cidade, friccionam as estruturas de toda a sociedade urbana, fazendo com que muitos elementos do seu passado pré-industrial desapareçam. Ao mesmo tempo, tais mudanças tencionam a sociedade, criando dilemas, reflexões, e expondo a necessidade premente de que ela crie estruturas que anulem ou minimizem esta fricção. E a principal destas estruturas foi, consoante Lefebvre (2008) ao referir-se ao início da industrialização, o Estado, na figura da capital, com vistas a controlar e ordenar uma crescente concorrência entre as cidades, no tocante a sua realidade produtiva e o seu grau de especialização em uma determinada atividade comercial.

Para Lojkin (1981), uma das principais diferenças entre os primórdios da indústria e o capitalismo em sua versão industrial plenamente desenvolvida (o monopolismo) é o fato de que neste último passa a existir uma “estratégia global de maximização do lucro” (LOJKINE, 1981, p.140). Tal estratégia, ou conjunto de estratégias, consistem na entrada em cena do Estado, na figura das Capitais e demais centros urbanos, como árbitros e gestores do sistema de produção e trocas econômicas. Indicadores como o PIB, PNB, Inflação, tornaram-se frequentes no noticiário, e expressam a necessidade quase patológica em transformar as nações em simulacros das corporações com seus índices de produtividade e lucratividade. Não é por acaso que os meios de comunicação monitorem diariamente os indicadores econômicos, o aumento ou diminuição da “riqueza nacional”, em outras palavras, o “grau de acumulação”, a rentabilidade do mercado especulativo, o desempenho industrial, o índice de desemprego na indústria, a inflação, entre outros, em detrimento de indicadores como o desempenho educacional, a eficiência das políticas de saúde, a pobreza urbana e outros.

Com efeito, a síntese dialética capitalista do Estado deve ser capaz de atuar, em primeiro lugar, de modo a garantir a reprodução do capital em geral, promovendo o crescimento sustentado dos mercados e assegurando as taxas de lucratividade, por meio de políticas econômicas e de planejamento territorial. Mais especificamente os governos devem fomentar o livre mercado e o fluxo de capitais, os investimentos em parques produtivos, administrar a conexão entre o trabalho e o capital, enfim, dirigir as cidades e os centros urbanos de modo a serem terrenos férteis para os negócios. Esta é, desde o advento do capitalismo industrial, a missão dos Estados burocráticos, das administrações municipais, regionais e prefeituras; a sua *raison d'être*. Toda a diversidade de elementos existentes no meio urbano, suas dimensões objetivas (estrutura física, ordenamento territorial, políticas urbanas e sociais) e subjetivas (os elementos simbólicos e sensoriais, como é o caso do Marketing urbano) devem convergir para isso.

O espaço urbano é a expressão material, tátil, literalmente concreta, da síntese dialética que molda as relações sob o modo de produção capitalista. Ele se encontra simbolicamente abaixo de um grande funil, cujo fluxo é constantemente regulado e disputado por fatores mediadores, no caso, o próprio capitalismo, o Estado, a sociedade civil, suas classes constitutivas e respectivas frações. Contudo, e para arrepios das análises críticas do capitalismo, este agora se reveste de características que dificultam a sua compreensão e mesmo o seu “enquadramento” ao se valer de meios propagandísticos, estéticos e simbólicos, culturais, próprios da era pós-moderna, que escondem as suas reais intenções e polos dominantes. O que é pior: o capitalismo agora, pós-modernizado, adquire ares de “movimentos anticapitalistas”.

2.8 – Urbanização e políticas urbanas.

Os problemas inerentes ao modo de produção capitalista já são bem conhecidos e foram fartamente estudados e analisados à luz das mais diferentes perspectivas. Mas sejam quais forem os métodos de observação, desde que minimamente críticos, a conclusão incontestável é que estes problemas são mediados pelo Estado, para que este se legitime e para que o sistema capitalista mantenha a sua integridade e sua capacidade de acumular. Neste sentido, as políticas sociais, compreendidas, consoante Pereira-Pereira (2008), como um gênero de política pública com participação estatal na sua provisão, são clamadas em socorro, quando as teias frágeis dessa legitimação ameaçam se romper. Por isso, e tendo como norte epistemológico o entendimento, de Titmuss (1976), de que esse gênero de política não é despido de intencionalidade e polos políticos preferenciais, chega-se a conclusão de que ela (política social) se configura como um dos principais elementos de mediação em uma determinada realidade espacial e territorial.

E como a realidade é complexa, contraditória e multifacetada, esta mesma política social, que tem um poder coesivo, também tem o poder de friccionar tais estruturas, sendo, portanto, um meio de transformação social, para o bem ou para o mal. Isso se deve ao fato de que nas sociedades modernas,

independente do seu nível de complexidade, nenhum fluxo, seja de poder, de influência, de informações ou de demandas segue uma direção única (vertical ou horizontal); muito menos é isenta de influências externas a ele. Tais influências vêm de todas as direções, e transformam, dialeticamente, estes fluxos em uma “síntese” que muitas vezes não obedece a um resultado esperado.

A política social, justamente por ser uma entre muitas partes do processo de produção material da vida não opera no vácuo. A história, segundo Marx e Engels (2015), necessita de uma base “terrestre” para acontecer; local onde a produção material dos meios de subsistência do indivíduo e satisfação de suas necessidades se torna possível. O que é a política social se não um meio pelo qual a reprodução social também se torna possível? O território¹⁷⁵, portanto, relaciona-se com ela estrutural e intrinsecamente. Ao tentar compreendê-la sem ter em mente esta dimensão, perde-se a possibilidade de chegar efetivamente a sua essência – a do real.

As políticas públicas, independente de seu subgênero (urbanas, educacionais, assistenciais, previdenciárias, de saúde) influenciam e são decisivamente influenciadas pela dimensão espacial em que elas se inscrevem e se relacionam. Algumas políticas são mais ou menos afetadas por esta dimensão, a depender do seu tipo específico, do seu território de atuação, dos interesses em disputa e das relações de poder que a perpassam em um dado local. Políticas como as de saúde, por exemplo, demandam a existência de local específico que atenda pré-requisitos materiais; ao mesmo tempo, este território específico é influenciado pelos elementos existentes em espaços subjacentes. Algumas políticas, por exemplo, tendo em vista o seu público ou área de atuação, são impedidas de se instalar em determinadas regiões, por forças que vêm naquela uma ameaça (por exemplo, presídios que não se instalam em regiões alvo de especulação imobiliária).

¹⁷⁵ Compreendendo-o, como o espaço geograficamente situado e delimitado, em que os indivíduos expressam-se e relacionam-se sob as mais diferentes influências: políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Esta categoria será mais aprofundada em capítulos posteriores.

São situações que suscitam, portanto, uma aproximação entre diversas áreas do conhecimento: a política social propriamente dita (bem como seus campos científicos específicos), com a geografia territorial, a sociologia urbana, o planejamento urbano, entre outras. Exigem ainda, e o que é mais importante, a compreensão dos determinantes de uma estruturação territorial em uma realidade capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, a conquista e a concentração territorial obedeciam a outros determinantes; com o capitalismo, principalmente em sua versão tardia e financeirizada, a acumulação de capital é o fundamento básico. Portanto não apenas a acumulação territorial, visto que este também se comporta como uma mercadoria, mas a acumulação territorial como novos e maiores portos para a produção de mais-valia e geração de lucros. É por isso que o capitalismo tem uma fome cada vez maior por territórios – um “apetite territorial”. Esta urbanização, contudo, principalmente a que se desenvolveu nos últimos cinquenta anos, obedece a uma lógica fortemente vinculada e restrita às estratégias de planejamento, planificação, zoneamento e segregação, todas elas controladas pelo Estado, de modo a catalisar e acelerar o processo de reprodução ampliada do capital.

Isto nos remete a concepção de Estado que norteia toda a análise realizada até aqui. Entendemos que a concepção utilizada está distribuída ao longo destas páginas, não sendo do nosso escopo empreender teorizações a respeito desta categoria. Mas algumas ressalvas merecem ser colocadas. O Estado não é, de forma alguma, o balcão de negócios de uma suposta burguesia, apesar do preconceito subsequente amealhado por Marx e Engels depois de suas colocações no *Manifesto Comunista*. Colocações estas que eram a respeito de uma situação específica apontada naquele momento, e que podem facilmente ser dissipadas pelo exame de suas concepções ao longo de suas obras – em que os contornos da contradição essencial, da qual o Estado se originou mostram-se em detalhes. Com efeito, todo o corpo da sua crítica a economia política e ao sistema capitalista ruiria por completo se baseado em uma concepção tão simplista do Estado, visão que apresentou esses contornos quando do *Manifesto Comunista* com vistas a “inspirar” o proletariado nas poucas páginas que dispunha. Portanto,

o Estado aqui considerado, é, antes de tudo, o Estado da contradição em seu seio, o que,

no seu papel de coesão da unidade dum formação, papel particularmente importante na formação capitalista, comporta várias funções: econômica, ideológica e política. Essas funções são modalidades particulares do papel globalmente político do Estado: estão sobredeterminadas pela – e condensadas na – sua função propriamente política, a sua função relativamente ao campo da luta política de classes (...). A linha de demarcação entre a relação do Estado com as classes dominantes e a sua relação com as classes dominadas pode constituir um fio condutor no estudo desse Estado. O Estado capitalista apresenta o fato particular de a dominação propriamente política de classe não estar nunca presente, sob a forma de uma relação política classes dominantes - classes dominadas, nas suas próprias instituições. Tudo se passa nas suas instituições como se a luta de classes não existisse. Esse Estado apresenta-se organizado como unidade política dum sociedade com interesses econômicos divergentes – não interesses de classe, mas interesses de “indivíduos privados”, sujeitos econômicos. Isto reporta-se à relação do Estado com o isolamento das relações sociais econômicas, o qual é, em parte, o seu próprio efeito. A partir desse isolamento, a função política do Estado apresenta uma ambivalência característica, consoante diga respeito às classes dominantes ou às classes dominadas (POULANTZAS, 1971, p.7-8).

Essa ambivalência por parte do Estado, se torna ainda mais característica quando o analisamos sob o prisma da urbanização, do planejamento e da administração das cidades. A Cidade é uma síntese dialética dos processos produzidos pelo capitalismo industrial e monopolista, por mais que exista todo um turbilhão de forças conflitantes atuando sob a sua superfície. E como tal, e representante político dessa síntese, que é a cidade, o Estado, deve se portar como um símbolo dessa sintonia. E isso fica ainda mais premente quando falamos do capitalismo tardio, financeirizado. Quando empreendemos uma análise sobre a cidade e sobre a urbanização, dependendo do distanciamento apresentado em termos do grau de generalização utilizado, esta característica sintética fica mais ou menos acentuada. Como a presente análise pretendeu realizar a discussão de temas mais gerais, um rascunho de uma “metanarrativa”, coincidentemente tão pouco cara aos pós-modernos porque se distancia demais, em termos, de particularidades, isto acabou ficando mais evidente.

Considerações finais sobre a urbanização (e a forma arquitetônica da cidade).

As cidades antigas e que existiram até o surgimento do capitalismo industrial eram produzidas como que artesanalmente, com as suas características geométricas se moldando gradualmente às peculiaridades do seu local de origem. Como um produto do trabalho do artesão, tais monumentos possuíam a característica do inesperado, do único. Já com a indústria, as linhas de produção fragmentadas, a fabricação em escala, as cidades também se moldam a esta realidade. Hoje as cidades “adaptam” a natureza aos seus propósitos, rompem barreiras antes intransponíveis, domando a sua fúria e as suas leis internas. Com efeito, tal característica antes tida como fruto da ousadia e do pioneirismo, tem se mostrado, para olhos mais atentos, uma armadilha a ser enfrentada pelas gerações futuras. Estudos recentes¹⁷⁶, por exemplo, mostram que o aterramento, a construção sistemática de diques e a drenagem de pântanos no entorno de Nova Orleans, nos Estados Unidos, têm sido uma das principais causas das fortes tempestades enfrentadas na região. Isso se deve ao fato de que os seus rios e pântanos têm uma importante função homeostática e servem como uma barreira natural, freando o avanço dos ventos e diminuindo a força das cheias do Rio Mississippi.

As cidades agora são planejadas¹⁷⁷, como uma construção individual é planejada por um arquiteto. Seus setores são demarcados e estrategicamente organizados, com vistas a maior e melhor circulação de bens e pessoas, a eficiência produtiva (proximidade entre mercados, fontes de matérias primas, locais de escoamento de produção), a segurança da propriedade privada, e mesmo a segregação entre classes. Os segregados, pensam os urbanistas, não são bons para os negócios. Talvez por isso gastem quase um terço de suas vidas se

¹⁷⁶ BOESCH, Donald F; GALLOWAY, Gerald E; TWILLEY, Robert R (2009).

¹⁷⁷ Mas esta não é uma característica única das sociedades industriais e capitalistas. Um dos maiores exemplos de planejamento urbano foi o da Cidade de Angkor, no Camboja, e seus fantásticos canais aquíferos. Esta cidade chegou a ter uma população estimada em quase um milhão de habitantes em seu auge, fruto do seu grande desenvolvimento urbanístico.

deslocando para o trabalho em um transporte público cheio e decadente. Essa é uma segregação que não incomoda, e que ao mesmo tempo os afasta dos lugares que não são apropriados ao seu tipo de consumo.

A cidade sob o signo do pós-modernismo se apresenta como a cidade plural. Provavelmente um dia, graças a pós-modernidade, essa palavra passe a não fazer mais sentido, não pela sua superação, mas pelo seu esvaziamento. As cidades do final do século passado e começo do século XXI confundem pluralidade com ecletismo estético. Elas enchem os nossos olhos não pelo interesse que despertam, mas pela hipersaturação dos sentidos.

Em toda parte, na decoração, na arquitetura, no design, na moda, na cozinha, na arte, na música, se afirmam as reutilizações dos códigos do passado, assim como a mistura dos gêneros. Resulta daí um novo universo eclético e descoordenado, que vê conviverem o *kitsch* e o *high-tech*, o retro e as linhas futurísticas, o irônico e o polido, as formas emocionais e o anonimato funcional. Recuo do “*total look*” e ascensão de uma cultura de hibridização mesclando territórios e estéticas antinômicas: o capitalismo artista terminal se apresenta sob o signo do transestético e da desregulamentação generalizada (LIPOVETSKY & SERROY, 2015, p.227).

As características das cidades da atualidade as aproximam cada vez mais dos chamados “não-lugares¹⁷⁸”. Suas formas se assemelham paulatinamente à dos *Shoppings Centers* e Aeroportos, lugares especializados no comércio de luxo, no abrigo temporário e na circulação de pessoas. São, antes de tudo, lugares de transição e, ironicamente, lugares sem referência de tempo e espaço; recintos onde não se sabe onde está e, tampouco, percebe-se a passagem do tempo.

Marc Augé (2005) narra o trajeto do personagem Pierre Dupont até o seu embarque em uma viagem de negócios à Ásia. Neste ínterim, num percurso solitário por um local marcado pela frieza e impessoalidade, desfilam-se logotipos, capas de revistas, cartazes, propagandas que remetem a outros lugares, a sorrisos, sonhos e vidas alheias cheias de charme e glamour, como uma tentativa deliberada de criar, ali, um simulacro de humanidade. É como se este

¹⁷⁸ Conceito cunhado pelo antropólogo francês Marc Augé em seu livro *Non-lieux* (1992) – *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, em tradução para o português de 1994 (aqui utilizada a sua 5ª edição, de 2005).

local fosse apenas a janela para outros mundos, outros lugares; uma janela para um passado e para uma realidade que o “não-lugar” quer a todo custo anular. As cidades do presente tornam-se, cada vez mais, “não-lugares”. Antes o palco da coletividade, agora exige de seus moradores (posto que ela também tem a capacidade de moldar suas atitudes) uma postura autômata e solitária. A anulação do lugar, numa tradução literal de Augé, pressupõe a anulação do ser social e coletivo, para um ser encerrado em sua individualidade. Com efeito, o não-lugar é a arquitetura típica da pós-modernidade, o que o gótico foi a arquitetura da idade média, mas gestado nos fornos quentes da indústria, cuja fumaça toma de assalto o passado de tijolos e converte-os em metal e vidro.

CONCLUSÕES

Remetendo novamente ao título desta tese, “da Cena ao Movimento...”, o percurso histórico dos estudos sobre o espaço, e posteriormente sobre a urbanização após a industrialização, obedeceu um encadeamento lento e gradual, como a própria história do cinema e da fotografia. As primeiras imagens eram borradas, em preto e branco; algumas eram boas “tomadas”, a depender das condições climáticas. Com o passar do tempo, as tecnologias e técnicas de registro foram se aperfeiçoando, as fotografias eram obtidas com maior velocidade e nitidez. Por fim descobriu-se que captando rápida e sucessivamente o movimento de determinado objeto era possível obter a simulação de um movimento real, por meio da exposição rápida e contínua das imagens. Era o começo do cinema e da filmografia.

O filme possui uma profundidade, uma especificidade que permitiu, finalmente, o registro mais fidedigno e próximo do real. A realidade concreta, material, que flui, respira, interage, se alimenta, se reproduz, nasce e morre. Essa mesma realidade que existe independente do fato de pensarmos ou sonharmos com suas paisagens exuberantes, seus animais fantásticos. A existência física é complexa, representa a interconexão entre um numero virtualmente infinito de seres vivos, elementos e grandezas físicas e químicas. Sabe-se agora que ela é mais do que tridimensional, ela é quadridimensional¹⁷⁹, porque cada fotograma representa um momento específico do tempo, assim como são os segundos de uma experiência real. Uma imagem estática é muito pobre em termos de representação do real, porque um instante não é nada se comparado a todo um acúmulo histórico de meses, anos, décadas ou séculos.

¹⁷⁹ O espaço físico “estático” é tridimensional, uma vez que é a conjugação da altura, a largura e a profundidade (ou mesmo bidimensional, se analisarmos uma representação gráfica, esquemática ou uma fotografia onde somente pode ser observada a largura e a altura). Contudo, ao incluir-se a dimensão temporal, ou seja, o deslocamento espacial no tempo, uma vez que a realidade é dinâmica (não existe absolutamente nada no universo que esteja completamente parado, estático), este se torna quadridimensional, que é a base da geometria moderna (não euclideana).

Esta analogia é perfeita quando o objetivo é traçar uma historiografia dos estudos do espaço. E o que é a fotografia e o cinema senão a expressão artística espacializada? Com efeito, o tipo de enfoque utilizado sobre o espaço é que define a modalidade de arte considerada (se estática, ou dinâmica). Assim como o desenvolvimento das artes visuais e cinematográficas, os estudos sobre o espaço e o território também obedeceu a um encadeamento lógico similar, com a introdução gradual de novos elementos, vetores, dinâmicas e forças. E como toda investigação científica, necessita, para ser ciência, de um conjunto de regras e métodos para se chegar ao fim pretendido. Nos estudos sobre o espaço humano (transformado pelo homem), diversos foram os ramos do conhecimento que o consideraram como objeto privilegiado de estudo e também variadas foram as metodologias, algumas mais simplificadoras, algumas contaminadas por vieses e ideologias particulares, outras mais universalizantes, e por este motivo, reconheceram a complexidade deste objeto de estudo, e sua interconexão com quase todos os campos do conhecimento e esferas da sociabilidade.

O início das reflexões sobre o espaço o circunscrevia ao seu aspecto territorial, como posse legal de uma porção de terra, fruto de um legado histórico, de séculos de conquistas, guerras, pilhagens e acordos diplomáticos entre nações. Sua origem se confundia, portanto, com o surgimento do direito internacional, com o estatismo moderno e o chamado sistema mundial moderno, todos estes aspectos de um mesmo processo (de interligação econômica e comercial), iniciado no século entre os séculos XV e XVI – coincidente com o próprio capitalismo comercial. O surgimento de um Estado moderno, bem como de uma divisão internacional do trabalho, de um capitalismo que já expandia as suas operações por todo o globo, ensejaram uma compreensão clara sobre o território, como demarcação de sua importância econômica e política.

O espaço não era, até então, observado sob um ponto de vista reflexivo, questionador e necessariamente crítico. Por associação lógica, esta tarefa ficou a cargo de uma ciência também debutante, a geografia, circunscrita a seus aspectos físicos, de ordem natural. Contudo, nenhuma ciência surge no vácuo ou sem um substrato filosófico e por muitas das vezes ideológico que o impulsiona. Toda

ciência ou necessidade investigativa nasce de um *leitmotiv*¹⁸⁰, uma espécie de angústia existencial, ou o reconhecimento de que existe algo naquilo que se observa que enseja uma compreensão, para além do seu aspecto exterior e fenomênico. O paradigma filosófico que motivou a busca pelo conhecimento sobre os “mistérios” do espaço foi o de Immanuel Kant, que curiosamente exerceu a cátedra das “ciências naturais”, o ramo do conhecimento que se encarregava, até então, da compreensão dos fenômenos da natureza. As correntes oriundas do Iluminismo e do Liberalismo, suas vertentes política, filosófica e econômica dominavam o campo científico, ainda no âmbito da chamada revolução científica e das revoluções burguesas.

O início dos estudos do espaço coincidiu também com a própria origem da geografia moderna, com ênfase no caráter físico do território, uma vez que a geografia ainda era bastante influenciada pela cartografia, pelas descobertas da biologia e demais ciências da natureza. Não podemos deixar de ter em mente que a revolução científica significou um conhecimento reprezado e contido pelo conservadorismo religioso da Idade Média. O ser humano agora estava livre para conhecer um mundo cujos segredos eram tratados pela igreja como a proibida maçã do paraíso bíblico, ou como a mítica caixa de pandora. O resultado prático disso é que nos últimos quatro séculos a raça humana acumulou mais conhecimento científico do que em toda a sua história até então. No tocante aos estudos do espaço, logicamente o primeiro passo seria conhecê-lo em seus aspectos visíveis, físicos e naturais (sem a influência da raça humana). Posteriormente, graças ao intercâmbio com outros campos do conhecimento, a geografia passou a tentar compreendê-la em seus aspectos humanos, seja como cenário, seja como meio que sofre a ação do ser humano, moldando e sendo moldada por ele.

Neste ínterim, o espaço também foi alvo de questionamentos de ordem filosófica, como as empreendidas por Kant, Schelling, Hegel, e gradualmente essa discussão migrou para formas mais complexas de espaço, formas espaciais dentro de formas espaciais, e o seu aspecto relacional. A geografia continuava sua

¹⁸⁰ (do alemão) Um motivo que o leva a algo, que o conduz em direção de algo.

empreitada, com sucessivos “vai-e-vem” teóricos, como espirais de conhecimento que se acumulam e se perdem (ou são relegadas a um momentâneo esquecimento), a depender do filtro ideológico em evidência. Mas mesmo em períodos difíceis para a compreensão do espaço humano, o passar do tempo trouxe novas nuances a esta empreitada científica, como a fotografia, que de início era em preto e branco borrado, mas com o tempo passou a ser colorida e nítida. Mesmo que, a princípio, geógrafos e historiadores não tinham na cidade ou na urbanização o centro de suas preocupações científicas.

A partir do momento em que a revolução industrial se fazia sentir com maior intensidade e velocidade nos núcleos urbanos, e portanto, os problemas decorrentes dela se transformaram em algo grande demais para ser ignorado ou não percebido, estas duas categorias adquiriram seu status atual, com base em todo o acúmulo anterior. Com efeito, é impossível pensar a cidade e a urbanização dissociada de seu aspecto espacial, físico e natural. Parafraseando Ratzel, a cidade não paira no ar. Os novos problemas e fenômenos (que ainda não tinham sido compreendidos) foram tão marcantes que suscitaram não apenas uma reflexão mais aprofundada, mas a criação de novas “ciências” ou atividades como o caso do Urbanismo. Àqueles que se interessavam por estes novos problemas, mesmo que fossem sociólogos, filósofos, economistas ou historiadores, foi-lhes atribuída a alcunha de urbanistas ou pré-urbanistas, como nos atentam as conhecidas pesquisas de Françoise Choay. Nem mesmo Marx, Engels e Proudhon escaparam deste “enquadramento”, numa clara confusão dos primórdios do urbanismo, com o nascente e fértil “campo” do socialismo urbano. Se o urbanismo alguma vez já foi assim, certamente esta feliz vocação foi devidamente expurgada de suas fileiras, pelo planejamento e a planificação urbana, ortodoxa e pragmática.

Como todo percurso científico, a construção de uma teoria sobre o espaço passou por caminhos tortuosos, idas e vindas, já que por mais que tentemos a ideologia sempre irá impregnar os caminhos do pesquisador. Não que isso seja um problema em absoluto, uma vez que sabe-se não existir ciência neutra (esta é apenas a justificativa dos mal-intencionados); logo ao se decidir

investigar algo, o cientista já se defronta por uma escolha, que por si só já é carregada de vieses e determinações ideológicas. Assim como na disputa política, a ciência humana e social, por ser impregnada de política, segue as mesmas flutuações, típicas de uma arena de disputas. Concepções mais humanísticas e relacionais do espaço, foram sucedidas, nos holofotes do debate científico, por visões pragmáticas, cartesianas, menos humanas e mais “exatas”. A entrada em cena do campo da economia (a exceção da economia política clássica e crítica), naturalmente debruçou-se sob outros aspectos do espaço, mais afeitos aos seus recursos e seu potencial estratégico, bem como o seu caráter demográfico – já que isso afeta sobremaneira a gestão de recursos em um dado território. Depois disso, as linguagens matemática e econométrica passaram a ser constantes nos estudos econômicos e demográficos do espaço, quase que como uma necessidade velada de se tornar a sua compreensão cada vez mais difícil e relativizada.

Mas como depois da tempestade sempre vem a bonança, após o número frio da matemática, sempre vem o calor de uma compreensão humanizada, o resgate do que nos faz quem somos, mesmo que essa compreensão ainda não seja a mais próxima do real e do concreto. Contudo, a verdadeira guinada nos estudos sobre o espaço foi, sem sobra de dúvidas, a descoberta de que este se insere em uma dimensão maior, que é a história. Era o início da compreensão dinâmica do espaço, a mesma revolução que o cinema trouxe para as artes audiovisuais. Novamente parafraseando Ratzel, desta vez é o Estado que não paira no ar. Ele se move, assim como as placas tectônicas do planeta se movem, se degradam, se renovam, transformam e são transformadas pela ação do homem. A história, por seu turno, dado o seu caráter de construção humana (em uma acepção marxiana) nos mostra que assim como o espaço, a humanidade que o habita também é dinâmica, o que nos possibilita fazermos o que quisermos fazer – e essa era a premissa da Escola possibilista francesa de Lucien Febvre. Seu discípulo, Fernand Braudel¹⁸¹, efetivamente criou o conceito de *Geohistória*, já que via nas duas ciências uma continuidade, uma unidade.

¹⁸¹ Braudel escreveu a sua tese de doutoramento em meio ao cativeiro na segunda guerra mundial, sob orientação de Febvre, provando assim a teoria de seu mestre, de que nem o cerceamento das liberdades (espaciais) nos retira a possibilidade da superação.

Em alguns casos, esta linha entre o humanismo, ou a crítica de um lado, e o pragmatismo e o conservadorismo de outro, foi bastante tênue, como é o caso da Escola de Chicago. Seu início foi, de fato, bastante pragmático e empírico, mas a sua faceta “crítica” e humanística, foi uma grande responsável pelo surgimento de uma sociologia e uma psicologia urbana. O seu caráter multidisciplinar bem como a sua proximidade com relação aos problemas urbanos da cidade de Chicago trouxeram ganhos indubitáveis ao conhecimento sobre o fenômeno do urbanismo. Além disso, da influencia de Simmel esta escola herdou uma certa crítica da modernidade, analisando-a sob prismas variados, como a questão cultural, simbólica, psicológica, do papel do dinheiro, a intersubjetividade, entre tantas outras questões.

Mas talvez o grande problema desta vertente tenha sido justamente o excessivo pluralismo, ou a sua excessiva preocupação com aspectos fenomênicos e não estruturais. Era preciso mais, era preciso não apenas compreender a urbanização e as cidades sob o capitalismo, mas entender o que fez as coisas chegarem a este ponto, seus determinantes principais, sua relação com o modo de produção que a gestou, o capitalismo, chegando, desse modo, a uma compreensão totalizante e dialética – algo que ainda não havia sido possível em outros tempos e com outras escolas/correntes. Neste sentido a vertente marxista dos estudos urbanos foi revolucionária por dois aspectos: primeiro, porque o método investigativo desenvolvido por Marx, é o caminho, por excelência, para se chegar ao âmago das transformações sociais do espaço – ainda que seja motivo de discussões a existência ou não, em sua crítica da sociedade burguesa, de uma teoria sobre o espaço. É o método que verdadeiramente capta a historicidade do espaço, bem como os fundamentos materiais e sociais de seu desenvolvimento. Com efeito, é o caminho que também abarca a pluralidade das mudanças espaciais no capitalismo, dentro de uma totalidade concreta.

Sendo assim, e concordando com diversos autores, não basta tentar encontrar em Marx, aqui e ali, indícios de um entendimento sobre o espaço e a urbanização, mas extrair, da sua teoria, principalmente das considerações d’O Capital o fundamento, a capacidade de compreender melhor a realidade. É

fundamental compreender as modificações no âmbito espacial promovidos pelo capitalismo, muitas delas sequer existentes na época de Marx, com base nos fundamentos lógicos de sua teoria, no comportamento do capital como um todo, no modo como o “capital” observa o espaço e não Marx. A forma como o capitalismo encara o espaço urbano, as transformações das cidades não se alterou desde o século XIX. Os princípios são os mesmos, já que estamos falando de um mesmo modo de produção. O modo de atuação sob tais princípios é que se modificou, se diversificando, já que isso é uma característica inerente ao capitalismo, a necessidade de se revolucionar incessantemente, sob pena de ruir.

Neste sentido, o objetivo geral desta Tese foi alcançado, que era o de compreender em Marx, principalmente, e em alguns dos perpetuadores de sua teoria, a existência dos principais fundamentos que explicam situações tão atuais, como a fetichização da cidade, resultado da centralidade das relações de mercado, o relacionamento entre a esfera da produção e da distribuição com base nesta mesma fetichização e na desconsideração da questão definidora da sociedade capitalista que é a questão da exploração de uma classe por outra.

A nossa realidade é regida por dois grandes deuses, os únicos cuja existência não são um ato de fé, mas de contato diário (e material) com os nossos sentidos. São eles, o tempo e o espaço. Vimos, ao longo dessas páginas, como o capitalismo industrial, como um novo “demiurgo”¹⁸², alterou completamente esta percepção, e como a humanidade, que emergiu disso (a sociedade urbana), passou a comungar com eles, tendo o Estado como seu sumo sacerdote.

¹⁸² Como uma espécie de semideus, ou artesão divino, responsável pela criação do mundo material. Esta expressão é utilizada em analogia à utilizada por Marx (2014, p.xxx), na comparação que realiza entre o seu método e o de Hegel. Consta do prefácio da segunda edição d'O Capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eneida de. **O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática** (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2009.
- ANDERSON, Perry. **Zona de compromisso**. São Paulo: Unesp, 1996.
- ANDRADE, Carlos R. Monteiro de. Apresentação. In: SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas/SP: Papyrus, 2005.
- AZEVEDO, Rafael S. R. A atualidade do pensamento geográfico de Elisée Reclus e Peter Kropotkin frente a crise da ciência moderna: em busca de uma epistemologia anarquista para a geografia. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.
- BANFIELD, Edward.C. **A crise urbana: natureza e futuro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BARAN, Paul. A; SWEEZY, Paul. M. **Capitalismo Monopolista**. Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974).
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BAUMAN. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BECKER, Howard S. Howard S. Becker. In: OLIVEIRA, Lucia L; FERREIRA, Marieta de M; CASTRO, Celso (Orgs.). **Conversando com...** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BOESCH, Donald F; GALLOWAY, Gerald E; TWILLEY, Robert R. Restoring and Protecting Coastal Louisiana. In: **Issues in Science and Technology**. Volume XXV, 2ª edição, 2009. Disponível em: <<http://issues.org/25-2/galloway/>>. Acessado em: 15/01/2014.
- BOSQUET, Alain. **Conversations with Dali**. Ubuclassics, 2003 [S.I].

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____. **A Questão Urbana**. Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

CIAM. **Carta de Atenas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acessado em 08/03/2014

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COLLINGWOOD, Robin G. **A ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

COVALESKI, R. L. Artes e comunicação: a construção de imagens e imaginários híbridos. In: **Galáxia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 24, p. 89-101, dez. 2012. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/issue/view/834/showToc>>. Acesso em: 10/02/2014.

CUNHA, M.S; SILVA, M.G.B. O impulso à análise espacial a partir do trabalho de Fred Schaefer “Excepcionalismo em geografia: um estudo metodológico” (1953): questões contextuais e teórico-metodológicas. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n.1, 2007.

DALRYMPLE, Theodore. The Architect as Totalitarian: Le Corbusier’s baleful influence. In: **City Journal**. Autumn 2009. <Disponível em: <http://www.city-journal.org/html/architect-totalitarian-13246.html>>. Acesso em: 18/01/2015.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEBVRE, Lucien, **A Terra e a Evolução Humana**. Lisboa: Ed. Cosmos, 1955.

FILHO. Luis Lopes D. **Fundamentos Epistemológicos da Geografia**. Curitiba: Editora IBPEX, 2010.

GOLDMANN, Lucien. A reificação. In: **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOMES, Paulo.C.C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital**: Livro 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. La Blache, Ratzel e a "Geografia Política". In: **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Vol. 4, No 7, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/8>>. Acessado em 05/04/2013.

HAMMOND, John. L.; HAMMOND, Barbara. **The Rise of Modern Industry**. Grã Bretanha: Routledge, 2006.

HAROUEL, Jean Louis. **História do Urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Enigma do Capital**. E as Crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. A geografia do Manifesto. In: **Revista Lutas Sociais** nº 4: DOSSIÊ - 150 anos do Manifesto Comunista. Revista do NEILS – Núcleo de Estudos de ideologias e Lutas Sociais / PUC. 1998.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: **Os Pensadores**: textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. Filosofia e Teoria Crítica. In: **Os Pensadores**: textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**: Uma Perspectiva Crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. Nova York: Vintage Books, 1992.

JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. In: **Outubro** – Revista do Instituto de Estudos socialistas. Nº 15. São Paulo: Alameda, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Portugal: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KEYNES, John Maynar. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KOSCHINSKY, Julia; TALEN, Emily. In: STÜBBEN, J. **City Building**. 2014. [S.l.: s.n.].

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1989.

LE CORBUSIER. **Towards a New Architecture**. Nova York: Dover Publications, 1986.

_____. **O Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE. H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUKÁCS. G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MANDEL. Ernest. **A Crise do Capital**. Campinas: Editora da Unicamp / Ed. Ensaio, 1990.

_____. **Tratado de Economia Marxista**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978.

MARTINS, Hermínio. Tecnologia, modernidade e política. In: **Lua Nova** n 40/41, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Livro 1**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

_____. **O Capital**. Vol I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

- _____. **A Miséria da Filosofia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MAZZUOLLI, Valério de Oliveira, 2007. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MONTANER, Josep M. Tony Garnier: la anticipación de la ciudad industrial. In: **Annals d'arquitectura** . 1987: Núm.: 4. Acessado em xxxxx. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/handle/2099/1272>>.
- MOREIRA, Ruy. Nossos Clássicos: Alfred Hettner (1859-1941).In: **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ano. II – n.3, 2000.
- MORRIS, Charles R. **Os Magnatas**: Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J.P. Morgan Inventaram a Supereconomia Americana. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.
- O'CONNOR, James. **Usa: A Crise do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, L. D; RIBEIRO, G. **Geografia econômica e marxismo em tempos de globalização**. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), IFCH – Unicamp, 2009.
- PARK, Robert E. A Cidade: Sugestões para a investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- PEREIRA, Camila. P. **Proteção Social no Capitalismo**: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. (Tese de Doutorado em Políticas Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Política Social**: Temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.
- POLITZER, Georges; BESSE, Guy; LAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.
- RATZEL, F. **Le sol, la société et l'État**. Quebec: Biblioteca Paul-Émile-Boulet de Universidade de Québec 2003. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca/classiques/>>

ratzel_friedrich/Sol_Societe_Etat/ratzel_le_sol_societe_Etat.pdf.> Acessado em 15/06/2014.

RIBEIRO, G. Luta pela autonomia e pelo território: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 08, n.15, 2009.

RUFATO, Marcela de A. **Imigração e relações raciais na cidade moderna**: a teoria social de Louis Wirth. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). São Paulo: USP / FFLCH, 2010.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SAQUET, Marcos A. A Renovação da geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. **Revista da ANPEGE**. v. 5, 2009.

SIMÕES Jr, José G. Urbanística germânica (1870-1914): Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro. In: **Arquitextos**, nº 97. Junho de 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/arquitextos/09.097>. <Acesso em : 20/05/2014.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back in: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter. B; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL. Theda. (Eds.) **Bringing the State Back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SMALL, Albion W; VINCENT, George E. **An Introduction to The Study of Society**. New York: American Book Company, 1894.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. C. dos Santos de. A Naturphilosophie como concepção de mundo no Romantismo alemão. In: **AISTHE** (revista da linha de estética do programa de pós-graduação em filosofia da universidade federal do rio de Janeiro), nº 5, 2010.

STÜBBEN, J. **City Building**. 2014. [S.l.: s.n.].

TITMUSS, R. **Essays on the Welfare State**. 3 ed. London: George Allen & Unwin, 1976.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN PARIJ, Philippe, VANDERBORGHT, Yannick T. **Renda Básica de Cidadania** - Fundamentos Éticos e Econômicos. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2006.

